



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
(Setembro 2005 – Dezembro 2006)







ÍNDICE

Nota de Abertura	9
A - ACIME	
1. Grandes linhas da Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes:	13
1.1. Sete Princípios-Chave	15
1.2. Plano de Integração dos Imigrantes (PII)	17
1.3. O ACIME e as leis referentes à Imigração	19
1.3.1. Nova Lei da Nacionalidade	19
1.3.2. Lei de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros (vulgo “Lei da Imigração”)	21
1.3.3. Acesso às Prestações Sociais por titulares de Autorizações de Permanência	22
1.4. Funcionamento do ACIME	23
1.4.1. Actualização do enquadramento legal do ACIME	23
1.4.2. Orçamento por Actividades	24
1.4.3. Equipa do ACIME	27
2. Informação, garantia de exercício de direitos e deveres	31
2.1. Boletim Informativo	33
2.2. Folhetos Informativos	36
2.3. Linha SOS Imigrante	38
2.3.1. Número de chamadas recebidas	40
2.3.2. Língua de atendimento	41
2.3.3. Assuntos abordados	42
2.3.4. Interlocutores	44
2.3.5. Nacionalidade dos Imigrantes que contactaram a Linha SOS	46
2.3.6. Origem das chamadas por Distritos	47
2.3.7. Outras informações	48
2.4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)	48
2.4.1. A rede CLAII	53
2.4.2. Atendimentos	55
2.4.3. Acções de Formação	56
2.4.4. Ponto Imigrante	57
2.4.5. Actividades promovidas pelos CLAII's	58
2.5. Site www.acime.gov.pt	64
2.5.1. Conteúdos	65
2.5.2. Funcionalidades	69
2.5.3. Estatísticas	71
2.5.4. Gestão do site	73
2.6. Programa Nós	73
2.6.1. Audiências	74
2.6.2. Um espaço para todos	75



2.6.3. Conteúdos	75
2.6.4. Divulgação	77
2.6.5. Rentabilização dos conteúdos do programa	78
2.6.6. Protocolo com a RTP	79
2.7. Programa de Rádio “Gente como Nós”	79
2.8. Anuário da Imigração	80
2.9. Apoio a Edições	80
2.10. Acções de Informação	81
2.10.1. Campanha de Divulgação “Linha SOS Imigrante”	81
2.10.2. Campanha de Informação sobre a Lei da Nacionalidade	83
3. Soluções para resolver problemas: Uma administração mais próxima do Imigrante	85
3.1. Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI)	87
3.1.1. Organização e funcionamento	87
3.1.2. Serviços de Apoio	88
3.1.3. Mediadores sócio-culturais	89
3.1.4. Atendimentos	91
3.1.5. Instituições	96
3.1.6. Gabinetes de Apoio	104
3.1.7. Equipas de Terreno	111
3.1.8. Avaliação	112
3.2. Serviço de Tradução Telefónico (STT)	113
3.2.1. Funcionamento	114
3.2.2. Interlocutores	115
4. Combate à discriminação e ao racismo	119
4.1. Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR)	121
4.1.1. Enquadramento legal	121
4.1.2. Competências	121
4.1.3. Composição	122
4.1.4. Reuniões realizadas e conclusões	123
4.1.5. Actividades da Comissão Permanente	125
4.1.6. Proposta de reforma da actual legislação contra a discriminação racial	128
4.1.7. Processos/Queixas tratados	128
4.2. Publicações e acções específicas	132
5. Sensibilização da opinião pública para o acolhimento e a tolerância	133
5.1. Prémio “Imigração e Minorias Étnicas - Jornalismo pela Tolerância”	135
5.2. Semana da Diversidade Cultural	137
5.3. Comemorações do Dia Mundial da Tolerância	138
5.4. Celebrar o acolhimento: perspectivas sobre acolhimento em contexto educativo	139
5.5. Comemorações do Dia Internacional do Migrante	139
5.6. Apoio a iniciativas e eventos culturais	140



6. Pelos Imigrantes, com os Imigrantes	145
6.1. Apoio às Associações de Imigrantes	147
6.1.1. Acções de promoção e divulgação do Associativismo	147
6.1.2. Reconhecimento de representatividade das Associações de Imigrantes	148
6.1.3. Apoio técnico e financeiro às Associações de Imigrantes	153
6.2. Acções de capacitação para líderes associativos	155
6.3. Parcerias com Associações de Imigrantes	157
6.4. Mediadores Sócio-Culturais	158
6.5. O ACIME junto das Comunidades	159
6.6. Apoio a iniciativas de ONG que trabalham para imigrantes	164
6.6.1 Centro Pedro Arrupe	164
6.6.1.1 Parceiros	165
6.6.1.2 Objectivos específicos e serviços prestados	165
6.6.2 Projecto de Casa para Doentes Estrangeiros	167
6.6.2.1 Justificação do Projecto	167
6.6.2.2 Objectivo e serviços prestados	167
7. Conhecer mais para agir melhor	169
7.1. Observatório da Imigração	171
7.1.1. Estudos e Publicações	171
7.1.2. Site OI	176
7.1.3. Parcerias	179
7.1.4. Protocolos de colaboração com Centros de Investigação	180
7.1.5. Internacionalização OI	180
7.2. Protocolo para a realização de Projectos de Investigação com a FCT	181
7.3. Co-organização da Conferência Internacional Metropolis	182
7.3.1. Jornal da Conferência	183
7.3.2. Organização de Workshops e Visitas de Estudo, e Comunicações da Equipa ACIME durante a conferência	184
7.3.3. <i>Stand</i> informativo do ACIME	186
7.4. Organização de Seminários e Workshops. Participação em Conferências	186
7.4.1. Seminários sobre Políticas de Integração de Imigrantes	186
7.4.2. Seminários sobre Descendentes de Imigrantes	187
7.4.3. Seminários sobre Media e Imigração	189
7.4.4. Outros Seminários	190
7.4.5. Participação em Conferências, Colóquios, Seminários	192
7.5. Grupos de Trabalho Temáticos ACIME	196
7.5.1. Grupo de Trabalho Estudantes Estrangeiros Universitários	196
7.5.2. Grupo de Trabalho Saúde e Imigração	198
7.5.3. Integração no Mercado de Trabalho	199
7.5.4. Grupo de Trabalho Habitação	201
7.5.5. Grupo de Trabalho Descendentes de imigrantes	202
7.5.6. Grupo de Trabalho Investigadores que trabalham sobre imigração e minorias étnicas	204
7.5.7. Grupo de Trabalho sobre o Ensino do Português para estrangeiros	204
7.5.8. Grupo de Trabalho sobre Mediadores sócio-culturais	205



7.6. Participação em Grupos de Trabalho Externos	206
7.6.1. Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Imigração e Demografia - INE	206
7.6.2. Gaining from Migration – OCDE	206
7.6.3. Grupo de Trabalho de Preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia sobre Saúde e Migrações	207
7.6.4. Fórum Gulbenkian Imigração	207
7.6.5. Grupo de Trabalho de Preparação do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural	207
7.7. Centro de Documentação do ACIME	208
7.7.1. Horário e localização	208
7.7.2. Utilizadores	208
7.7.3. Acervo do Centro de Documentação	208
7.7.4. Objectivos	209
7.7.5. Atendimento	209
7.7.6. Atendimento não presencial	210
7.7.7. Visitas de estudo	210
7.7.8. Estágios	210
7.7.9. Distribuição e disseminação das publicações do ACIME	210
8. Promoção da Interculturalidade	213
8.1. Gabinete de Educação e Formação (EntreCulturas)	215
8.2. Bolsa de Formadores	216
8.2.1. Enquadramento	216
8.2.2. Objectivos	216
8.2.3. Plano de Formação	216
8.3. Acções de Formação	217
8.3.1. No âmbito da Bolsa de Formadores do ACIME	217
8.3.2. Acções de Formação dinamizadas pelo Gabinete de Educação e Formação	218
8.3.3. Acções de formação de longa duração	220
8.4. Visitas de Estudo	223
8.5. Projectos Europeus	224
8.5.1. Projecto Compractice – Programa Socrates/Comenius	224
8.5.2. Immigrant Pupils with SEN: Cultural Diversity and Special Needs Education (European Agency for Development in Special Needs Education)	224
8.5.3. Projecto ICOPROMO - Intercultural Competences for Professional Development (Programa Leonardo da Vinci)	224
8.5.4. Rede Europeia das Cidades Educadoras	225
8.6. Produção e divulgação de materiais	225
8.6.1. «Um livro... uma história... interculturais»	225
8.6.2. Colecção «Percurso... em Nós»	225
8.6.3. Colecção «Estudos e Práticas»	226
9. Questões de Género	229
9.1. Parcerias e Grupos de Trabalho	231
9.1.1. Conselho para as Questões da Igualdade	231
9.1.2. Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão	232
9.2. Publicações	234
9.3. Participação em Seminários e Conferências	234



10. Comunidade Cigana	237
10.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI)	239
10.2. Associações da Comunidade Cigana	240
10.3. Publicações	241
10.4. Participação em actividades realizadas por outras entidades e/ou projectos que desenvolvem actividades na área da promoção social e cultural dos ciganos	242
10.5. Projectos Europeus	245
10.5.1. Projecto “SASTIPEN”:	245
10.5.2. Projecto ROMA EDEM (2004-2006)	245
11. Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)	249
11.1. Enquadramento	251
11.2. Constituição	252
11.3. Reuniões e Decisões do COCAI	255
11.4. O COCAI e as leis da “Imigração” e da Nacionalidade	256
11.4.1. Lei de Imigração	256
11.4.2. Lei da Nacionalidade	256
12. Relações Internacionais	257
12.1. Ao nível da União Europeia	259
12.1.1. Coordenação da Rede Europeia de Empresários Étnicos	259
12.1.2. European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC)	260
12.1.3. Grupo de Trabalho sobre a Agenda Comum para a Integração	261
12.1.4. Preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia na vertente Saúde e Imigração	261
12.1.5. Preparação do Ano do Diálogo Intercultural	262
12.1.6. Programas e Projectos	262
12.1.6.1. Programa EQUAL	262
12.1.6.2. Projecto INTI I ³	264
12.1.6.3. Projecto INTI	265
12.1.6.4. Projecto <i>LAP's and RAP's</i>	265
12.2. Ao nível do Conselho da Europa	266
12.2.1. European Commission Against Racism and Intolerance	266
12.2.2. Programa Pestalozzi do Conselho da Europa- Formação de Formadores em Educação Intercultural	266
12.3. Ao nível da OCDE	267
12.3.1. Grupo de Trabalho Gaining from Migration	267
12.3.2. Relatório da OCDE The Integration of immigrants into the labour market: the case of Portugal	267
12.4. Relações Bilaterais	267
12.4.1. Comissão Conjunta Portugal - Cabo Verde para a Integração dos Imigrantes	267
12.4.2. Protocolo de Cooperação e Assistência Técnica em matéria laboral entre Portugal e Espanha	268
12.5. Outras Parcerias Internacionais	268



B - ESCOLHAS	271
1. O Programa Escolhas 2ª Geração	273
1.1. Objectivos	273
1.2. Projectos Aprovados com Financiamento	275
1.3. Acompanhamento e Avaliação	275
1.4. Centros de Inclusão Digital	277
1.5. Actividades Globais	279
1.6. Parcerias	282
1.7. Avaliação Externa	282
2. Orçamento e Indicadores de Execução E2G	283
2.1. Total de Destinatários e de Sessões de Trabalho	283
2.2. Destinatários por Medida	283
2.3. Destinatários por Grupo Etário	284
2.4. Destinatários por Nível de Escolaridade	284
2.5. Destinatários por Sexo	285
2.6. Execução Financeira	285
3. Formação Contínua	287
3.1. Pós-Graduação “Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática”	287
3.2. Encontros Regionais e Nacional	288
3.3. Outras Acções	290
4. Produção e Divulgação de Materiais	291
4.1. Site do E2G	291
4.2. Revista Escolhas	292
4.3. Escolhas: Diversidade em Acção	294
4.4. Vídeos	294
5. A Nova Versão do Programa Escolhas 2006-2009	295
5.1. Objectivos	295
5.2. Processo de Candidaturas	297
5.3. Divulgação	297
5.4. Candidaturas Recebidas	300
5.5. Avaliação das Candidaturas	305
5.6. Projectos Aprovados	309



NOTA DE ABERTURA

Na sua missão de serviço aos Imigrantes - e, através dela, a Portugal e aos Portugueses - o *Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)* promoveu, no início de um novo mandato, em Setembro de 2005, uma profunda reflexão interna e um conjunto de audições externas - das quais se destacam o COCAI e as Associações de Imigrantes - para avaliar o trabalho desenvolvido e, sobretudo, para conceber o seu Plano de Actividades para o triénio 2005/2008.

Esse *Plano de Actividades do ACIME*, apresentado em Novembro de 2005, englobava o trabalho específico do **ACIME**, do Secretariado **Entreculturais** e do Programa **Escolhas**. Pretendia corresponder aos compromissos do Programa do XVII^o Governo Constitucional e assumiu-se como um **roteiro** para um triénio. Um ano volvido é importante apresentar o *Relatório de Actividades do último quadrimestre de 2005 (desde o início do actual mandato) e de 2006*, sinalizando as acções previstas e já executadas, bem como as que estão por cumprir.

De todo o Relatório queremos destacar desde logo, nesta Nota de Abertura, a aprovação, regulamentação e entrada em vigor da nova Lei da Nacionalidade que constitui um dos maiores avanços na integração dos imigrantes nos últimos anos. Por outro lado, é importante prestar contas sobre a execução das sete novas iniciativas estruturantes enunciadas no Plano de Actividades, que resultavam das prioridades atribuídas por todos os parceiros ouvidos e da visão estratégica do Governo para a política de imigração em Portugal. Assim:

I - Plano Nacional para o Acolhimento e Integração de Imigrantes

Proposta: Elaboração do PNAII que, partindo do diagnóstico já disponível sobre as principais questões do acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, faça uma listagem sectorial (Trabalho, Habitação, Saúde, Educação, Segurança Social,...) das respostas já existentes e/ou a desenvolver para melhorar o acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal.

Resultado: Depois de um processo de consultas que se revelou mais longo que o previsto inicialmente, **foi elaborado e apresentado no dia 18 de Dezembro de 2006 para discussão pública, o PLANO PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES** (anexo 1). Este Plano envolve a participação de 13 Ministérios e propõe uma abordagem holística da integração de imigrantes, através de 123 medidas, quer de carácter sectorial, quer transversal. A conclusão do debate público terá lugar no dia 5 de Janeiro de 2007 e espera-se a aprovação em Conselho de Ministros até ao fim de Janeiro.



II - Contributo para a revisão da política de admissão e permanência de imigrantes em Portugal.

Proposta: A partir da experiência do ACIME, e particularmente do conhecimento acumulado no trabalho diário dos Centros Nacionais e Locais de Apoio ao Imigrante, bem como da reflexão e aconselhamento do COCAI, elaborar um documento contendo propostas para a revisão da lei de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros. A intenção é privilegiar uma política de admissão e permanência que se potencie à dinâmica da economia portuguesa no encontro entre procura e oferta de mão-de-obra complementar, que seja pró-activa e célere e que trabalhe a dimensão do acolhimento e integração como fundamental e desde o país de origem, até à plena integração em Portugal.

Resultado: Foi elaborado o **documento** referido e entregue à tutela, para consideração superior. Foi igualmente organizada uma **sessão extraordinária do COCAI**, no dia 22 de Junho, para uma **apresentação prévia do Ante-projecto da nova Lei**, com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna e o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna. **Das propostas apresentadas, algumas foram acolhidas e incluídas no documento final.** A proposta de Lei foi aprovada na generalidade na Assembleia da República, no dia 19 de Dezembro, faltando agora a discussão na especialidade, homologação e regulamentação.

III - Aposta na Integração de Proximidade – O novo conceito de CLAIIs.

Proposta: Promover uma diferenciação do modelo dos CLAIIs para que se constituam como plataformas promotoras do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, com capacidade de interacção com estruturas locais. Enquanto Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) terão como missão ir além da informação e procurarão apoiar o processo multivectorial de integração. Nesta iniciativa procurar-se-á expandir a rede dos CLAIIs dos actuais 42 para 80 no final do mandato.

Resultado: Foi lançado o conceito dos CLAIIs de 2ª geração conforme previsto, tendo sido operacionalizados **cinco CLAIIs** respectivamente em Braga, Aveiro, Leiria, Loures e Queluz. No crescimento previsto do número total de CLAIIs no período considerado, foram **inaugurados 17 novos CLAIIs (crescimento de 40 %)** atingindo-se o número de 57 Centros a funcionar. **O número de atendimentos cresceu 30%.**

IV - “ACIME junto das Comunidades” – Presença do ACIME nos bairros/comunidades imigrantes

Proposta: Cultivando uma política de maior proximidade às comunidades, o ACIME desenvolverá um programa de trabalho de 3-4 dias em bairros seleccionados, com a presença nesse período do AC e de parte da equipa, em contacto com o tecido social e associativo local e em associação com outros parceiros institucionais.



Resultado: Foram concretizadas **três acções** do projecto “ACIME junto das Comunidades”, nos concelhos de **Loures** (Quinta da Serra e Terraços da Ponte), do **Seixal** (Arrentela) e da **Amadora** (Santa Filomena e 6 Maio). Cada uma destas iniciativas incluiu visitas e reuniões de trabalho com Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Escolas, Centros de Saúde, Associações de Imigrantes, PSP, entre outras instituições.

V – Equipa móvel de Formação para o Acolhimento e a Integração

Proposta: Procurando descentralizar o esforço de sensibilização e mobilização para a causa do acolhimento e integração, constituição de uma Bolsa de Formadores, capaz de desenvolver em qualquer região do País acções de formação e informação sobre Imigração e Minorias Étnicas. Acções em parceria com Autarquias, Escolas, Empresas, Associações.

Resultado: Efectuada a formação de formadores e **operacionalização do funcionamento da Bolsa com 25 formadores**. Em 2006 foram realizadas por esta equipa **186 acções de formação** que atingiram **16.215 formandos**. As áreas temáticas de formação mais solicitadas foram “Mitos e Factos sobre Imigração”, “Lei da Nacionalidade” e “Educação Intercultural”.

VI – Escolhas 3ª Geração – prioridade absoluta aos descendentes de imigrantes e de minorias étnicas.

Proposta: Continuação do Programa Escolhas com uma especialização e maior foco do Escolhas 3ª Geração nos descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, sem exclusividade mas com prioridade.

Resultado: **O Programa Escolhas foi renovado por mais três anos**. Após a selecção das candidaturas apresentadas, o número de projectos financiados cresceu de 86 para 120, o que corresponde a **50% de acréscimo em relação à etapa anterior do Escolhas**, verificando-se o mesmo crescimento nos meios financeiros alocados ao Programa, que atingiu os **10 milhões de euros por ano**. Dos projectos aprovados para o próximo triénio, **cresceu de 53% para 77% o número daqueles que incluem como destinatários crianças e jovens descendentes de imigrantes ou de minorias étnicas**.

G - Grandes eventos de sensibilização da opinião pública portuguesa

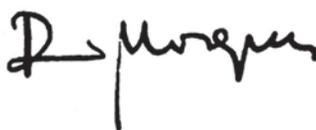
Proposta: Apoio e/ou realização de grandes eventos que sensibilizem a opinião pública portuguesa para o acolhimento e integração, nomeadamente o IIº Congresso Imigração em Portugal (Maio 2006), a Conferência Metropolis Internacional (Out. 2006), a Conferência do cinquentenário da Fundação Calouste Gulbenkian “Imigração: ameaça ou oportunidade?” (Março 2007) e o Forum de Povos e Culturas (Maio 2008).



Resultado: Das iniciativas referidas para execução em 2006, o IIº Congresso sobre Imigração em Portugal foi adiado para Maio de 2007 por se ter considerado estratégica a concentração de meios na **Conferência Metropolis Internacional** que se realizou em Lisboa, de 2 a 6 de Outubro de 2006. Contando com a participação de cerca de 900 participantes, de 49 países, proporcionou a realização de oito sessões plenárias e de cerca de oitenta *workshops* em diferentes áreas temáticas.

De igual forma, o ACIME teve participação activa enquanto no **Fórum Gulbenkian Imigração** e foi apresentada uma candidatura à Comissão Europeia para a realização de uma grande iniciativa no quadro do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Na certeza de que há ainda um longo caminho para percorrer, não deixamos de registar os progressos alcançados durante este último ano, fruto da congregação de esforços de muitas instituições e de inúmeros profissionais. A todos o reconhecimento pelo sucesso alcançado. Fica o desafio e o desejo que em 2007 se consolidem os avanços alcançados.



Rui Marques

Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas



CAPÍTULO 1.

GRANDES LINHAS DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES







O crescimento do número de imigrantes que procuram Portugal tem sido acompanhado pela consolidação de políticas de acolhimento e integração que se reflectem quer em princípios políticos gerais, quer em iniciativas legislativas, quer ainda em respostas operacionais muito concretas. Sublinham-se neste Relatório, a definição feita dos princípios-chave do acolhimento e integração de imigrantes, as actualizações legislativas para o acesso à Nacionalidade, na regulação da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros (vulgo, Lei de Imigração) e ainda ao nível do ACIME, a actualização do seu enquadramento legal, a sua equipa e o orçamento de actividades.

1.1. Sete Princípios-Chave

Portugal, com uma longa história de país de emigrantes tornou-se, também, no final do século XX um país de acolhimento de imigrantes. Hoje, populações de diferentes nacionalidades constituem já 4,2% da população residente em Portugal (cerca de 420.000 imigrantes legais no final de 2005) e 8% dos activos. Segundo dados dos Recenseamentos Gerais da População, de 1960 para 1981, a população residente em Portugal cresceu 11% e a população estrangeira residente 269%. Depois de 1993, o saldo migratório português foi sempre positivo, situação que desde 1960 só tinha também acontecido após a descolonização, entre 1974 e 1981. O crescimento das últimas décadas é ainda mais significativo se tivermos em consideração que entre 1981 e 2001 a população estrangeira aumentou mais do que seis vezes, enquanto que o total da população residente em Portugal aumentou, no mesmo período, apenas 5%.

Portugal beneficiou nestas últimas décadas desta presença. Os imigrantes contribuíram significativamente para o processo de desenvolvimento acelerado que o nosso País viveu. A sua contribuição de 5% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, com particular destaque para os sectores da Construção Civil (15%); Hotelaria e Restauração (11%) e Serviços e Empresas (10%); o saldo positivo da sua contribuição para as contas do Estado – 243 milhões de euros, em 2002 – ou ainda a contribuição para o equilíbrio da pirâmide demográfica, são alguns exemplos evidentes dos impactos positivos dos imigrantes para Portugal.

Este novo contexto exigiu também da sociedade portuguesa o desenvolvimento de uma política de acolhimento e integração de imigrantes mais consistente, coordenada desde 1996¹ pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), órgão dependente do Ministro da Presidência. A política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal é orientada por sete princípios-chave que influenciam directamente os programas e as acções concretas que diferentes instituições públicas desenvolvem ao serviço dos imigrantes.



1. Em rigor, entre 1996 e 2002 pelo gabinete do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e a partir de 2002 pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

1. A Igualdade de direitos e de deveres entre cidadãos nacionais e estrangeiros que se encontrem em Portugal, com excepção de alguns direitos políticos, situa-se como princípio inspirador determinante. Assim, o combate a todas as formas de discriminação e o efectivo exercício de direitos e deveres dos imigrantes determina o que defendemos nas políticas de imigração: acesso igual ao Trabalho, à Saúde, à Educação, à Segurança Social, à Justiça e a todas as outras áreas sectoriais. De igual modo, o respeito pela Lei, a participação cívica ou o pagamento de impostos são obrigações que os imigrantes devem cumprir, da mesma forma que os nacionais.

2. Torna-se evidente, no entanto, que muitas vezes a igualdade não chega. Os imigrantes, particularmente os recém-chegados, têm desvantagens competitivas ou vulnerabilidades específicas que exigem acções positivas que permitam a efectiva igualdade. Para tal objectivo, inspirados pelo princípio da **Hospitalidade**, desenvolvem-se em Portugal, à semelhança de outros países, Programas e Acções que permitam acolher bem os imigrantes.

3. O exercício da Igualdade conduz-nos ao princípio da plena **Cidadania**. Ainda que não-nacional, defendemos que o imigrante é um cidadão de pleno direito. É construtor activo de uma comunidade de destino, ainda que não tenha uma origem comum. Mesmo as restrições ainda colocadas ao nível da participação política, devem progressivamente desaparecer, pois não chega a participação política ao nível autárquico que a Constituição Portuguesa já prevê. Forma suprema de acesso à cidadania, a aquisição da nacionalidade portuguesa tornou-se também mais fácil a partir de 2006. A nova Lei da Nacionalidade deu particular destaque para os descendentes de imigrantes que agora beneficiam de várias possibilidades de chegarem à nacionalidade portuguesa.

4/5. Esta visão tem como outra consequência na política de imigração: a afirmação dos princípios da **Co-responsabilidade** e da **Participação**. Só se constrói uma sociedade inclusiva através do respeito pelo princípio da plena participação cultural e política de todos os cidadãos - nacionais e imigrantes - que constituem, num determinado tempo e espaço, uma sociedade. Os imigrantes devem ambicionar essa participação e, sobretudo, a sociedade de acolhimento deve estar aberta a essa participação na polis. Desta forma, é esperado que os imigrantes, enquanto cidadãos, sejam participantes e co-responsáveis pelo Bem comum e, particularmente na política de imigração, sejam parte da solução.

6. Num outro domínio particularmente sensível nos nossos dias - a gestão da diversidade cultural - a opção portuguesa é muito clara e passa pela afirmação do princípio da **Interculturalidade**. Num quadro de respeito mútuo e dentro da Lei, promove-se a afirmação da riqueza da *diversidade em diálogo*. Mais do que uma coexistência pacífica de diferentes comunidades, o modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural, sem aniquilamentos, nem imposições. Muito mais do que a simples aceitação do “outro” o modelo intercultural propõe o acolhimento do “outro” e a transformação de ambos com esse encontro.



7. Finalmente, a construção da política de imigração em Portugal está marcada pelo princípio do **Consenso**. A permanente busca em torno das questões da imigração, através do diálogo e da negociação, de um consenso político e social alargado não é uma mera questão táctica. Representa uma opção essencial para afastar a política de imigração de terrenos fracturantes onde florescem argumentos populistas anti-imigração, como se tem verificado em muitos países europeus.

Estes sete princípios são mobilizadores, quer para o Estado, quer para a Sociedade Civil. Defendemos que o Estado deve assumir-se como principal aliado da integração dos imigrantes. Este objectivo só pode ter sucesso se respeitado o princípio da permanente cooperação entre diferentes instituições do Estado, procurando respostas articuladas, transversais e multisectoriais. Particular atenção deve ser dada à dimensão local do acolhimento, promovendo uma integração de proximidade. Em simultâneo, é fundamental reforçar a aliança com instituições da sociedade civil, potenciando a sua intervenção generosa, flexível e, normalmente, mais eficiente.

1.2. Plano de Integração dos Imigrantes (PII)

Reconhecendo a importância de ser definida uma estratégia portuguesa de acolhimento e integração de imigrantes, o ACIME promoveu a elaboração do Plano para a Integração dos Imigrantes – PII (anexo 1).

Este trabalho, iniciado em Outubro de 2005, surgiu com o intuito de se definir um instrumento nacional de compromisso do Estado português com os seguintes objectivos:

- promover uma maior mobilização nacional para o acolhimento e integração de imigrantes;
- definir uma visão global e integradora do roteiro de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal;
- definir um programa de referência para o Estado e para a Sociedade Civil para ser executado até 2009;
- promover uma maior aposta na participação e co-responsabilidade dos imigrantes nas políticas de imigração;
- estimular uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Para a elaboração deste plano foram tidos em conta:

- os contributos das Associações de Imigrantes reunidas em Outubro de 2005, bem como as conclusões do 1º Fórum das Estruturas representativas dos Imigrantes em Portugal (Abril 2006).
- as sugestões do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.
- as orientações dos Grupos de Trabalho a funcionarem junto do ACIME (Inserção Laboral, Saúde,



- Descendentes de Imigrantes, Estudantes Estrangeiros,..)
- os estudos realizados no âmbito do Observatório da Imigração² nas principais questões do acolhimento e integração de imigrantes em Portugal (Trabalho, Habitação, Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça, etc.)
 - Os contributos de especialistas no domínio da Imigração.

A partir destes contributos e da avaliação rigorosa das respostas já existentes e dos principais bloqueios que os imigrantes enfrentam na sua vida em Portugal, foram identificadas, pelos vários Ministérios intervenientes, 123 medidas, quer de carácter sectorial, quer transversal:

Áreas Sectoriais:

- Trabalho, Emprego e Formação Profissional (9 medidas);
- Habitação (8 medidas);
- Saúde (11 medidas);
- Educação (15 medidas);
- Solidariedade e Segurança Social (4 medidas);
- Cultura e Língua (11 medidas);
- Justiça (11 medidas);
- Desporto (5 medidas);

Áreas Transversais:

- Acolhimento (3 medidas);
- Descendentes de imigrantes (7 medidas);
- Reagrupamento Familiar (1 medida);
- Racismo e discriminação (7 medidas);
- Liberdade religiosa (2 medidas);
- Associativismo Imigrante (7 medidas);
- *Media* (2 medidas);
- Relações com países de origem (6 medidas);
- Acesso à cidadania e direitos políticos (5 medidas);
- Questões de género (5 medidas);
- Tráfico de seres humanos (4 medidas).

2. Estudos disponíveis em formato digital em <http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=15>



Esta estratégia nacional de iniciativa do ACIME contou, durante o processo de consulta que decorreu no ano de 2006, com a participação e empenho de vários Ministérios, que se implicaram de forma comprometida na execução do roteiro das 123 medidas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal. São eles:

- Ministério da Presidência (SEJD;ACIME;CIDM)
- Ministério da Administração Interna (SEF);
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Cultura;
- Ministério da Justiça;
- Ministério das Finanças e da Administração Pública;
- Ministério da Economia e Inovação;
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social;
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Anteprojecto do PII foi apresentado para discussão pública no dia 18 de Dezembro de 2006, no Dia Internacional dos Migrantes. A conclusão do debate público terá lugar no dia 5 de Janeiro de 2007, tendo sido recebidos vários contributos significativos e realizada uma audição pública das Associações de Imigrantes. Espera-se a aprovação em Conselho de Ministros até ao fim de Janeiro.

Depois da aprovação do PII está prevista a constituição de uma Comissão Interministerial de acompanhamento que, a partir dos indicadores estabelecidos, produzirá relatórios de progresso de periodicidade semestral. Esses relatórios serão também periodicamente apresentados ao COCAI. Assim, o processo de promoção e desenvolvimento do PII tem por base uma estratégia concertada e com a responsabilidade partilhada por parte do Estado e Sociedade Civil.

1.3. O ACIME e as leis referentes à Imigração

1.3.1. Nova Lei da Nacionalidade

As profundas alterações ocorridas em Portugal no decurso dos últimos anos exigiram ao País uma adequação da lei da nacionalidade, obrigando sobretudo a repensar as regras de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, tendo presente que as regras de aquisição da nacionalidade consubstanciam (ou não) um factor de inclusão social.



A Nova Lei trouxe alterações relevantes. No que respeita a Nacionalidade Originária, o artigo 1º traz uma grande novidade ao consagrar a nacionalidade originária dos imigrantes de 3.ª geração. O artigo vem estabelecer que são portugueses de origem os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento. Por outro lado, e no que respeita aos descendentes de imigrantes, este artigo passa a dispor que são portugueses de origem os indivíduos nascidos em território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente, com qualquer título, há pelo menos cinco anos.

Relativamente à Nacionalidade Derivada, a lei também traz novidades. Por um lado vem permitir, no seu artigo 3.º, que a união de facto com mais de 3 anos, judicialmente reconhecida, de um estrangeiro com um nacional português, seja fundamento de pedido de nacionalidade.

Por outro lado, vem estabelecer no seu art. 6º, uma série de novas possibilidades de aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, das quais se destacam as seguintes:

- Relativamente aos cidadãos maiores, a possibilidade de lhes ser atribuída a nacionalidade portuguesa se tiverem residência legal em território português há pelo menos seis anos ou se que aqui tiverem permanecido habitualmente nos dez anos imediatamente anteriores ao pedido.
- No que toca aos menores, a consagração da concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos filhos de estrangeiros que nasceram em território português se, no momento do pedido, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos, ou se o menor aqui tenha concluído o primeiro ciclo do ensino básico.

Finalmente, sublinha-se uma referência à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos netos dos emigrantes portugueses que não tenham perdido essa nacionalidade.

As novidades da Lei da Nacionalidade consubstanciam assim o reforço do “*ius soli*” como critério de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa e a redução de exigências burocráticas, já que o conceito de residência legal passa a ser preenchido com qualquer título válido, e não apenas com a autorização de residência.

O ACIME acompanhou de muito perto o referido processo de alteração legislativa e assumiu um papel relevante na implementação das grandes novidades trazidas pela lei. No decurso do acompanhamento legislativo que foi fazendo desta matéria, o ACIME remeteu diversos contributos e comentários e participou activamente na discussão do teor da lei e da respectiva regulamentação.



O ACIME impulsionou também a instalação de uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais no CNAI de Lisboa. Esta extensão, com competências exclusivas em matéria de nacionalidade, consubstancia mais um serviço para os imigrantes, disponível no CNAI desde a entrada em vigor da Lei Orgânica 2/2006, de 17 de Abril (15 de Dezembro de 2006) numa lógica de atendimento integrado.

Atendendo ao grande número de cidadãos estrangeiros que poderão adquirir a nacionalidade portuguesa por via da nova lei da nacionalidade, o ACIME desenvolveu esforços para a preparação do impacto da respectiva entrada em vigor e sobretudo de informação e de esclarecimento dos cidadãos estrangeiros que se encontram em Portugal em condições, eles próprios ou os seus filhos, de requererem a nacionalidade portuguesa. Para atingir os referidos objectivos o ACIME concebeu e produziu um conjunto de materiais informativos (cartazes, desdobráveis e brochuras) que tem disponibilizado aos imigrantes quer directamente quer através de instituições diversas, escolas, juntas de freguesia, etc.

Simultaneamente, o ACIME proporcionou a realização de uma série de sessões de formação e de esclarecimento, por todo o país, através da sua bolsa de formadores e das mediadoras que integram o Gabinete da Nacionalidade. Este novo Gabinete do CNAI de Lisboa, especialmente criado para acompanhar a entrada em vigor e a implementação da nova lei da nacionalidade, tem desenvolvido grandes esforços na divulgação da nova Lei.

Finalmente, porque se acredita que será avultado o número de crianças e jovens que se encontram em Portugal e a quem a nova lei trará a possibilidade de aceder à plena cidadania, o ACIME entendeu ainda desenvolver um trabalho conjunto com as escolas. Nesse âmbito envolveu crianças, pais e agentes educativos, por forma a fazer chegar a mensagem de forma clara e compreensível a esta população e ainda apoiar e acompanhar estas pessoas na preparação e instrução dos pedidos de naturalização para si e/ou para os seus filhos.

1.3.2. Lei de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros (vulgo “lei da Imigração”)

No decurso do 4.º trimestre de 2005 e de todo o ano de 2006 a matéria relativa à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional continuou a encontrar-se regulada no Dec-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Dec-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

No entanto, o XVII Governo Constitucional, através do Ministério da Administração Interna que tutela esta matéria, entendeu serem necessárias alterações àquele enquadramento legal, processo em que o ACIME participou activamente tendo apresentado propostas e contribuições entre Março e Maio de 2006.



Posteriormente, o ACIME teve oportunidade de acompanhar de perto a respectiva discussão pública, que decorreu entre os dias 31 de Maio e 30 de Junho de 2006. O referencial de posições do ACIME já vinha sendo desenvolvido desde o anterior mandato, com estreita colaboração do COCAI. Algumas das propostas formuladas foram contempladas no anteprojecto de lei que foi discutido na generalidade na Assembleia da República no dia 19 de Dezembro de 2006, designadamente:

- A racionalização e desburocratização dos procedimentos inerentes à admissão e residência de estrangeiros em Portugal;
- A permissão do reagrupamento familiar com membros da família que se encontrem em Portugal, sem restrições quanto à legalidade da permanência;
- A diminuição do prazo concedido ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para apreciação do pedido de reagrupamento familiar;
- A convocação em Autorização de Residência de todos os pedidos de prorrogação de permanência ao abrigo do art. 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril e ao abrigo do Acordo Luso-Brasileiro;
- O alargamento do regime da concessão de Autorização de Residência com dispensa de visto.

O ACIME acompanhou ainda a alteração do enquadramento legal da matéria respeitante ao exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias em território nacional, que veio a ser consagrado na Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto.

Paralelamente, o ACIME deu continuidade ao trabalho de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal e desenvolveu diversos esforços em áreas que suscitam especial preocupação tal como a confirmação do acesso ao ensino dos jovens imigrantes em situação irregular, depois de atingida a maioridade;

1.3.3. Acesso às Prestações sociais por titulares de Autorizações de Permanência

O ACIME lutou pela resolução de algumas situações de clara injustiça na área das prestações familiares e sociais. Fê-lo contribuindo efectivamente para as alterações legislativas respeitantes a esta matéria, designadamente no que respeitou à confirmação do acesso (i) às prestações familiares *maxime*, do abono de família (Decreto Lei n.º 41/2006, de 21 de Fevereiro e Portaria n.º 458/2006, de 18 de Maio), e (ii) às prestações de solidariedade, *maxime*, ao Rendimento Social de Inserção (Decreto Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro) aos detentores de títulos válidos de permanência ou respectivas prorrogações. Segundo dados de Janeiro de 2007 beneficiaram cerca de 4.000 crianças descendentes de imigrantes que anteriormente se encontravam excluídas deste benefício.



Finalmente, o ACIME desenvolveu todos os esforços na defesa da obrigatoriedade de aceitação da inscrição nos Centros de Emprego de titulares de Autorização de Permanência que fiquem desempregados e se encontrem com título de permanência caducado por atrasos no atendimento do SEF.

Nestas iniciativas registou-se também uma intervenção do Senhor Provedor de Justiça, de valor inestimável e com um relevante contributo para o sucesso destas causas.

1.4. Funcionamento do ACIME

1.4.1. Actualização do enquadramento legal do ACIME

Em Fevereiro de 2005, o enquadramento legal do ACIME foi reajustado através do Decreto-Lei nº27/2005, de 4 de Fevereiro, tendo este Gabinete passado a ser definido como um serviço de coordenação de natureza interministerial (Art. 1.º, n.º 1). Para mais, passaram a estar integrados no ACIME os Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante e Centros Locais de Apoio ao Imigrante) que se constituíram como unidades orgânicas de acolhimento, informação e atendimento de cidadãos imigrantes adequadas a facilitar a relação dos utentes com os diversos serviços da administração pública (Art. 4.º A, n.º 1 do referido Dec-Lei).

A capacidade de intervenção do ACIME é expressão de uma consolidação institucional que se mantém hoje em curso. O Programa do XVII Governo Constitucional reforçou a preocupação da integração dos imigrantes e das minorias étnicas na sociedade portuguesa, num plano mais vasto de uma política de imigração que pretende privilegiar valores humanistas. Neste sentido, o Governo entendeu dar mais um passo no percurso de consolidação institucional do ACIME, comprometendo-se com o reforço dos mecanismos de integração dos imigrantes.

No quadro da modernização da Administração Pública, em 27 de Outubro de 2006 ficou consagrada a integração do ACIME na administração indirecta do Estado, através da sua transformação em Instituto Público e foi alterado o nome do Organismo para Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.) (Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro). Ao novo ACIDI IP é atribuída a missão de “colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração social dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como fomentar o diálogo entre as diversas religiões, culturas e etnias” (art. 20.º, n.º 1). Nos termos do n.º 5 do artigo 20.º do referido diploma, o ACIDI, I.P. é dirigido pelo Alto-Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural, que é coadjuvado por um Director. O novo enquadramento legal do Organismo mantém o COCAI e a CICDR a funcionarem junto do ACIDI, I.P.



1.4.2. Orçamento por Actividades

Até 2002, o orçamento do Gabinete do Alto-Comissário era de cerca de 850.000 Euros/ano. Desta plataforma orçamental cresceu-se, nos orçamentos de 2003 e 2004, para cerca de 4,75 milhões de euros por ano, o que representou um acréscimo de 559% em relação à situação anterior. Este acréscimo é portanto mais significativo quando ocorreu em período de consolidação orçamental com grande contenção da despesa pública. Entre 2004 e 2005, por sua vez, verificou-se um crescimento do orçamento global para 5,57 milhões de euros por ano, o correspondente a um aumento de 17%.

Comparando 2006 com 2005, contudo, constata-se uma redução de cerca de 15% (cerca de 0,75 M.€) na execução do orçamento do ACIME, atendendo à política de contenção da despesa pública, como é visível do gráfico seguinte.



Tomando como referência os Orçamentos de 2005 e 2006, foi dada prioridade absoluta a um formato orçamental que privilegiasse os custos variáveis decorrentes de Actividades (81% do Orçamento global, correspondendo a 4.50 M.€ em 2005 e 78% do Orçamento global, correspondendo a 3.70 M.€ em 2006) em detrimento dos custos fixos de Estrutura que representaram somente 19% do Orçamento em 2005 (cerca de 1,07 M.€) e 22% do Orçamento em 2006 (cerca de 1,07 M.€).



Para este esforço muito contribuiu o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a transferência em 2006 de 3,95 M.€ para o orçamento do ACIME que se somaram a 0,80 M.€ provenientes das Receitas Gerais do Estado.



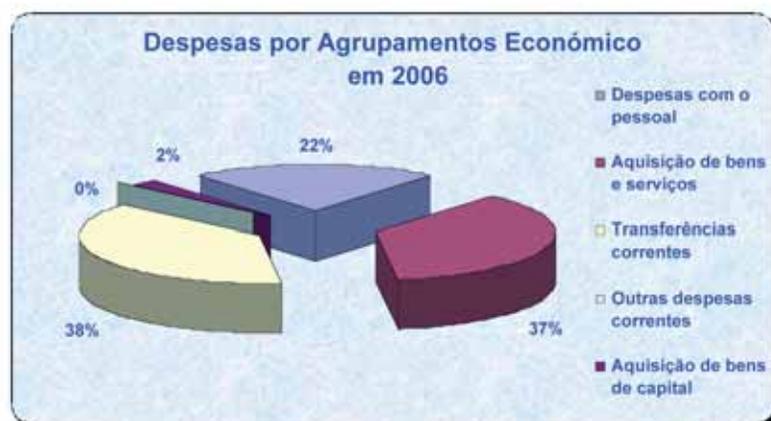
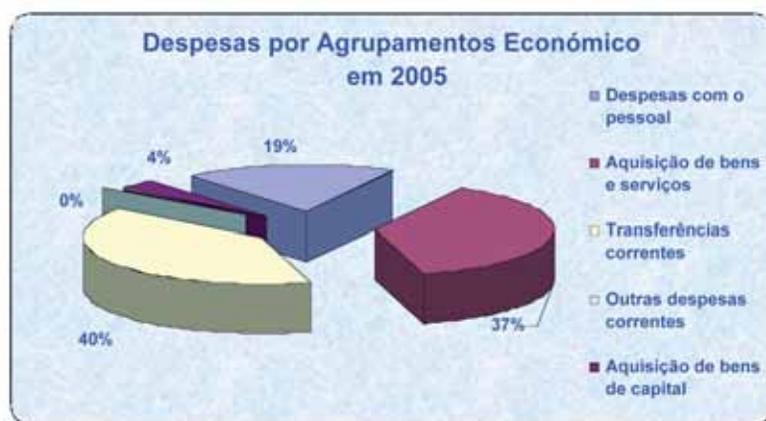
Salienta-se ainda que a aposta estruturante de cooperação estreita com a Sociedade Civil, através de Associações de Imigrantes, ONG's, IPSS's e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham com imigrantes. Esse princípio reflecte-se na conta 04.07.01 de Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos que representa 40% do Orçamento Global em 2005 (cerca de 2,2 M.€) e representa 38% do Orçamento Global em 2006 (cerca de 1,8 M.€). Estes meios orçamentais disponíveis estão a ser dedicados a apoiar e estimular a rede associativa de imigrantes, bem como de associações nacionais que trabalham com imigrantes, promovendo a sua participação na definição e na execução das políticas de imigração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Quanto às despesas com as aquisições de bens e serviços, as mesmas representam Globalmente 37% do total do Orçamento tanto em 2005 (cerca de 2 M.€) como em 2006 (cerca de 1,7 M.€). Estes meios orçamentais disponíveis estão a ser aplicados da seguinte forma:

- na criação e manutenção de interfaces amigáveis e de resposta integrada ao Acolhimento e Integração dos Imigrantes. Saliente-se a este respeito os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, onde estão presentes os organismos públicos com intervenção na área da imigração, bem como também na expressão de gabinetes de apoio e os Centros Locais de Apoio à Integração dos imigrantes, disseminados por todo o país em parceria com autarquias e instituições da sociedade civil;
- na sensibilização da opinião pública para a tolerância e a diversidade enquanto valores civilizacionais estruturantes da sociedade portuguesa, através de acções nos domínios sociais, culturais, artísticos e desportivos;
- na sensibilização dos meios de comunicação social para o seu contributo para a integração dos imigrantes e para o combate à estigmatização dos imigrantes e das minorias étnicas, nomeadamente através do Prémio de Jornalismo pela Tolerância;
- na criação e produção de sistemas de suportes de informação - em papel, telefónico, electrónico e em atendimento presencial aos imigrantes, por forma a facilitar o seu acolhimento e integração em Portugal e promover a sua disseminação pelo território nacional, com particular incidência nas zonas de maior presença de imigrantes;
- no aprofundamento e conhecimento das realidades da Imigração, através de estudos promovidos pelo Observatório da Imigração, de forma a apoiar o desenho, execução e avaliação das políticas públicas neste domínio;
- na promoção da interculturalidade, nomeadamente nos domínios da educação e da formação.



Relativamente às despesas com pessoal, representam globalmente apenas 19% e 22% do Orçamento Global em 2005 e 2006 (cerca de 1,07 M.€ para os dois anos). Estes meios orçamentais representam os custos centrais de pessoal que actuam ao nível de toda a estrutura do ACIME.



1.4.3. Equipa do ACIME

O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas é, actualmente à data do fecho deste Relatório, constituído por uma equipa nuclear de 37 pessoas que se divide entre o ACIME Lisboa e o ACIME Porto, o Programa Escolhas e o Secretariado Entreculturas:



Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas – Rui Marques

Gabinete do Alto-Comissário

Chefe de Gabinete – Bernardo Sousa

Adjunto – Luís Pascoal

Secretária – Teresa Vinagre

Assessores e colaboradores

Directora CNAI Lisboa – Francisca Assis Teixeira

Adjunta da Directora CNAI Lisboa - Marisa Horta

Coordenadora CNAI Porto - Neila Karimo

Adjunto da Coordenadora CNAI Porto - José Guimarães

Responsável GATAIME do Porto - Maria José Lino

Coordenador da Área Administrativa-Financeira - João Vaz

Colaboradora da Área Administrativa-Financeira - Paola Encarnação

Coordenadora da Área de Estudos, Estatísticas e Relações Internacionais – Catarina Reis Oliveira

Assessora para Questões de Género, Saúde e Ensino de Português - Maria Inês Ramirez

Coordenadora da Área de Comunicação – Marta Gonçalves Pereira

Colaboradora da Área de Comunicação - Elisa Luís

Coordenadora da Área de Eventos e Programa Nós - Kattia Hernandez

Coordenador da Área de Sistemas e Tecnologias de Informação – Jorge Alves

Assessora Jurídica - Maria Botelho Moniz

Assessor Jurídico - Duarte Miranda Mendes

Quadros destacados do Ministério da Educação (Equipa Entreculturas)

Coordenadora da Área de Educação e Formação – Isabel Ferreira Martins



Equipa da Educação e Formação:

Filomena Cassis
Isabel Paes
Laura Godinho

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas - Maria Helena Torres
Colaboradora - Ana Cristina Jesus

ESCOLHAS

Equipa Técnica da Zona Norte
Coordenadora Zona Norte - Glória Carvalhais
Técnica Zona Norte - La Salette Lemos

Equipa Técnica da Zona Centro
Coordenador Zona Centro - Jorge Nunes
Técnico Zona Centro - Viegas Bernardo

Equipa Técnica da Zona Sul e Ilhas
Coordenador Zona Sul e Ilhas - Pedro Calado
Técnica Zona Sul e Ilhas - Luísa Cruz

Gestor Nacional Medida IV - Rui Dinis

Técnica para a Formação e Descendentes de Imigrantes - Sandra Mateus

Núcleo Financeiro, Administrativo e Logístico
Coordenador Núcleo - Rui Ferreira

Motoristas

Armando José da Rosa
José Carlos Assunção



A esta equipa nuclear soma-se uma equipa de 80 **mediadores sócio-culturais**, enquadrados através de protocolos com Associações de Imigrantes e ONGs, bem como alguns **prestadores de serviços em área de especialização, sem o contributo dos quais não seria concretizar as actividades evidenciadas neste Relatório.**

Mediadores sócio-culturais

Adnilson Santos; Adrian Ionita; Agnelo Barros; Albertina Afonso; Alexandra Ferreira; Álvaro Gaspar; Ana Coutei-ro; Ana Lúcia Varela ; Ana Luísa Pimentel; Anelide Ferreira, Ângela Lopes, Ângela Ramos, André Costa Jorge, Andreia Santos, Assunção Sousa, Aurora Doana, Bárbara Duque, Belmiro Lopes, Carina Mata, Carolina Ferrei-ra, Cláudia Pires, Concha Tello, Cristina Casas, Cristina Ribeiro, Dória Santos, Eduino Sanca, Elena Oliveira, Elsa Antunes, Emília Santos, Floresbela Pinto, Francisca Judite, Georgina Funny, Germana Tavares, Graciano Barros, Heidi Pinto, Igor Skitsko, Iolanda Brito, Isabel Rolim, Ivan Barbosa, Joana Jianu, João leite, Johnson Marques, Jorge Cardoso, José Carlos Barros, Jucineia Ferreira, Larissa Mikulich, Lígja Almeida, Luís Galvão, Lurdes Português, Lyudmila Tkachuk, Marianna Kasyanova, Marlene Jordão, Miguel Martins, Nadir Delgado, Natália Tarasenko, Natália Trofimova, Nelida Tavares, Noémia Monteiro, Olga Basileeva, Paula Ferreira, Raquel Pereira, Rita Gonçalves, Rosete Ramos, Rute Carvalho, Sabrina Graça, Sandra Pereira, Sarah Negreiros, Sergiu Albu, Serguey Koshelyev, Sónia Almada, Soraya Gonçalves, Susana Godinho, Svetlana Alves, Tatiana Isaka, Teresa Morgado, Valeria Repina, Vanda Reis, Vera Ciubotaru, Victor Gomes, Zélia Cristina Gomes



CAPÍTULO 2.

INFORMAÇÃO, GARANTIA DE EXERCÍCIO DE DIREITOS E DEVERES



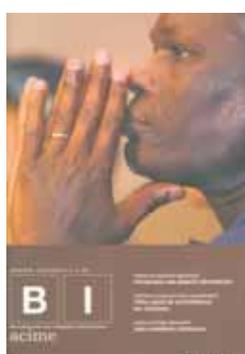




Sem acesso à Informação não há exercício pleno de Direitos, nem cumprimento rigoroso de Deveres.

Uma das grandes prioridades do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas foi a dinamização e reforço de uma rede de informação que se destinasse a vários públicos-alvo (imigrantes, instituições e cidadãos nacionais) por forma a disponibilizar, em várias línguas e suportes, informação útil e prática que respondesse às principais questões que se colocam no domínio da imigração.

2.1. Boletim Informativo

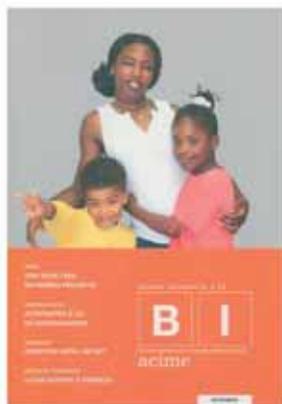


O Boletim Informativo (BI) procurou reforçar a sua componente informativa numa altura em que os assuntos ligados às questões da imigração estão no topo da agenda mediática e são, cada vez mais, uma preocupação da sociedade portuguesa. O BI vai dando conta do que de mais significativo se vai fazendo em Portugal no âmbito da imigração e das minorias étnicas. Com uma dupla missão, o BI disponibiliza com objectividade informação qualitativa e quantitativa e fomenta um espaço privilegiado de opinião e reflexão nas diversas matérias. Por vezes são destacados assuntos ou temas especialmente relevantes que formam pequenos dossiers informativos no boletim.

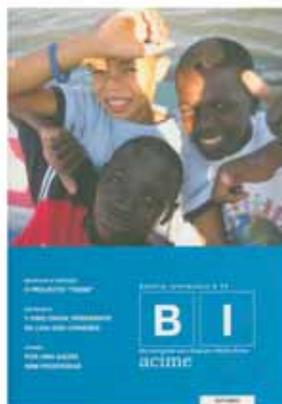
Informativo e formativo, o BI tem sido um contributo relevante para o conhecimento da problemática que envolve os imigrantes que escolhem Portugal como país de acolhimento, tendo alcançado em Dezembro de 2006, 45 edições. Com um formato de 16 páginas, estas últimas 14 edições permitiram um canal de informação directo com um conjunto de destinatários mais alargados (a distribuição foi alargada a 6.000 destinatários), entre os quais se incluíram dirigentes de serviços da Administração Pública, de Associações de Imigrantes, de Autarquias, Jornalistas e Académicos.



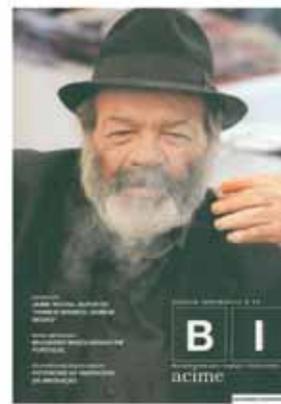
Ao longo das 14 edições, estas foram as capas:



BI nº32 - Setembro 2005



BI nº33 - Outubro 2005



BI nº34 - Nov/Dezembro 2005



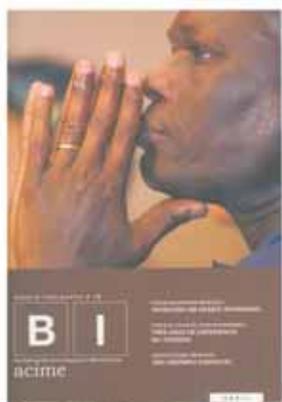
BI nº35 - Janeiro 2006



BI nº36 - Fevereiro 2006



BI nº37 - Março 2006



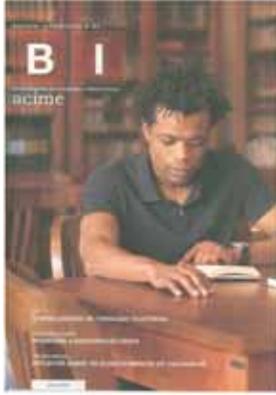
BI nº38 - Abril 2006



BI nº39 - Maio 2006



BI nº40 - Junho 2006



BI nº41 - Agosto 2006



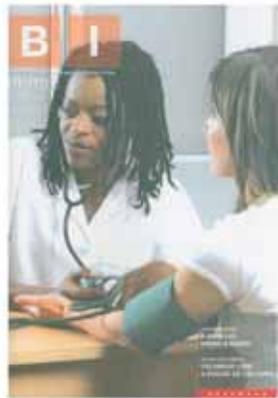
BI nº42 - Setembro 2006



BI nº43 - Outubro 2006



BI nº44 - Novembro 2006



BI nº45 - Dezembro 2006



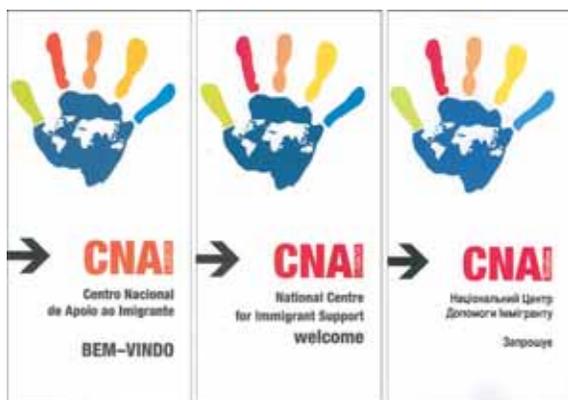
2.2. Folhetos Informativos

Com o objectivo de dar resposta à necessidade de informação útil sobre determinadas matérias que afectam directa ou indirectamente a vida dos imigrantes em Portugal, o ACIME concebeu e publicou materiais informativos específicos, num formato de pergunta/resposta. Alguns destes folhetos foram concedidos e publicados em língua portuguesa, inglesa e russa.

Desenvolvidos prioritariamente para imigrantes, a distribuição destes materiais tem vindo a ser efectuada, na sua grande maioria, através da rede nacional de informação ao imigrante (CNAI's e CLAI's), bem como por via de Associações de Imigrantes, ONG's, Autarquias, Serviços Públicos e de outras pessoas colectivas e singulares interessadas na matéria.

Folhetos publicados:

- Segurança Social (25.000 exemplares);
- Nacionalidade (25.000 exemplares);



- Boas-Vindas CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – em Português, Inglês e Ucriano (5.000 exemplares em cada língua);

- Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) - (25.000 exemplares)

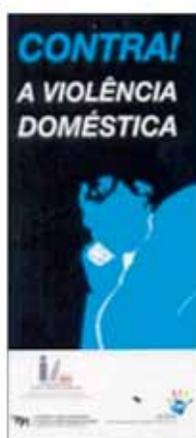


- Queres estudar em Portugal? (15.000 exemplares);



Folhetos informativos publicados em parceria com outras instituições:

- *Contra a Violência Doméstica* – parceria entre o ACIME e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - CIDM (20.000 exemplares)
- *Apoio a Vítimas Imigrantes* – parceria entre o ACIME e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV (10.000 exemplares)



Folhetos em produção:

Em fase de desenvolvimento encontra-se a reimpressão da compilação de folhetos designada Imigração em Portugal, que integra as seguintes temáticas:

- Enquadramento Legal da Imigração em Portugal;
- Acesso à Saúde;
- Acesso à Educação;
- Reconhecimento de Habilitações e Competências;
- Reagrupamento Familiar;
- Retorno Voluntário;
- Meios Jurídicos de Combate ao Racismo;
- Nacionalidade Portuguesa;
- Acesso à Segurança Social;
- Serviços ACIME



2.3. Linha SOS Imigrante

Inaugurada a 13 de Março de 2003, a Linha SOS Imigrante (808.257.257) é um serviço telefónico de atendimento que funciona nas instalações do CNAI Lisboa. Esta linha foi criada com o objectivo de disponibilizar a imigrantes e respectivas associações, bem como a empresas e órgãos da administração pública, um serviço de atendimento telefónico capaz de prestar informação geral sobre as problemáticas da imigração.

Linha
SOS Imigrante



808 257 257

Assim, os principais objectivos do SOS Imigrante são:

- Fornecer telefonicamente toda a informação na área da imigração.
- Responder de imediato às perguntas mais frequentes.
- Responder posteriormente sempre que, pela complexidade da questão, não o seja possível fazer no momento.
- Encaminhar sempre que as questões não sejam do âmbito da Linha SOS.
- Aconselhar e detectar casos de situações graves
- Ajudar a garantir a igualdade efectiva de direitos e deveres no acesso ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação,..
- Acolher e integrar os imigrantes de uma forma cada vez mais humana

As suas linhas estruturantes são:

- Um projecto que envolve como parte activa os próprios os imigrantes, através das suas associações, numa perspectiva de cooperação estreita.
- Uma plataforma inovadora de relacionamento Estado/Sociedade Civil, num espírito de serviço ao bem comum.
- Um ponto de convergência entre as diferentes instituições implicadas na imigração sendo receptor e emissor de toda a informação actualizada.

De forma a melhorar a eficiência do seu trabalho, aumentando o número de telefonemas atendidos e reduzindo o tempo de espera do atendimento, durante 2006 a Linha SOS Imigrante aumentou o número de postos de atendimento, passando a contar com a colaboração de nove operadores, em vez dos anteriores seis. Este aumento do número de operadores permitiu diversificar mais o número de línguas de atendimento e ajustar os turnos em função dos períodos de maior fluxo de chamadas (tendo em conta a experiência de 2005).



De referir ainda que no último ano, no âmbito do projecto CAIM , a Linha SOS Imigrante alargou o seu período de atendimento. Desde Outubro de 2006, o atendimento passou a ser assegurado de segunda-feira a sábado das 8.30 até às 24 horas, sendo que, até essa data, o funcionamento da Linha SOS Imigrante era de segunda a sexta feira, das 8.30 às 20.30h, e ao Sábado num único turno das 8.00h às 14.30h. Suportada numa linha Azul, os custos de chamada correspondem ao custo de uma chamada local para todo o país quando a chamada tem origem numa linha da rede fixa. A partir de redes móveis é necessário ligar o 21 810 61 91 sendo, nesse caso, o custo inteiramente suportado pelo utente.

Ao aceder à Linha poderá solicitar-se atendimento numa das seguintes línguas: português, crioulo (de Santiago e de São-Vicente), inglês, francês, espanhol, russo, ucraniano, bielorrusso e romeno. Desde Junho de 2006, com a criação do Serviço de Tradução Telefónico do ACIME, passou a ser possível recorrer também a esse serviço para o esclarecimento de dúvidas dos cidadãos em outros idiomas não dominados pelos técnicos da Linha.

Para além de ser exigido a esta equipa a sua assiduidade, pontualidade, interajuda e coesão, é assegurada a sua permanente formação jurídica e prática de forma a garantir sempre respostas objectivas e efectivas aos imigrantes. Há pois uma preocupação permanente relativa à exigência no rigor e na forma de atendimento.

Neste âmbito e de forma a assegurar a qualidade de atendimento dos operadores, temos procurado actuar em diferente níveis:

- Ao nível da Formação – garantir uma formação contínua (de reciclagem de conhecimentos) e em acções pontuais (sobre a nova Lei da Nacionalidade, sobre Tráfico de Seres Humanos, por exemplo);
- Ao nível da Avaliação – testes de avaliação de conhecimentos; Avaliação de Desempenho (anual e intermédia).

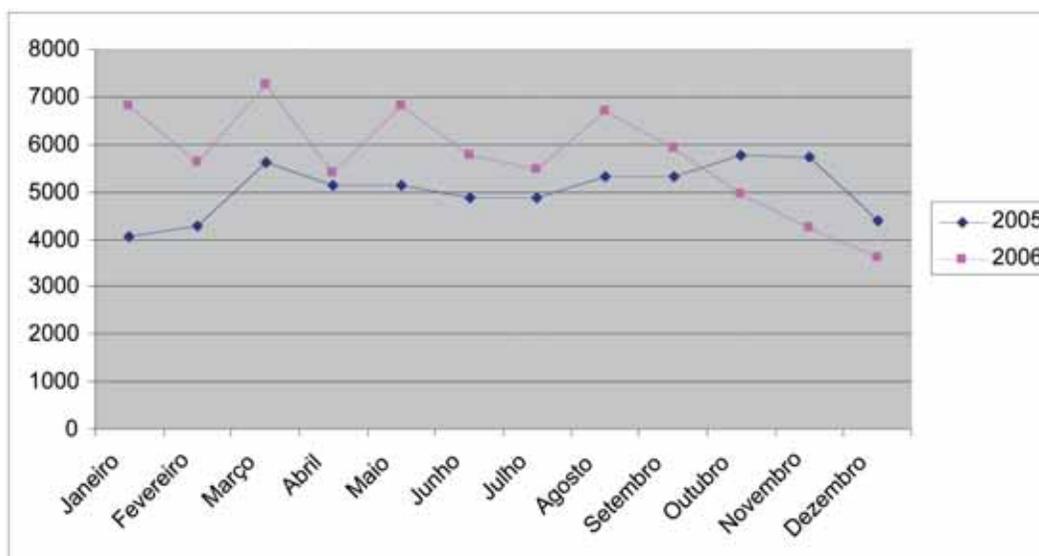


2.3.1. Número de chamadas recebidas

Entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006, a Linha SOS imigrante atendeu um total de 89.738 chamadas telefónicas. Em termos comparativos, entre 2005 e 2006 observou-se um crescimento de 13 % no número de chamadas atendidas.

Nº de chamadas atendidas por mês				
Meses	2005		2006	
	N	%	N	%
Janeiro	4047	6,7	6818	10,0
Fevereiro	4280	7,1	5603	8,2
Março	5617	9,3	7257	10,6
Abril	5136	8,5	5398	7,9
Mai	5144	8,5	6792	9,9
Junho	4861	8,0	5754	8,4
Julho	4878	8,1	5466	8,0
Agosto	5311	8,8	6703	9,8
Setembro	5319	8,8	5923	8,6
Outubro	5774	9,5	4934	7,2
Novembro	5744	9,5	4224	6,2
Dezembro	4408	7,3	3621	5,3
Total	60519	100	68493	100

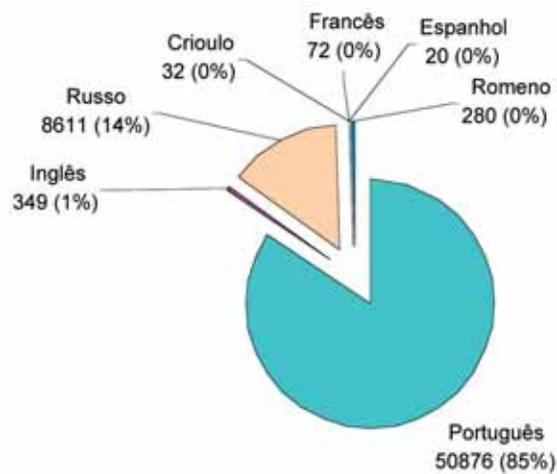
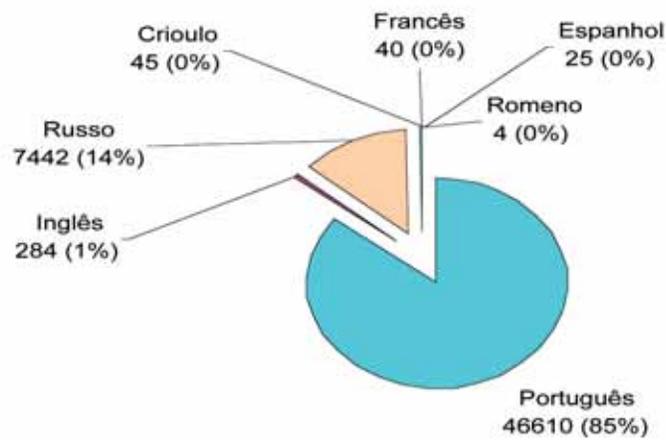
Gráfico comparativo – total de chamadas atendidas por mês em 2005 e 2006





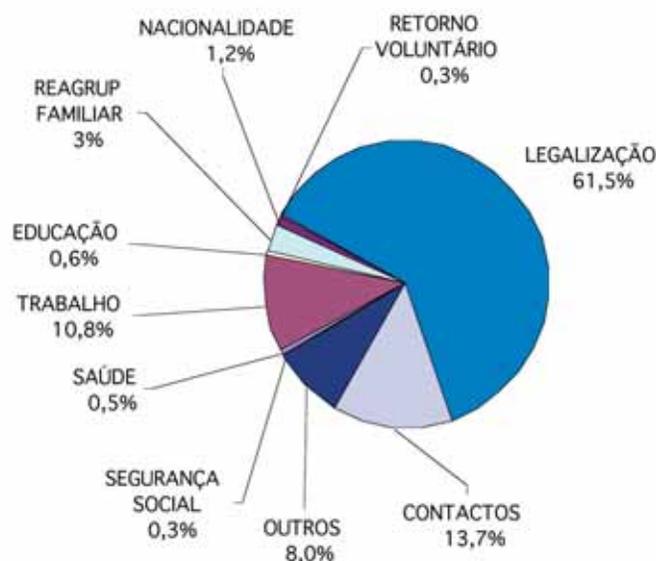
2.3.2. Língua de atendimento

Salienta-se da comparação entre 2005 e 2006 que o português é a língua de atendimento com maior representatividade, seguida do russo. Neste último ano verificou-se também o aumento do número de chamadas em romeno (4 em 2005 para 280 em 2006), consequência da equipa da Linha SOS Imigrante ter integrado, a partir de 2006, uma operadora que assegura os atendimentos nessa língua.

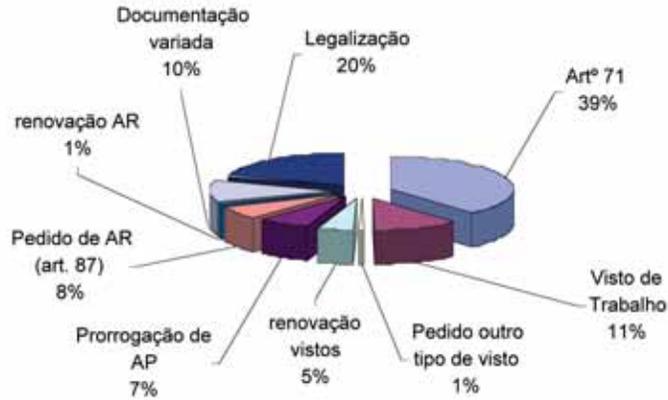


2.3.3. Assuntos abordados

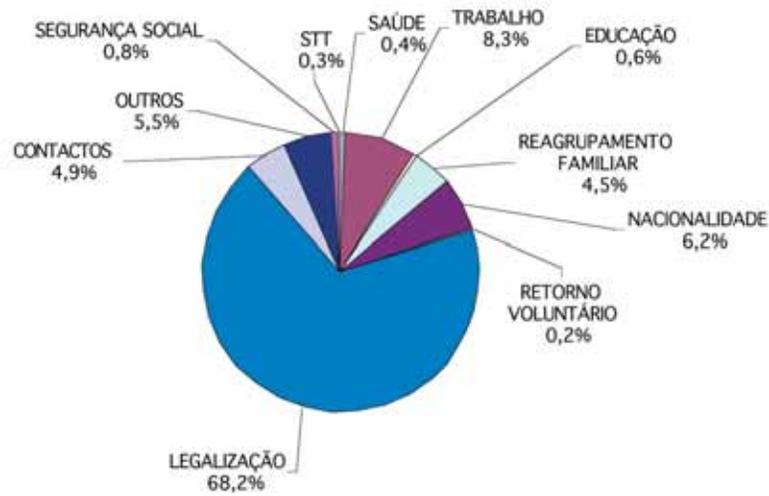
Dos contactos efectuados em 2005, as temáticas mais vezes abordadas foram a legalização (62%) e o trabalho (11%). No mesmo ano, 13,7% das chamadas correspondem a pedidos de contactos vários. Nestas chamadas os utentes são informados da existência de outros organismos onde podem dar seguimento à solução do seu problema. Outros temas abordados, ainda que em menor número foram: Reagrupamento Familiar, Retorno Voluntário, Saúde, Educação, e Nacionalidade.



Atendendo à importância relativa das chamadas feitas com pedidos de esclarecimento sobre a legalização (62%), considerou-se importante detalhar um pouco mais os assuntos abordados nestas chamadas (vd. gráfico em baixo). Em resultado deve destacar-se que em 39% das chamadas os utentes procuraram esclarecer dúvidas acerca do processo do artigo 71º e em 11% dúvidas acerca de pedidos de vistos de trabalho (muitos dos casos relacionados com o Acordo Luso-Brasileiro de Contratação Recíproca de Nacionais). A categoria “Legalização” com 20% das chamadas reflecte os utentes que ligaram com a intenção de se informarem acerca da possibilidade de regularização de cidadãos que não se encontram abrangidos por um processo extraordinário (questionando, por exemplo sobre a perspectiva de existência de novos processos de legalização).



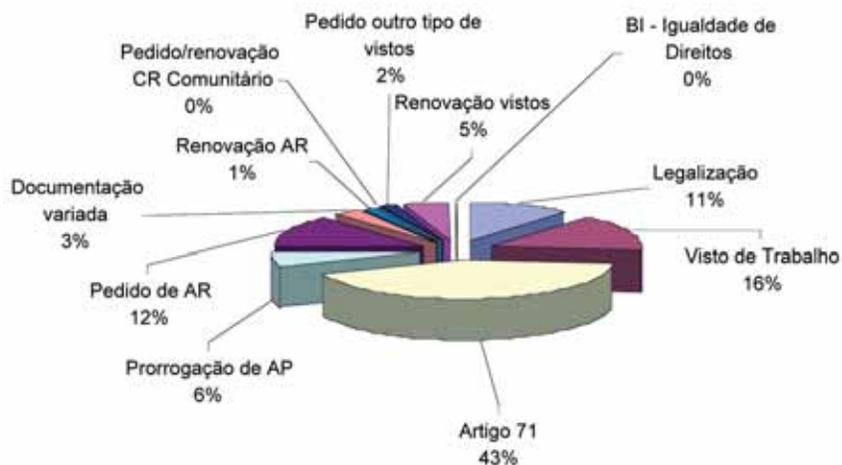
A análise dos dados de 2006 permite detectar que, apesar dos assuntos relacionados com “Legalização” continuarem a ser os mais abordados (68,2%), se verificou um aumento de chamadas relativas a “Nacionalidade” (6,2%), a que não será alheia a publicação e entrada em vigor da nova lei da Nacionalidade.



Detalhando uma vez mais a categoria de chamadas acerca de “legalização” (68%), em 2006, as chamadas relacionadas com o “processo dos CTT” continuaram a representar uma fatia importante dos atendimentos da Linha SOS Imigrante (vd. gráfico em baixo).



Registou-se também um aumento de chamadas relacionadas com o pedido de Autorização de Residência (devido, em grande parte, ao completar dos 5 anos dos titulares de Autorização de Permanência).



2.3.4. Interlocutores

Durante o ano de 2005, a maioria das chamadas foi efectuada por imigrantes (58%). Salientam-se também um grande interesse por parte das entidades patronais.

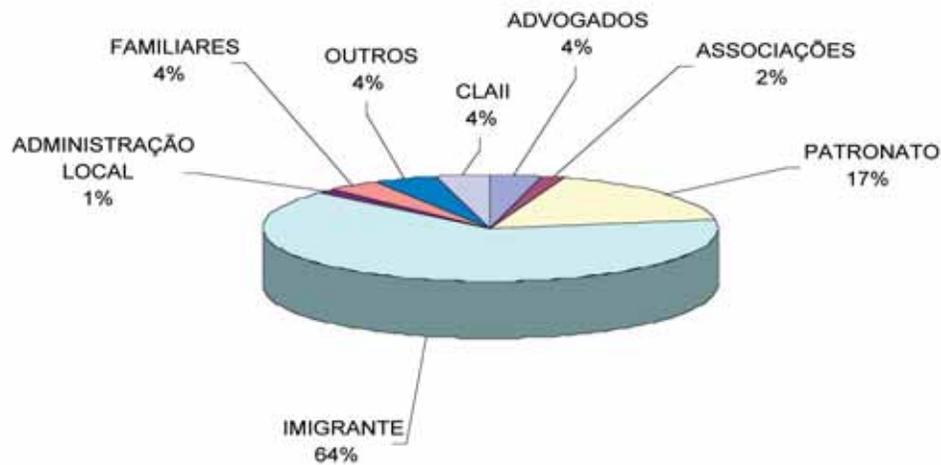




Relativamente às situações que suscitam informações por parte da Linha SOS Imigrante, estas referem-se essencialmente a cidadãos estrangeiros do sexo masculino (54%) e com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos (71%).

Um número significativo desses cidadãos não é titular de qualquer título válido de permanência em Portugal (59%). Entre os cidadãos com situação regular em Portugal, destacam-se os titulares de Autorização de Permanência (59%) e de visto de trabalho (14%) – muitos deles obtidos através do Acordo Luso-Brasileiro de Contratação Recíproca de Nacionais.

Durante 2006 as chamadas provenientes do próprio cidadão imigrante continuaram a representar a percentagem mais significativa dos atendimentos (64%).



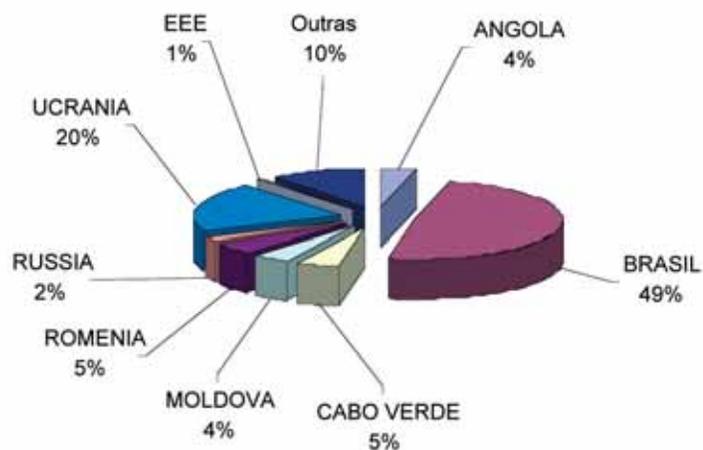
Também à semelhança do que havia sucedido em 2005, as chamadas da Linha SOS Imigrante foram, em 2006, essencialmente referentes a cidadãos do sexo masculino (57%), com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos (93%). A “fatia” mais significativa é ainda a relativa aos cidadãos em situação irregular em Portugal (62%).

Tendo em conta apenas as chamadas relativas a cidadãos com título válido em Portugal, detecta-se que 46% se referem a titulares de Autorização de Permanência, 24% a titulares de Autorização de Residência e 13% a titulares de Visto de Trabalho.

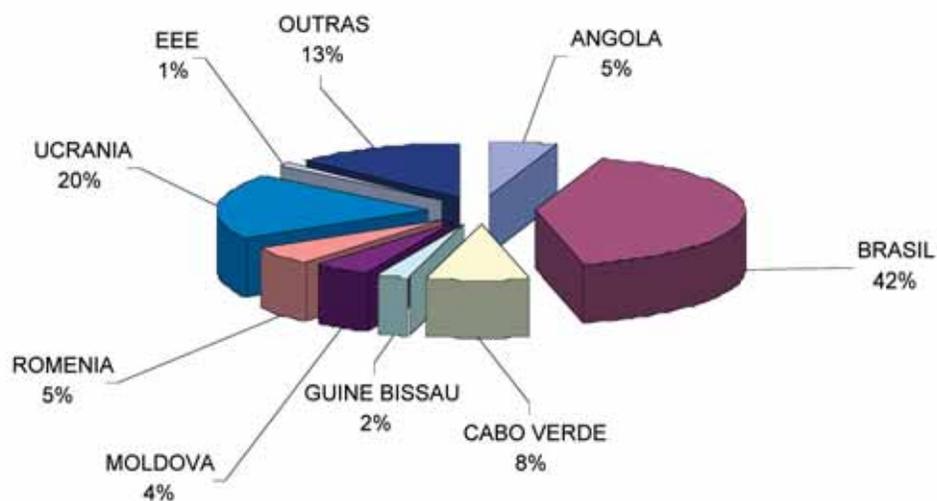


2.3.5. Nacionalidade dos Imigrantes que contactaram a Linha SOS

Em 2005 a Linha SOS Imigrante atendeu chamadas de cidadãos de 126 nacionalidades diferentes. Reflectindo o peso relativo das diferentes populações imigrantes em Portugal, a nacionalidade com maior número de chamadas foi a brasileira (49%), seguida da ucraniana (20%).



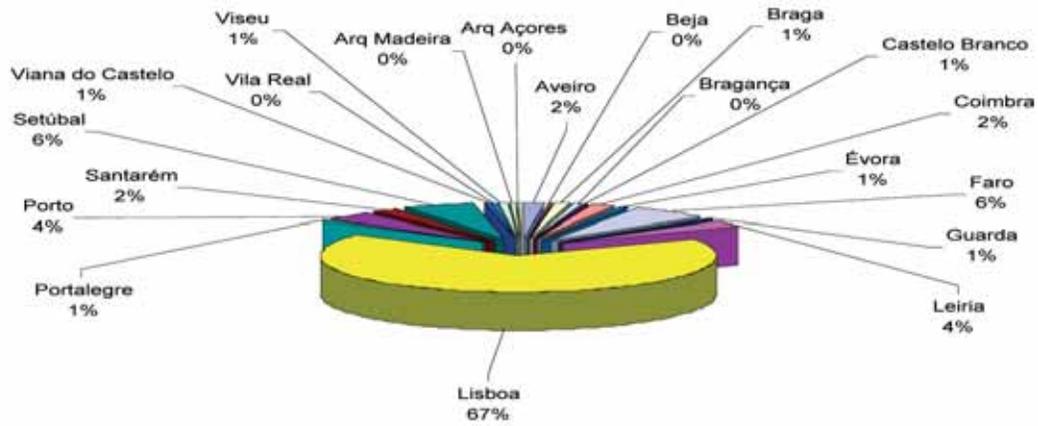
Em 2006 registaram-se chamadas de cidadãos de 121 nacionalidades diferentes, verificando-se uma vez mais a sobre-representação das nacionalidades brasileira e ucraniana, à semelhança do registado em 2005.



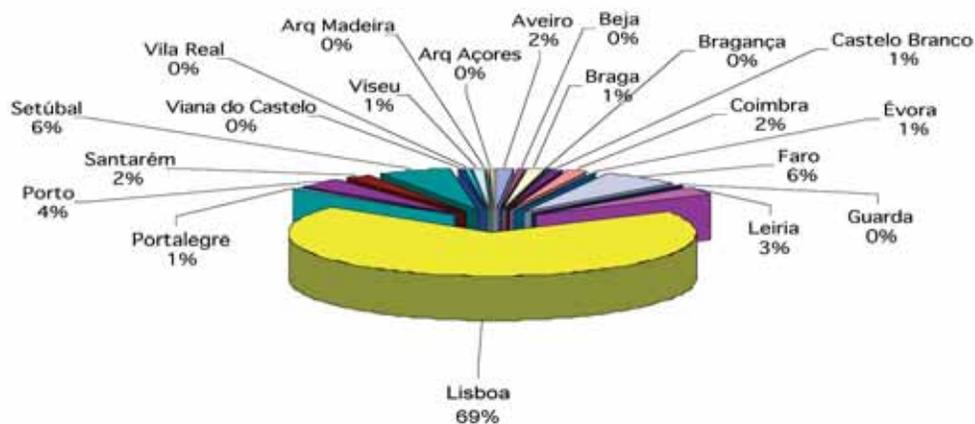


2.3.6. Origem das chamadas por Distritos

No que respeita à proveniência dos telefonemas, em 2005, a Linha SOS Imigrante recebe chamadas de todos os distritos de Portugal Continental, distribuídas por cerca de 253 concelhos diferentes, de 7 das ilhas dos Açores, da Madeira e de Porto Santo. A grande maioria dessas chamadas foi feita a partir do distrito de Lisboa (67%).



Durante 2006, o distrito de Lisboa continuou a ser a origem da grande maioria das chamadas atendidas pela Linha SOS Imigrante (69%). Os outros dois distritos com maior representação estatística foram Setúbal (6%) e Faro (6%). No total, foram atendidas chamadas de todos os distritos de Portugal Continental (distribuídas por 249 concelhos diferentes) e de todas as ilhas dos Arquipélagos dos Açores e de Madeira.



2.3.7. Outras informações

Para além do atendimento telefónico, a Linha SOS Imigrante, resolveu, em 2006, 957 casos pendentes, ou seja, situações que necessitaram de encaminhamento ou de uma maior investigação para a sua adequada resolução. A grande maioria desses casos – cerca de 80% – correspondeu a situações relacionadas com o processo de regularização extraordinário ao abrigo do artigo 71º.

Durante este período, a Linha SOS respondeu também a 5.624 pedidos de informação que chegaram via correio electrónico.

2.4 Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)

Os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI) foram criados em Fevereiro de 2003, em parceria com 15 Associações da Sociedade Civil, com a missão de proporcionar aos imigrantes um local descentralizado de informação e resposta às suas perguntas, ligado ao Sistema Nacional de Informação ao Imigrante.

Esta rede disseminada pelo território nacional, com particular incidência nas zonas de maior presença de imigrantes, tem vindo a garantir uma resposta em tempo útil com um rosto humano e acolhedor.

Reconhecendo a importância desta rede de informação local, em 2004, este serviço estendeu-se a parcerias com autarquias tendo sido abertos, nesse ano, 13 CLAIs em parceria com Câmaras Municipais. No mesmo ano abriam também ao público mais 4 CLAI em parceria com instituições da sociedade civil.

Já em 2005, a rede CLAI continuou a crescer integrando 11 novos CLAIs em autarquias e 2 em instituições da sociedade civil, atingindo no final do ano um total de 45 CLAIs espalhados pelo país.

Em Setembro de 2005, com a tomada de posse do novo Alto-Comissário e a apresentação do Plano de Actividades do ACIME para o triénio 2005-2008 a rede CLAI surge como uma das sete novas iniciativas estruturantes propondo-se um aprofundamento do seu conceito original de estruturas de apoio e informação para estruturas de acolhimento e integração. Nesta iniciativa procura-se expandir a rede dos CLAIs dos 42 à data do início do mandato, para 80 no final do mandato.

O novo conceito de CLAII implica promover uma diferenciação do modelo dos CLAIs para que se constituam como plataformas promotoras do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, com capacidade de

Local	Data de Inauguração de CLAIs		Tipo
	Dia	Mês	
2005			
Fundão		Outubro	Autarquia
Lisboa - ARESP		Outubro	Soc. Civil
Lisboa - CML		Novembro	Autarquia
2006			
Alvaiázere - ADECA	6	Junho	Autarquia+Soc Civil
Alenquer	20	Junho	Autarquia
Nazaré	20	Junho	Sociedade Civil
Vila Real de Santo António	17	Julho	Autarquia+Soc Civil
Sesimbra	12	Setembro	Autarquia
Castanheira de Pera	9	Outubro	Autarquia
Moita	11	Outubro	Autarquia
Moura	13	Novembro	Autarquia+Soc Civil
Oeiras-Carnaxide	16	Novembro	Autarquia
Oeiras-Paço de Arcos	16	Novembro	Autarquia
Oeiras-Porto Salvo	16	Novembro	Autarquia
São Brás de Alportel	27	Novembro	Autarquia+Soc Civil

Paralelamente à alteração do conceito estrutural, a rede CLAI organizou-se em duas grandes zonas territoriais cobrindo, por um lado, o centro e norte do país e, por outro, o centro e sul.

Em simultâneo, e no sentido de consolidar os CLAI como estruturas incentivadoras de resposta local à integração de imigrantes desenvolveu-se um projecto experimental de reforço de competências na articulação interinstitucional em 6 CLAI (Aveiro, Braga, Leiria, Loures, Queluz e Seixal) que à data vinham efectuando um maior número de atendimentos.

Este projecto, implementado a partir de Junho de 2006, tem permitido avaliar as potencialidades de intervenção a nível local e preparar a introdução de novos procedimentos no acompanhamento de processos administrativos necessários a uma melhor integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.



Alenquer



Alvaiázere



Castanheira de Pera



Moita



Moura



Nazaré



Carnaxide



Paço de Arcos





Porto Salvo



São Brás de Alportel



Sesimbra



Vila Real Sto António



Braga



Leiria



Loures



2.4.1. A rede CLAI

n.º	Autarquias	Localidade	Mês	Ano
1	Câmara Municipal do Montijo	Montijo	Janeiro	2004
2	Câmara Municipal de Silves	Silves	Janeiro	2004
3	Câmara Municipal de Faro	Faro	Outubro	2004
4	Câmara Municipal da Mealhada	Mealhada	Outubro	2004
5	Câmara Municipal da Lourinhã	Lourinhã	Novembro	2004
6	Câmara Municipal de Óbidos	Óbidos	Novembro	2004
7	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	Novembro	2004
8	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Novembro	2004
9	Câmara Municipal de Valongo	Ermesinde	Novembro	2004
10	Câmara Municipal de Azambuja	Azambuja	Novembro	2004
11	Câmara Municipal de Vouzela	Vouzela	Dezembro	2004
12	Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira Castelo Rodrigo	Dezembro	2004
13	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	Dezembro	2004
14	Câmara Municipal do Barreiro	Barreiro	Janeiro	2005
15	Câmara Municipal de Odivelas	Odivelas	Janeiro	2005
16	Câmara Municipal de Coruche	Coruche	Janeiro	2005
17	Câmara Municipal do Fundão	Fundão		2005
18	Câmara Municipal de Ponte da Barca	Ponte da Barca		2005
19	Câmara Municipal do Seixal	Seixal		2005
20	Câmara Municipal de Cadaval	Cadaval	Junho	2005
21	Câmara Municipal de Loures	Apelação	Julho	2005
22	Câmara Municipal de Loures	Loures	Julho	2005
23	Câmara Municipal Loures	Sacavém	Julho	2005
24	Câmara Municipal de Lisboa	Mouraria		2005
25	Câmara Municipal de Alenquer	Alenquer	Junho	2006
26	Câmara Municipal de Sesimbra	Sesimbra	Setembro	2006
27	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	Outubro	2006
28	Câmara Municipal da Moita	Moita	Outubro	2006
29	Câmara Municipal de Oeiras	Carnaxide	Novembro	2006
30	Câmara Municipal de Oeiras	Paço de Arcos	Novembro	2006
31	Câmara Municipal de Oeiras	Porto Salvo	Novembro	2006



32	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	Novembro	2006
33	Cáritas Diocesana de Beja	Beja	Fevereiro	2003
34	Cáritas Diocesana de Évora	Évora	Fevereiro	2003
35	Associação AMIgrante	Leiria	Fevereiro	2003
36	Serviço Jesuíta aos Refugiados	Lisboa	Fevereiro	2003
37	Cáritas Diocesana de Portalegre	Portalegre	Fevereiro	2003
38	Associação "Olho Vivo"	Queluz	Fevereiro	2003
39	Associação Cabo Verdiana de Sines	Sines	Fevereiro	2003
40	Centro Social Paroquial Vera Cruz	Aveiro	Fevereiro	2003
41	Caritas Diocesana de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Março	2003
42	Cruz Vermelha Portuguesa	Braga	Março	2003
43	Aipa: da Associação dos Imigrantes nos Açores	Açores	Julho	2003
44	Santa Casa da Misericórdia	Bombarral	Junho	2003
45	Paróquia de São Gonçalo, Centro Pastoral	Amarante	Novembro	2003
46	Fábrica da Igreja de São Pedro e São Paulo	Vila Real	Novembro	2003
47	Cáritas Diocesana de Viseu	Viseu	Novembro	2003
48	Casa Paroquial de S. José	Coimbra	Abril	2004
49	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	Castelo Branco	Outubro	2004
50	CIR	Portimão	Outubro	2004
51	Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante	Tavira	Outubro	2004
52	Maia, SOCIALIS	Maia		2005
53	Associação da Restauração e Similares de Portugal - ARESP	Lisboa	Outubro	2005
54	Associação do Desenvolvimento das Empresas- ADECA	Alvaiázere	Junho	2006
55	Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e Cercina	Nazaré	Junho	2006
56	Cruz Vermelha Portuguesa	V. Real de S. António	Julho	2006
57	COMOIPREL: (Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada)	Moura	Novembro	2006

O próximo desenvolvimento da rede CLAI, a inaugurar brevemente, será:

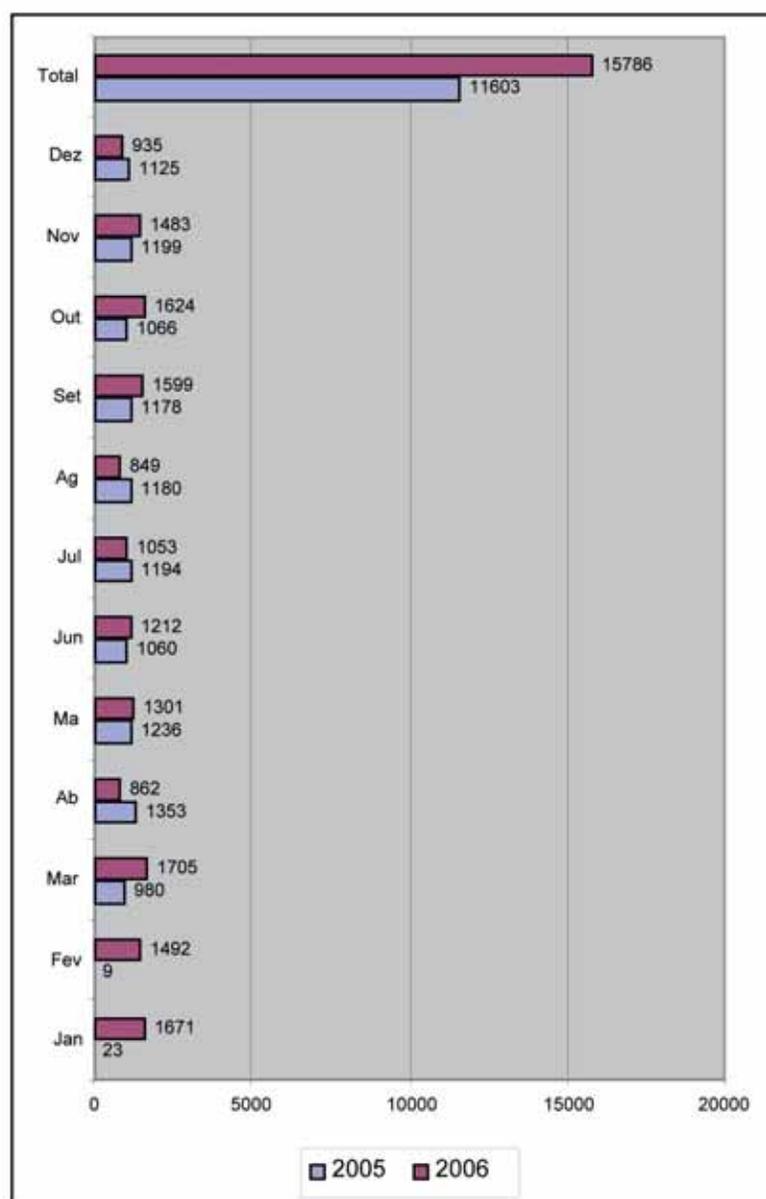
- Figueira da Foz numa parceria com 3 associações da sociedade civil;
- Sintra em parceria com a Câmara Municipal com 4 pólos a instalar nos gabinetes de apoio ao munícipe (GAM's);
- Póvoa do Varzim com a Câmara Municipal;
- Lagoa com a Câmara Municipal.



2.4.2. Atendimentos

A rede CLAII atendeu, durante o ano de 2006, um total de **15.786** cidadãos que se distribuíram da seguinte forma:

Gráfico comparativo de atendimentos de 2005 e 2006, por mês.



2.4.3. Acções de Formação

Para garantir a qualidade do atendimento, aconselhamento diários prestados nos CLAI e dar resposta às necessidades formativas existentes, o ACIME disponibilizou várias acções de formação dirigidas aos mediadores dos CLAI. Estas formações foram de três tipos:

a) Reunião geral de mediadores dos CLAI

Formação residencial realizada de 26 a 28 de Abril em Sintra, aberta à participação de todos os mediadores dos CLAI e também aos elementos enviados pelas instituições que na altura pretendiam abrir um novo CLAI.

Nesta acção de formação, para além dos temas relacionados com as leis da imigração e nacionalidade, deu-se especial destaque para a troca de experiências resultantes da prática do atendimento e para a forma como se iriam articular CLAI com os serviços disponibilizados nos CNAI.

b) Formação prestada no CNAI de Lisboa

O ACIME promoveu acções de formação de 3 dias para mediadores dos CLAI no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), no Gabinete de Acolhimento e Triagem (senha B), das 8h30 às 16h. Estas acções de formação foram avaliadas através de um teste escrito. Estas acções de formação foram promovidas com o intuito de os mediadores conhecerem:

- como se atende, acolhe e informa os utentes, sendo capaz de caracterizar a função de um mediador socio-cultural do CNAI ou CLAI;
- o enquadramento legal que envolve a temática da imigração, sendo capaz de responder/solucionar alguns casos práticos;
- a nova Lei da nacionalidade, sendo capaz de responder/solucionar alguns casos práticos (nomeadamente documentos necessários para o pedido de nacionalidade por naturalização).



De Maio a Dezembro de 2006 decorreram as seguintes acções de formação:

Mês	N.º de Acções de Formação	N.º de Mediadores envolvidos	Instituição / Parceiro CLAII	Local do CLAII
Maio	1	1	ADECA	Alvaiázere
Junho	5	10	Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e Cerna Câmara Municipal de Alenquer Câmara Municipal de Sintra Associação "Olho-Vivo"	Nazaré Alenquer Sintra Queluz
Julho	3	4	Câmara Municipal de Castanheira de Pêra Caritas Diocesana Cruz Vermelha	Castanheira de Pêra Viseu Vila Real St. António
Setembro	7	16	Câmara Municipal de Sesimbra GIS, "Figueira Viva", "Viver em Alegria" Comoiprel Câmara Municipal de Oeiras Câmara Municipal da Maia	Sesimbra Figueira da Foz Moura Oeiras Maia
Outubro	1	1	Câmara Municipal da Moita	Moita
Novembro	7	13	Lusotemp Câmara Municipal de São Brás de Aportel Câmara Municipal de Sesimbra Câmara Municipal de Santa Maria da Feira Câmara Municipal de Seixal	Mirafleres São Brás de Aportel Sesimbra Santa Maria da Feira Seixal
Dezembro	4	8	Comoiprel Câmara Municipal de Lagos Câmara Municipal da óvoa do Varzim Comoiprel	Moura Lagos Póvoa do Varzim Lagos

2.4.4. Ponto Imigrante

No âmbito do apoio informativo local ao imigrante desenvolveu-se em Novembro de 2006 uma nova parceria de participação pública/privada entre o ACIME e a empresa Lusotemp com vista à criação por esta empresa de uma estrutura informativa, tendo em conta o elevado número de trabalhadores estrangeiros que emprega, designada por *Ponto Imigrante* para a qual o ACIME assegura a criação e actualização dos conteúdos do material informativo a disponibilizar aos imigrantes (respostas padronizadas, folhetos informativos e outros elementos necessários para o bom cumprimento deste objectivo), e a necessária formação inicial e contínua ao pessoal da Lusotemp destacado para o serviço de atendimento no *Ponto Imigrante*.



2.4.5. Actividades promovidas pelos CLAI's

Aveiro:

1 de Fevereiro: Inauguração das novas instalações do CLAI de Aveiro;

28 de Abril: Piquenique intercultural;

27 a 29 de Junho: Acções de formação sobre imigração, cujos temas foram: Lei da Nacionalidade, Mitos e Factos, Acolhimento e Educação Intercultural.

Beja:

Abril: Comemoração da Páscoa da comunidade ucraniana: Eucaristia presidida por sacerdote ucraniano.

25 de Maio: Comemoração do dia de África organizado pela associação dos estudantes cabo-verdianos de Beja em colaboração com o CLAI, Instituto Politécnico e o IPJ: projecção de DVD "Gente como nós" acompanhado de *workshops*.

5 de Julho: Celebração do dia da independência de Cabo Verde. Organizado pela associação dos estudantes cabo-verdianos de Beja em colaboração com o CLAI, o Instituto Politécnico e o IPJ. Gastronomia, roupa e música tradicional.

34ª Semana nacional das migrações, Fátima: CLAI de Beja organizou a ida de um autocarro com comunidade ucraniana.

15 de Outubro: Festa dos Povos organizada pela diocese de Beja, em Santiago do Cacém, 230 participantes, colaboração da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em colaboração com o CLAI de Sines, com presença do Sr. Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

17 de Dezembro : Dia Internacional do Migrante, 15h00, no Auditório do Instituto Politécnico de Beja: sessão comemorativa organizada pela Delegação de Beja da Associação Solidariedade Imigrante, a Cáritas Diocesana de Beja, a Delegação de Beja do INATEL – Casa Michel Giacometti e o Instituto Português Da Juventude.



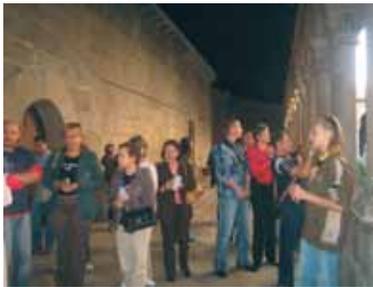
Braga:

17 de Maio: Teve início em Braga, o curso básico de Cidadania e Língua Portuguesa destinado a imigrantes do Leste Europeu. Tratou-se de um trabalho desenvolvido em parceria pelo CLAII de Braga e a CIVITAS/Braga (Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos). Esta iniciativa envolveu também a Escola Dr. Francisco Sanches.



Junho - Inauguração do primeiro CLAII 2.^a geração

Agosto - No CLAII de Braga realizou-se a cerimónia de entrega de Diplomas a 12 cidadãos do Leste Europeu (Roménia, Ucrânia e Uzbequistão), que frequentaram, gratuitamente, entre Maio e Julho, num total de 30 horas, o curso de “Língua e Cultura Portuguesa.”



28 de Outubro - Imigrantes visitam Guimarães. Tratou-se de uma actividade promovida pelo CLAII de Braga e a CIVITAS (Associação para o Desenvolvimento e Promoção dos Direitos dos Cidadãos). A visita foi acompanhada por um Antropólogo, que proporcionou explicações acerca dos locais visitados e da história da cidade de Guimarães.

28 de Novembro - Teve lugar no CLAII de Braga um encontro com os novos formandos do curso de Língua e Cultura Portuguesa. O novo grupo é composto por quinze imigrantes do Leste Europeu (Ucranianos e Moldavos) e terá início no próximo dia 9 de Janeiro de 2007, num total de trinta sessões, em horário pós-laboral, que se realizarão na Escola Dr. Francisco Sanches, que prontamente aceitou continuar a colaborar com esta iniciativa.

1 de Dezembro - O CLAII de Braga e o Ateneu Comercial do Porto associaram-se ao lançamento de um livro cujas receitas irão reverter a favor dos estudantes timorenses que escolheram Portugal para obter qualificações académicas e profissionais.



Barreiro:

Reorganização do CLAII, com vista à constituição de um Espaço Cidadania.

Participação em várias acções de (in)formação:

- Nova Lei da Nacionalidade;
- Conferência promovida pela Câmara Municipal do Seixal subordinada à problemática das Mulheres Migrantes;
- Conferência sobre as políticas da UE sobre imigração promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian;
- Debates nas escolas secundárias do Concelho sobre questões relacionadas com a problemática da imigração;
- Colaboração na realização de estudos académicos de nível superior e secundário;
- Desenvolvimento de uma rede de parceiros a nível concelhio;
- Colaboração em diversas actividades promovidas por Associações de Imigrantes;
- Participação na “Ceia de Natal para os mais desfavorecidos” promovida pela paróquia do Barreiro;
- Colaboração na promoção do ensino do Português para estrangeiros;
- Parceria com a Paróquia do Barreiro na distribuição de roupas e alimentos.

Bombarral:

Acompanhamento da situação dos romenos na freguesia do Pó. Foi feito um relatório pormenorizado do estado da situação e da intervenção das várias instituições.

O CLAII com o agrupamento de escolas do Bombarral organizou um curso de português para estrangeiros que continua a receber inscrições. Terá início na segunda quinzena de Janeiro de 2007 e conclusão com o fim do ano lectivo.

Formação nos módulos do “Entreculturas” para os professores que vão leccionar o curso de português para estrangeiros em colaboração com a CerciPeniche.

Coimbra:

17 de Junho: Acção de Formação sobre a Lei da Nacionalidade, organizada pelo CLAII de Coimbra.



Figueira de Castelo Rodrigo:

22 a 27 de Maio: A Cáritas Diocesana da Guarda, em parceria com a Câmara Municipal da Guarda e com a Associação de Estudantes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa da Guarda, tendo ainda a colaboração do CLAII de Figueira de Castelo Rodrigo, organizou o Encontro “A Riqueza da Diferença – Encontro de Culturas”.

Leiria:



2 de Junho - Festa dos Povos: Organizada pelo CLAII a festa iniciou-se com uma celebração na Sé de Leiria e prosseguiu depois no Mercado de Sant'Ana, juntando cerca de uma centena de pessoas.

Outubro a Junho: Aulas de língua e cultura portuguesa para imigrantes. Orientadas pela professora Alice Cardoso funcionam às 3^{as}: das 20h às 22h, 6^{as} e Sábados: das 19h às 21h na Escola Amarela (nº2) Av. Marquês de Pombal. As aulas são dadas por 5 professores voluntários.

Aulas de língua e cultura ucraniana e interculturalidade. Coordenadas pela professora Elena. Sábados das 9.30h às 12h, na sala da Associação de Pais da Escola da Quinta do Alçada. A escola chama-se Bereginia - em português Escolinha Intercultural – e abriu portas nos Marrazes. Pretende ser “um espaço cultural onde as crianças da Ucrânia podem valorizar e continuar em contacto com a cultura do seu país de origem”.

Loures:

Ações no âmbito da Imigração organizadas pelo GARSE e CLAII de Loures:

- Lançamento da Brochura “A Imigração no Concelho de Loures”;
- “Art.º 13.º - Encontro Sobre Migrações” – Centro Cultural de Moscavide, 15 e 16 de Novembro em Moscavide;
- “Movimentos – 1 Festival de Dança”
- Sessão de Informação Sobre a Lei da Nacionalidade para população da Apelação – Em colaboração com ACIME/Entreculturas
- Sessão de Informação Sobre a Lei da Nacionalidade para população de Sacavém – Em colaboração com ACIME/Entreculturas



- Sessão de Informação Sobre a Lei da Nacionalidade para técnicos do gabinete – em colaboração com ACIME/Entreculturas
- Sessão de Esclarecimentos sobre imigração e nacionalidade para a população da Apelação
- Acção de formação para dirigentes das associações de imigrantes – 26 de Novembro – Casa da Cultura de Sacavém
- Acção de Sensibilização sobre Emprego e Formação Profissional na Apelação
- Dia do Atendimento Jurídico Gratuito – 18 de Maio – em colaboração com ACIME e Ordem dos Advogados

Participação nos seguintes eventos:

- “Conferência sobre os subsarianos em Portugal”
- “Conferência sobre os descendentes de imigrantes Cabo-verdianos”
- “Metropolis Conference”

Participação nos seguintes grupos de trabalho:

- Fórum Imigração – Fundação Calouste Gulbenkian
- “Success Through Immigration” – Câmara Municipal de Lisboa
- “Mutilação genital Feminina” - Associação Planeamento Familiar
- Estudo sobre a saúde das populações imigrantes de África e do Brasil - Universidade de Lisboa
- “Inquérito on-line sobre a percepção da imigração” – org. pela Universidade Fernando Pessoa

Durante este período foram apoiadas também algumas iniciativas de associações de imigrantes existentes no concelho, bem como aos seus planos de actividades.

Santa Maria da Feira:

3 de Outubro: Estreia-debate do filme *Waiting for Europe* organizada pela Câmara Municipal e o CLAII de Santa Maria da Feira. O ACIME foi convidado a participar neste debate, tendo sido o Eng.º Nuno Guimarães um dos oradores.

30 de Novembro - Foi assinado um Protocolo de colaboração entre o SEF, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o ACIME e a Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira para a instalação de um posto de atendimento do SEF no CLAII de Santa Maria da Feira.

30 de Novembro - A Câmara Municipal e o CLAII de Santa Maria da Feira promoveram uma Sessão de Formação sobre Educação Intercultural, com o apoio do Entreculturas.



Queluz:

Março e Junho: Sessões de esclarecimento sobre a “lei da imigração: direitos e deveres”,

Maior: Festa da multiculturalidade com exposição itinerante sobre a imigração.

Junho: Actividades na escola do Cacém sobre Jogos Tradicionais da Guiné.

Viana do Castelo:

31 de Outubro: Realizaram-se em Viana do Castelo dois módulos de formação na área da Educação Intercultural. A iniciativa partiu do CLAII de Viana do Castelo tendo de imediato recebido aceitação por parte da Escola EB 2/3 de Viana do Castelo. Participaram nas sessões de formação os alunos de duas das seis turmas do 9º Ano desta Escola, tendo decorrido no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

A formação esteve a cargo de duas formadoras do ACIME que, em dois grupos, proporcionaram aos alunos uma reflexão sobre a interculturalidade e a diversidade que os rodeia.

Valongo:

18 de Dezembro: Conferência comemorativa do 93.º Dia Internacional do Migrante em Valongo organizada pela Agência para a Vida Local, da Câmara Municipal de Valongo, e o CLAII de Valongo. O ACIME foi convidado a participar nesta conferência, tendo sido o Eng.º Nuno Guimarães o orador.

Vila Real de Santo António:

O CLAII de VRSA, que resulta de uma parceria com o Núcleo da CVP de VRSA e a Câmara Municipal, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas com os imigrantes, nomeadamente:

- Reuniões informais realizadas quinzenalmente. Das reuniões que se têm realizado referem-se as seguintes temáticas: habitação, educação, a possibilidade de se implementar uma Associação de Imigrantes de Leste em Vila Real de Santo António e a constituição de uma empresa de inserção, entre outros assuntos.
- Cursos de Português, 1º, 2º e 3º níveis;
- Preparação para as actividades festivas do Natal;

30 de Dezembro: Festa de Ano Novo das crianças Imigrantes no Centro Cultural António Aleixo.



2.5. Site www.acime.gov.pt



Tendo como principal objectivo manter o público informado acerca das questões da imigração e minorias étnicas, o site do ACIME constitui simultaneamente um veículo/canal noticioso, formativo e difusor de informação útil e prática a um público vasto e heterogéneo.

Esta heterogeneidade de destinatários tem naturalmente subjacente um conjunto de conteúdos substancialmente diferentes, seja em termos de formato, género ou periodicidade/actualidade.

Em www.acime.gov.pt são disponibilizados conteúdos de natureza institucional, informativa, promocional, interactiva, bem como notícias da actualidade e divulgação de eventos quer de carácter institucional e/ou em parceria, ou ainda, outros eventos de interesse manifesto.

Esta diversidade está patente também ao nível da periodicidade de conteúdos: conteúdos mais voláteis, dependentes da ordem do dia/agenda e conteúdos mais estáticos e que podem ser sempre acedidos/visualizados numa perspectiva diacrónica – via localização, via arquivo ordenado por data ou por título.

Do mesmo modo e indo ao encontro das necessidades de linguagem de um target tão diversificado como é o público do ACIME - sejam os próprios imigrantes, as associações de imigrantes, ONG's, entidades patronais, investigadores, decisores políticos, ou a sociedade civil directa ou indirectamente implicada nestas questões - o site do ACIME apresenta-se disponível em três diferentes línguas: português, inglês e russo.

A primeira versão do site foi desenvolvida em Outubro de 2002, com recursos internos da equipa do ACIME.



2.5.1. Conteúdos

O site encontra-se estruturado sob a forma de blocos temáticos integrando categorias e sub-categorias interactivas, com acesso directo na homepage do site, organizados do seguinte modo:

Blocos Permanentes

Notícias

Em www.acime.gov.pt é disponibilizada uma área de notícias sobre imigração e minorias étnicas, actualizada diariamente. Nesse espaço são referenciados também alguns destaques acerca de actividades do ACIME e outras actividades de elevado interesse, quer ao nível nacional como internacional. Divulgam-se também algumas informações úteis, concursos públicos, etc.

Programa Nós

- Bloco dedicado à apresentação e divulgação do programa televisivo **Nós**, transmitido na 2ª, da responsabilidade do ACIME.

Perguntas frequentes

Bloco onde se podem encontrar respostas às perguntas mais frequentes relacionadas com a problemática da imigração e minorias étnicas.

Neste campo é possível também aos visitantes a colocação de perguntas, em caso de o site não responder às suas dúvidas. Os pedidos de informação complementar são encaminhadas e respondidas pela Linha SOS Imigrante.

Legislação

Área onde pode ser consultada toda a legislação relacionada com a temática da imigração. Neste espaço é disponibilizada legislação de Portugal (incluindo o anteprojecto da Lei da Imigração), Legislação da União Europeia e Legislação Internacional (Não Europeia).



Associações de Imigrantes

Este espaço é dedicado a divulgar informação acerca das actividades e do trabalho desenvolvido por associações de imigrantes. Os visitantes do site podem encontrar também neste campo informação acerca do processo de reconhecimento de Associações pelo ACIME e respectiva concessão de apoios.

Procurando estimular a interactividade do site, o ACIME disponibiliza também neste campo a possibilidade do próprio utilizador enviar propostas de notícias e/ou informações relativas às actividades de associações de imigrantes. Muitos representantes de associações recorrem a este serviço para divulgarem eventos, iniciativas, novidades, etc..

Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI)

De carácter essencialmente informativo, este bloco foi concebido para dar a conhecer o conceito de Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) e promover a rede nacional de Centros presente em todo o território continental e ilhas. Neste bloco os visitantes podem encontrar os contactos e respectiva localização dos diferentes CLAI's.

Observatório da Imigração

O site www.acime.gov.pt tem uma ligação directa ao site do Observatório da Imigração – www.oi.acime.gov.pt.

Comunidade Cigana

Bloco dedicado à comunidade cigana, onde é possível encontrar legislação, informação útil, relatórios de projectos, bem como estudos publicados pelo ACIME nesta matéria.

Entreculturas

Concebido para divulgar o trabalho desenvolvido pela equipa de Educação/Formação do ACIME - o Entreculturas - este espaço tem como objectivo prioritário sensibilizar a opinião pública para a riqueza da interculturalidade, colocando a sua tónica na disponibilização e monitorização de conteúdos e materiais didácticos específicos ao nível da educação intercultural.



Directório de Ligações

Numa perspectiva transversal e com o intuito de poder complementar a máxima quantidade e qualidade de informações e serviços úteis disponíveis sobre e para imigrantes e minorias étnicas, a nível nacional e internacional, o site ACIME disponibiliza um vasto directório de ligações úteis.

Publicações

Neste espaço o utilizador tem a possibilidade de actualizar-se e aceder na íntegra às mais recentes publicações editadas pelo ACIME. As publicações são disponibilizadas em formato electrónico (documentos PDF com apresentação gráfica idêntica à versão impressa).

Documentação de Imigrantes

Neste domínio são elencados os requisitos necessários à prossecução de determinados fins: obtenção de vistos, autorizações, pareceres, bem como disponibilizados formulários e minutas úteis nos respectivos processos.

Combate ao Racismo

Bloco de informação concreta sobre o trabalho desenvolvido pelo ACIME em matéria de combate ao racismo, xenofobia e discriminação racial.

Media

Bloco concebido com o objectivo de responder às necessidades específicas de informação dos media em Portugal, consistindo numa fonte de comunicação privilegiada entre o ACIME e os jornalistas. Neste espaço são disponibilizados conteúdos oficiais e institucionais relevantes para a abordagem do tema da imigração e minorias étnicas em Portugal.

Em Revista

Neste bloco é disponibilizado o número actual do Boletim Informativo mensal do ACIME, com destaque para os temas-chave abordados, e com ligação a todos os números anteriores.



Guia Gastronómico

Módulo que comporta um guia gastronómico “Sabores do Mundo”, com dezenas de referências a receitas tradicionais de diferentes culturas presentes em Portugal, bem como centenas de contactos de restaurantes étnicos em Lisboa e no Porto, reflexo da diversidade intercultural cada vez mais presente entre nós. Permite ainda a participação dos utilizadores através do envio de receitas e consequente enriquecimento do guia.

Blocos Periódicos

Na perspectiva de dar a conhecer e chamar a atenção do utilizador para determinados temas-chave da actualidade, bem como para novidades, sejam elas em termos de novos serviços, novos procedimentos ou mesmo de eventos relevantes neste domínio, o site do ACIME disponibiliza blocos de informação útil e interactiva, de periodicidade volátil.

No decurso do último ano, à semelhança do bloco de Pré-registo ao abrigo do Artº 71º do DR 6/2004 – dirigido a imigrantes com a funcionalidade de consulta online do estado do seu processo individual³ - foram lançados vários blocos de informação periódica:

Conferência Internacional Metropolis

Este campo foi concebido com o objectivo de anunciar a maior conferência internacional em matéria de imigração em Portugal, em cuja organização o ACIME foi parceiro. A 11.ª Conferência Internacional Metropolis teve lugar entre 2 e 6 de Outubro de 2006 em Lisboa e contou com a presença dos maiores especialistas mundiais em matéria de migrações. Este bloco procurou não só promover o evento, mas também divulgar informação útil, seja em termos de inscrição, programação ou mera busca de informação.

Semana da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento

Espaço dedicado à promoção da Semana da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, que contemplou uma programação vasta e diversificada. Este bloco teve como objectivo principal a sensibilização da opinião pública para a riqueza da diversidade intercultural entre nós.

3. Detalhes acerca desta funcionalidade disponibilizada no site do ACIME estão disponíveis no Relatório de Actividades 2002/2005, pp. 41.



Projecto *Vamos Utopiar*

Bloco criado com o intuito de dar a conhecer e divulgar as actividades do projecto *Vamos Utopiar*, projecto financiando pela iniciativa comunitária Equal, no qual o ACIME é parceiro.

Estudar em Portugal

Espaço concebido para dar as boas-vindas e recomendações úteis a potenciais estudantes estrangeiros em Portugal, este bloco visou disponibilizar informação concreta sobre 3 fases distintas da vida de um estudante em Portugal – antes de partir do país de origem, aquando da chegada a Portugal e, no pós-chegada, na procura de resposta em caso de dúvidas.

Aprender Português

Este bloco foi criado com o objectivo de alertar os imigrantes para a importância da aprendizagem da língua do país de acolhimento como precioso instrumento de integração. A aposta na sensibilização da opinião pública foi complementar as informações relativas a escolas onde os imigrantes poderão aprender o português.

Nacionalidade

Disponibilizado aquando da entrada em vigor da nova Lei da Nacionalidade, este bloco constituído por um guia interactivo (em flash) destina-se à consulta das possibilidades de aquisição/atribuição da nacionalidade portuguesa, por via do percurso do estado actual dos potenciais interessados.

Anteprojecto do *Plano para a Integração de Imigrantes (PII)*

Bloco destinado à apresentação do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), em discussão pública entre 18 de Dezembro de 2006 e 19 de Janeiro de 2007. Neste bloco apela-se ao envio de contributos e sugestões de revisão do plano.

2.5.2. Funcionalidades

Desde a sua criação em 2002, o site tem vindo a aumentar e diversificar o número de temáticas apresentadas, através de novos blocos informativos, e o número de funcionalidades de que os utilizadores dispõem.



Para além de se procurar introduzir algumas dessas funcionalidades em páginas de conteúdo, com vista a imprimir uma maior dinâmica à utilização (ex: possibilidade de enviar comentários a artigos, participar em sondagens relacionadas com artigos, consulta de conceitos na forma de glossário, etc.) e contribuir para uma maior interligação entre matérias (diversas hiperligações internas e externas), procurou-se ainda criar módulos que destacassem algumas funcionalidades úteis:

ACIME

Este bloco procura ser uma fonte privilegiada de informação institucional (Missão, Competências) do ACIME. O utilizador poderá ter acesso à mensagem de boas-vindas do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), bem como à definição e composição do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

Registe-se / Login

Neste espaço o utilizador poderá efectuar de forma simples e rápida o seu registo no *site* do ACIME e desta forma poder propôr notícias, divulgar eventos, enviar as suas opiniões, entre outros.

Eventos

Neste espaço o utilizador poderá ter acesso aos mais relevantes eventos organizados em matéria de imigração e minorias étnicas, pelo ACIME e/ou por instituições terceiras.

Contactos

Neste espaço é possível ter acesso a um compacto de contactos úteis em matéria de imigração e minorias étnicas, sejam contactos do ACIME, CNAI, CLAII, Associações de Imigrantes, ONG's, Embaixadas e Consulados em Portugal, Instituições Públicas, Etnia Cigana, Sindicatos, Saúde ou Outros Contactos.

Mapa do Site

Aqui o utilizador encontra um mapa detalhado do site ACIME com a descrição dos conteúdos nos diversos níveis.

Pesquisa

Possibilidade de efectuar pesquisas em todas as páginas do site, artigos publicados, *weblinks*, *downloads*, permitindo estruturar a pesquisa em torno de um tema, categoria, ou data específica.

Agenda

Divulgação diária de eventos relacionados com a temática da imigração e minorias étnicas. A exposição dos eventos é realizada na forma de um calendário, através do qual os eventos surgem categorizados pelo tema a que estão sujeitos. Na homepage são destacados os eventos do dia, de maior relevo.



Newsletter

O site permite a subscrição de uma newsletter electrónica, de carácter semanal, que apresenta uma resumo das principais actualidades no âmbito da imigração e minorias étnicas e as actividades promovidas pelo ACIME.

Sítio ACIME

Este módulo permite aos utilizadores promover o site do ACIME junto dos seus contactos, enviar-nos as suas críticas e sugestões, configurar este site como a página de abertura do seu Internet Explorer ou anexá-lo à sua pasta de 'Favoritos'.

Salas ACIME

Funcionalidade criada com o objectivo de incrementar e facilitar a comunicação interna entre os diversos projectos do ACIME espalhados por todo o país. Trata-se de um espaço de diálogo instantâneo, para uso profissional, que visa aproximar mediadores de CLAI's, dos CNAI's, Linha SOS e da equipa ACIME em Lisboa e no Porto. Disponível apenas para membros dos projectos ACIME registados.

Banner

A homepage do ACIME apresenta continuamente diversos banners animados alusivos aos diversos projectos implementados pelo ACIME. Um dos principais objectivos do recurso a estes banners (que variam a cada ida à homepage) é dar mais visibilidade a páginas com informação útil que, por força das circunstâncias, se encontram num segundo nível na estrutura do site (sob o tópico "Projectos ACIME").

Seleccção de Língua

O site do ACIME está ainda disponível (em versão mais reduzida que contempla informação institucional e útil de uma forma objectiva e sucinta) nas línguas russa e inglesa, podendo a escolha de língua ser realizada no topo direito da página inicial.

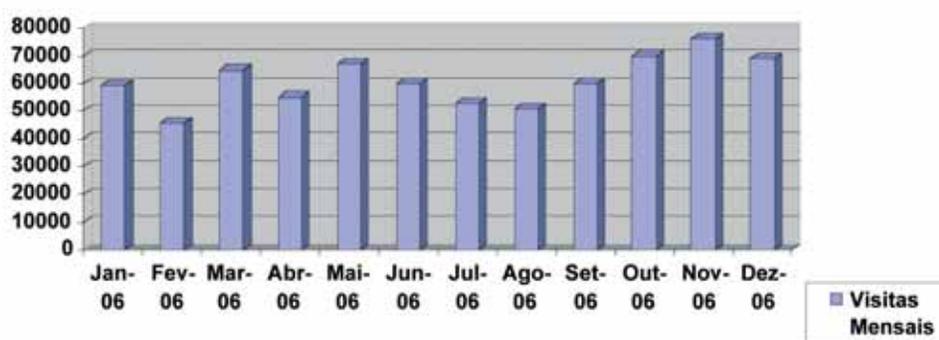
2.5.3. Estatísticas

Com a excepção do mês de Fevereiro, a frequência mensal de visitas ao site do ACIME, manteve-se acima dos 50.000 visitantes ao longo do ano, atingindo o seu pico, com mais de 76.000 visitantes, no mês de Novembro. Em termos de média diária, verificou-se um aumento de 14% nos visitantes.



Data	Média Visitantes/Dia	Média Visitantes/Mês
Jan. 2006	1916	59410
Dez. 2006	2226	69036

Na análise mensal do número de visitantes pode observar-se a evolução registada:



Mês	Visitantes
Jan. 06	59410
Fev. 06	45600
Mar. 06	64865
Abr. 06	55102
Mai. 06	67220
Jun. 06	59968
Jul. 06	52535
Ago. 06	50721
Set. 06	59750
Out. 06	69995
Nov. 06	76354
Dez. 06	69036
Total	730556

Registe-se também que, durante 2006, o site teve 3.724.624 visualizações.



2.5.4. Gestão do site

A Plataforma de Gestão de Conteúdos usada é a Plataforma “PHP-NUKE” (<http://www.phpnuke.org>).

A concepção e gestão do site é totalmente interna, de baixo custo e alta performance. Esta opção garante a permanente actualização de conteúdos pela gestora do site da equipa do ACIME. Este projecto corresponde ao modelo mais moderno de integração de software livre na Administração Pública.

2.6. Programa Nós

O Programa Nós é um magazine televisivo semanal com uma hora de duração. O seu nome – Nós – reflecte o carácter e o perfil do programa: a aposta numa sociedade plural, sem exclusões, onde o “nós” seja intercultural e harmonioso.

O “Nós” consolidou-se como espaço televisivo privilegiado que reflecte com qualidade e pluralidade a riqueza multicultural de Portugal. O programa consegue, em simultâneo, proporcionar:

- o diálogo entre as diversas comunidades;
- informar dos acontecimentos mais relevantes no tema da Imigração;
- e fornecer as informações práticas mais relevantes para os imigrantes.

O programa é emitido ao domingo, entre as 10h00 e as 11h00, no canal 2: e é repetido em 5 blocos diários de 20 minutos de 2ª a 6ª feira das 6h00 às 6h20 na RTP1.

O programa também é emitido na RTP Internacional e na RTP África na sua versão compacta.

Quantidade	Produção	Emissão
62	Programas semanais de 1 hora de duração	2:
310	Repetições diárias de 20 minutos	RTP1



Em Portugal, as audiências do programa mantiveram-se nos níveis mais altos do canal 2: confirmando assim a adesão dos telespectadores ao programa.

O “Nós”, na sua qualidade de ponte de informação com a sociedade civil, produziu reportagens em colaboração com as associações de imigrantes, entrevistou personalidades chave relacionadas com o tema da imigração e divulgou informação importante, proveniente de várias entidades, para os imigrantes.

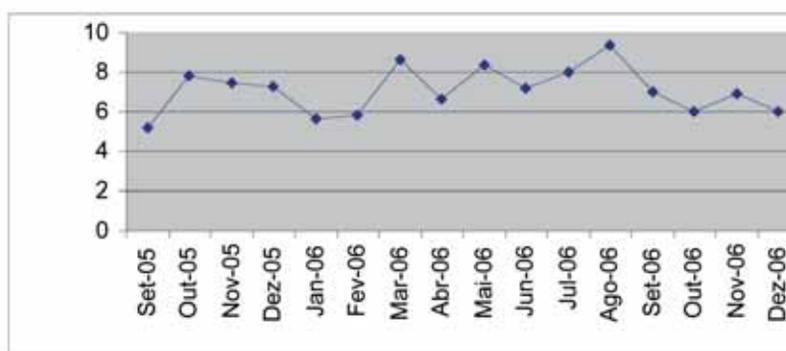
Cumprindo ao mesmo tempo com a sua missão de promover a integração dos imigrantes na nossa sociedade e valorizar a riqueza da diversidade cultural, o “Nós” continuou com a produção de uma série de reportagens de aproximação às diferentes culturas através da sua música, gastronomia, cultura e principalmente das histórias de vida daqueles que escolheram Portugal para viver e dos que aqui os souberam acolher.

2.6.1 Audiências

A estabilidade no horário do programa (domingos às 10h00) permitiu a fidelização dos telespectadores, o que se espelha na consistência das audiências. As audiências mantiveram-se num óptimo nível que faz do “Nós” o programa mais visto entre os programas parceiros da sociedade civil emitidos no canal 2.

Em Agosto, o programa alcançou o registo mais alto de sempre em termos de share (distribuição da audiência entre as emissoras) com 9,4. Note-se que a média do share do canal registada durante este período (1/Set/05 – 17/Dez/06) foi de 7,1, conforme mostra o gráfico em baixo.

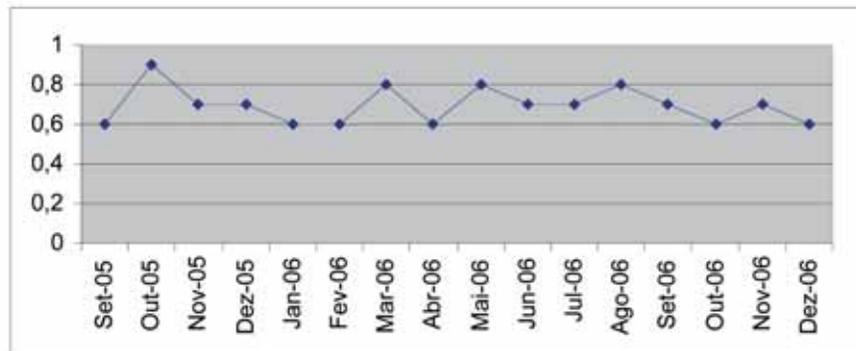
Share do Canal (%)





Em termos de rating, (número de domicílios ou pessoas expostas ao programa em um dado momento), o gráfico é o seguinte:

Rating (Centenas de Milhares de pessoas)



O programa manteve assim 0.7% de audiência média que corresponde a cerca 66.100 telespectadores que assistiram ao programa em cada emissão.

2.6.2 Um espaço para todos

Ao longo deste último ano, as Associações passaram a participar activamente nos conteúdos do programa, sugerindo reportagens, entrevistas e a cobertura de eventos por elas organizados. Um passo muito positivo que as converteu numa “fonte de informação” privilegiada deste programa.

Não só os telespectadores imigrantes ofereceram muitas das suas histórias de vida para produzir reportagens emitidas no programa, como contribuíram com novas ideias que gostariam de ver no programa.

O desenvolvimento crítico e de fidelidade dos telespectadores foi positivamente avaliado com o aumento do número de mensagens de correio electrónico recebidas.

2.6.3 Conteúdos

Para os 62 programas, produzidos entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006, o “Nós” realizou 316 reportagens, 76 entrevistas em estúdio, 96 consultórios (resposta e explicação a perguntas e dúvidas frequentes dos imigrantes), 68 Spots e gráficos informativos e 46 agendas multiculturais.



Em suma, num total de 165 horas de emissão o programa emitiu:

N	Conteúdos
316	Reportagens (cultura/música / histórias de vida / projectos /Associações, etc.)
76	Entrevistas em estúdio (9 em exteriores: CNAI / Algarve / Fundação Oriente / Sintra)
96	Consultórios
68	Spots e gráficos informativos
46	Agendas Multiculturais



Entrevistas



Agenda Multicultural



Reportagens



2.6.4 Divulgação

Para conter os custos durante 2006 e devido à consolidação do programa não foram investidos meios financeiros na divulgação através de brochuras e outros meios, mas foi investido tempo da equipa de produção numa divulgação mais pontual e directa através de:

- Envio de sinopse semanal aos meios de divulgação e entidades interessadas no tema.
- Publicação da mesma sinopse no site do ACIME.
- Colaboração mensal com a revista CAIS: uma página de conteúdos sobre Multiculturalidade e informações úteis sobre imigração.



Durante os últimos meses de 2005 e até Abril de 2006, fornecimento conteúdos ao jornal de distribuição gratuita Destak em troca de banner com agradecimento ao programa. Salienta-se também a colaboração com a revista "Entre Nós" para fornecimento de contactos e conteúdos.



2.6.5. Rentabilização dos conteúdos do programa

Porque uma das missões do programa durante o ano de 2006 foi rentabilizar o investimento feito no programa em anos anteriores, foram desenvolvidas diversas acções, entre as quais:

1. Produção do vídeo comemorativo de Dia Mundial do Imigrante 2005 com selecção de peças já emitidas.
2. Também usando peças já emitidas no programa, foram produzidos três DVD's para a colecção «Percurso em... Nós» para Entreculturas.
3. Produção e realização de Spot para a “Linha SOS imigrante” que foi emitido pela RTP na 2: e na RTP1.
4. Disponibilização do material auditivo do programa para a realização do programa de rádio “Gente de Nós” da TSF.
5. Emissão de documentários e vídeos apoiados pelo ACIME para aumentar exposição dos mesmos: documentário “Aprender a Escola”, Documentário “Comunidade Moldava”, Vídeo “Comboio Escolhas”, entre outros.
6. Disponibilização de cópias do programa para divulgação na rede de canais internos do Grupo Português de Saúde.
7. Cedência de imagens e conteúdos do vídeo “Gente como Nós” para a produção de um programa especial de “Sociedade Civil” sobre imigração.
8. Cedência de imagens e conteúdos do programa especial sobre O Natal de 2005 para o especial de 2006 do programa “Luz Verde” da AXN.





2.6.6. Protocolo com a RTP

O protocolo entre a RTP e o ACIME para a emissão do programa, em vigor desde Janeiro de 2004, foi ratificado e aprofundando ao longo do último ano de forma a garantir a continuação do programa a RTP. Neste âmbito, a RTP decidiu apoiar, a partir de Outubro de 2006 e durante um ano, metade do custo da produção do programa Nós.

Entre Setembro 2005 e até Outubro de 2006 o programa “Nós” foi produzido pelos meios técnicos da empresa D&D (antes Logomedia e Valentim de Carvalho). Após nova consulta pública para adjudicação de serviços de meios técnicos de produção, desde Outubro de 2006, o programa passou a ser realizado nas instalações da empresa “Panavideo”.

O concurso público para a equipa de produção de conteúdos também foi lançado no fim do ano 2006. A partir de 2007, o Programa “Nós” começará a ser produzido por uma nova equipa, da PANAVIDEO, que venceu o concurso.

2.7. Programa de Rádio “Gente como Nós”



Reconhecendo a importância da comunicação directa e eficaz da rádio, O ACIME associou-se a uma das rádios não só mais ouvidas como mais prestigiadas ao nível informativo em Portugal: a TSF. Desta parceria surgiu o programa “Gente como nós”.

O programa “Gente como Nós” trata-se de um programa de vinte minutos semanais baseados em conteúdos do programa televisivo “Nós” e enriquecido para a linguagem radiofónica pelo jornalista Carlos Raleiras.

Em todos os programas é emitida também uma peça original e de actualidade informativa. Os programas são transmitidos, desde o dia 8 de Outubro de 2006, aos domingos às 13h35. O programa também pode ser ouvido na sua emissão por Internet em: <http://tsf.sapo.pt/>



A rádio TSF decidiu incluir na sua nova grelha o programa “Gente como Nós” para dar a conhecer as comunidades imigrantes que vivem e trabalham em Portugal. Integrado na temática “Pessoas”, o programa “Gente como Nós”, pretende retratar as histórias de vida dos imigrantes que residem e trabalham em Portugal, dando a conhecer quem são, o que fazem e como vivem.

Esta emissão semanal, procura ser uma janela aberta para a multiculturalidade e riqueza das comunidades que vivem e trabalham em Portugal, sensibilizando desta forma a opinião pública para as questões da imigração e do acolhimento.

Para além de “histórias de vida”, “Gente como Nós” inclui ainda informação útil para os imigrantes em Portugal.

2.8. Anuário da Imigração

Uma das novidades trazidas neste último ano foi a organização e produção de um Anuário da Imigração. Com esta produção pretende-se compilar um conjunto de referências e dados essenciais sobre a imigração em Portugal. Este trabalho, em 2006, passou por uma recolha de dados e informação exaustiva e orientada.

Trata-se de um guia de recursos sobre imigração destinado a profissionais e a dirigentes associativos, com versão disponível em papel e na Internet. Instituições, protagonistas, programas, bem como informação essencial ao nível legislativo. Retrato das comunidades imigrantes em Portugal.

A primeira edição será publicada no início do ano 2007.

2.9. Apoio a Edições

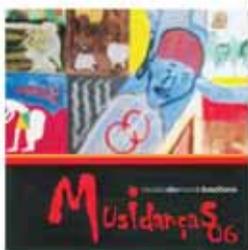
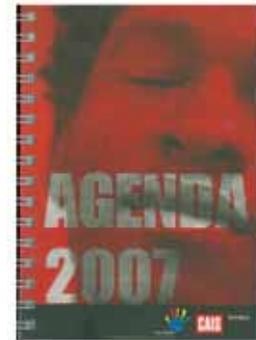
Com o intuito de promover projectos na área da edição, com características inovadoras e um forte carácter formativo, o ACIME estabeleceu um conjunto de parcerias de apoio a edições.

Entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006, depois de ajuizar com rigor a qualidade e interesse das propostas apresentadas, decidiu apoiar as seguintes edições:



1. Viver em Portugal- Guia de Português para Russófonos, de autoria de Kátia Machado e Vitaly Mirny, com a aquisição de 100 exemplares. Um livro com informações práticas sobre Portugal e os Portugueses, escrito em russo de forma a poder servir de orientação a imigrantes de leste que cheguem a Portugal. Os exemplares adquiridos pelo ACIME foram oferecidos às Associações de Imigrantes do Leste Europeu.

2. Apoio à edição de uma Agenda 2007 focada na temática da imigração, em parceria com a Associação CAIS, através da aquisição de 1000 agendas e do apoio ao nível da definição de conteúdos. A agenda utiliza os doze meses do ano para fazer alusão a dozes fases do processo de imigração e a doze das comunidades imigrantes mais numerosas em Portugal.



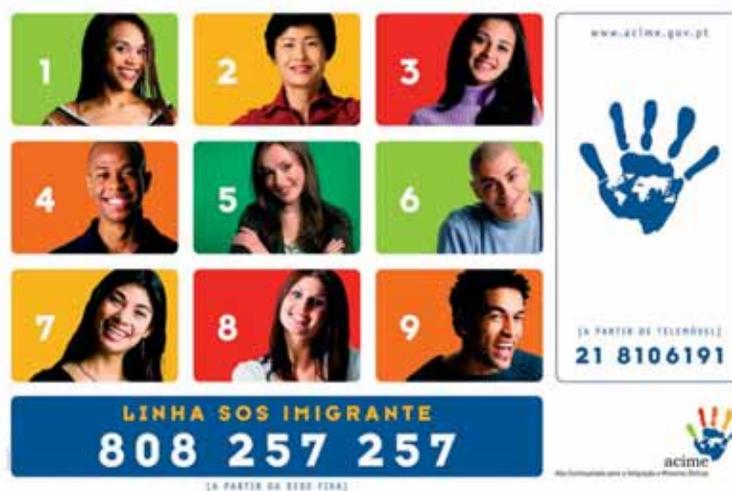
3. Apoio à edição do Cd áudio *Musidanças '06*, em colaboração com a organização do Festival Musidanças, através da aquisição de 200 CDs. Trata-se de uma compilação das músicas apresentadas no Festival em 2006. O festival Musidanças junta músicos e músicas de vários países de língua oficial portuguesa, desde o Hip Hop de Cabo Verde, ao Reggae angolano ou ao Pop do Brasil.



2.10. Acções de Informação

2.10.1. Campanha de Divulgação “Linha SOS Imigrante”

Tendo em conta a utilidade da linha de atendimento telefónico “SOS Imigrante”, para imigrantes, empregadores e advogados, foi decidido reforçar a divulgação deste canal de informação e apoio aos imigrantes através de uma campanha de divulgação.



Tendo como público-alvo os imigrantes e os empregadores, o objectivo principal desta campanha foi transmitir a ideia de proximidade e facilidade/simplicidade no recurso à Linha SOS Imigrante. O número telefónico teve grande destaque em toda a campanha uma vez que se trata da informação mais relevante. Também foi tido em conta o conceito da multiculturalidade já que o atendimento é feito em vários idiomas. Por último, sempre presente na comunicação do ACIME, o princípio da humanidade e da atitude positiva.





Para a divulgação desta campanha foram utilizados os seguintes meios:

- 10 inserções na Imprensa escrita nacional: Metro, Destak, Público, Diário de Notícias. A escolha dos jornais gratuitos prendeu-se com o público alvo prioritário da campanha que acede, sobretudo, a estes jornais.
- Foram feitas inserções também em dois jornais regionais (Diário do Sul, Jornal Maiak Portugal) ligados às comunidades imigrantes.
- Meios de transporte públicos: Colocação de painéis de 58 x 38 cm nos suburbanos de Lisboa (100 painéis durante 15 dias seguidos). Universo de passageiros por mês: 18.065.005.
- Canal 2 e RTP1: *Spot* televisivo de 15 segundos.

2.10.2. Campanha de Informação sobre a Lei da Nacionalidade

Tendo entrado em vigor, no dia 15 de Dezembro de 2006, uma nova Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, considerou-se fundamental a divulgação de toda a informação útil à população imigrante e descendente de imigrantes.

Para a divulgação desta campanha foram utilizados os seguintes meios:



- **Brochura informativa** que apresenta a nova lei da nacionalidade, explicando, por um lado, quais são as formas de atribuição, aquisição e perda da nacionalidade portuguesa e, por outro lado, clarificando onde devem ser entregues os processos respectivos e quais os documentos que devem instruir esses mesmos processos.



- **Cartazes** apresentando diferentes situações possíveis para a aquisição da nacionalidade. É possível, através destes fluxogramas, perceber se um determinado caso se enquadra na nova Lei da Nacionalidade e que passos o cidadão deve seguir para a requerer.



- **Desdobrável** com as perguntas e respostas mais frequentes, bem como, no seu verso, os fluxogramas mencionados acima.



- **Fluxograma interactivo** no site do ACIME através do qual cada cidadão pode seguir um percurso para verificar se tem, ou não, direito à nacionalidade portuguesa.





CAPÍTULO 3.

SOLUÇÕES PARA RESOLVER PROBLEMAS: UMA ADMINISTRAÇÃO MAIS PRÓXIMA DO IMIGRANTE







3.1. Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI)

O CNAI, Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, inaugurado em Março de 2004, tem vindo a consolidar a sua missão de acolher com eficácia e humanidade, todos os cidadãos imigrantes que nos procuram.

Como organização flexível e aprendente que se quer que seja, o ano de 2006 caracterizou-se por várias alterações no funcionamento do CNAI, inspiradas sempre pela vontade de prestar um melhor serviço a todos os nossos clientes. Entre outros, o **Espaço Criança** e o espaço dedicado às **actividades culturais** foram algumas das novas apostas de 2006.

Também o facto de termos entrado no terceiro ano de funcionamento, tendo já alguma experiência e conhecimento acumulados, levou o CNAI a procurar desenvolver uma política de **avaliação** não só do projecto enquanto tal, mas também de todos os que nele participam e fazem dele a realidade que hoje é.

2006 representou, por várias razões, um ano de mudança no panorama da imigração em Portugal com repercussões no CNAI. Todo o processo iniciado pelo Art. 71 do Decreto Regulamentar 6/2004 de 26 de Abril, as alterações relativas às autorizações de permanência que completaram cinco anos ou, no final do ano, a entrada em vigor da nova lei da Nacionalidade cujo impacto na comunidade imigrante, a viver em Portugal, irá seguramente ser muito significativo, foram sendo realidades a que o CNAI Lisboa e Porto se foram adaptando de forma a poder responder eficazmente às solicitações

3.1.1. Organização e funcionamento

O CNAI visa responder ao maior número de questões vividas pelos imigrantes, disponibilizando vários tipos de serviços, sendo uns da responsabilidade de instituições públicas e outros criados especificamente pelo ACIME.

As instituições públicas presentes no CNAI são o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Inspeção Geral do Trabalho, o Ministério da Educação através da sua Direcção Regional de Lisboa (DREL), o Ministério da Saúde e, mais recentemente, o Ministério da Justiça (com uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais).

No entanto e dado que nem todas as questões trazidas pelos cidadãos imigrantes eram respondidas por estes organismos, o ACIME tem vindo a criar gabinetes temáticos com vista a alargar o âmbito de respostas aos nossos clientes. Desde o início que se apostou no Gabinete de Apoio Jurídico, no Gabinete de Apoio ao Reagru-



pamento Familiar, no Gabinete de Apoio Social e na Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA). Já em 2006 foram criados os **Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo** e de **Apoio à Habitação**.

Cada instituição e gabinete tratam as questões na sua especificidade, conseguindo-se nestes mais de dois anos, grandes ganhos em eficácia só possíveis pelo excelente trabalho em parceria das instituições presentes, com a estrutura de apoio do CNAI. Exemplos disso foram as recuperações dos atrasos de seis meses nas renovações das Autorizações de Permanência, tendo deixado de ser necessário marcações prévias em meados de Dezembro de 2005, ou a recuperação até meados de 2006 de todos os processos de comunicações de contratos de trabalho à IGT ainda em atraso (tinham um ano de atraso, á data da abertura do CNAI). Estes dois simples factos tiveram como resultado uma considerável melhoria na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos imigrantes.

Desde a sua génese que o CNAI tem alicerçado a sua organização em três pilares estruturantes: (i) o trabalho em parceria, (ii) a aposta nos mediadores sócio-culturais provenientes das comunidades imigrantes e o (iii) desenvolvimento de uma estrutura ágil e flexível.

Estes factores identificativos do CNAI, aliados a uma atenção permanente à dinamização e motivação da equipa, têm permitido responder aos desafios que foram surgindo nestes quase três anos de vida do CNAI.

O funcionamento do CNAI, embora tenha tido evoluções ao longo dos últimos dois anos, na filosofia manteve-se igual. Com um horário de abertura ao público entre as 8h30 e as 16h30, o acesso aos serviços do CNAI continua a fazer-se através de senhas que são inicialmente distribuídas pela equipa de Pré-Triagem que, para tal, inicia o seu trabalho às 7h45 da manhã. A maioria dos clientes do CNAI são posteriormente atendidos pelo Gabinete de Acolhimento e Triagem – GAT – que faz o despiste de situações, dá informações, faz encaminhamentos, etc. No GAT é aberto um processo digital onde é anexada, depois de digitalizada, toda a informação/documentação necessária à resolução da questão trazida pelo cliente. É no Gabinete de Acolhimento e Triagem que é fornecida uma nova senha de acesso às restantes instituições e gabinetes presentes no CNAI.

3.1.2. Serviços de Apoio

Bar. Durante os dois primeiros anos de funcionamento o CNAI disponibilizou um serviço de bar explorado por uma empresa particular, que se concluiu, não estar a corresponder ao desejado. Assim, em Junho de 2006, optou-se por encerrar o serviço colocando em alguns pontos do edifício, como alternativa, máquinas dispensadoras de géneros alimentícios e bebidas, a preços controlados.



Espaço Criança: O CNAI pela característica dos serviços que disponibiliza, recebe muitas crianças. Desde cedo se sentiu a necessidade de criar um espaço que lhes fosse dedicado e que permitisse aos pais tratarem dos seus assuntos, deixando-os em segurança e divertidos.



Assim desde Março de 2006 que o CNAI oferece aos seus clientes este espaço, com vigilância e animação permanente garantida por um mediador sócio-cultural. Este novo serviço tem tido uma grande aceitação por parte dos clientes, adultos e crianças, tendo uma taxa de ocupação bastante elevada. Desde a sua criação foram recebidas neste espaço 1563 crianças de mais de 25 nacionalidades.

Agência Bancária: A Caixa Geral de Depósitos está presente no CNAI desde o primeiro dia e tem desempenhado ao longo deste tempo um papel de importância relevante. A possibilidade de especialização num público alvo tipo, tem permitido uma aproximação entre esta instituição bancária e o cidadão imigrante, factor considerado por todos extremamente positivo.

3.1.3. Mediadores sócio-culturais

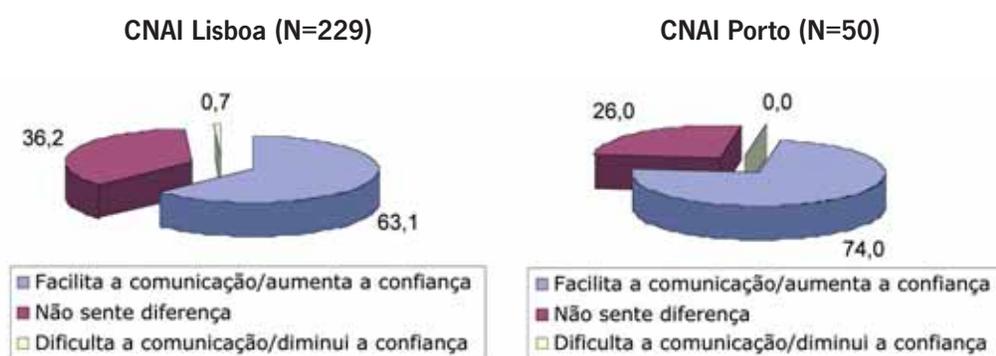
Sendo, como já foi dito, um dos elementos estruturantes e diferenciadores do CNAI, a aposta nos mediadores sócio-culturais tem-se revelado de enorme importância e oportunidade.

Regulados pela Lei nº 105/2001 de 31 de Agosto, os mediadores sócio-culturais participam no CNAI através de uma relação protocolarizada entre o ACIME e associações de imigrantes ou organizações não governamentais que trabalham na área da imigração. Esta parceria entre o Estado e o Terceiro Sector tem sido fulcral para o sucesso dos serviços prestados pelo CNAI.



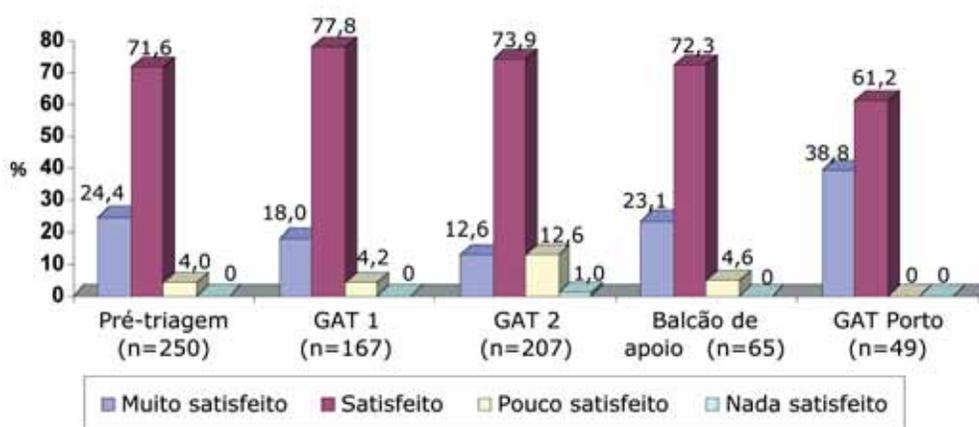
Representando 11 nacionalidades e falando mais de 12 línguas e dialectos, a equipa de mediadores do CNAI representa seguramente uma das suas grandes riquezas como se pode atentar pelos resultados da avaliação independente levada a cabo pela Organização Internacional das Migrações, tendo por base de trabalho de 250 entrevistas no CNAI de Lisboa e 50 no do Porto.

Relevância do mediador sócio-cultural para o inquirido (%)



A resposta quanto à simpatia no atendimento nos serviços da responsabilidade de mediadores sócio-culturais é muito significativa, tendo em vista que muitas das “más notícias” como seja a impossibilidade de renovação dos títulos ou a inexistência de senhas, são assumidas por estes serviços.

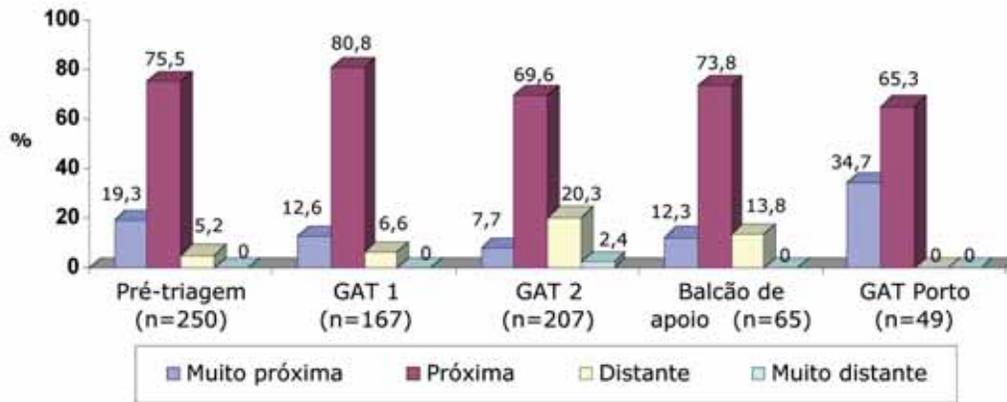
Grau de satisfação em relação à simpatia no atendimento (%)





Quando se pergunta ao cliente CNAI sobre a proximidade do atendimento levado a cabo pelos mediadores a resposta é também muito relevante.

Relação dos funcionários com o inquirido, na opinião do próprio (%)



Os mediadores sócio-culturais têm constituído uma das marcas diferenciadoras do CNAI, sendo necessário continuar a apostar na sua formação, na avaliação e na motivação.

3.1.4. Atendimentos

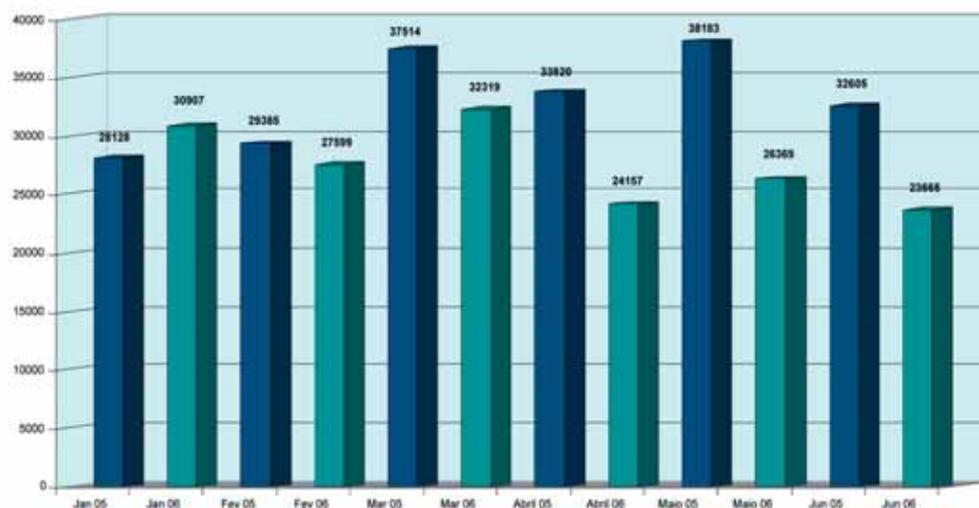
O ano de 2005 representou para o CNAI um grande esforço de organização e de recuperação de atrasos que ainda aconteciam com algumas das instituições com maior pressão nos atendimentos.

Como se pode observar nos gráficos, 2005 teve meses onde se atingiram números de atendimentos muito acima do normal. No mês de Novembro, por exemplo, atingiram-se os 33.000 atendimentos em Lisboa, o que obrigou a um esforço suplementar de toda a equipa.

A recuperação dos atrasos no final de 2005, a passagem das Autorizações de Permanência para Autorizações de Residência (não atendidas pelo posto do SEF no CNAI) e o facto de se ter conseguido acabar com as repetições das visitas, teve um imediato impacto no número de atendimentos efectuados, dado que os clientes que eram obrigados a deslocar-se ao CNAI mais do que uma vez para renovar o seu visto, passaram a fazê-lo com uma única visita. Conseguiu-se assim um enorme ganho em eficácia.

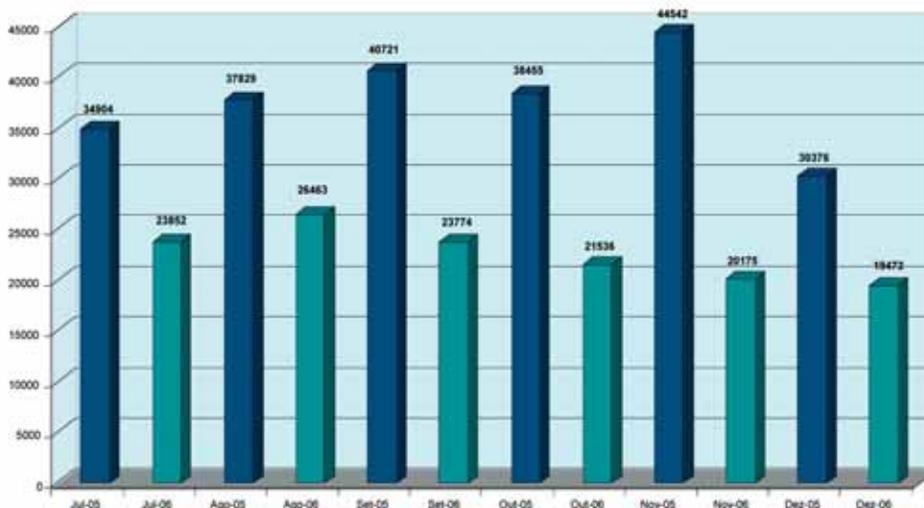


Atendimentos Comparados 2005-2006 1º Semestre



Como se pode ver nos gráficos houve uma redução dos atendimentos gerais do CNAI entre os anos de 2005 e 2006. No entanto, se se forem verificar os gráficos por instituições ou gabinete essa redução ou não existe (no caso dos gabinetes do CNAI) ou é muito reduzida (caso do SEF). Pode concluir-se que foi no Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) e em alguns serviços que entretanto foram extintos (como o das marcações de repetição de visitas) que se sentiu uma quebra nos atendimentos. Esta quebra significa em grande parte, a prestação de um melhor serviço ao cliente.

Atendimentos comparados 2005 2006 2º Semestre





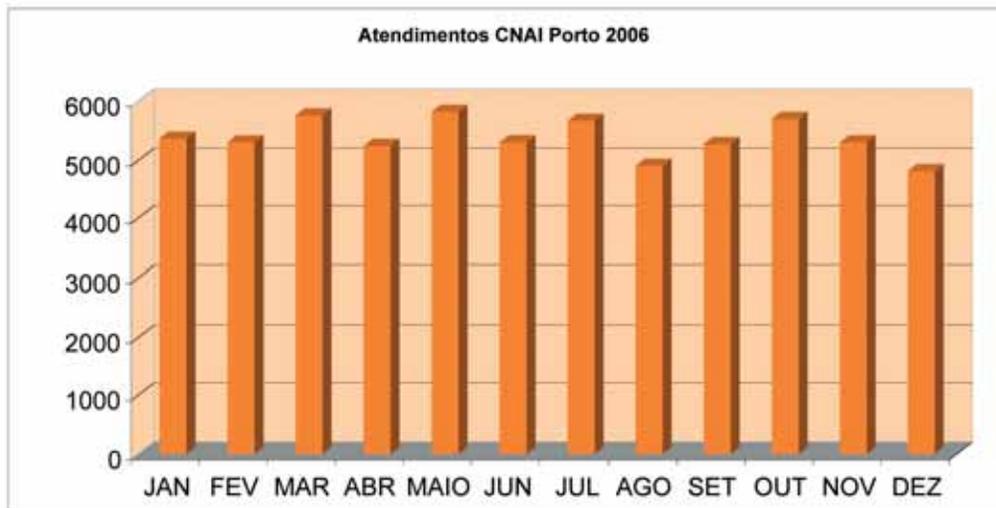
Em números absolutos no ano de **2005** foram feitos **301.011 atendimentos**, tendo havido, tal como já foi referido, um ligeiro decréscimo em **2006** tendo sido feitos **299.736**.

No **CNAI Porto** a realidade é algo diferente da de Lisboa. A dimensão da população imigrante é substancialmente inferior, facto que, obviamente, se reflecte no número de atendimentos. Assim, no ano de **2006** o CNAI do Porto fez **64.320 atendimentos**.

Embora funcionem de forma semelhante, o CNAI do Porto tem algumas diferenças do seu congénere em Lisboa. As instituições presentes no CNAI Porto são o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Inspeção Geral do Trabalho, o Ministério da Saúde através da sua ARS.

O Ministério da Educação que no início animava um gabinete optou por sair. Também não existe ainda no CNAI Porto a presença do Ministério da Justiça, com uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais.

Quanto aos gabinetes de apoio existem os mesmos que em Lisboa excepto no que se refere à Habitação, à Animação Cultural e também às equipas de terreno.

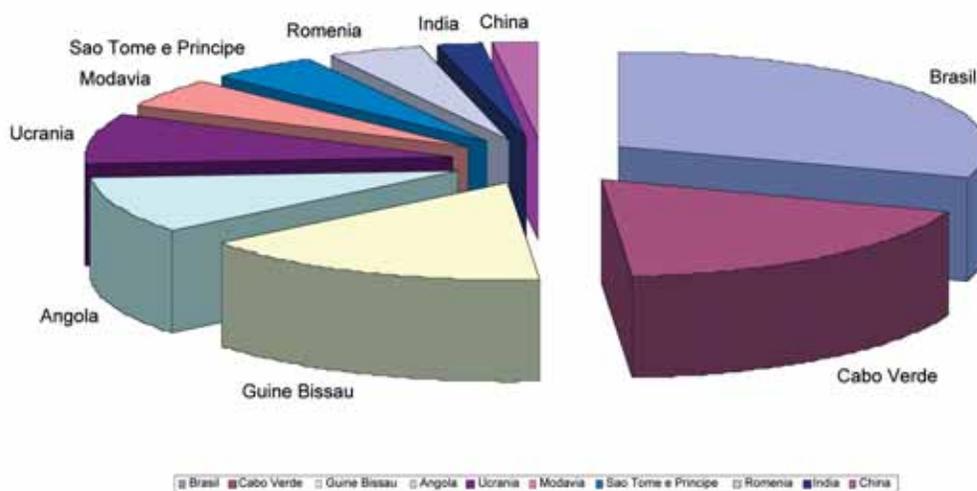


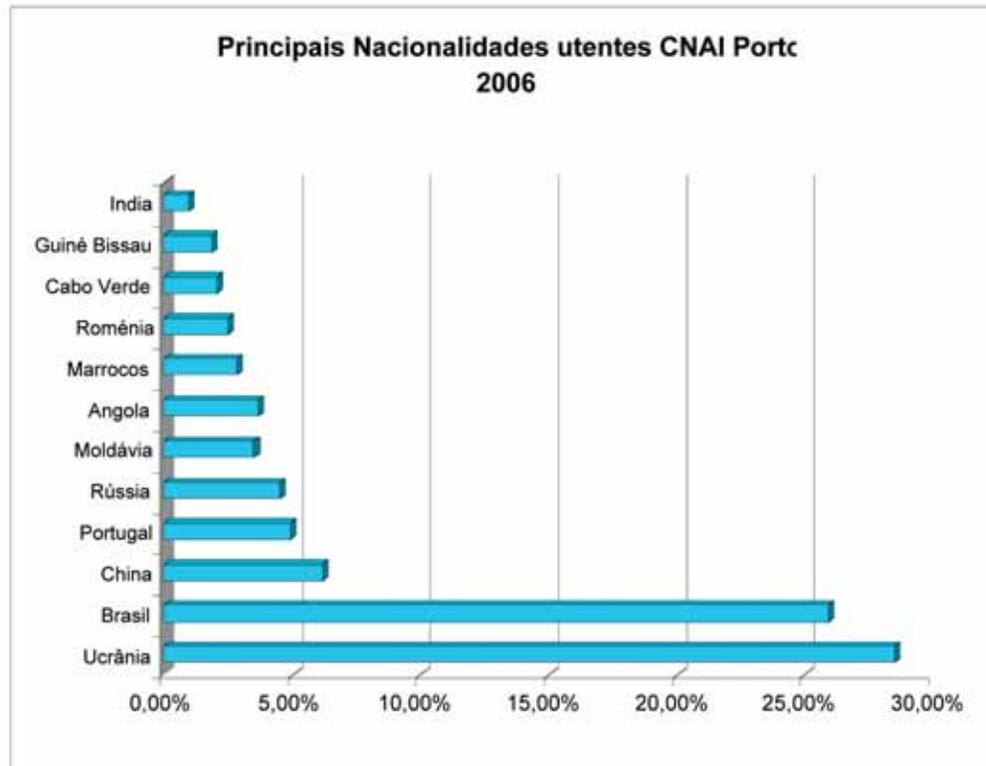
Durante o ano de 2006 o CNAI Porto sofreu algumas reestruturações a nível da direcção e também, no final do ano, no que se refere à equipa.



No início do ano de 2007 será também reformulado o horário de abertura ao público que passará a ser igual ao de Lisboa, ou seja de Segunda a Sexta entre as 8h30 e as 16h30.

As principais nacionalidades que se deslocaram, pela primeira vez, ao CNAI de Lisboa aparecem descritas no quadro abaixo, tendo havido algumas alterações relativamente a 2005, onde a comunidade ucraniana era bastante mais expressiva.



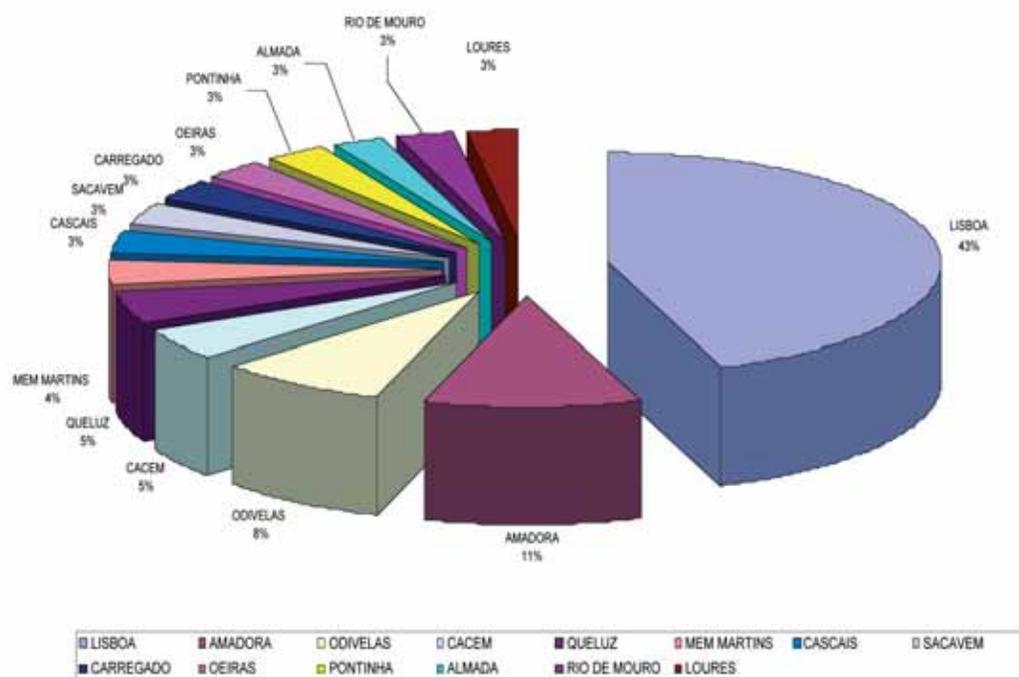


Podemos verificar que os cidadãos que mais procuram o CNAI Porto, continuam a ser, à semelhança dos outros anos, oriundos da Ucrânia, embora haja um crescimento significativo dos cidadãos de nacionalidade brasileira. Verificamos que a percentagem de cidadãos nacionais que procura o CNAI Porto é também significativa. Estes, procuram sobretudo esclarecimentos no que diz respeito à contratação de cidadãos estrangeiros, bem como para efectuarem ofertas de emprego na UNIVA.

No que diz respeito aos cidadãos oriundos de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe (PALOP`S), já possuindo na sua maioria, Autorizações de residência, é diminuta a sua afluência ao CNAI Porto.

Relativamente aos clientes do CNAI de Lisboa é interessante verificar a localidade de onde provêm. Estão representadas as 14 localidades com maior expressão, verificando-se que 43% da população que se deslocou ao CNAI pela primeira vez em 2006, vive na cidade de Lisboa.





3.1.5. Instituições

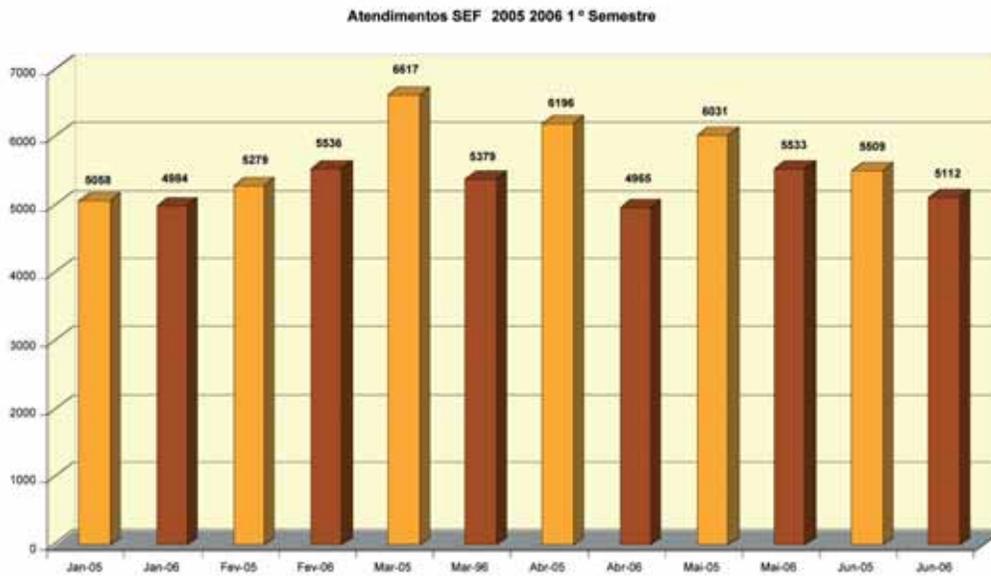
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A presença do SEF no CNAI tem centrado a sua actuação na renovação dos títulos de autorização de permanência e dos vistos de estada temporária dos seus familiares. No início de 2006, com a passagem de alguns detentores de autorizações de permanência a autorizações de residência (atendidas no posto do SEF da Av. António Augusto Aguiar - Lisboa) houve um pequeno decréscimo dos atendimentos deste posto.

Em Janeiro este posto passou por uma reorganização, tendo mudado a equipa que o coordenava e também sofrido alterações no horário de funcionamento que passou a ser das 9h às 17h. Também em Janeiro a recepção dos pedidos de nacionalidade por naturalização (da competência do SEF até à entrada em vigor da nova lei da nacionalidade) passaram a ser recebidos no CNAI. Em Outubro de 2006 foram transferidos para o posto do SEF do CNAI os pedidos de visto de trabalho que até aí tinham funcionado na Loja do Cidadão dos Restauradores. Finalmente, em Dezembro, o posto passou por uma nova reestruturação da sua equipa de coordenação.

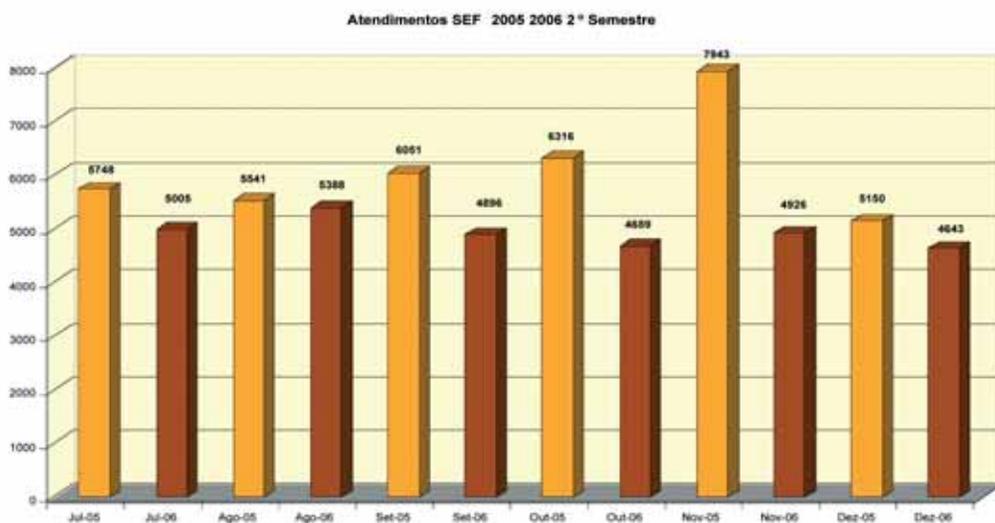


Durante o ano de 2006 foi feito um grande esforço por parte da equipa do SEF para recuperar os atrasos relativos a processos pendentes, tendo sido possível chegar ao final do ano com uma recuperação de quase 100%.



A ligeira redução de atendimentos no início de 2006, foi motivada essencialmente pelo facto de uma percentagem significativa dos detentores de Autorização de Permanência (AP) em Janeiro de 2006, passarem a Autorização de Residência (AR). Como o atendimento de AR não se faz no posto do SEF do CNAI, todos esses clientes deixaram de renovar o seu visto no CNAI.





Em Novembro de 2005 houve um aumento significativo de atendimentos diários, com vista a conseguir-se o objectivo de poder fazer-se o visto no dia em que este caduca, sem ser necessário qualquer tipo de marcação. Este objectivo foi atingido em meados de Dezembro após o qual o atendimento estabilizou.

Inspecção Geral do Trabalho

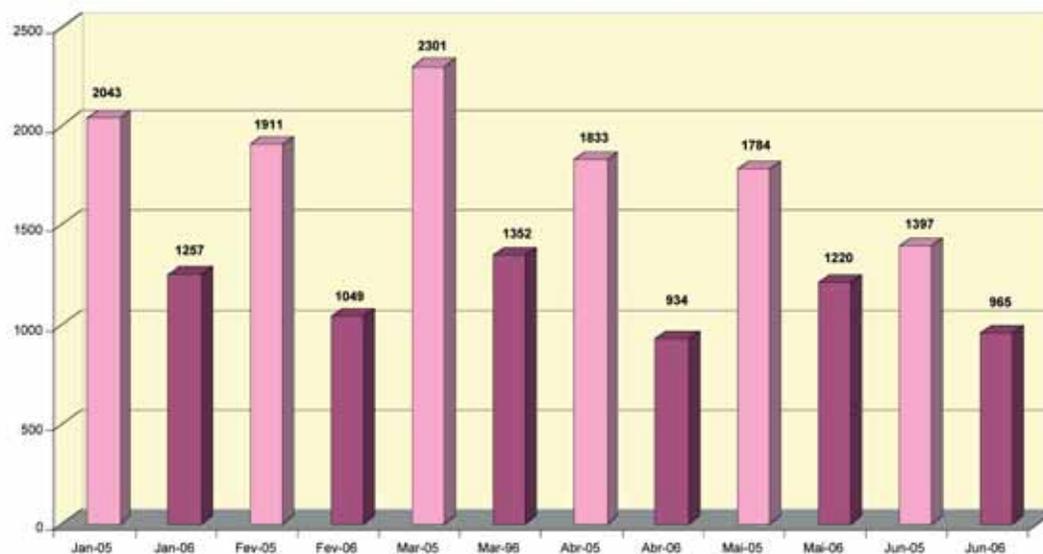
A IGT está presente no CNAI desde o primeiro dia e tem aqui a responsabilidade de receber as comunicações e emitir pareceres sobre os contratos de trabalho dos trabalhadores estrangeiros.

Também aqui a cooperação institucional tem-se revelado de grande importância, tendo sido possível através de um trabalho coordenado fazer uma recuperação de atrasos de um ano nas comunicações.

No atendimento ao público da IGT, os mediadores do CNAI puderam unir esforços aos funcionários da instituição, no sentido de se conseguirem atender todos os cidadãos estrangeiros sem qualquer limitação de senhas.



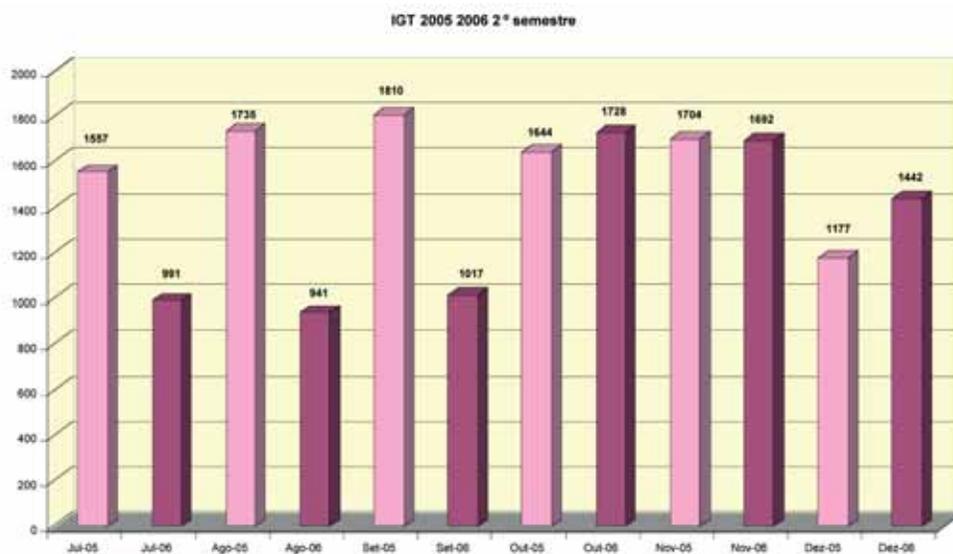
IGT 2005 2006 1º Semestre



Entre Maio de 2005 e Outubro de 2006, tendo constatado que a IGT não tinha capacidade de atender todos os clientes que a procuravam, o CNAI criou um serviço de triagem específico para a IGT. Este serviço passou a filtrar todos os clientes que não dispunham da documentação correcta para o efeito e permitiu aos serviços da IGT atenderem todos aqueles que possuíam a documentação correcta.

A criação deste serviço implicou uma diminuição dos atendimentos da IGT, embora os clientes que se dirigiram ao CNAI com intenção de consultar a IGT, em rigor, não tenham diminuído significativamente até Setembro de 2006.

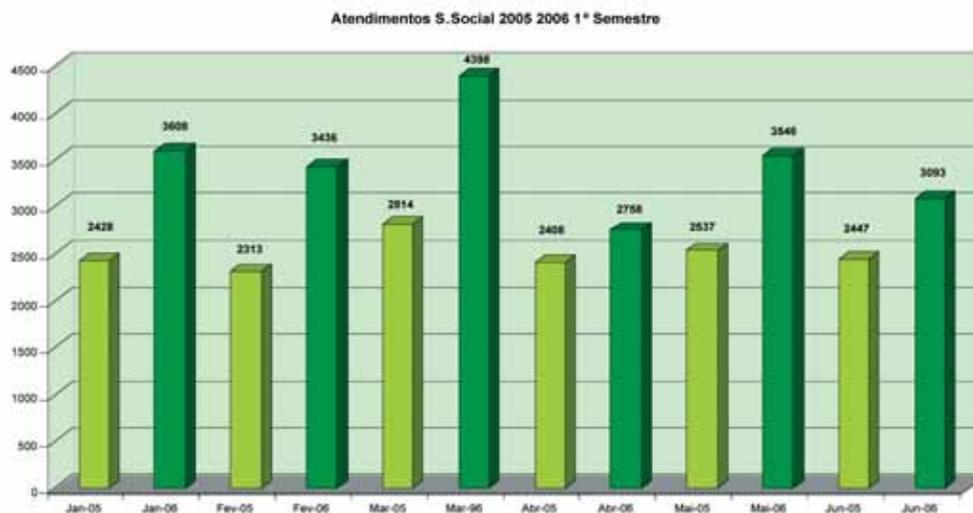




Em Outubro de 2006, tendo sido constatado que a diminuição de atendimentos da IGT já permitia dispensar o serviço de triagem, este foi extinto, passando a IGT a atender a totalidade dos clientes, quer tivessem ou não a documentação completa.

Segurança Social

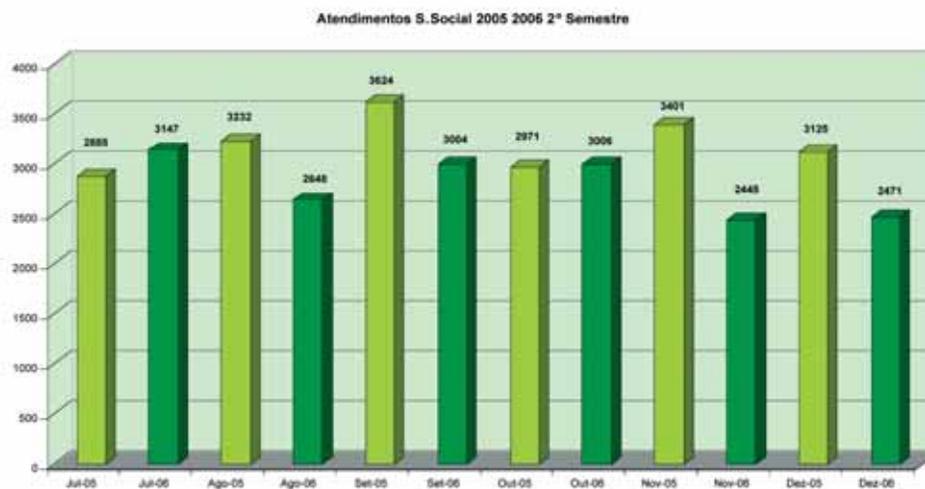
O posto da Segurança Social é um dos mais requisitados do CNAI dado o seu atendimento ser bastante abrangente. Este facto leva a que seja frequentemente necessário limitar as senhas de acesso ao gabinete, o que obriga a uma gestão de expectativas difícil por parte da equipa de pré-triagem.





Pelos gráficos pode observar-se que os atendimentos da Segurança Social se mantiveram, no essencial, coerentes nos dois anos em comparação, havendo apenas dois picos de atendimento em Setembro e Novembro em 2005 e sendo notório o aumento de atendimentos em 2006.

Se as senhas não tivessem de ser limitadas quase diariamente, o número de atendimentos no ano de 2006 seria ainda mais elevado.



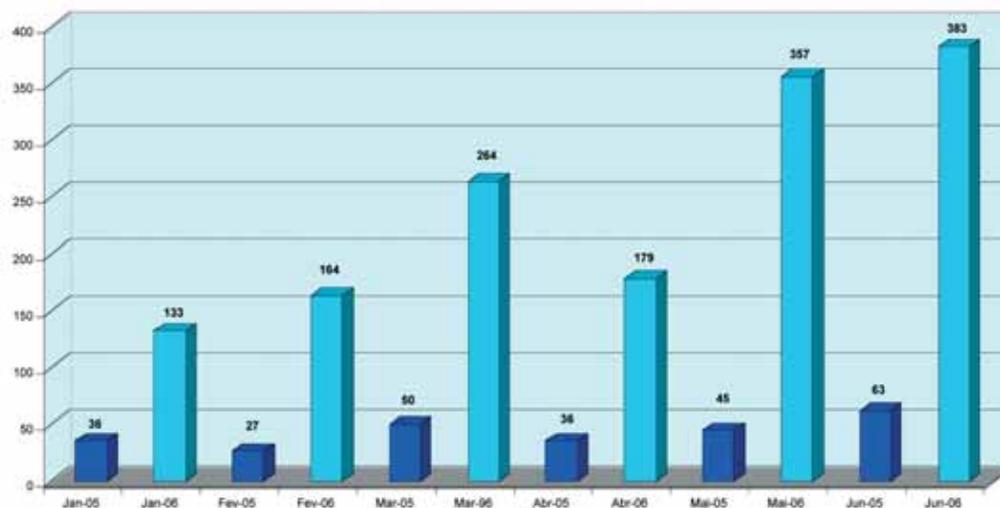
Ministério da Educação

O gabinete da Educação do CNAI é da responsabilidade da Direcção de Regional de Educação de Lisboa (DREL) e tem desempenhado um papel muito importante, não só ao nível da informação de cidadãos e escolas mas também na colocação de alunos nos estabelecimentos de ensino por todo o país. Dado que o CNAI do Porto deixou de poder contar com um atendimento da DREN, o gabinete de Lisboa tem acorrido também às situações do norte.

O grande crescimento no número de atendimentos entre 2005 e 2006 prende-se sobretudo com o facto de ter passado para a responsabilidade deste gabinete a triagem da gestão do Registo de Menores ao abrigo do Decreto Lei nº 67/2004 de 25 de Março, que estipula o acesso de crianças irregulares à educação pré escolar e escolar e de acesso aos cuidados de saúde nos mesmos termos dos menores em situação regular no território nacional. Estas credenciais são posteriormente emitidas pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

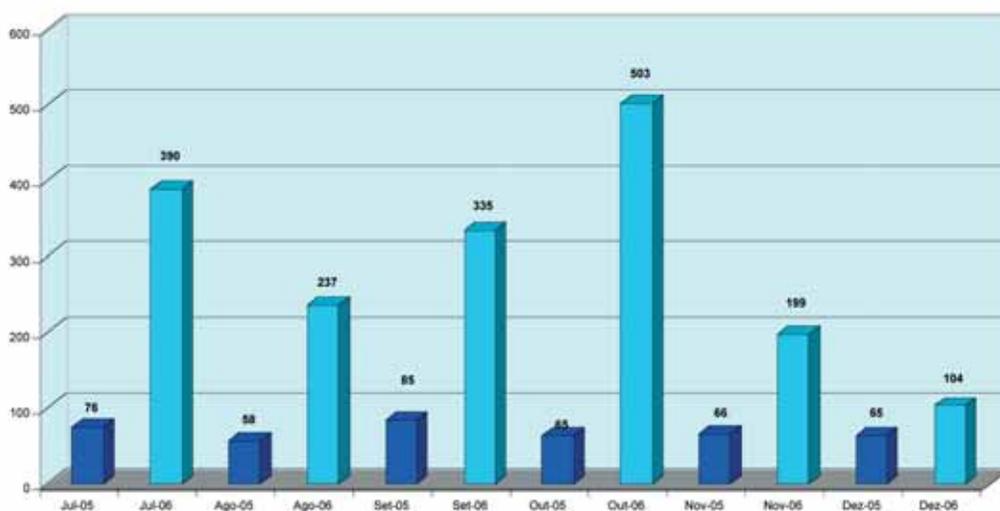


M.Educação 2005 2006 1º semestre



Também no início de 2006 e dado que não existe nenhum gabinete específico para esta temática, o gabinete da Educação disponibilizou-se a dar informações sobre reconhecimento de habilitações e competências, o que também fez aumentar o número de atendimentos neste ano.

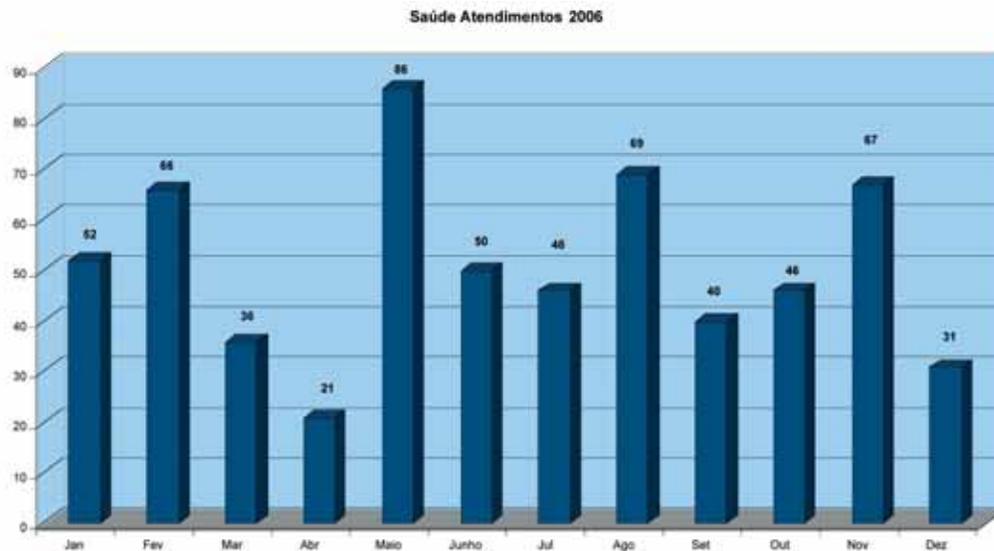
M.Educação 2005 2006 2º Semestre





Ministério da Saúde

Com uma equipa de duas mediadoras que reportam à Administração Regional de Saúde de Lisboa, o gabinete da Saúde do CNAI de Lisboa tem tido uma grande procura não só para informação mas sobretudo para resolução de problemas de acesso ao sistema de saúde por parte dos cidadãos imigrantes. Um dos temas mais complexos e difíceis com que o gabinete se tem debatido são os casos de cidadãos estrangeiros que chegam a Portugal através de Juntas Médicas e que não encontram apoio por parte das embaixadas, ficando em situação de enorme vulnerabilidade. Este tem sido um dos assuntos para o qual se tem tentado, em parceria, encontrar uma solução.



Ministério da Justiça

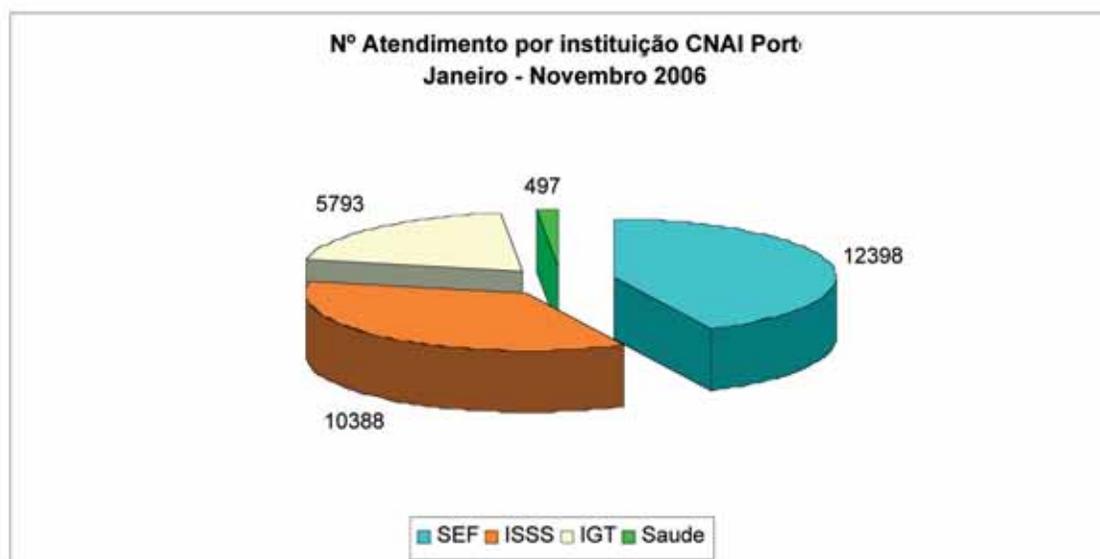
Com a aprovação da nova Lei da Nacionalidade e a sua entrada em vigor a 15 de Dezembro de 2006 foi criada, no CNAI, uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais.

Este novo gabinete pretende dar resposta a todos os pedidos de Nacionalidade através da Lei Orgânica 2/2006 de 17 de Abril.

Com a instalação deste novo serviço foi necessário fazer algumas alterações na organização do CNAI, tendo sido criada no GAT uma área específica para fazer a triagem destes novos clientes.



No CNAI do Porto no Ano de 2006, foram feitos 29 076 atendimentos no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspeção Geral do Trabalho, Saúde e Segurança Social, como se pode verificar no seguinte gráfico:



O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é a instituição que recebe o maior número de utentes por dia, seguido da Segurança Social, seguindo a mesma tendência de 2005.

3.1.6. Gabinetes de Apoio

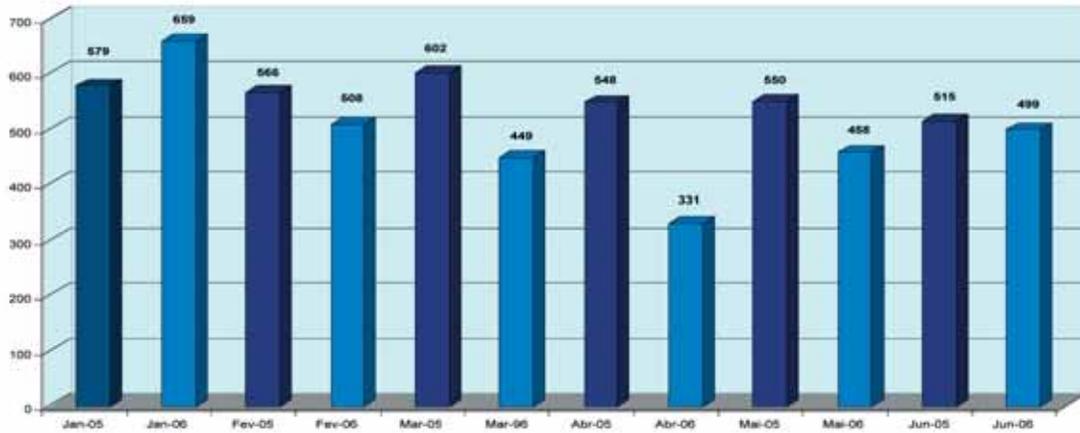
Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante

O GAJI tem sido desde o primeiro dia um dos gabinetes mais importantes do CNAI. A disponibilização de apoio jurídico gratuito, em várias áreas do direito, representa uma enorme ajuda para os cidadãos que nos procuram.

Com uma equipa em Lisboa composta por 7 juristas, uma das quais coordenadora, e no Porto por três, este gabinete tem como principais áreas de intervenção a vulgarmente chamada Lei da Imigração, a Nacionalidade, o Direito do Trabalho, a Segurança Social, o acesso aos Tribunais entre outros.



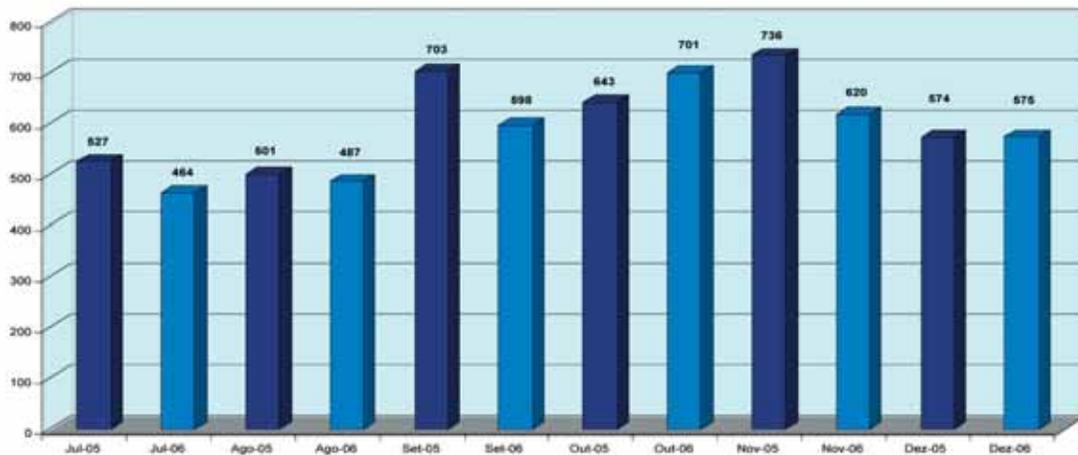
GAJI 2005 2006 1º Semestre

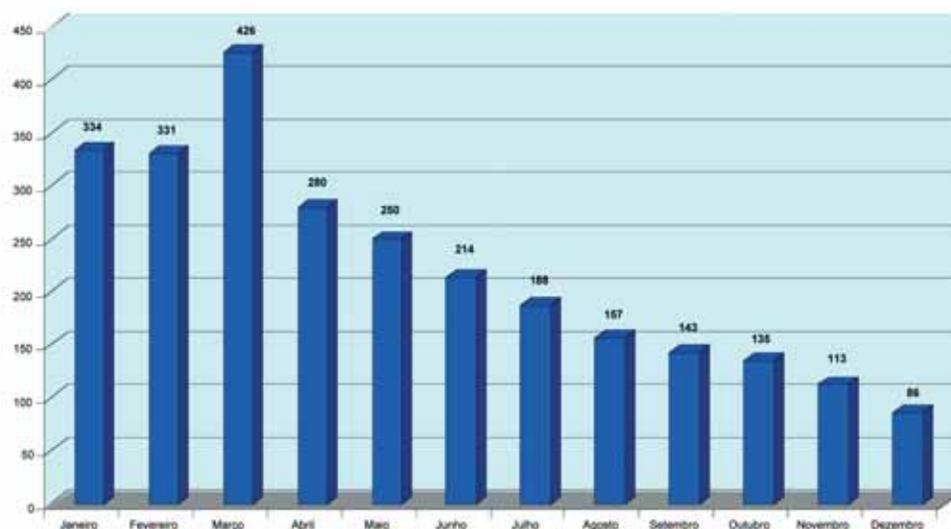


Se no primeiro trimestre de 2006 se sentiu um ligeiro decréscimo nos atendimentos do GAJI comparativamente ao ano de 2005, no segundo semestre essa tendência inverteu-se, tendo havido um aumento da procura deste gabinete.

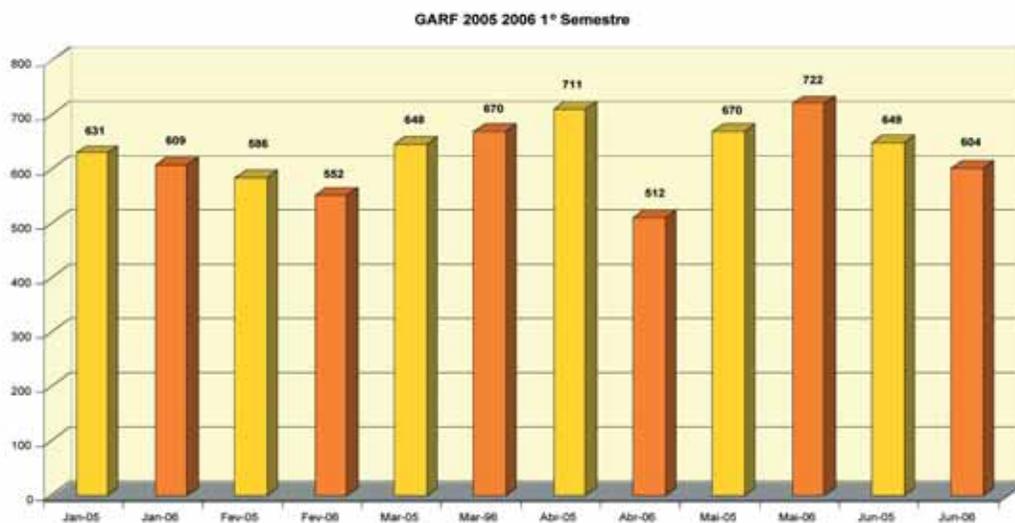
Durante o ano de 2006, foi sentido neste gabinete uma complexificação dos casos apresentados, sendo necessário cada vez mais tempo para resolver os casos apresentados. Esta dificuldade acrescida prende-se também com o facto de os atendimentos no GAT serem, também eles, cada vez mais especializados, não sendo sentida tão frequentemente a necessidade de encaminhamento dos clientes para o GAJI.

GAJI 2005 2006 2º Semestre



GAJI CNAI Porto atendimentos em 2006*Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar*

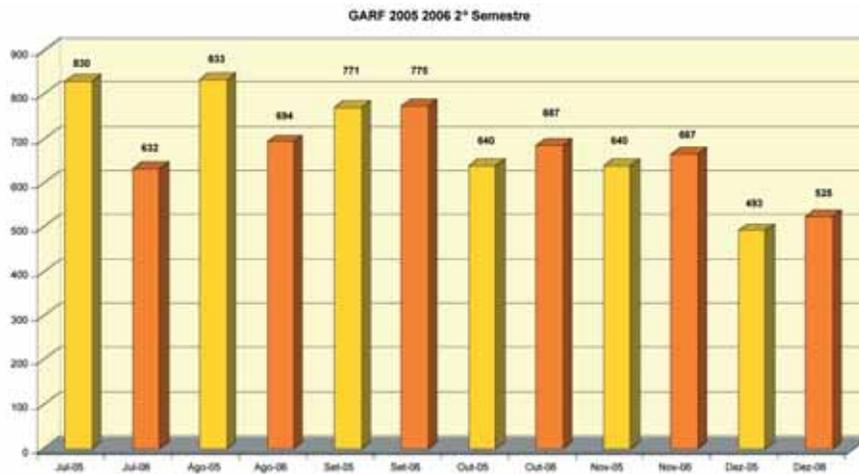
O GARF desenvolve a sua acção maioritariamente no fornecimento de informação, no apoio à instrução de processos de pedidos de reagrupamento familiar e no acompanhamento, junto das várias instituições competentes, do desenvolvimento do processo.





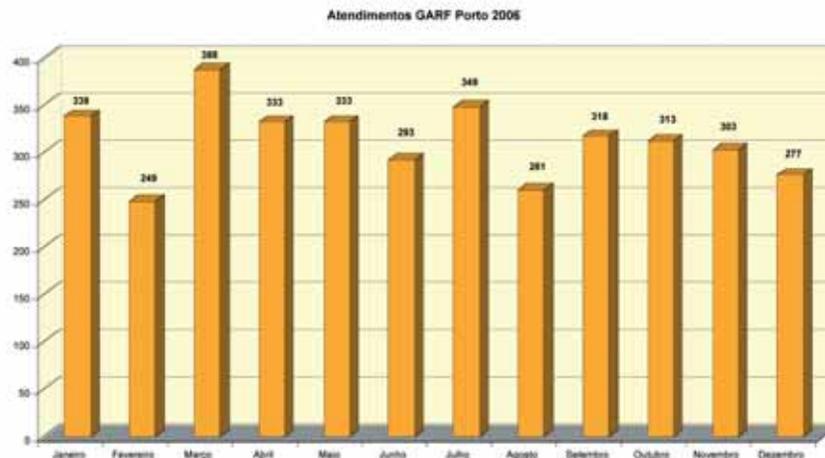
Neste gráfico comparativo de 2005 e 2006, relativos ao primeiro semestre, pode ver-se que foram feitos uma média de 600 atendimentos mensais com pequenas flutuações.

Quanto ao segundo semestre, se exceptuarmos os meses de Julho e Agosto, que em 2005 tiveram um número de atendimentos bastante considerável, nos restantes meses os atendimentos em 2006 superaram os do ano anterior.



Reconhecendo que viver em família é um Direito inalienável e sabendo do enorme contributo que viver em família representa para a estabilidade dos cidadãos imigrantes, este gabinete tem, no CNAI, uma importância crucial.

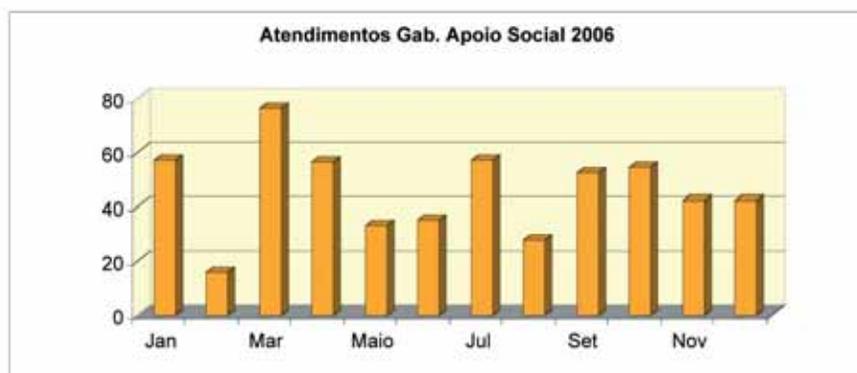
Este gabinete conta em Lisboa com o contributo de três mediadoras e no Porto com uma mediadora.



Gabinete de Apoio Social

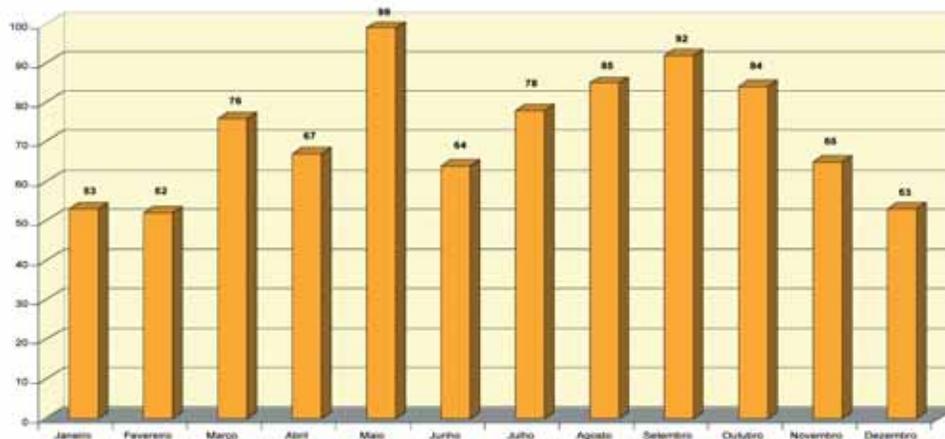
O GAS existe desde o início do CNAI para responder a todos os cidadãos imigrantes a viver em situação de grande vulnerabilidade. Desenvolvendo um trabalho assente na parceria activa, este gabinete tem relações privilegiadas com várias instituições a trabalhar na área social, nas cidades de Lisboa e Porto. Os dois gabinetes são animados por uma mediadora cada.

O Gabinete de Apoio Social é um dos únicos casos em que um gabinete no CNAI Porto tem mais atendimentos (815) que no CNAI de Lisboa.



A explicação para esta constatação pensamos prender-se com uma maior oferta na cidade de Lisboa de um grande número de instituições com resposta para este tipo de casos sociais ao contrário do Porto onde estas respostas escasseiam.

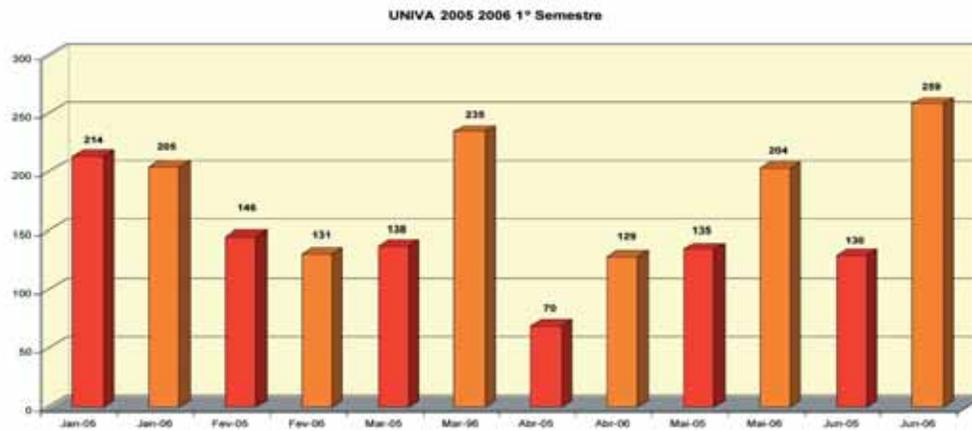
GAS CNAI Porto Atendimentos 2006



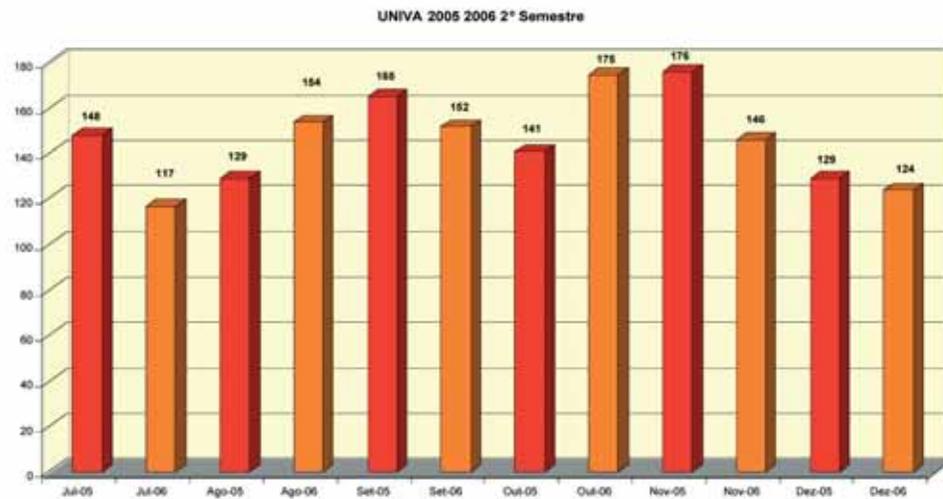


Gabinete de Apoio ao Emprego

Até Dezembro de 2006, o Gabinete de Apoio ao Emprego resumia-se à Unidade de Inserção na Vida Activa, que foi criada com a fundação do CNAI. A UNIVA tem desempenhado um papel importante numa área tradicionalmente difícil como é o emprego.



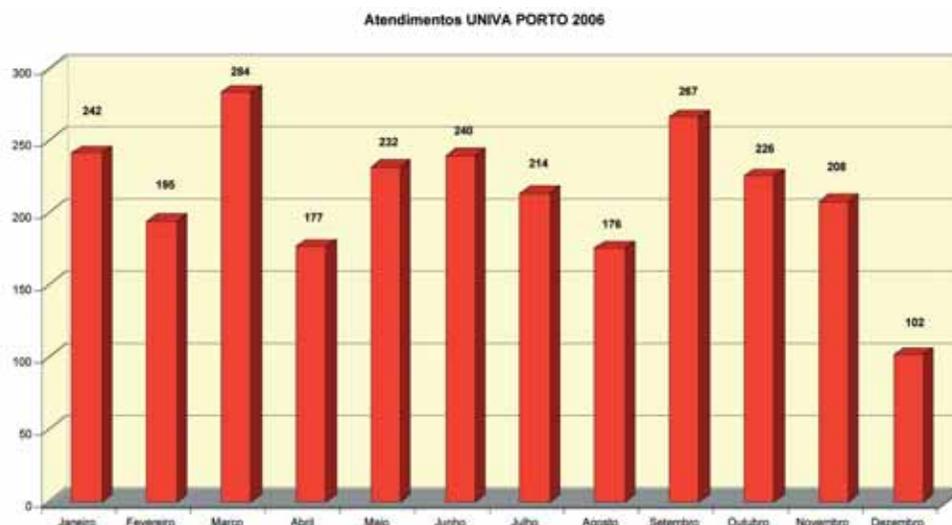
O ano de 2006 representou um aumento do número total de atendimentos levados a cabo pela UNIVA, sendo de destacar alguns picos sem explicação aparente nos meses de Março e Junho e Outubro.



No mês de Dezembro iniciou a actividade a área do empreendedorismo que resulta de uma parceria com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e que pretende servir de elo entre os cidadãos estrangeiros que querem constituir o seu próprio negócio e as entidades financiadoras.

Estas duas vertentes do emprego ficarão sob a designação de Gabinete de Apoio ao Emprego. Para o Gabinete de Apoio ao Emprego estão afectos quatro mediadores sendo um com funções de coordenação.

No caso da UNIVA do CNAI Porto também se verifica um número de atendimentos ligeiramente superior ao da UNIVA de Lisboa (2.461) e também aqui parece que a explicação se prende com o facto da oferta deste tipo de serviço por parte de algumas instituições implantadas na grande Lisboa ser relativamente grande.



Gabinete de Apoio à Habitação

Criado em Dezembro de 2006 o GAH surge pela consciência do facto da habitação ser uma das áreas mais complexas e das mais importantes quando falamos de integração dos cidadãos imigrantes. Embora as respostas escasseiem no panorama nacional, pretende-se com a dinamização deste gabinete poder disponibilizar aos nossos clientes informação útil, prática e, sobretudo, credível, do acesso à habitação.

Este gabinete conta, para o animar, com uma mediadora sócio-cultural.



Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo

Nascendo em Dezembro de 2006 de uma parceria com a Associação Nacional de Direito ao Crédito, o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo parece ser uma resposta fundamental para o cidadão imigrante porque quem imigra é sempre, só pelo facto de ter tido a coragem de imigrar, um empreendedor. Maioritariamente quem parte do seu país procura melhores condições de vida e, portanto emprego e não raras vezes depara-se com grandes dificuldades nesta área. A criação do próprio emprego surge assim como uma oportunidade aliciante e que poderá permitir a sempre tão desejada integração.

É missão deste gabinete a orientação de todos os cidadãos imigrantes que, estando habilitados para o efeito, desejarem criar um negócio. Será disponibilizado apoio no sentido de desenvolverem um projecto com viabilidade económica e na ajuda a criar um plano de execução. Finalizada a fase de estruturação, os interessados serão encaminhados para a ANDC que os apoiará no pedido de crédito e no posterior desenvolvimento do negócio.

Gabinete de Animação Cultural

Criado em Setembro de 2006 este gabinete visa animar o espaço do CNAI através da expressão artística e cultural.

Com uma mediadora responsável dedicada a tempo parcial, o Gabinete inaugurou com uma exposição de fotografia da autoria, da fotógrafa brasileira, Cristina Elias. Intitulada “Passagem por Lisboa”, esta exposição retrata a vida de várias mulheres imigrantes a viver em Lisboa.

O programa deste gabinete é muito diversificado e tem como missão dar a conhecer outras culturas e outras gentes através da arte, para além da função de humanizar os espaços de espera tornando-os mais atractivos e acolhedores.

3.1.7. Equipas de Terreno

Dando continuidade ao projecto “ACIME junto das Comunidades”, o CNAI criou as Equipas de Terreno. Estas equipas, orientadas para o atendimento especializado nas diversas áreas respeitantes à vida dos imigrantes em Portugal, deslocam-se aos bairros e às instituições com a finalidade de esclarecer e encaminhar os cidadãos estrangeiros.



A criação das Equipas de Terreno pretende preencher as lacunas de informação no seio das comunidades imigrantes, já que se constata que são muitos os imigrantes que ainda não conhecem os serviços disponibilizados pelo CNAI ou que, por razões várias, não se deslocam aos Centros Nacionais ou Locais de Apoio ao Imigrante.

É, ainda, significativo, o número de instituições, ONG's e associações de imigrantes, que diariamente se confrontam com situações para as quais não têm/sabem a resposta e que no âmbito de uma parceria com o CNAI poderão ampliar os meios de atendimento e informação.

A acção das Equipas de Terreno vai, deste modo, no sentido de uma maior proximidade às populações imigrantes, permitindo o contacto directo com diferentes questões que poderão ser levantadas, nas áreas da regularização da permanência, saúde, educação ou outras. Aos mediadores que constituem a Equipa cabe também o trabalho de despiste de situações mais complexas e que requeiram o encaminhamento e acompanhamento de algum dos gabinetes dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante.

A deslocação destas Equipas prevê um contacto prévio entre as instituições presentes no terreno e o ACIME, de modo a que se crie um posto de atendimento no local para prestar informações e esclarecimentos e encaminhar os cidadãos imigrantes.

Desde a sua criação em Janeiro de 2006 já foram efectuadas 26 saídas ao terreno.

3.1.8. Avaliação

No ano de 2006 foi dada grande importância à avaliação do CNAI enquanto projecto e à avaliação de desempenho dos mediadores sócio-culturais.

A avaliação do CNAI foi levada a cabo por uma entidade independente e com grande prestígio na área da Imigração a Organização Internacional das Migrações – OIM. Tendo decorrido entre os meses de Abril e Julho esta avaliação incluiu 250 inquéritos em Lisboa e 50 no Porto aos Clientes do CNAI, para além de entrevistas aos mediadores, aos responsáveis, às instituições, etc.

Tendo em conta factores muito variados da organização e funcionamento do CNAI Lisboa e Porto, este trabalho tem uma enorme importância para futuras tomadas de decisão no âmbito do CNAI. Esta avaliação está publicada e disponível para consulta.



A avaliação de desempenho dos mediadores foi levada a cabo em Abril-Maio, seguindo-se uma avaliação intermédia em Novembro, tendo por base uma ficha de avaliação bastante completa. A principal finalidade desta avaliação consiste em auxiliar os mediadores no desenvolvimento profissional e no alcance dos seus objectivos, nomeadamente contribuindo para melhorar ou manter a satisfação e elevar a moral dos mediadores no trabalho, assegurar uma opinião ponderada sobre o desempenho do mediador ou dar a cada mediador a oportunidade de debater os seus problemas e interesses de trabalho com o superior hierárquico. A responsabilidade geral de administrar o Programa de Avaliação de Desempenho é da directora do CNAI.

A avaliação do desempenho dos mediadores mostrou-se muito produtiva uma vez que foi notório, na grande maioria dos avaliados, a necessidade de receberem formalmente a opinião objectiva dos respectivos coordenadores.

3.2. Serviço de Tradução Telefónica (STT)

O STT – Serviço de Tradução Telefónica - foi lançado em Junho de 2006 com o objectivo de ajudar os imigrantes a ultrapassarem a barreira da língua, um dos grandes impedimentos à sua boa integração em Portugal. Através deste serviço o ACIME fornece os meios que garantem, num formato de conferência telefónica, o esclarecimento em simultâneo entre o técnico da instituição, o tradutor e o imigrante.

Dotado de uma bolsa de 37 técnicos especializados que dominam perfeitamente, para além do Português, um ou mais idiomas, o STT dirige-se a todas as pessoas que não falam português e a todos os interlocutores portugueses que precisam de comunicar com estrangeiros.

Os tradutores/intérpretes funcionam como “intermediários” junto das mais diversas instituições que, em Portugal, estão, directa ou indirectamente, implicadas no processo de acolhimento e integração dos imigrantes: câmaras municipais, juntas de freguesia, conservatórias, hospitais, centros de saúde, escolas, PSP, GNR, tribunais e outros organismos públicos e particulares.

Este serviço está disponível a partir de qualquer ponto do país, gratuitamente, todos os dias úteis entre as 10.00h e as 18.00h, através da Linha SOS Imigrante - 808 257 257.



3.2.1. Funcionamento

1. O cliente liga para a Linha SOS Imigrante - 808 257 257 - através da rede fixa (ou 21 8106191 através da rede móvel) e solicita o acesso ao serviço de tradução telefónica.
2. A chamada é de imediato transferida para o operador do STT, que pede as seguintes informações:
 - Nome da instituição/serviço
 - Nome do cliente
 - Telefone do cliente
 - Idioma requerido
 - Data e hora pretendida para o serviço de tradução telefónica
3. O operador recebe a chamada e com base no pedido do “cliente” consulta o banco de tradutores. Neste âmbito:
 - 3.1. Se o pedido requerer o serviço de imediato:
 - e houver disponibilidade de tradutor, é estabelecida a ligação, colocando em conferência telefónica o tradutor e o cliente (se este entender pode pedir para juntar à conferência telefónica o imigrante, dando para tal o telemóvel do mesmo ou outro número fixo).
 - e não houver disponibilidade de tradutor, o operador agenda o serviço para uma hora compatível com a disponibilidade da bolsa de tradutores, adiando-se assim o serviço para essa hora.
 - 3.2. Se o pedido for para agendar, é verificada a disponibilidade da bolsa de tradutores e é feita a marcação. Na hora agendada o cliente liga, o operador coloca-o em espera, contacta o tradutor e cria uma conferência entre ambos.
4. O operador da STT mantém-se em linha até ao final da conferência, garantindo a boa execução do serviço.
5. No final da conferência o operador faz um breve questionário de qualidade ao cliente. É importante salientar que tanto o Operador como os Tradutores encontram-se obrigados à estrita observância do segredo profissional, não podendo divulgar a quem quer que seja qualquer informação obtida no decorrer da tradução, conforme carta de ética subscrita pelos próprios.



Na Bolsa de Tradutores encontram-se disponíveis tradutores seleccionados para 60 idiomas, são eles:

Albanês	Alemão	Árabe	Azerbaijã	Balanta (Guiné)
Bambara	Bengali	Bielorusso	Bósnio	Búlgaro
Casique	Changana (Moçambique)	Checo	Chinês Cantão	Chinês Mandarim
Chinês Wenzhou	Chinês Xangai	Chinês Quingtian	Crioulo (Cabo Verde)	Croata
Djola	Espanhol	Forro (S.Tomé e Príncipe)	Francês	Fula (Guiné)
Georgiano	Grego	Guarani	Hebraico	Hindi
Ibo	Indonésio	Inglês	Italiano	Japonês
Kikongo (R. Congo)	Lingala (R. Congo)	Macedónio	Makassae (Timor)	Mandinga
Moldava	Naueti (Timor)	Nepalês	Nyungwe (Moçambique)	Pepel (Guiné)
Persa	Polaco	Punjabi	Romeno	Russo
Sena (Moçambique)	Sérvio	Sonrai	Tadjik	Tetum (Timor)
Turco	Ucraniano	Urdu	Usbeque	Yoruba (Nigéria)

3.2.2. Interlocutores

Entre Junho e Dezembro de 2006 o STT atendeu um total de 167 chamadas.

Tipologia de Cliente

A maioria das chamadas atendidas no âmbito deste serviço foram provenientes de: 27% de estruturas do ACI-ME (CNAI's e CLAI's), 22% de organismos ligados à área da Saúde (Hospitais, Centros de Saúde), 17% polícias (- GNR, PSP e SEF), e 11% órgãos judiciais (Tribunais e Ministério Público).



Ainda assim 10% do total de chamadas atendidas tiveram por cliente o próprio cidadão estrangeiro que conseguiu, assim, aceder a informações disponibilizadas pela Linha SOS Imigrante no seu idioma de origem.

Idioma Pretendido

Os idiomas mais solicitados são os provenientes da China: Chinês Quingtian, Chinês Cantão, Chinês Wenzhou, Chinês Xangai e em particular o Mandarim (cerca de 27% dos atendimentos do STT).

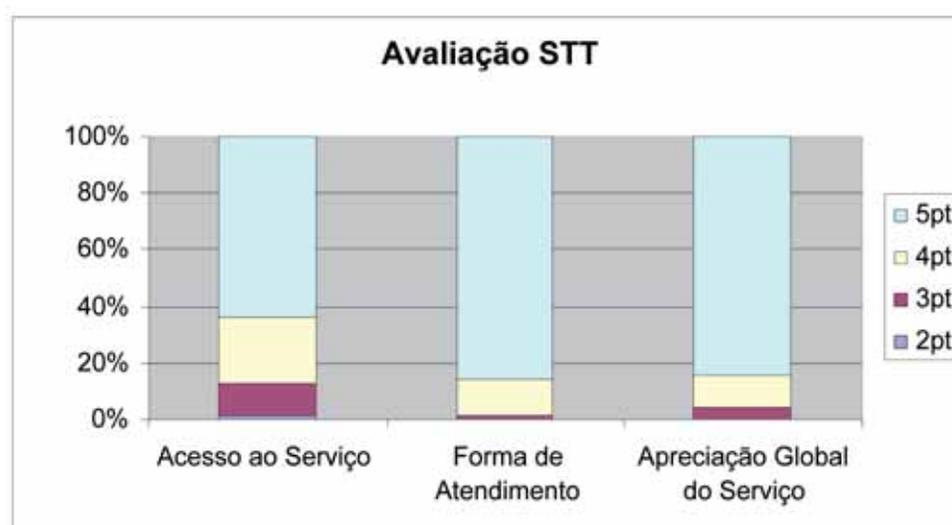
Em segundo lugar surgem as línguas da Europa de Leste: 16% dos clientes solicitaram serviço de tradução para romeno, 10% para russo e 5% para ucraniano.

Tipo de Tradução Solicitada

Apesar de em 2006 o STT apenas ter disponibilizado o serviço de tradução via telefone - serviço imediato ou agendado -, recebeu alguns pedidos de tradução presenciais e escritos. Assim, no total de chamadas recebidas no STT (167), 73% dos interlocutores requisitou um serviço de tradução telefónico (68% o serviço de tradução imediato e 5% o serviço de tradução agendado), 13% procurou um serviço de tradução presencial, 11% solicitou informações acerca do STT e 3% requereu um serviço de tradução escrita.

Avaliação do Serviço

Como foi referido, no final de cada serviço de tradução telefónico o operador solicita ao cliente que faça uma breve avaliação do serviço prestado. O cliente deve posicionar o serviço numa escala de 1 a 5 (representado 1 a pontuação mais baixa e 5 a avaliação máxima), focando os seguintes aspectos: Acesso ao Serviço, Forma de Atendimento, Apreciação Global. Desta avaliação dos clientes resultou:





Conclui-se assim que as avaliações menos positivas dos clientes estão relacionadas com o Acesso ao Serviço. Os clientes criticaram o tempo de demora que decorre entre o momento em que é feito o pedido, e o momento em que o tradutor é posto em Linha. Recorde-se que as chamadas são atendidas inicialmente pela Linha SOS Imigrante, transferidas de seguida para o operador do STT que, por sua vez, ainda tem que pesquisar na base de dados um tradutor disponível e, finalmente, entrar em contacto com o tradutor seleccionado.

É no entanto, de salientar que a maioria dos clientes tem demonstrado bastante satisfação na forma como são atendidos pelos operadores do STT, fazendo uma apreciação global bastante positiva ao funcionamento deste serviço.







CAPÍTULO 4.

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO







4.1. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)

4.1.1. Enquadramento legal

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foi criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto.

Em Maio de 2004, Portugal transpôs a Directiva n.º 2000/43/CE do Conselho de 29 de Junho, conhecida como “Directiva Raça”, através da Lei n.º 18/2004 de 11 de Maio. Com este diploma a CICDR viu o seu papel reforçado como órgão especializado na luta contra a discriminação no âmbito do quadro jurídico de prevenção e punição de práticas discriminatórias em razão da nacionalidade ou origem étnica.

Esta Lei tem por objecto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as formas e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Nos termos do art.º 5.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, cabe à CICDR acompanhar a aplicação desta Lei.

Com a entrada em vigor do DL n.º 251/2002, de 22 de Novembro (art.º 3.º), a CICDR passou a integrar a estrutura do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), como seu órgão, competindo ao Alto-Comissário coordenar o seu funcionamento.

4.1.2. Competências

Compete especialmente à CICDR o seguinte:

- recolher toda a informação relativa à prática de actos discriminatórios e à aplicação das respectivas sanções;
- recomendar a adopção das medidas legislativas regulamentares e administrativas que considere adequadas para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade, ou origem étnica;
- promover a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a problemática da discriminação racial;
- elaborar e publicitar um relatório anual sobre a situação da igualdade e da discriminação racial em Portugal.



4.1.3. Composição

A composição da CICDR é plural e inclui, por um lado, representantes do Estado – Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, representantes da Assembleia da República e do Governo; por outro, representantes da sociedade civil - associações de imigrantes, associações anti-racistas, centrais sindicais, associações patronais, associações de defesa dos direitos humanos, e ainda personalidades de reconhecido mérito no combate à discriminação eleitas pelos restantes membros.

Em Janeiro de 2006, tendo terminado o primeiro mandato de três anos, decorreram eleições para designar os novos membros da Comissão para o triénio 2006/2009. Em resultado destas eleições foram eleitos e designados os seguintes membros:

- Presidente - o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, por inerência, – Dr. Rui Marques;
- Deputada Maria Celeste Lopes da Silva Correia – Assembleia da República;
- Deputado Feliciano Barreiras Duarte – Assembleia da República;
- Dra. Sandra Ribeiro – representante do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social;
- Dra. Jesuína Ribeiro – representante do Ministério da Educação;
- Senhor Jorge Silva – representante das associações de imigrantes;
- Senhor Y Ping Chow – representante das associações de imigrantes;
- Senhor João Silva – representante das associações anti-racistas (Frente Anti-Racista);
- Senhor José Falcão – representante das associações anti-racistas (SOS Racismo);
- Senhor Carlos Trindade – representante das centrais sindicais (CGTP);
- Dr. José Manuel da Luz Cordeiro – representante das centrais sindicais (UGT);
- Dra. Luzia de Carvalho – representante das associações patronais (CCP);
- Dra. Sofia Baião Horta – representante das associações patronais (CIP);
- Dra. Teresa Tito de Moraes – representante das associações de direitos humanos (CPR);
- Dra. Cidália Figueiredo – representante das associações de direitos humanos (AI);
- Dr. Macaísta Malheiros – eleito pelos restantes membros;
- Dr. Carlos Miguel – eleito pelos restantes membros;
- Senhor Manuel Correia – eleito pelos restantes membros.

Note-se que, na eleição dos representantes propostos pelos restantes membros, foi eleita a jornalista Sofia Branco que não aceitou o cargo por razões deontológicas.



A CICDR possui uma Comissão Permanente (CP) de três elementos eleita pelos Conselheiros com excepção do seu Presidente que, por inerência, é o Presidente da CICDR, e cuja competência principal é a de se pronunciar, no âmbito dos processos de contra-ordenação por prática de actos discriminatórios em razão da nacionalidade ou origem étnica, sobre a decisão a tomar pelo Alto-Comissário na aplicação das sanções, seja na aplicação de coimas e/ou sanções acessórias correspondentes.

Compõem a Comissão Permanente da CICDR:

- Presidente – Dr. Rui Marques;
- Dra. Cidália Figueiredo;
- Sr. Carlos Trindade;

Quaisquer queixas que se enquadrem no objecto da Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio (e da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto) podem ser apresentadas junto da própria CICDR, do ACIME, do membro do Governo que tenha a seu cargo a área da igualdade e das minorias étnicas ou da inspecção-geral competente em razão da matéria.

4.1.4. Reuniões realizadas e conclusões

Realizaram-se, de Setembro de 2005 a Dezembro de 2006, sete reuniões da CICDR nas seguintes datas: 19.01.2006; 13.02.2006; 10.04.2006; 05.06.2006, 29.09.2006, 25.10.2006 e 11.12.2006.

No âmbito das referidas reuniões a CICDR conheceu, pronunciou-se, emitiu parecer, deliberou, sobre variadas questões entre as quais destacamos as seguintes:

- Eleição dos três representantes a designar pelos Conselheiros;
- Aprovação do Plano de Actividades para o triénio 2006 a 2008;
- Apreciação, recolha de contributos e discussão de proposta de lei relativa à reforma da legislação dos processos de contra-ordenação pela prática de actos discriminatórios em razão da nacionalidade ou origem étnica;
- Acompanhamento das principais queixas e processos de contra-ordenação pela prática de actos discriminatórios em razão da nacionalidade ou origem étnica;



- Mandatar os Conselheiros Cidália Figueiredo, José Falcão e José Cordeiro para reunir com a Associação de Apoio à Vítima (APAV) para avaliação do trabalho desenvolvido por esta entidade no âmbito do Protocolo celebrado com o ACIME, tendo sido proposto a sua manutenção;
- Proceder à avaliação do Protocolo celebrado com o ACIME e a Ordem dos Advogados (OA), designadamente, através de reunião tida com responsáveis da OA para encontrar vias de apoiar juridicamente as vítimas da discriminação;
- “Campanha para a Advocacia Preventiva” com o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados;
- Aprovação do regulamento do concurso nacional “A minha Escola contra a discriminação” a desenvolver em todas as escolas públicas e privadas para alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário em parceria com o Ministério da Educação que, mais tarde, veio a ser integrado nos eventos do “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos” a celebrar em 2007;
- Elaboração, discussão e aprovação do comunicado intitulado “Posição da CICDR sobre a Operação Oriente de inspecção de 130 restaurantes chineses pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica”;
- Elaboração, discussão e aprovação do Comunicado intitulado “Posição sobre referências a nacionalidade, etnia, religião ou situação documental em notícias a partir de fontes oficiais e em meios de comunicação social ”;
- Mandatar a Comissão Permanente para se reunir com os Directores Nacionais da P.S.P. e da P.J., o Procurador-Geral da República, e o Director-Geral do S.E.F., para dar a conhecer pessoalmente o teor deste comunicado;
- Mandatar o Conselheiro Macaísta Malheiros para representar a CICDR na organização de seminário sobre a temática do racismo e da discriminação na Europa organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais;
- Mandar recolher elementos sobre queixas e processos sobre racismo e discriminação junto das polícias, tribunais criminais e Inspeção-Geral do Trabalho;



- Pronunciar-se no sentido de que se deverá mandar abrir processo de contra-ordenação contra o Dr. Alberto João Jardim, pelas declarações proferidas por este na inauguração da escola do Marítimo, a 17 de Abril de 2006;
- Apreciação e recolha de contributos para o programa do governo intitulado “Plano para a Integração dos Imigrantes”.

4.1.5. Actividades da Comissão Permanente

No âmbito da tramitação dos processos de contra-ordenação por práticas de actos discriminatórios em função da nacionalidade ou origem étnica, a Comissão Permanente da CICDR tem competências próprias para receber o relatório final da fase instrutória e pronunciar-se de forma não vinculativa sobre a sanção e aplicação das coimas e sanções acessórias.

No entanto, tem sido entendimento do Alto-Comissário, este órgão é ouvido sobre a generalidade das queixas e mesmo em situações de dúvida quanto à decisão de mandar instaurar processos de contra-ordenação. Em resultado, a comissão tornou-se num órgão de consulta fundamental para o tratamento destas matérias.

Entre diversas queixas apreciadas pela Comissão, estas foram algumas das principais decisões:

No âmbito dos processos de contra-ordenação:

- 8 arquivamentos por falta de prova em conformidade com os relatórios das Inspeções-Gerais competentes;
- 1 arquivamento por falta de prova em conformidade com o relatório da Inspeção-Geral competente, tendo sido notificado o alegado agressor da apreensão da Comissão sobre a matéria;
- 5 arquivamentos por prescrição – no seguimento dos conflitos negativos de competência das Inspeções-Gerais, estes processos foram remetidos a S. Exa. o Ministro da Presidência para decidir os conflitos nos termos da Lei nº 86/2005 de 5 de Fevereiro, tendo sido entendido que os processos já estariam prescritos;



- 1 notificação da ASAE para esclarecer critério de aplicação da inversão do ónus da prova constante do relatório final;
- 1 envio de processo à Inspeção-Geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior para decisão quanto ao incidente de suspeição da imparcialidade do Instrutor;
- 1 pedido de esclarecimentos sobre relatório final da IGT, previamente à tomada de decisão;
- 1 aperfeiçoamento de anterior posição de condenação dos arguidos por força de decisão judicial de recurso interposto por estes;
- 1 aplicação de sanção ao titular do cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro e à Junta de Freguesia de Rio de Mouro relativa à prática de actos discriminatórios comprovada por instrução da IGAT;
- 1 tentativa de mediação em processo pendente.

Parecer sobre decisão de mandar instaurar processo de contra-ordenação:

- 5 envios de processos às Inspeções-Gerais competentes;
- 5 decisões de que não havia motivos suficientes para abertura de processo de contra-ordenação.

Medidas a adoptar em outros processos:

- Face a desistência de queixa-crime, notificar alegado agressor de que a Comissão não ficou convencida da não existência de factos condenáveis e informar a vítima de que a Comissão estará atenta ao evoluir da situação;
- Atento o arquivamento do processo-crime, notificar autor do texto publicado na Internet da apreensão da Comissão relativa ao teor do mesmo;
- Estando o processo-crime pendente, notificar vítima da necessidade de acrescentar injúria insultuosa à queixa;
- Apreciação de relatório da IGT sobre práticas discriminatórias no âmbito laboral.

**Comunicados oficiais:**

- Aprovação de comunicado a 08.05.2006, sobre a notícia “Sindicato liga aumento dos crimes à imigração” no Diário de Notícias de 07.05.2006;
- Aprovação de comunicado a 20.11.2006, sobre os boatos relativos a alegados raptos nas lojas de produtos chineses e apresentação de queixa à Procuradoria-geral da República contra incertos pela prática do crime de discriminação racial.

Outras intervenções:

- 1 notificação de queixoso para esclarecimento cabal quanto à vontade de desistir da queixa;
- 1 pedido de esclarecimentos à PSP sobre registos telefónicos da sua Central de Atendimentos (queixa relativa a atendimento telefónico no 112);
- 1 notificação a todas as Inspeções-Gerais da preocupação da Comissão com a metodologia utilizada nestes procedimentos, designadamente quanto à inversão do ónus da prova;
- 1 pedido de audiência ao Instituto da Loja do Cidadão;
- 1 pedido de esclarecimentos à Direcção-Geral de Viação;
- 2 pedidos de esclarecimentos a denunciados;
- Apreciar o documento da Alta Autoridade para a Comunicação Social sobre o arrastão e dado o interesse histórico propor a sua publicação.



4.1.6. Proposta de reforma da actual legislação contra a discriminação racial

De forma a responder à preocupação quer do Alto-Comissário quer da CICDR quanto à ineficácia do actual enquadramento legal da legislação contra a discriminação racial, foi contratado um jurista especializado em processos de contra ordenações para, em colaboração com a Conselheira da CICDR, a Dra. Cidália Figueiredo e o ACIME, elaborar uma proposta de lei que consolidasse a actual legislação e introduzisse uma série de alterações que promovessem a sua maior eficácia.

Este documento foi submetido à apreciação da CICDR, cujos seus membros deram válidos contributos para a sua versão final, destacando-se o Ministério do Trabalho, as associações patronais, as associações sindicais e o Conselheiro Macaísta Malheiros. A maioria destes contributos foi incluída no documento apresentado ao Senhor Ministro da Presidência do Conselho de Ministros que detém a tutela do ACIME.

4.1.7. Processos/Queixas tratadas

Antes de analisar os principais processos tratados na CICDR, entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006, tem sido política da CICDR que, após avaliação das queixas, se notifique preliminarmente os visados para prestarem esclarecimentos prévios, sem prejuízo de certas situações serem remetidas imediatamente às Inspeções-Gerais competentes em razão da matéria.

Por outro lado, os números apresentados relativos a processos de contra-ordenação não abrangem queixas referentes a práticas discriminatórias de âmbito laboral, uma vez que esses casos são da competência da Inspeção-Geral do Trabalho. Também não são analisadas as queixas cujos factos se encontram em concurso com a prática de crimes, muitas das vezes já na fase de investigação, em que a competência para a sua apreciação é das autoridades criminais.

Neste sentido, é importante realçar que para se aferir o número total de denúncias e condenações pela prática de actos discriminatórios em razão da nacionalidade ou origem étnica terão de se consultar dados quer da Inspeção-Geral do Trabalho quer do Ministério da Justiça.

Sucedem ainda que nem todas as queixas dão origem à abertura de processos de contra-ordenação. Várias razões justificam esse procedimento, entre elas, a ausência de resposta dos denunciantes a pedidos de esclarecimentos essenciais quanto ao respectivo conteúdo, factos apresentados não serem consideradas atitudes discriminatórias, a mediação prévia ser bem sucedida.



Situação dos processos de contra ordenação:

- Processos de Contra Ordenação que foram mandados instaurar: 17 (Proc. nº 4/2005, 1/2006 a 16/2006);
- Processos de Contra Ordenação por instaurar: 1 (Proc. 17/2006);
- Decisões condenatórias proferidas (aperfeiçoamento de condenação anterior por força de recurso judicial): 1 (P. 5/2004);
- Decisões condenatórias por proferir : 1 (P. 7/2006);
- Decisões de arquivamentos por falta de provas: 9 (1/2002, 3/2002, 4/2002, 9/2002, 1/2003, 4/2004, estando 3 por notificar (2/2003, 1/2006, 2/2006));
- Decisões de arquivamentos por prescrição: 5 (2.2002, 1/2001, 2/2001, 13/2002 e 8/2001);
- Pedidos de esclarecimentos às Inspeções-Gerais quanto a Relatórios Finais que concluem pela não discriminação: 2 (P. 3/2005, 3/2004);
- Processos pendentes em fase de instrução: 16 (P. 11/2002, P. 1/2004, P. 4/2005, 3/2006, 4/2006, 5/2006, 6/2006, 8/2006 a 17/2006);

Apresentação sucinta das principais queixas analisadas:

Entre Setembro de 2005 e durante o ano de 2006, a CICDR tomou conhecimento dos factos de 76 queixas e 9 situações:

- 17 casos deram origem a abertura de Processo de Contra Ordenação;
- casos em que se verificou que a competência era de outras instituições:
 - 11 casos remetidas à IGT ou já em apreciação pela IGT (âmbito laboral);
 - 14 casos remetidas aos Tribunais Criminais (concurso com prática de crimes em investigação ou julgamento ou por apresentar queixa);
 - 1 queixa já em investigação no IGAI;



- 5 casos em que a Comissão Permanente da CICDR entendeu não se tratar de situação discriminatória e, como tal, não mandar instaurar processo de contra ordenação;
- 1 caso em que a Comissão Permanente entendeu não se tratar de situação discriminatória, no entanto, pediu esclarecimentos à entidade visada;
- 4 mediações bem sucedidas;
- 4 casos em processo de mediação;
- 5 casos a aguardar esclarecimentos dos denunciantes;
- 6 casos a aguardar esclarecimentos prévios dos denunciados;
- 1 caso a aguardar esclarecimentos de terceiros;
- 1 caso para abertura de processo de contra-ordenação;
- 2 casos para dar conhecimento aos visados da apreensão da Comissão Permanente da CICDR;
- 1 caso em que o IGAI foi oficiado dos factos;
- 1 caso em que o tribunal informou situação de discriminação que se encontra em apreciação judicial;
- 4 casos de prestação de esclarecimentos para resolução de situações de conflito;
- 1 caso com acompanhamento da situação;
- 1 queixa telefónica, da qual o ACIME aguarda a queixa formal;
- 1 caso de desistência de queixa;
- 1 caso a aguardar confirmação sobre desistência da queixa;
- 2 meras advertências para situações não consumadas;

Grandes Areas das Denúncias	Número
Laboral	14
Forças de Segurança	14
Estado	12
Comércio	9
Vizinhança	6
Ensino	5
Media	5
Saúde	3
Autarquias	4
Banca	2
Religião	1
Política	1
Outros	9
Total	85

4.2. Publicações e acções específicas

Foram produzidas as seguintes publicações específicas no combate ao racismo:

- Colectânea de documentos: **"O Pseudo Arrastão de Carcavelos"**, contendo as posições públicas da CICDR, da Alta Autoridade da Comunicação Social sobre os acontecimentos de Carcavelos; vários artigos de opinião sobre a matéria publicados na imprensa; Resposta da C.P. à divulgação nos media de imagens de assaltos a comboios na linha de Sintra; estudo intitulado "Paradoxos do individual e colectivo na história do Arrastão" da Prof. Paula Castro do Instituto de Ciências Sociais; estudo intitulado "Quando o que vemos não é igual ao que Percebemos" da Prof. Paula Castro do Instituto de Ciências Sociais de Joana Alexandre e Sven Valdzus

- Seminário **"Media e Imigração"**, no âmbito do qual foi lançado o livro "O Pseudo Arrastão de Carcavelos" ao qual se seguiu um debate sobre o papel dos media nas questões relacionadas com o racismo e o combate ao racismo. Também pela mesma ocasião se entregaram os prémios aos vencedores do Prémio de Jornalismo 2005, exemplos de boas práticas dos media na promoção da tolerância.



CAPÍTULO 5.

SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA PARA O ACOLHIMENTO E A TOLERÂNCIA







A celebração de determinadas datas tem servido como pretexto para o ACIME colocar na agenda pública os principais eixos de reflexão intercultural: **diversidade** através da Semana da Diversidade (em Maio), **acolhimento** através do Dia do Acolhimento (Outubro), e **tolerância** através da Semana da Tolerância, Novembro).

O lançamento de materiais pedagógicos e de formação e a organização de eventos enquadradas com outras instituições no terreno, têm vindo a permitir também momentos de diálogo entre as diferentes pessoas que se dedicam a estas temáticas (investigadores, professores, etc).

5.1. Prémio “Imigração e Minorias Étnicas – Jornalismo pela Tolerância”



O Prémio “Imigração e Minorias Étnicas - Jornalismo Pela Tolerância” foi criado em 2002 com o objectivo de promover a tolerância e integração, combater todas as formas de racismo e de discriminação, e contribuir para compreender as diferenças culturais, religiosas e étnicas.

O Prémio consiste num concurso anual para jornalistas de todos os sectores da comunicação social e tem como objectivo primordial: reforçar a importância da tolerância e da defesa dos direitos humanos nas comunidades imigrantes e minorias étnicas, na sua expressão mediática.

O Prémio pretende recompensar os profissionais da Comunicação Social e os seus trabalhos, promovendo assim padrões de referência sobre como abordar a discriminação, independentemente da forma assumida (nacionalidade, língua, religião ou crença, cor ou origem étnica).

O Prémio promove a independência editorial, elevados padrões de profissionalismo e de ética dos jornalistas e a diversidade nos meios de Comunicação Social.



IVª Edição - Ano de 2005

Na quarta edição, referente a trabalhos do ano de 2005 foram recebidas 23 candidaturas, distribuídas pelas categorias da seguinte forma:

- Imprensa Escrita / em Linha- 12
- Televisão- 4
- Rádio - 7

No dia 22 de Maio de 2006 reuniu o Júri do Prémio “Imigração e Minorias Étnicas: Jornalismo pela Tolerância”, constituído por José Carlos Abrantes, Rui Araújo, Adriana Niemeyer e Isabel Ferin Cunha (presidente do júri).

O júri decidiu:

1. Atribuir o Grande Prémio a **João Paulo Baltazar** pela reportagem “Este é o meu bairro” sobre o Bairro da Cova da Moura, visto pelos seus habitantes. Esta reportagem foi emitida na rádio TSF no dia 15 de Abril de 2005.



2. Atribuir o Prémio de Imprensa (Escrita e em Linha) a **Ricardo Dias Felner** pelo artigo “Imigrantes pagam cerca de 600 a 700 euros para se legalizarem em Portugal - O que Celina não contou ao funcionário do SEF” publicado no jornal Público de 10 de Novembro de 2005.

3. Atribuir o Prémio de Rádio a **Cristina Santos** pelo trabalho “O Mundo na minha escola” emitido na Rádio TSF no dia 28 de Novembro de 2005.

4. O júri considerou ainda não atribuir o prémio de televisão nesta edição, por considerar que nenhum dos trabalhos apresentados tinha as características adequadas a este prémio. O júri deixou uma palavra de incentivo aos media televisivos para trabalharem de forma mais aprofundada as questões relacionadas com a promoção da tolerância.



5.2. Semana da Diversidade Cultural

O ACIME, em colaboração com a Comissão Nacional da UNESCO, promoveu um conjunto de iniciativas no sentido de celebrar o Dia da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento.

Os primeiros dias da Semana da Diversidade – 15 e 16 de Maio – tiveram por tema «O Cinema e a Diversidade», tendo-se realizado um ciclo de cinema, em colaboração com o ICAM e a Escola Secundária Camões.

Na quarta-feira, em colaboração com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, realizou-se o Workshop **A Força da Diversidade**. Este Workshop incluiu dois painéis distintos:

- O primeiro painel - «A força da diversidade nas empresas» - juntou investigadores da área e representantes de empresas em que a diversidade já faz parte da cultura organizacional.
- O segundo painel - «A força da diversidade na cultura» - centrou-se na diversidade como património comum da Humanidade.



O dia 18 foi dedicado à **Diversidade na Escola**. Aproveitando o lançamento do DVD Percursos... em Nós – Celebração da Diversidade, realizou-se, na EB 2,3 António Sérgio, do Cacém, uma dinâmica com os alunos intitulada «aprender a crescer juntos». Contou-se com a presença do músico Pedro Moura. Com os professores presentes, foi ainda possível discutir o enquadramento pedagógico deste material.



A **Diversidade na Gastronomia** foi o tema escolhido para o lançamento do Livro Sabores do Mundo (Dra. Maria Proença), realizado no restaurante chinês Grande Mundo Royal, na sexta-feira.



No Sábado realizou-se um Workshop sobre a origem e a evolução do **Hip Hop - Façam Barulho** - onde se perspectivou este movimento como uma forma de intervenção social.

O culminar da Semana da Diversidade aconteceu no Domingo, em Lisboa, tendo-se realizado uma visita guiada ao Museu dos Coches intitulada As Europas que passearam por cá e, da parte da tarde, um passeio a pé pelas cidades Fenícia, Islâmica e Cristã de Lisboa.

5.3. Comemorações do Dia Mundial da Tolerância

Por ocasião do Dia Internacional da Tolerância, dia 16 de Novembro decorreu, na Delegação do IPJ em Lisboa a sessão de apresentação do livro «A Tolerância – Ensaio antológico», de Zaghoul Morsy.



A apresentação contou com a presença do autor, Zaghoul Morsy e comentários de Maria Luísa Ribeiro Ferreira (tradutora do livro). Seguiu-se o lançamento da Campanha “todos diferentes, todos iguais”.

Esta obra, de 1975, foi agora traduzida em português, e editada pelo ACIME, pela Comissão Nacional da UNESCO e pelo IPJ. Este ensaio antológico compila textos “que falam da harmonia universal, da superioridade do amor sobre a violência, dos valores da solidariedade e da fraternidade, da radical unidade da raça humana, da estupidez da discriminação e do desprezo...” e que são espelho da intolerância.



5.4. Celebrar o acolhimento: perspectivas sobre acolhimento em contexto educativo



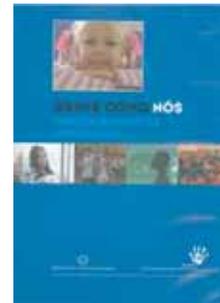
Este ano o ACIME dedicou um dia, o dia 24 de Outubro, ao Acolhimento. Nesse âmbito, foram apresentados dois novos materiais pedagógicos de Educação Intercultural.

Procura-se, com este tipo de acções e com o lançamento integrado destas colecções, contribuir para a promoção de práticas cada vez mais inclusivas e, simultaneamente, para o melhoramento de diagnósticos e intervenções nos domínios do acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes na sociedade portuguesa.

5.5. Comemorações do Dia Internacional do Migrante

Para assinalar o Dia Internacional do Migrante, que se comemora no dia 18 de Dezembro, o ACIME promoveu nos anos 2005 e 2006 um conjunto de iniciativas de carácter institucional e/ou em parceria.

Tendo como principal objectivo sensibilizar a opinião pública para a questão da imigração e do acolhimento, para o dia 18 de Dezembro de 2005, o ACIME, em colaboração com o programa Nós concebeu e produziu o DVD **Gente como Nós**, um DVD com 12 histórias de vida de imigrantes a viver em Portugal. Este DVD foi distribuído massivamente nesta data, através do jornal diário Correio da Manhã.



Para além deste lançamento, o ACIME, em parceria com a *Amnistia Internacional* (AI), a *Cáritas Portuguesa* (CP), a *Obra Católica Portuguesa de Migrações* (OCPM), a *Organização Internacional para as Migrações* (OIM) e a *Organização Internacional para o Trabalho* (OIT), emitiu um comunicado de imprensa reiterando o seu empenho na promoção dos deveres e protecção dos direitos dos imigrantes que se encontram em Portugal.

Nesse mesmo dia foi, ainda, assinado o protocolo de cooperação entre o Instituto de Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Serviço Jesuíta aos Refugiados, para a criação do *Centro de Acolhimento Pedro Arrupe* - Centro destinado ao acolhimento de imigrantes que se encontrem em situação de extrema pobreza, com o objectivo de ajudar à sua reintegração na sociedade portuguesa, ou, quando tal não for possível, facilitar o seu retorno ao país de origem.





No dia 18 de Dezembro de 2006, para assinalar o Dia Internacional dos Migrantes, o ACIME promoveu a apresentação pública do Anteprojecto do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), que integra um conjunto de 123 medidas, envolvendo 13 ministérios, de diversas áreas sectoriais verticais (como o trabalho, o emprego e formação profissional, a habitação, a saúde e a educação) e transversais (como o acolhimento, os descendentes de imigrantes e o reagrupamento familiar) – com o objectivo de mobilizar a comunidade nacional para uma maior aposta no acolhimento e integração dos imigrantes.

5.6. Apoio a iniciativas e eventos culturais

Neste mandato o ACIME tem vindo a apoiar, a diversos níveis, a realização de iniciativas e eventos culturais que contribuam para a sensibilização da opinião pública para a integração e acolhimento dos Imigrantes.

Vento Leste



O ACIME, em parceria com a produtora Planeta Maravilha, apoiou a apresentação de vários espectáculos da peça de teatro “Vento Leste”, ao longo do país, por considerar esta obra um importante instrumento de sensibilização da opinião pública, em prol da comunidade imigrante.

Em palco, conta-se a história da Natasha, que é igual à de muitas outras mulheres imigrantes. Trata-se de uma peça onde o peso dramático da história de vida da Natasha e vários momentos de humor coexistem, mostrando ao público as dificuldades de integração dos imigrantes.

As sessões apoiadas tiveram lugar em:

- Faro – 07 Jan
- Setúbal - 21 Jan
- Porto – 29 Jan
- Aveiro – 30 Jan.



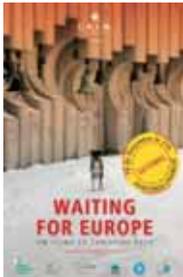
Documentário Djunta Mon

Conhecer o bairro da Cova da Moura e os seus habitantes, assim como os seus esforços de adaptação e integração é o propósito do documentário “Djunta Mon”. Este projecto teve também como ambição apresentar a vida de quem ali vive, saber das suas expectativas, como vêem o país que os acolheu, que soluções gostariam de ver adoptadas.

Com um formato actual e um acompanhamento e participação intensivos da comunidade da Cova da Moura, este documentário constitui um documento importante de aproximação à realidade do bairro. O que se pretende não é a habitual convocação de queixas e lamentações, mas sim pistas e caminhos já percorridos e a percorrer ao encontro de soluções.

Este documentário resultou de uma co-produção do ACIME, do canal 2: da RTP e da Universidade Autónoma de Lisboa e foi emitido na RTP assim como, em excertos, no programa “Nós”.

Filme: “Waiting for Europe”



O ACIME aceitou a proposta da C.R.I.M. Produções para a comparticipação financeira de forma a viabilizar a divulgação e o debate em torno do filme “Waiting for Europe”. O filme é apresentado em forma de documentário e retrata a experiência de imigração de uma jovem búlgara em Portugal e Espanha e os seus sonhos em relação à Europa. Nesse sentido representa um bom ponto de partida para a reflexão e debate em torno da integração de imigrantes na Europa.

O apoio outorgado foi não só institucional e de divulgação nos meios próprios do ACIME (Programa televisivo Nós, Sítio www.acime.gov.pt e Boletim Informativo), como de Edição de 5000 Cartazes e de Apoio para as projecções e debates em 10 autarquias.

A estreia do filme aconteceu no âmbito do festival “DocLisboa” de 2006, tendo recebido bom acolhimento por parte do público.



Estudo/Documentário Comunidade Moldava em Portugal

No seguimento de uma proposta feita pelo Centro Cultural Moldavo e de um investigador e professor universitário da Moldávia, foi realizado o estudo e documentário sobre a Comunidade Moldava em Portugal.

Este projecto consolidou-se numa rede de apoio para a sua realização. Ainda em progresso, este projecto tem o seguinte plano de actividades:

1. Parceria ACIME e Universidade Autónoma de Lisboa para a realização do documentário (finalizado em Outubro de 2006). Excertos do documentário foram já transmitidos no programa Nós.
2. Parceria com Centro de Estudos Geográficos para o Investigador fazer a sua pesquisa de campo (Agosto de 2006).
3. Participação e envolvimento da Comunidade Moldava na zona da Grande Lisboa e Algarve para a realização de entrevistas, a incluir no documentário.
4. Colaboração activa do jornal Maiak de Faro como ponto de contacto com a comunidade Moldava no Algarve
5. Acompanhamento do processo de filmagem e posterior realização de grande reportagem sobre a Comunidade pelo Jornal Expresso – Revista Única nº1772 de 14 de Outubro de 2006.
6. Publicação do estudo no âmbito da colecção de estudos do Observatório da Imigração.

Festival KANEMA



Pelo segundo ano consecutivo, o ACIME apoiou o Festival Kanema. Este festival pretende criar um espaço de intercâmbio cultural, através da divulgação da cinematografia africana junto da população portuguesa, das comunidades africanas e dos seus descendentes em Portugal. O ACIME financiou os custos da legendagem electrónica durante a apresentação dos filmes e a produção dos materiais de divulgação.

O facto do festival de 2006 se ter realizado no Cinema São Jorge, garantiu uma maior acessibilidade ao grande público e uma maior visibilidade do evento. O programa do festival foi divulgado no sítio www.acime.gov.pt e no programa “Nós”.



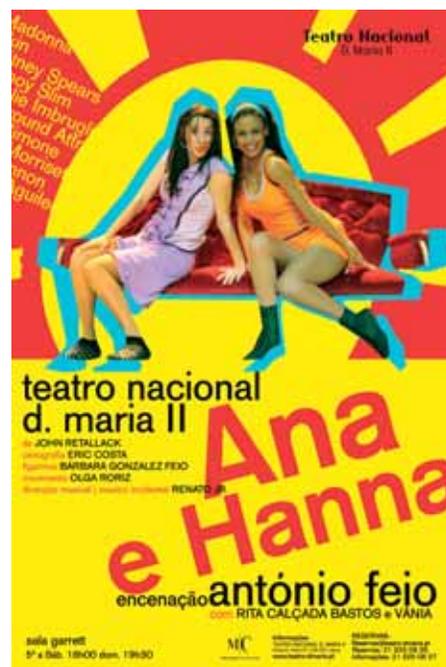
Protocolo com Teatro Nacional Dona Maria II

No dia 1 de Dezembro de 2006, o ACIME celebrou a assinatura de um Protocolo de Colaboração com o Teatro Nacional Dona Maria II, com o intuito de definir os princípios de uma cooperação recíproca para proporcionar a todos os cidadãos estrangeiros e/ou de minorias étnicas a viver em território nacional, o acesso a espectáculos e a actividades que se realizem no âmbito de esta colaboração.

A assinatura do protocolo precedeu a apresentação da peça de teatro Ana e Hanna que contou com a presença de mais de 100 convidados imigrantes de diversas comunidades.

O Teatro Nacional Dona Maria II produzirá, co-produzirá e acolherá um conjunto de espectáculos ou outras iniciativas paralelas que privilegiam a temática da Interculturalidade, tornando-se assim num espaço de diálogo entre culturas e artes diversas. O Teatro Nacional Dona Maria II irá assegurar também a direcção, gestão e funcionamento de um Espaço Intercultural na Estação de Comboios do Rossio, a inaugurar em 2007.

Por sua vez o ACIME proporcionará ao Teatro Nacional todo o apoio técnico na organização e dinamização destas iniciativas temáticas e garantirá a difusão do programa de actividades através dos seus canais de divulgação.







CAPÍTULO 6.

PELOS IMIGRANTES, COM OS IMIGRANTES







6.1. Apoio às Associações de Imigrantes

Promover o diálogo com as Associações de Imigrantes em Portugal, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 251/2002 de 22 de Novembro, é central no cumprimento da missão do ACIME como forma de assegurar a sua participação e colaboração na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão. Elas são as legítimas representantes dos imigrantes e seus descendentes em Portugal e o parceiro indicado na protecção dos seus direitos e interesses específicos.

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas (GATAIME), criado em 2004 no âmbito dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), tem as seguintes responsabilidades:

- Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das Associações de Imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIME às iniciativas das Associações de Imigrantes;
- Acções de capacitação das Associações de Imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Promoção do Associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes.

6.1.1. Acções de promoção e divulgação do Associativismo

O ACIME dispõe igualmente de um espaço de atendimento aberto ao público com vista a prestar informações diversas relacionadas com o associativismo imigrante. Nesse espaço está disponível, para representantes de associações de imigrantes, o acesso a meios informáticos e internet.

No site do ACIME é disponibilizada também informação útil para associações imigrantes: documento “Como constituir uma Associação” e folheto de promoção do associativismo imigrante e do voluntariado.

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas constitui-se igualmente como uma ponte entre a própria estrutura do ACIME e as Associações de Imigrantes, e entre as associações e outras entidades públicas e privadas e que contactam o Gabinete.



6.1.2. Reconhecimento de representatividade das Associações de Imigrantes

A Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio, estabelece o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes. As associações de imigrantes são associações constituídas nos termos da lei geral, dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevam nos seus estatutos o objectivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, visando nomeadamente:

- a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção;
- b) Desenvolver acções de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida;
- c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem;
- d) Propor acções necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial;
- e) Estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação.

O reconhecimento de representatividade é atribuído pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, precedido de parecer do Conselho Consultivo, às associações que o requeiram e demonstrem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ter estatutos publicados;
- b) Ter corpos sociais regularmente eleitos;
- c) Possuir inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas;
- d) Inscrever no seu objecto ou denominação social a promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes;
- e) Desenvolver actividades que comprovem uma real promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes.

Ao Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas (GATAIME) compete assessorar o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) na elaboração de relatórios no âmbito do



requerimento, por parte das associações, de reconhecimento de representatividade tendo em vista o parecer previsto na lei, organizar o registo das associações cuja representatividade é reconhecida e emitir, anualmente, o respectivo cartão de identificação.

Em 2006 foram reconhecidas oito associações de imigrantes:

- Associações reconhecidas em 27 de Janeiro de 2006:

Associação de Solidariedade Cabo-verdiana dos Amigos da Margem Sul
 AFAB – Associação Filhos e Amigos de Bachil
 Associação Centro Cultural Luso Moçambicano
 Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra
 Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante

- Associações reconhecidas em 12 de Setembro de 2006:

Laamten – Valorização e Divulgação da Língua e Cultura Fula
 NACH STIL Associação
 GTO - Grupo de Teatro do Oprimido

Em resultado, actualmente são 99 as Associações de Imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIME:

ACBBA - Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos
 ACRAM - Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira
 ADIME - Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas
 AGENOVA - Associação Geração Nova
 Amizade - Associação de Imigrantes de Gondomar
 Angolana de Solidariedade em Portugal - ASAP
 ANPRP - Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal
 APALGAR - Associação de Amizade Dos PALOP no Algarve
 ASLI - Associação Apoio Sem Limite - Instituição Particular de Solidariedade Social
 Associação - Centro Cultural Luso Moçambicano
 Associação “Filhos e Amigos de Bachil”



Associação Brasileira de Portugal
Associação Caboverdiana
Associação Caboverdiana (Sines)
Associação Caboverdiana de Setúbal
Associação Caboverdiana do Algarve
Associação Cabo-Verdiana no Norte de Portugal
Associação Casa de Angola
Associação Casa de Moçambique
Associação Centro Cultural Africano
Associação Cultural dos Romenos Mircea Eliade - Lisboa
Associação Cultural Moinho da Juventude
Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe - ACOSP
Associação de Apoio ao Estudante Africano
Associação de Apoio ao Imigrante
Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
Associação de Apoio Social Imigração para as Comunidades Sul Americanas e Africanas
Associação de Defesa dos Angolanos
Associação de Estudantes Angolanos em Portugal - "AEA - Portugal"
Associação de Estudo Cooperação e Solidariedade "Mulher Migrante"
Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável
Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural
Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos do Concelho de S. Miguel de Cabo Verde
Associação de Solidariedade Social "Assomada"
Associação de Solidariedade Social de Imigrantes Adventistas - Assia
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Associação de Solidariedade Social Louresamadora - ASALA
Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira
Associação dos Amigos do Príncipe - AAP
Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde
Associação dos Cidadãos da Guiné Conakri Residentes em Portugal
Associação dos Emigrantes de Tame
Associação dos Filhos de Calequise Residentes em Portugal - AFICAP
Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta - Núcleo de Portugal - AFAIJE
Associação dos Imigrantes dos Países do Leste - EDINSTVO
Associação dos Imigrantes nos Açores



Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas - ARACODI
 Associação dos Ucrrianos em Portugal
 Associação Espaço da Comunidade Caboverdiana
 Associação Espaço Jovem
 Associação Guineáspora - Fórum de Guineeses na Diáspora
 Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO
 Associação Guineense e Povos Amigos
 Associação Juvenil Luso Africana Ponto nos Is
 Associação Laamten - Valorização e Divulgação da Língua e Cultura Fula
 Associação Luso Caboverdiana de Sintra
 Associação Luso Cultural Luso-Africana - Morna
 Associação Luso-Africana dos Metodistas no Porto
 Associação Mais Brasil
 Associação Mãos Unidas da Casa da Alegria Casal de Santa Filomena
 Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude
 Associação MIR
 Associação Os Grupos de Trabalho do Projecto dos Sete - GTP7
 Associação Portugal/Moçambique
 Associação Romena e Povos Amigos
 Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra
 Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante
 Associação Tratado do Simulambuco - Casa de Cabinda
 Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho
 Associação Unidos de Cabo Verde
 AUEGBP - Associação Unida dos Emigrantes da Guiné Bissau em Portugal
 Cabás Garandi - Associação dos Filhos e Amigos das Ilhas de Bolama - Núcleo de Portugal
 CAC – Casa de Angola em Coimbra – ONGD
 Capela - Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos
 Casa da Guiné
 Casa do Brasil de Lisboa
 Casa Lusófona – ONGD
 Centro Cultural Moldavo
 Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e Cultura Islâmica
 Cloçon - Bétu - Associação Humanitária de Auxílio aos Santomenses
 Clube Filipino
 FRATIA - Associação dos Imigrantes Romenos e Moldavos



FSA - Fórum Social Angolano
 Fundo de Apoio Social de Cabo-Verdianos em Portugal - FASCP
 GTO - Grupo de Teatro do Oprimido
 Índico - Associação Cívica Moçambicana
 Kamba - Associação de Angolanos do Concelho de Seixal
 Liáfrica – Liga dos Africanos e Amigos de África
 Liga dos Chineses em Portugal
 Morabeza - Associação para a Cooperação e Desenvolvimento
 Movimento Social pelo Esclarecimento e Informação
 Nach Stil Associação
 Novager - Associação dos Angolanos Residentes Em Portugal
 Quizomba - Associação Recreativa e Cultural Residentes nos Municípios de Amadora e Sintra
 Respublika - Associação dos Imigrantes Russófonos
 SANITAE - Associação para a Informação e Defesa da Saúde dos Africanos
 Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes
 União da Juventude Angolana em Portugal

São quase uma centena as Associações de Imigrantes actualmente reconhecidas pelo ACIME e que representam diferentes países de origem:

Comunidade	Associações de Imigrantes
Angolana	19
Brasileira	4
Caboverdeana	20
Chinesa	1
Filipina	1
Guineense	17
Guiné Conakri	1
Moçambicana	4
Moldava	1
Romena	3
Santomense	5
Ucraniana	5
Diversas	18



6.1.3. Apoio técnico e financeiro às Associações de Imigrantes

A Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio, estabelece o direito das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes de beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte do Estado.

Com o objectivo de ir ao encontro das necessidades das Associações de Imigrantes o Gabinete de Apoio Técnico e às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas tem colaborado com as Associações de Imigrantes nas mais variadas formas como sendo a participação em iniciativas das Associações de Imigrantes como forma de reconhecimento do seu papel e contributo na causa do acolhimento e integração dos imigrantes e seus descendentes em Portugal.

Ao Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas (GATAIME) compete igualmente assessorar o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) no âmbito dos apoios financeiros prestados pelo Estado às Associações de Imigrantes tendo em vista o parecer previsto na lei. Os apoios às associações são atribuídos mediante a celebração de protocolos entre as associações e o ACIME com base em projectos apresentados pelas associações.

O apoio efectiva-se através de ajudas de carácter técnico e financeiro às associações de imigrantes que desenvolvam programas, projectos e acções que tenham como objectivo:

- a) Contribuir para a integração de cidadãos imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades;
- b) A mudança de atitudes e mentalidades, no âmbito da igualdade de oportunidades dos cidadãos legalmente residentes em Portugal, nomeadamente a nível da educação, da cultura e dos meios de comunicação social;
- c) A formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais com vista a estimular a actividade empreendedora dos imigrantes;
- d) A formação profissional, de forma a fomentar o aumento da qualificação profissional dos cidadãos imigrantes;
- e) A criação de serviços de apoio às famílias imigrantes;
- f) O estabelecimento de intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou a promoção de acções comuns de informação ou formação;
- g) O estudo e a investigação de casos e medidas de integração social e de discriminação baseada na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica;
- h) A eliminação de todas as formas de discriminação baseadas na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.



A qualidade técnica da acção proposta, o seu âmbito, o grau de carência da região ou população abrangida, a continuidade e a estabilidade dos efeitos pretendidos, a participação de trabalho de voluntariado, a relação entre o custo e os resultados esperados, a capacidade de estabelecer parcerias, o tipo de actividades desenvolvidas pela associação promotora da acção ou projecto e o cumprimento dos objectivos de acções ou projectos anteriores são os critérios de apreciação dos pedidos de apoio formulados.

Entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006 foram apoiadas 40 Associações de Imigrantes num total de €495 705.50:

Tipo de Apoio	Associação	VERBA ATRIBUÍDA
Anual	CAPELA Centro de Apoio à Pop. Emig. de Leste Europeu e Amigos	€ 8 110
Anual	ADIME Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas	€ 7 000
Anual	Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável	€ 9 450
Anual	Centro Cultural Moldavo	€ 9 062.50
Anual	Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e Cultura Islâmica	€ 7 100
Anual	Associação MIR	€ 10 000
Anual	Ass. dos Filhos de Calequise Residentes em Portugal (AFICAP)	€ 5 399
Anual	Associação Guineense de Solidariedade Social – AGUINENSO	€ 14 982
Anual	ANPRP - Associação dos Naturais do Pelundo Res. em Portugal	€ 6 800
Anual	ASLI – Ass. Apoio sem Limite – Inst. Particular de Solid. Social	€ 13 000
Anual	Associação Caboverdiana	€ 15 810
Anual	Associação Mais Brasil	€ 13 184
Anual	Ass. de Apoio Social Imig. para as Com. Sul Americ. e Africanas	€ 13 700
Anual	AMIZADE – Associação de Imigrantes de Gondomar	€ 7 260
Anual	Associação de Apoio ao Imigrante	€ 19 431
Anual	CAC – Casa de Angola em Coimbra - ONGD	€ 2 662
Anual	Casa Lusófona - ONGD	€ 3 000
Anual	ÍNDICO - Associação Cívica Moçambicana	€ 6 050
Anual	Associação Caboverdiana de Setúbal	€ 20 416
Anual	Casa do Brasil de Lisboa	€ 35 000
Anual	Associação dos Africanos do Conc. de Vila Franca de Xira	€ 12 602
Anual	Associação dos Imigrantes dos Países do Leste – EDINSTVO	€ 13 900



Anual	Fundo de Apoio Social de Cabo-Verdianos em Portugal – FASCP	€ 15 000
Anual	MORABEZA – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento	€ 20 000
Anual	Solidariedade Imigrante, Ass. Def. dos Direitos dos Imigrantes	€ 35 000
Anual	Associação dos Ucrrianos em Portugal	€ 22 280
Anual	Associação Unidos de Cabo Verde	€ 30 000
Anual	AGENOVA – Associação Geração Nova	€ 3 975
Anual	Associação Luso Caboverdiana de Sintra	€ 20 851
Anual	Casa da Guiné	€ 10 800
Anual	Associação de Sol. Social Alto da Cova da Moura	€ 15 000
Anual	Ass. De Promotores de Saúde, Ambiente e Desenv. Sócio-cultural	€ 15 550
Anual	Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude	€ 15 000
Anual	União da Juventude Angolana em Portugal	€ 5 200
Anual	Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho	€ 10 400
Pontual	Associação dos Imigrantes nos Açores	€ 14 000
Pontual	Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra	€ 4731
Pontual	Ass. Os Grupos de Trabalho do Projecto dos Sete - GTP7	€ 500
Pontual	Ass. de Solidariedade Social de Imigrantes Adventistas - ASSIA	€ 3 500

Espalhadas um pouco por todo o país, desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as actividades de tempos livres, os eventos culturais e recreativos, o apoio jurídico, as aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas à sociedade portuguesa e as acções de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação.

As associações apoiadas ficam obrigadas a aceitar a avaliação e o acompanhamento das actividades apoiadas e a apresentar relatório anual e circunstanciado da actividade desenvolvida e da aplicação das verbas concedidas. Compete ao GATAIME essa avaliação e acompanhamento.

6.2. Acções de capacitação para líderes associativos

O acompanhamento às iniciativas das Associações de Imigrantes tem vindo a evidenciar necessidades de informação e formação com vista à capacitação dos dirigentes associativos.



Com esse objectivo foram desenvolvidas iniciativas formativas que procuraram abranger as seguintes temáticas:

(a) Formulário de Candidatura: Pedido de Apoio Financeiro ao ACIME

Em Outubro de 2005 o GATAIME promoveu a realização de três Sessões de Formação para Associações de Imigrantes - duas em Lisboa e uma no Porto -, tendo em vista o apoio ao preenchimento do Formulário.

Em Setembro de 2006, o GATAIME voltou a promover quatro sessões de formação nesta temática, três em Lisboa e uma no Porto. Para essas sessões verificaram-se: 76 inscrições, 53 presenças efectivas de 35 associações com pedidos de reconhecimento apresentados ao ACIME.

(b) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Em Dezembro de 2005 realizou-se uma acção de formação sobre Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – RVCC (Dezembro de 2005), dirigida às Associações Imigrantes da zona norte. Esta formação foi dada em parceria com um Centro de RVCC.

(c) Gestão de Projectos de Intervenção Social

Três acções de Formação sobre “Gestão de Projectos de Intervenção Social”, em parceria com Instituto de Solidariedade Universitária (ISU): (1) entre 24 e 25 Junho de 2006 em Lisboa; (2) entre 1 e 2 Julho de 2006, no Porto; e (3) entre 15 e 16 Julho de 2006, em Lisboa. Participaram nessas três sessões da formação: 45 presenças efectivas de 38 associações de imigrantes (57 inscrições).

(d) Responsabilidade Social das Empresas

A 1 de Julho de 2006 Acção de Formação sobre “Como estabelecer uma ligação eficaz com o Sector Empresarial” em parceria com a Empresa RSO, Consultores de Responsabilidade Social. Esta acção contou com: 23 inscrições, 19 presenças efectivas de 16 associações de imigrantes.

(e) Regime de Constituição e Direitos e Deveres das Associações Representativas dos Imigrantes e seus Descendentes



A 1 de Julho o GATAIME organizou a acção de Formação sobre “Regime de Constituição e Direitos e Deveres das Associações Representativas dos Imigrantes e seus Descendentes”, tendo se verificado: 25 inscrições, 21 presenças efectivas de 14 associações com pedidos de reconhecimento.

(f) Imigração e Minorias Étnicas na Agenda Mediática

A 26 de Setembro o GATAIME organizou uma Mesa Redonda sobre “Imigração e Minorias Étnicas na Agenda Mediática”, com 57 inscrições e 42 presenças efectivas de 24 associações de imigrantes.

(g) Prestação de Contas e Gestão de Tesouraria

A 6 de Dezembro teve lugar a acção de Formação sobre “Prestação de Contas e Gestão de Tesouraria” com: 34 inscrições, 22 presenças efectivas de 18 associações de imigrantes.

6.3. Parcerias com Associações de Imigrantes

Vamos Utopiar é um projecto, que conta com o apoio da Iniciativa Comunitária Equal, em torno da participação igualitária de imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa. O GRAAL, a Associação Guias de Portugal, a Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude, a Lusotemp Trabalho Temporário e o ACIME são os parceiros deste projecto, que tem os seguintes objectivos:

- Construir uma sociedade mais aberta, mais participativa e igualitária;
- Defender o diálogo intercultural;
- Ecoar a voz dos imigrantes e das minorias étnicas;
- Construir comunidades mais solidárias e unidas;
- Acreditar que uma sociedade mais justa é possível;
- Utopiar.

A mobilização e o reforço da capacidade de intervenção das Associações de Imigrantes, o reforço da sua visibilidade e de práticas de trabalho em rede, são os objectivos propostos ao ACIME e que se consubstanciam na promoção de espaços de debate e troca de experiências. Neste âmbito, o ACIME dinamizou e organizou:

- Encontro de Lançamento do Projecto: divulgar o projecto, promover o conhecimento mútuo entre Associações de Imigrantes e dirigentes associativos e mobilizá-los para o envolvimento no projecto foram os objectivos lançados ao grupo.



- 4 Tertúlias de discussão acerca dos seguintes temas:
 - Legalização e Cidadania (17 de Fevereiro, em Lisboa);
 - Direitos Políticos dos Imigrantes (28 de Abril, em Lisboa);
 - A Integração dos Descendentes de Imigrantes no Sistema Educativo Português (26 de Outubro, em Lisboa);
 - Empreendedorismo Imigrante (11 de Novembro, em Lisboa).
- Construção e lançamento do site www.aimigrantes.org - a funcionar desde de 21 de Dezembro. O lançamento do site está previsto para Janeiro de 2007;
- Fórum da Interculturalidade - realizado a 19 de Novembro com cerca de 400 participantes.

6.4. Mediadores Sócio-Culturais

Uma das particularidades do ACIME é a existência de mediadores sócio-culturais, oriundos na sua maioria das comunidades mais representadas em Portugal. Estes, propostos pelas Associações de Imigrantes e seleccionados pelo ACIME, desempenham as suas funções nos vários serviços do CNAI (ver capítulo 3.1) e nalguns Gabinetes do ACIME. A sua preparação académica e formativa em assuntos sobre imigração e minorias, o seu conhecimento e domínio de línguas e o seu empenhamento profissional são um dos pilares essenciais do ACIME.

Em 2004 foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o ACIME e a associação Mediar - Associação de mediação sociocultural. O objectivo deste protocolo foi:

- contribuir para a clarificação do papel da mediação sócio-cultural na sua função de apoio aos profissionais que lidam diariamente com a diversidade da população imigrante;
- traçar o perfil humano e profissional dos mediadores;
- definir e implementar referenciais/programas de formação para os mediadores;
- sensibilizar a opinião pública e a Administração para o reconhecimento da importância deste tipo de agentes.

Neste âmbito realizaram-se contactos com algumas entidades com um percurso reconhecido no desenvolvimento da mediação e constituiu-se um grupo de trabalho conjunto (ver capítulo 7.5.8.). Este grupo permitiu sistematizar uma reflexão sobre o conceito, o perfil e a formação de mediadores. Numa segunda fase o grupo de trabalho preparou e organizou o I Encontro Nacional sobre Mediação Sócio-Cultural, criando, assim, um espaço aberto de discussão e reflexão sobre esta temática.



Deste protocolo resultou ainda uma proposta de conteúdos para a elaboração do “Manual do Mediador”, que foi entregue ao ACIME. Foram realizadas também neste contexto acções de formação sobre mediação sócio cultural e gestão de conflitos.

Como resultados destacam-se a criação de uma plataforma de discussão e a construção de parcerias institucionais sobre mediação sócio-cultural, evidenciando-se a necessidade de continuar a aprofundar o perfil deste tipo de agentes e esta temática, envolvendo os actores implicados e auscultando as suas necessidades e dificuldades.

6.5. O ACIME junto das Comunidades

Cultivando uma política de maior proximidade às comunidades, o ACIME desenvolveu um programa de trabalho com um modelo de 3 dias em bairros seleccionados, com a presença nesse período do Alto Comissário e de parte da equipa, em contactos com o tecido social e associativo local e em associação com outros parceiros institucionais.

Com este programa pretendeu-se não só aprofundar o conhecimento da realidade das condições de vida das populações que aí habitam, em grande parte imigrantes ou descendentes de imigrantes e portugueses de etnia cigana, mas também desmistificar a ideia de «perigosidade» que geralmente se associa a esses núcleos urbanos e combater a guetização a que são votados os seus habitantes. Dignificando o trabalho desenvolvido por inúmeras Associações de Imigrantes espalhadas pelo país, o Alto Comissário, ao longo destes dias, montou o seu gabinete num espaço cedido por estas, e guiado pelos líderes associativos locais, contactou pessoalmente com as populações destes bairros e a realidade em que vivem.

Por outro lado, as reuniões com os diferentes parceiros locais, com competências próprias nas mais diversas áreas, permitiram criar pontes entre as possibilidades de actuação no terreno e as necessidades identificadas pelas populações e técnicos. Nestes encontros o ACIME empenhou-se em promover a participação das comunidades na resolução das dificuldades encontradas e na busca de soluções concretas, que possam constituir passos para uma melhor integração.

Simultaneamente, proporcionou-se às populações imigrantes aí residentes um serviço de atendimento e informação prestado por mediadores do CNAI com vista ao esclarecimento e apoio à resolução de problemas relativos à regularização da sua permanência em território nacional e ao exercício dos seus direitos e deveres de cidadania. Fisicamente em espaço cedido pelas Associações, mas virtualmente ligado ao CNAI através da



Internet, este atendimento foi também uma forma de promover o papel das Associações junto da sua comunidade e divulgar os serviços disponíveis no CNAI.

Realizaram-se entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006 três programas respectivamente nos bairros:

- Quinta da Serra e Terraços da Ponte, em Loures (dias 28, 29 e 30 de Novembro 2005);
- Arrentela, no Seixal (dias 8, 9 e 10 de Fevereiro 2006);
- Santa Filomena e 6 de Maio, na Amadora (dias 20, 21 e 22 de Setembro de 2006).

Os programas de visita incluíram:

ACIME junto das comunidades

Quinta da Serra/Terraços da Ponte, Loures

Dias 28, 29 e 30 de Novembro

Dia 28

- 09:00 – Instalação da equipe do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 09:30 – Visita ao Bairro da Quinta da Serra
- 10:30 – Visita à Junta de Freguesia do Prior Velho
- 11:00 – Visita ao Centro de Saúde de Sacavém delegação do Prior Velho
- 11:30 – Visita à Escola do 1º ciclo do Ensino Básico do Prior Velho
- 13:30 – Almoço no Bairro da Quinta da Serra
- 14:00 – Abertura do serviço de atendimento ao público na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra e no espaço do Projecto Esperança nos Terraços da Ponte
- 15:00 – Visita à Esquadra da PSP de Sacavém
- 16:00 – Entrevista com jornalista italiano nas instalações do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 16:30 – Reunião do GARSE nas instalações do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 18:00 – Reunião com a Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 19:00 - Reunião com os Jovens da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra



Dia 29

- 09:30 – Instalação do ACIME na sede da Assoc. Sócio-Cultural da Qta da Serra
- 09:30 – Visita à Junta de Freguesia de Sacavém
- 10:30 – Regresso às instalações do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 11:00 – Reunião do Comissão Permanente da CICDR nas instalações do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 13:30 – Almoço de trabalho do AC realizado no exterior
- 16:00 – Reunião no PIC dos Terraços da Ponte
- 17:30 – Visita ao Espaço de Oração inter-religioso

Dia 30

- 09:00 – Instalação da equipe do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 10:00 – Visita à Escola Básica 2/3 Bartolomeu Dias
- 11:00 – Visita à Escola do 1º ciclo do Ensino Básico n.º 3 de Sacavém
- 12:00 – Almoço com jornalistas no Bairro da Quinta da Serra
- 15:00 – Visita ao Bairro Terraços da Ponte e ao Projecto Esperança do Programa Escolhas 2.ª geração
- 16:30 - Visita às Associações PROSALDESC e Unida e Cultural da Quinta do Mocho
- 17:30 - Regresso às instalações do ACIME na sede da Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra
- 18:30 – Encerramento

ACIME junto das comunidades**Arrentela, Seixal****Dias 8, 9 e 10 de Fevereiro**

Dia 8

- 09:00 – Instalação na Khapaz Associação Cultural
- 09:30 – Visita à Junta de Freguesia de Arrentela
- 10:30 – Visita ao bairro da Quinta do Cabral
- 11:30 – Visita à EB2 Nun'Álvares
- 12:30 – Visita à Escola Secundária José Afonso



13:00 – Visita à actividade “Programa de Desenvolvimento de Competências” na ESJA dinamizada pelo projecto Konversu)

13:30 – Almoço

15:00 – Visita ao Centro Comunitário Várias Culturas Uma Só Vida

15:30 – Reunião com Segurança Social

17:00 – Reunião com Khapaz Associação Cultural/ jovens da Arrentela

Dia 9

09:30 – Visita à Câmara Municipal do Seixal

10:30 – Visita à Polícia de Segurança Pública do Seixal

11:30 – Visita ao Centro de Saúde do Seixal

12:30 – Visita ao CLAI do Seixal no Espaço Cidadania

13:30 – Almoço

15:00 – Reunião com representantes da comunidade de Etnia Cigana/Igreja Evangélica

17:00 – Visita ao Atlético Clube de Arrentela

Dia 10

09:30 – Visita à EB1 n.º1 de Arrentela

10:30 – Visita à EB1 Qta. de São João

11:30 – Visita ao Centro de Acolhimento para Imigrantes CRIART

13:00 – Almoço com jornalistas na Khapaz Associação Cultural

14:30 – Encontro com a Direcção da Associação Cabo-verdeana do Seixal

15:00 – Visita ao Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela

16:00 – Visita à Sociedade Filarmónica União Arrentelense



ACIME junto das comunidades

Bairro de Santa Filomena/Bairro 6 de Maio, Amadora

Dias 20, 21 e 22 de Setembro

Dia 20

- 09:00 – Instalação na sede da Associação Espaço Jovem no bairro de Santa Filomena
- 09:30 – Visita ao bairro de Santa Filomena
- 10:30 – Visita à Junta de Freguesia da Mina
- 11:15 – Visita à Esquadra da PSP da Mina
- 12:00 – Visita ao Centro de Saúde da Amadora
- 13:00 – Almoço
- 15:00 – Visita ao IEFP
- 16:00 – Visita à Câmara Municipal da Amadora
- 17:00 – Visita à Escola Intercultural das Profissões
- 18:00 – Visita ao Projecto Formar para Inserir (Projecto Escolhas de Santa Filomena)

Dia 21

- 09:00 – Chegada à sede da Associação Espaço Jovem no bairro de Santa Filomena.
- 09:30 – Visita ao Centro Social 6 de Maio
- 10:00 – Visita ao bairro 6 de Maio
- 11:00 – Visita à Escola EB 1 da Venda Nova
- 11:30 – Visita à Junta de Freguesia da Venda Nova
- 12:00 – Visita à Esquadra da PSP da Venda Nova e apresentação do Projecto “Um Amigo Hoje, Um Futuro Amanhã”
- 13:00 – Almoço
- 14:30 – Visita à Escola EB2/3 Cardoso Lopes (sede de agrupamento)
- 16:00 – Visita à Escola Pedro d’Orey da Cunha
- 17:00 – Visita à Ludoteca da Associação Jardins de Infância João de Deus
- 17:30 – Visita ao Projecto Anos Ki ta Manda (Projecto Escolhas do bairro 6 de Maio)
- 18:30 – Encontro com a população do bairro 6 de Maio.



Dia 22

09:00 – Chegada ao Centro Social 6 de Maio.

9.30 – Reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração com a presença de Sua Ex.^a o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

12:45 – Lançamento do folheto Vítimas da Violência Doméstica – Mulheres Migrantes com a presença de Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da Ex.ma Sr.^a Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

13:15 – Almoço com jornalistas no Centro Social 6 de Maio

6.6. Apoio a iniciativas de ONG que trabalham para imigrantes

6.6.1. Centro Pedro Arrupe

Constatando-se a permanente existência de imigrantes sem abrigo em situações de extrema pobreza e na sequência do encerramento do 1º Centro de Acolhimento Temporário, pela não renovação do protocolo por parte do Instituto S. João de Deus, o ACIME dinamizou uma parceria liderada pelo JRS, tendo sido inaugurado o Centro Pedro Arrupe (CPA) no dia 5 de Maio de 2006.





Situado num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, na Urbanização da Ameixoeira, o CPA é o espaço ideal para abrigar cerca de 25 pessoas, 18 homens e 7 mulheres/ou famílias com crianças.

Contrariamente aos Centros de Alojamento existentes em Lisboa, o CPA não serve apenas de dormitório mas também funciona como centro de dia, permitindo assim, entre outras coisas, um acompanhamento continuado dos utentes.

6.6.1.1. Parceiros

Este centro tem como entidades parceiras o Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), a Câmara Municipal de Lisboa (CML) proprietária do espaço, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que financiou as obras de remodelação e o Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP) que assegura os gastos de funcionamento.

As Irmãs da Província Portuguesa das Filhas da Caridade de S. Vicente Paulo (PRFCSVP) dispõem de um refeitório onde servem os almoços e fornecem os jantares que os utentes levam para o centro.

O Banco Alimentar contra a Fome contribui regularmente com géneros para os pequenos-almoços e lanches.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) tem dado uma enorme colaboração de modo a que os retornos voluntários ao país de origem sejam feitos da melhor maneira e o mais rápido possível.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem dado uma resposta imediata ao pedido de ajuda na regularização das várias situações que vão surgindo.

6.4.1.2. Objectivos específicos e serviços prestados

O objectivo primordial do Centro Pedro Arrupe é dar resposta a situações de emergência, acompanhando os utentes e fornecendo um apoio fundamental que possa facilitar a sua futura autonomização e inserção ou, quando se torna impossível a integração, o eventual retorno ao país de origem. O que se pretende é dar apoio temporário e não manter a dependência por período prolongado (em princípio, não superior a quatro meses).

Por situação de emergência entendem-se todos aqueles casos de imigrantes que, por qualquer razão, se encontram sem meios de subsistência e a viver na rua. As razões subjacentes a esta situação podem ser várias



e o trabalho do Centro de Alojamento consiste em fazer o diagnóstico e o acompanhamento personalizado de cada pessoa, tendo em conta as suas potencialidades e limitações.

A capacidade deste centro é de 25 camas e o tempo máximo de estadia é de 120 dias, podendo em casos excepcionais este tempo ser prolongado.

Para desenvolver o projecto o CPA conta com um Director, com um Técnico Superior de Serviço Social, com dois estagiários e com o apoio de alguns voluntários que entre outras actividades têm ensinado a Língua Portuguesa.

Os utentes do CPA poderão usufruir dos serviços prestados pelo JRS que dispõe de várias valências, nomeadamente, apoio psicossocial, apoio médico e medicamentoso, apoio jurídico, cursos de português, ajuda na procura de trabalho, ajuda na procura de casa.

O Centro Pedro Arrupe admitiu, até à data, **54 utentes**. Entre as problemáticas da população utente do Centro Pedro Arrupe contam-se os processos de legalização (utentes indocumentados), necessidade de emprego, e/ou de habitação, acordos de saúde, requerentes de asilo, retorno voluntário, entre outros. Dos encaminhamentos já realizados só quinze concluíram o projecto de vida previsto inicialmente. Oito permaneceram em Portugal com integração profissional e habitacional e sete regressaram ao país de origem. Os outros ou saíram por sua livre vontade ou por incumprimento e/ou insucesso do processo de inserção.

O CPA já recebeu cidadãos de dezasseis países diferentes. O período médio de permanência no CPA tem sido de cerca de 3 meses (85 dias).

Como principais constrangimentos à resolução da situação/problema dos utentes identifica-se a difícil resolução da situação sócio-habitacional dos utentes (e acompanhantes) abrangidos pelos acordos de saúde, requerentes a asilo cujo processo foi indeferido e que estão sem abrigo, indocumentados que não são reconhecidos por nenhuma embaixada.

Com a abertura deste centro foi criada uma nova resposta social na cidade de Lisboa, que visa o acolhimento temporário de cidadãos imigrantes em situação de emergência humanitária (sem abrigo), proporcionando a satisfação de necessidades básicas (alojamento, alimentação e higiene), apoio e acompanhamento psicossocial e jurídico individualizado, com vista à facilitação do processo de autonomização e inserção ou, quando for o caso, o apoio no processo de retorno ao país de origem.



6.6.2. Projecto de Casa para Doentes Estrangeiros

6.6.2.1 Justificação do Projecto

Na sequência de várias reuniões do grupo de Trabalho sobre Saúde e Imigração, criado pelo ACIME em Dezembro de 2005 e após identificadas as grandes dificuldades sentidas por parte dos doentes evacuados (com junta médica) ao abrigo dos Acordos de Cooperação e os PALOP – no domínio da saúde entre Portugal – apercebemo-nos da urgência de criar soluções alternativas, às que existem, para ajudar a resolver o problema do alojamento destes doentes em regime ambulatorio.

Assim sendo, o ACIME tem estado dinamizar uma parceria com o intuito de criar um centro de alojamento para doentes imigrantes. Tem feito todos os esforços para que surja a cedência de um espaço onde a Congregação dos Sagrados Corações com base na sua experiência e seguindo o modelo da Casa de doentes dos Açores, possa assegurar a organização/gestão de uma residência que apoie temporariamente os doentes e seus acompanhantes, que necessitam de permanecer em Lisboa por períodos de tempo correspondentes à prestação dos cuidados de saúde previstos na cooperação estabelecida entre Portugal e os PALOP.

Este centro, com capacidade para um número de pessoas em função do espaço (2/3 doentes e 1/3 acompanhantes), pretende ser uma casa de acolhimento que, para além de residência, possa ser um espaço de ajuda aos doentes e famílias que ali se encontram alojados durante os períodos de alta, por vezes bastante maiores que os períodos de internamento, muitos deles sem formação adequada para lidar com um determinado tipo de situação clínica envolvendo, ou não, tratamentos com regularidade.

6.6.2.2. Objectivo e serviços prestados

A constituição deste centro tem como objectivo contribuir para o bem-estar das pessoas em tratamento, criando condições adequadas de residência, de apoio e de enquadramento social, facilitadora do próprio processo de tratamento.

Serviços prestados

- a. Alojamento por período temporário
- b. Alimentação
- c. Centro de dia
- d. Apoio psicossocial



- e. Acompanhamento médico
- f. Promoção da formação educacional e cultural

A cooperação estabelecida entre Portugal e cada um dos Países africanos de Língua portuguesa (PALOP), no âmbito da prestação de cuidados de saúde pelo Serviço Nacional de Saúde, prevê a permanência temporária de cidadãos dos PALOP em Portugal. Ainda que esta cooperação defina benefícios fundamentais às populações atingidas permanece um vasto conjunto de situações/problemas que nascem e se agravam em resultado das más condições de instalação das pessoas em tratamento e dos seus acompanhantes em Portugal.

Neste sentido é de grande importância a abertura uma casa que apoie estes cidadãos que tem necessidade de vir para o nosso país receber tratamentos que não existem nos seus países de origem.



CAPÍTULO 7.

CONHECER MAIS PARA AGIR MELHOR







7.1. Observatório da Imigração

O Observatório da Imigração, unidade informal criada em 2003 no âmbito do ACIME, tem procurado ter um papel fundamental como um promotor de redes de cooperação científica e institucional. Seguindo a filosofia “conhecer mais para agir melhor”, o Observatório tem vindo a estimular o diálogo entre a academia e os decisores políticos no que diz respeito à discussão, avaliação e proposta de políticas públicas em matéria de integração de imigrantes em Portugal.

Por outro lado, o Observatório da Imigração tem assumido como prioridade a desconstrução de mitos, de representações e/ou de estereótipos acerca dos imigrantes ou da imigração em geral, que teimam em ser veiculados na sociedade portuguesa. Nesse trabalho, o Observatório tem procurando aprofundar o conhecimento sobre as populações imigrantes em Portugal, regendo a sua intervenção pelo rigor, objectividade e permanente procura da verdade.

Exactamente para concretizar estas metas fundamentais, o Observatório fomenta a recolha de dados ou de informações complementares que não se encontram directamente acessíveis em fontes primárias; desenvolve estudos e investigações científicas multidisciplinares; edita, publica e disponibiliza no sítio www.oi.acime.gov.pt os resultados da sua actividade; promove seminários, colóquios, debates e outras actividades que permitem o debate público e/ou o melhor conhecimento dos fenómenos migratórios para o país.

7.1.1. Estudos e Publicações

Durante este segundo mandato o Observatório da Imigração evoluiu, aprofundando as suas actividades e diversificando as suas publicações. Duas novas colecção de estudos foram criadas e passaram a integrar as suas publicações.

Colecção de Estudos OI

Continuando a publicação de estudos iniciada em 2003, desde Setembro de 2005 publicaram as seguintes novas edições:

15. **Reunificação Familiar e Imigração em Portugal**. Estudo coordenado por Maria Lucinda Fonseca e a colaboração de Meghann Ormond, Jorge Malheiros, Miguel Patrício e Filipa Martins. Estudo financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Outubro de 2005. 285 pp. / ISBN 989-8000-07-4.





16. **Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola perante a Diversidade.** Estudo coordenado por Margarida Marques e a colaboração de Joana Lopes Martins, José Gabriel Pereira Bastos e Isabel Barreiros. Estudo financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Novembro de 2005. 144 pp. / ISBN 972-8000-16-2.

17. **Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da Religião em Processos de Inserção Social Diferenciada: Uma abordagem estrutural dinâmica.** Estudo coordenado por Susana Pereira Bastos e a colaboração de José Gabriel Pereira Bastos, L. Soczka, D. Rodrigues, A. Brinca, L. Nicolau, A. Costa, F. Batoréu, A. Correia, A. C. Horta Tavares, P. Guardini, A. P. Santos, S. Costa, N. Carvalho, E. Rodrigues, I. Banze e F. Mourão. Estudo financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Janeiro de 2006. 312 pp. / ISBN 972-8000-17-0.

18. **Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes.** Estudo coordenado por Emília Maria Malcata Rebelo e a colaboração de Luís Tiago Paiva. Estudo financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Março de 2006. 386 pp. / ISBN 989-8000-09-0.



19. **Media, Imigração e Minorias Étnicas II.** Estudo da autoria de Isabel Ferin Cunha e Clara Almeida Santos e colaboração de Catarina Valdigem e Willy S. Filho. Março de 2006. 202 pp. / ISBN 989-8000-21-X.

20. **Reclusos Estrangeiros em Portugal. Esteios de uma problematização.** Estudo da autoria de Hugo Martinez de Seabra e Tiago Santos. Março de 2006. 135 pp. / ISBN 989-8000-17-1.



21. **Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas - Análise de duas sondagens.** Estudo coordenado por Mário Lages e a colaboração de Verónica Policarpo, José Carlos Marques, Paulo Lopes Matos e João Homem Cristo António. Estudo financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Outubro de 2006. 431 pp. / ISBN 989-8000-20-1.

Foram ainda adjudicados outros Estudos que se encontram em curso:

- *Limites da formalidade e o trabalho imigrante em Portugal.* Estudo da autoria de Lourenço Xavier de Carvalho.
- *Licença para “criar”: imigrantes nas artes em Portugal.* Estudo da autoria de Magda Nico, Natália Gomes e Sara Duarte e a colaboração de Rita Rosado.
- *A Expansão Portuguesa. Uma História de Interculturalidade.* Estudo da autoria de Teresa Lacerda.
- *Estudo Prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal.* Estudo da autoria de Pedro Góis e José Carlos Marques.
- *Media e Imigração III.* Estudo coordenado por Isabel Ferin Cunha.
- *Convenção Internacional sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias.* Estudo da autoria de Gonçalo Saraiva Matias e Patrícia Fragoso Martins.
- *Os meios de comunicação étnicos em Portugal. Dinâmica organizacional dos media das comunidades de imigrantes.* Estudo da autoria de Isabel Salim.
- *Quanto custa ser imigrante?.* Estudo da autoria de Tiago Santos e Edite Rosário.



Colecção de Teses

Procurando colmatar algumas lacunas existentes na edição de dissertações de mestrado e teses de doutoramento sobre imigração e minorias étnicas em Portugal, o ACIME, através do Observatório da Imigração, decidiu apoiar a publicação de teses de reconhecido interesse com o lançamento de uma nova colecção dedicada à Imigração e Minorias Étnicas.

As candidaturas ao Programa de Apoio à Edição de Teses encontram-se abertas em permanência, sendo avaliadas e, posteriormente, comunicada uma decisão. O Edital com o enquadramento do apoio à edição a conceder e com os procedimentos de candidatura está disponível no sítio www.oi.acime.gov.pt.

Os exemplares da edição destinam-se a oferta para instituições e profissionais envolvidos na área da imigração. Além da edição em papel, o ACIME promove a edição electrónica em formato pdf, que disponibiliza num campo específico sítio do OI.

A apresentação pública desta nova colecção teve lugar no dia 18 de Maio com a presença do Senhor Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira. Em 2006 foram publicadas 7 Dissertações de Mestrado:

1. ***Delinquência a Preto e Branco. Estudo de Jovens de Reinserção.*** Dissertação de Mestrado da autoria de Hugo Martinez de Seabra. Universidade Nova de Lisboa. Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Setembro de 2005. 262 pp. / ISBN 989-8000-13-9.
2. ***Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal.*** Dissertação de Mestrado da autoria de Catarina Reis de Oliveira. Universidade Nova de Lisboa. Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Setembro de 2005. 176 pp. / ISBN 989-8000-14-7.





3. **Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?**. Dissertação de Mestrado da autoria de Joana Miranda Figueiredo. Universidade Técnica de Lisboa. Novembro de 2005. 117 pp. / ISBN 989-8000-18-X.

4. **Os Imigrantes Ucranianos em Portugal e os Cuidados de Saúde**. Dissertação de Mestrado da autoria de José Furtado Sousa. Universidade Aberta de Lisboa. Março de 2006. 203 pp. / ISBN 989-8000-19-8.

5. **Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão**. Dissertação de Mestrado da autoria de Pedro Góis. Universidade de Coimbra. Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Abril 2006. 375 pp. / ISBN 989-8000-22-8.

6. **Em busca de um bom médico. Quando “a Saúde não tem fronteiras”. Percepções dos Cabo-Verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda**. Dissertação de Mestrado da autoria de Cláudia de Freitas. Universidade de Amesterdão. Abril de 2006. 127 pp. / ISBN 989-8000-23-6.

7. **Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social**. Dissertação de Mestrado da autoria de Dora Possidónio. Universidade de Lisboa. Maio de 2006. 199 pp. / ISBN 989-8000-25-2.



Colecção Comunidades

Procurando aprofundar o conhecimento acerca das comunidades imigrantes que vivem em Portugal, o Observatório criou neste último ano uma nova colecção de estudos. O primeiro número desta colecção tem a publicação prevista para Fevereiro de 2007:

1. **Imigração Brasileira em Portugal**. Edição que reunirá, sob a coordenação e enquadramento de Jorge Macaísta Malheiros, alguns estudos já efectuados por diversas equipas universitárias.



7.1.2. Site OI

O site do Observatório www.oi.acime.gov.pt tem sido uma plataforma de informação fundamental para especialistas, promovendo a divulgação do trabalho de várias equipas de investigação e de cientistas de diferentes disciplinas. Desde a sua criação em Maio de 2003, o site, gerido por Isabel Freitas da Númena, disponibiliza informação útil e variada sobre: **Eventos e iniciativas, Dados Estatísticos, Teses de Mestrado e de Doutoramento, Livros e monografias, Notícias e a Informação essencial sobre imigração.** Como ferramentas igualmente importantes sublinha-se a existência de um **directório** de outros sites classificados por temáticas e um **Guia de Recursos** que reúne informação útil sobre **Fontes Estatísticas, Bibliotecas, Centros de Investigação**, entre outros temas.



O interesse e utilidade do site têm sido demonstrados pelo número de visitantes, que não tem parado de crescer: em 2003 o site teve cerca de 54.683 visitantes e, em 2006, cerca de 628.189.



Estatísticas Anuais

Ano	Visualizações
2003	(54683)
2004	(218142)
2005	(444184)
2006	(628189)

Estatísticas Mensais desde Setembro de 2005

2005	Visualizações
Setembro	(37914)
Outubro	(53263)
Novembro	(45474)
Dezembro	(44150)
2006	Visualizações
Janeiro	(52349)
Fevereiro	(43908)
Março	(56967)
Abril	(50111)
Maio	(64419)
Junho	(56415)
Julho	(51841)
Agosto	(41352)
Setembro	(38706)
Outubro	(53629)
Novembro	(58833)
Dezembro	(59659)



Procurando continuar a inovar, durante este segundo mandato foram introduzidos novos campos neste site, com o objectivo de melhorar a acessibilidade e a organização do sítio OI. Em Janeiro de 2006 foram desenvolvidas as seguintes actividades com vista a melhorar a dinâmica do sítio OI:

Novas áreas “Programas e cursos pós-graduados” e “Bolsas de investigação”

Criação de uma área específica no sítio OI dedicada a “Programas e cursos pós-graduados” e outra dedicada a “Bolsas de investigação”, integradas no menu “Investigação”, com migração das notícias anteriormente editadas sobre estes assuntos (Janeiro de 2006).

Página Colecção Teses

Criação de uma página autónoma dedicada à Colecção Teses (Janeiro de 2006).

Acessibilidades web

Articulação com a equipa informática para melhoria da acessibilidade do sítio OI, que resultou na introdução de um dispositivo que permite aumentar o tamanho do texto, destinado a pessoas com dificuldade de visualização. Processo de introdução de texto alternativo associado a imagens editadas no sítio OI, um dos requisitos de acessibilidade web para invisuais (Janeiro de 2006).

Páginas em Inglês

Criação de páginas em Inglês para apresentação do Observatório (objectivos, parceiros), das Colecções “Teses” e “Estudos e Documentos do Observatório da Imigração” e do Gabinete de Estudos e Estatísticas/Centro de Documentação do ACIME, tendo como ponto de partida o catálogo traduzido partilhado pelo Gabinete de Comunicação do ACIME (Janeiro de 2006).

Reformulação do modelo de newsletter

Com 715 subscritores, a newsletter foi inovada com a introdução de subtítulos e organizada em duas partes, com uma selecção da informação divulgada no sítio OI num dado período de análise (desde Fevereiro de 2006). Esta opção permitiu ensaiar a elaboração de pequenos dossiers temáticos a partir da identificação de algumas tendências e de núcleos temáticos de investigação que se encontram em constituição:



- Diversidade, Desigualdade, Educação;
- Género, Inserção Laboral e Económica, Imigração Cabo-verdiana;
- Migrações, Saúde, Práticas Terapêuticas;
- Islão, Muçulmanos na Europa, Espaços Lusófonos;
- Imigração de Leste em Portugal;
- Meios de Comunicação Social, Representações Sociais, Imigração e Minorias Étnicas;
- Estudos Coloniais e Pós-coloniais, Migrações e Racismo.

Grupos e redes de investigação

Acompanhamento e apoio mais próximo a grupos e redes de investigação emergentes, como o Grupo Imigração e Saúde e a Rede Muçulmanos em Espaços Lusófonos, disponibilizando o sítio OI como espaço de divulgação das suas actividades (Maio e Julho de 2006).

Área dedicada aos investigadores

Com a criação da área permanente “Ficha do Investigador”, foi estabelecida uma nova área que disponibilizará no sítio OI informação dos investigadores que trabalham sobre imigração, minorias étnicas, racismo, xenofobia e interculturalidade em Portugal (Junho de 2006).

Agenda OI

Início do envio da Agenda OI, com o objectivo de apoiar a divulgação, de forma mais regular, dos eventos e iniciativas divulgados no sítio OI (desde Novembro de 2006). De Novembro a Dezembro de 2006 foram enviadas três Agendas OI.

7.1.3. Parcerias

Para o desenvolvimento das suas actividades, o Observatório definiu uma rede de parcerias com instituições universitárias, nas quais se incluem o **Centro de Estudos Geográficos** (da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), **Centro de Estudos Multiculturais** (da Universidade Independente), **Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais** (da Universidade Aberta), **Centro de Estudos Sociais** (da Universidade de Coimbra), **Centro de Investigação e Estudos de Sociologia** (do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), **Núcleo de Ecologia Social** (LNEC), **Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas e SociNova** (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).



A **Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)** tem sido também um parceiro fundamental para o Observatório, viabilizando a realização de alguns estudos.

7.1.4. **Protocolos de colaboração com Centros de Investigação**

Atendendo à importância de conhecer mais para agir melhor, o ACIME continua a envolver a comunidade científica no desenvolvimento de políticas de integração de imigrantes e na sensibilização da opinião pública para melhorar a vida dos imigrantes em Portugal.

Neste quadro, estão a ser assinados e dinamizados protocolos de colaboração científica com os diversos centros de investigação, com o intuito de se estabelecer uma relação de colaboração estável com unidades de investigação de mérito elevado⁴ com o intuito de se proporcionar a realização de estudos sistemáticos sobre a imigração em Portugal.

Estes protocolos de colaboração, com validade de 1 ano, têm por objecto a colaboração entre Centros de Investigação e o Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), na realização de projectos de investigação científica, publicações e actividades de debate. Esta colaboração deverá abranger obrigatoriamente as seguintes componentes e sempre em comum acordo entre os outorgantes:

- a) Organização de Actividades de Debate e Difusão de temas relacionados com a imigração (e.g. Seminários, Workshops).
- b) Realização de projectos de investigação.
- c) Publicação de estudos na colecção do Observatório da Imigração e de artigos na Revista *Migrações* do ACIME.

Em 2006 o ACIME assinou o protocolo de colaboração com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES - ISCTE). Mais sete protocolos de colaboração entre o ACIME e Centros de Investigação de elevado mérito estão em preparação.

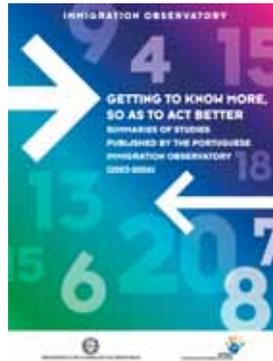
7.1.5. **Internacionalização OI**

Com o intuito de divulgar internacionalmente as actividades do Observatório da Imigração e, em particular, partilhar as principais conclusões dos estudos desenvolvidos, foi publicado em Outubro de 2006 o livro "Getting to know more, so as to act better - Summaries of studies published by the Portuguese Immigration Observatory

4. Avaliação mínima de Muito Bom pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



(2003-2006)". Este livro foi lançado durante a 11ª Conferência Internacional Metropolis, co-organizada pelo ACIME, que teve lugar em Lisboa entre 2 e 6 de Outubro de 2006.



O reconhecimento internacional do trabalho do Observatório tornou-se evidente também a partir de convites que tem vindo a receber. Neste último ano o Observatório recebeu os seguintes convites:

- participar no I Encuentro de Observatorios de las Migraciones Internacionales, organizado pelo Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid e pelo Observatorio de la Inmigración de Tenerife. Este encontro terá lugar na ilha de Tenerife, entre 12 e 13 de Abril de 2007;
- participar, juntamente com outros Observatórios de Imigração da União Europeia, na candidatura ao Programa INTI (Preparatory Actions 2006) com o projecto Routes – the way to integration within the INTI Programme.

7.2. Protocolo para a realização de Projectos de Investigação com a FCT

Em 2006, o ACIME celebrou um novo **Protocolo de Cooperação com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia** (FCT) para o financiamento de projectos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico no domínio da Imigração e Minorias Étnicas.

O concurso público, esteve aberto entre 31 de Outubro e 15 de Dezembro de 2006 e dirigiu-se a investigadores e/ou equipas de investigação com Curriculum científico em domínios de relevância na problemática de imigração. Os projectos a financiar, no valor total de 350.000 Euros, terão a duração máxima de 2 anos.



5. Mais informações acerca desta Conferência estão disponíveis em www.ceg.ul.pt/metropolis2006

Com o intuito de fundamentar, orientar e melhorar as políticas públicas com incidência na problemática da imigração, os temas seleccionados para este concurso foram:

Atitudes, valores e representações – tem como objectivo estudar os valores, atitudes e comportamentos da população portuguesa face aos imigrantes, e dos imigrantes face aos demais nas mesmas condições e aos portugueses. A ser realizado mediante inquérito, com amostras representativas das diferentes populações-base.

Poder local e desenvolvimento regional – tem como objectivo estudar o papel das autarquias locais na formulação de estratégias e implementação de medidas de integração de imigrantes em Portugal e, numa outra vertente, avaliar o impacto em Portugal da imigração no desenvolvimento regional.

Educação, etnicidade e insucesso escolar – tem como objectivo investigar a eficácia das respostas educativas em contextos de interculturalidade e identificar causas e medidas de superação do insucesso escolar dos imigrantes e seus descendentes.

Mercado de trabalho, desemprego e exclusão – tem como objectivo estudar os mecanismos de emprego/desemprego de imigrantes, em particular os que originam discriminações mais acentuadas no mercado de trabalho e potenciam fenómenos de extrema pobreza, destituição económica e exclusão social.

7.3. Co-organização da Conferência Internacional Metropolis

A 11ª Conferência Internacional Metropolis *Paths & Crossroads: Moving People, Changing Places*⁵, uma das maiores conferências internacionais sobre migrações, foi organizada pela primeira vez em Portugal. A conferência, que teve lugar em Lisboa entre 2 e 6 de Outubro de 2006, foi organizada pelo Grupo Metropolis Portugal e pelo ACIME.

Vários temas da agenda política e científica acerca das migrações ocuparam um lugar central em 8 painéis temáticos (com cerca de 36 painelistas), perto de uma centena de workshops e 12 visitas de estudo.

A Conferência contou com mais de novecentos participantes originários de cerca de 50 países, entre os quais se destacaram investigadores de diferentes filiações disciplinares, representantes de organizações internacionais e dirigentes políticos nacionais, europeus, americanos, canadianos e dos Países de Língua Portuguesa. Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal fez a conferência de abertura e o Ministro da Presidência foi um dos oradores principais na Sessão Plenária acerca da Integração das Segundas Gerações.

5. Mais informações acerca desta Conferência estão disponíveis em www.ceg.ul.pt/metropolis2006



Esta Conferência tornou-se possível graças ao apoio financeiro de várias instituições, entre elas:

- Caixa Geral de Depósitos (CGD)
- Fundação Luso-Americana (FLAD)
- ACIME
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)
- Ministério da Administração Interna (MAI)
- Presidência do Conselho de Ministros (MP)
- Câmara Municipal de Lisboa
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
- Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Junta Metropolitana de Lisboa (JML)
- Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP)
- Governo Regional dos Açores (Direcção Regional das Comunidades)

De forma a assegurar a participação nesta conferência de líderes e representantes de associações imigrantes estabelecidas em Portugal, o ACIME disponibilizou passes de entrada para toda a semana a todas as associações imigrantes reconhecidas.

7.3.1. Jornal da Conferência

Durante os 5 dias da Conferência o ACIME editou e publicou um Jornal Diário em inglês – Metropolis Daily News.

O *Metropolis Daily News* incluiu:

- agenda diária dos principais conteúdos da conferência (temas e convidados das sessões plenárias e workshops, e apresentação das principais actividades culturais);
- entrevistas com investigadores de diferentes filiações disciplinares, representantes de organizações internacionais e dirigentes políticos;
- espaço com curiosidades sobre migrações: Did you know?;
- reportagens fotográficas das actividades culturais da conferência: Photo.Report Social Event;
- informações acerca da próxima Conferência Internacional Metropolis: Melbourne is waiting;





Para todos aqueles que não puderam participar na conferência e/ou não tiveram acesso a esta publicação, o ACIME divulga todas actividades promovidas no âmbito desta conferência, disponibilizando todas edições deste jornal no sítio www.acime.gov.pt.

7.3.2. Organização de Workshops e Visitas de Estudo, e Comunicações da Equipa ACIME durante a conferência:

Workshops:

- Organização do Workshop transnacional sobre *Immigrant Entrepreneurial Strategies in cosmopolitan cities*;
- Co-organização do Workshop Intercultural *Competence in Professional Development*;

Visitas de Estudo:

- Em resultado do CNAI ter sido referenciado como um exemplo de boa-prática para a integração de imigrantes na União Europeia, no livro "*Handbook on Integration for Policy-makers and Practitioners*"⁵, alguns participantes estrangeiros inscritos na conferência mostraram interesse em conhecer este serviço integrado. Respondendo a este apelo, o ACIME organizou duas sessões de visita guiada ao CNAI: *Visit to the National Immigrant Support Centre (CNAI) in Lisbon*;
- Com o intuito de partilhar a experiência portuguesa do Programa Televisivo "Nós" e aprender com a experiência de outros países com programas semelhantes, o ACIME organizou uma visita intitulada: *Hands on! Producing TV segments about, for and with immigrants: provides some "hands-on" experience with producing two TV segments on immigrants at a TV studio*;

5. Livro publicado pela Directorate-General of Justice, Freedom and Security – Comissão Europeia.



- No primeiro dia da conferência o Programa Escolhas co-organizou a actividade *The challenges of immigrant descendants' integration in Europe: a full-day visit to innovative projects in two neighbourhoods followed by a pre-conference workshop*;
- O Entreculturas co-organizou uma visita, no primeiro dia da conferência, a várias escolas de bairros da Área Metropolitana de Lisboa. A actividade foi intitulada de: *Integration for descendants of immigrants via educational practices*;
- Procurando mostrar a diversidade cultural presente na cidade de Lisboa, o ACIME organizou uma visita guiada à zona histórica intitulada: *La ville de Lisbonne comme espace de diversité: promenade à pied à travers les villes phénicienne, islamique et chrétienne*;
- Ilustrando os contributos dos empresários para o dinamismo de mercados locais portugueses, o ACIME co-organizou a visita *Ethnic entrepreneurship and space appropriation: a two-hour experience in the ancient and colourful neighbourhood of Martim Moniz (Lisbon city centre)*;

Comunicações:

Durante a conferência vários membros da equipa do ACIME apresentaram comunicações nos seguintes workshops:

- *Gender and Migration* (Maria José Lino);
- *Family Reunification and Integration in Comparative Perspective* (Maria Botelho Moniz);
- *Intercultural Competence in Professional Development* (Isabel Ferreira Martins);
- *Migrant Associativism: Politics of Identity and the Problematique of Integration* (Bernardo Sousa);
- *Immigrant Entrepreneurial Strategies in cosmopolitan cities* (Catarina Reis Oliveira).

O ACIME, através do GATAIME deu apoio técnico a algumas Associações de Imigrantes na candidatura à organização de visitas de estudo e workshops comunitários para esta Conferência.



7.3.3. Stand informativo do ACIME

Durante a Conferência Internacional Metropolis, o ACIME destacou dois colaboradores para dinamizarem o stand informativo. Nesse pequeno stand os participantes da conferência puderam esclarecer dúvidas acerca das actividades do ACIME e obter várias publicações e edições.

Este stand teve um papel importante também na divulgação e distribuição dos Jornais Diários da Conferência, produzidos pelo ACIME, e do livro *Getting to know more, so as to act better. Summaries of studies published by the Portuguese Immigration Observatory* (2003-2006), lançado durante a conferência.

7.4. Organização de Seminários e Workshops. Participação em Conferências.

7.4.1. Seminários sobre Políticas de Integração de Imigrantes

No sentido de promover um melhor conhecimento acerca de temas associados à Imigração e de experiências de outros países em matéria de políticas de integração de imigrantes, o ACIME decidiu organizar vários seminários internacionais. Neste último ano tiveram lugar dois seminários:

- 4 de Abril de 2006 - o Seminário ***O Modelo Canadiano de Integração de Imigrantes*** com o Professor Howard Duncan. O Professor Doutor Howard Duncan é, desde 2000, o Director Executivo do Projecto Metropolis Internacional. Em 1981 concluiu o seu doutoramento em Filosofia na Universidade de Western Ontario, tendo se tornado docente das Universidades de Ottawa e Western Ontario. Em 1989, Howard entrou para o Departamento de Saúde e Segurança Social de Otava, onde exerceu funções de avaliação, planeamento e de desenvolvimento de políticas públicas. Tem vindo a destacar-se também pelas suas publicações acerca de políticas de imigração.
- 26 de Maio de 2006 - o Seminário ***Políticas de Integração de Imigrantes: o caso da Holanda*** com o Professor Rinus Penninx. O Professor Rinus Penninx, da Universidade de Amsterdão, tem vindo a trabalhar nos últimos anos acerca políticas de integração de imigrantes. Entre 1978 e 1988 enquanto investigador no Departamento de Investigação e Desenvolvimento do Ministério da Segurança Social, Saúde e Cultura da Holanda, trabalhou essencialmente acerca de imigrantes e minorias étnicas no país. Em 1993 tornou-se professor na Universidade de Amsterdão. Entre 1993 e 2005 foi também o director do Centro de Investigação IMES – *Institute for Migration and Ethnic Studies*. Desde 1 de Abril de 2004 é também o coordenador da Rede de Excelência IMISCOE – International Migration, Integration and Social Cohesion in Europe - <http://www.imiscoe.org/>



7.4.2. Seminários sobre Descendentes de Imigrantes

Seminário *Descendentes de Imigrantes: um lugar na sociedade portuguesa.*

No dia 24 de Maio, o ACIME promoveu este seminário que pretendia debater o lugar dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa. O encontro contou com a presença do Senhor Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, do Alto-Comissário, de vários especialistas em matéria de imigração, designadamente com experiência com descendentes de imigrantes, bem como de representantes de todos do Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Este seminário teve lugar no Auditório da Assembleia da República. Quatro painéis orientaram o debate:

- Painel I - “Descendentes imigrantes : a escola e o trabalho”;
- Painel II - “Descendentes imigrantes e os seus espaços”;
- Painel III - “Descendentes imigrantes: cultura e participação cívica”;
- Painel IV - “Descendentes imigrantes: que lugar na sociedade portuguesa?” - A perspectiva dos Grupos Parlamentares;

Mesa Redonda *Associativismo Imigrante - Regime de Constituição e os Direitos e Deveres das Associações Representativas dos Imigrantes e seus Descendentes.*

No dia 1 de Julho, pelas 09.30h, o ACIME, através do GATAIME, promoveu a organização de uma Mesa Redonda, que pretendia ser um espaço de reflexão, partilha e construção de pontes. Este encontro teve os seguintes objectivos:

- Dar a conhecer o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes;
- Contribuir para a crescente visibilidade e credibilização do movimento associativo imigrante assim como para o fortalecimento do seu papel no acolhimento e integração dos imigrantes;
- Reforçar o sentido de co-responsabilização no acolhimento e integração dos imigrantes junto dos parceiros sociais;
- promover o trabalho em rede e a articulação de sinergias ao nível local;

Os principais destinatários deste Encontro são as Associações com pedido de reconhecimento de representatividade junto do ACIME. O Encontro decorreu na Sala de Formação do ACIME (CNAI de Lisboa).



Encontro *Descendentes de Imigrantes: entre três mundos*.

No âmbito dos “Encontros da Arrábida 2006”, a Fundação Oriente organizou, nos dias 13 e 14 de Julho, um encontro subordinado ao tema ***Descendentes de Imigrantes: entre três mundos***, no Convento da Arrábida. O Coordenador deste Encontro foi Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, tendo como objectivo central reflectir sobre os “três mundos de pertença e de identidade” dos descendentes de imigrantes:

- A pertença ao mundo das origens;
- A pertença ao mundo da sociedade de acolhimento;
- O mundo das referências culturais globais

O Encontro reuniu vários especialistas em matéria de imigração, tendo contado com a presença do Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, e do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino, na sessão de encerramento.

3ª Tertúlia do projecto Vamos Utopiar: *A Integração dos Descendentes de Imigrantes no Sistema Educativo Português*.

Dando seguimento ao projecto EQUAL Vamos Utopiar, no dia 26 de Outubro de 2006, às 18h, no Auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa, realizou-se uma tertúlia subordinada ao tema “A Integração dos Descendentes de Imigrantes no Sistema Educativo Português”. As tertúlias são espaços de reflexão e debate dinamizados por Associações de Imigrantes em torno de problemas comuns, procurando propostas e soluções para os mesmos. Esta tertúlia esteve integrada no Debate Nacional sobre Educação (www.debatereducacao.pt), promovido pela Assembleia da República, em conjunto com o Governo, por ocasião dos 20 anos da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, e organizado pelo Conselho Nacional de Educação.

O Debate teve um foco muito claro: como vamos melhorar a educação nos próximos anos, tendo em vista construir um Portugal mais moderno e mais justo? Neste sentido, colocam-se as seguintes questões: Como integrar e criar condições de sucesso na escola alunos de diferentes etnias e culturas? Como contribuir para o êxito escolar e educativo de populações culturalmente muito diferentes, tornando essas diferenças um factor de enriquecimento cultural para todos e para a própria escola? Como envolver os profissionais da educação nesse projecto? O que esperam os imigrantes do sistema educativo português? Que respostas pode dar o sistema educativo português a essas expectativas? E como podem os imigrantes melhorar a educação nos próximos anos em Portugal?



7.4.3. Seminários sobre Media e Imigração

Encontro “Meios de comunicação de e para as comunidades imigrantes”.



No dia 2 de Maio de 2006 o ACIME promoveu um encontro de Meios de Comunicação ligados às comunidades imigrantes. Foram, deste modo, convidados representantes não só de meios provenientes de comunidades imigrantes como também daqueles que são dirigidos a essas comunidades.

O principal objectivo deste encontro foi fazer uma radiografia da situação destes meios e do seu papel na sociedade portuguesa, assim como criar uma rede de intercâmbio de informação entre os diferentes meios e com o ACIME. Estiveram presentes 18 representantes de meios de comunicação de e para as comunidades imigrantes. Em resultado desse encontro mantém-se um fluxo de informação entre os vários participantes e foram tomadas algumas iniciativas em conjunto como a disponibilização de publicações na sala de espera do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante em Lisboa.

Seminário *Media e Imigração*



Decorreu a 8 de Junho no Palácio Foz. O ACIME iniciou o encontro com a entrega da 4ª. Edição do “Prémio: Imigração e Minorias Étnicas - Jornalismo pela Tolerância”, nas categorias Imprensa Escrita/em Linha; Rádio; Televisão e Grande Prémio. A esta sessão seguiu-se um painel de debate sobre “O Pseudo-Arrastão” um Ano depois, pretendendo assinalar um ano sobre os acontecimentos na Praia de Carcavelos. Com esta sessão, o ACIME, enquanto organismo público com responsabilidades ao nível da sensibilização da opinião pública para o acolhimento e a tolerância, pretendeu fazer reflectir sobre o papel dos Media na sociedade portuguesa.

O Seminário contou com a presença do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, do Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, José Alberto Azeredo Lopes, de uma representante do Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra, Isabel Féerin e de representantes de vários órgãos de comunicação social.



Mesa Redonda sobre Imigração e Minorias Étnicas na Agenda Mediática.

No dia 26 de Setembro o ACIME organizou, no Auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), uma Mesa Redonda sobre Imigração e Minorias Étnicas na Agenda Mediática, com a participação do Alto-Comissário, da Professora Isabel Ferin (Instituto de Estudos jornalísticos da Universidade de Coimbra) e do Dr. Fernando Cascais (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas).

Esta iniciativa teve como objectivos contribuir para a compreensão das estratégias que poderão conduzir os temas da imigração e das minorias étnicas à agenda mediática, assim como debater o papel da comunicação social nas representações sociais da população em geral em torno das questões da imigração e das minorias étnicas. Procurou-se reflectir ainda sobre a eficácia da comunicação na divulgação de causas sociais, nomeadamente de questões ligadas à imigração e minorias étnicas junto da sociedade civil, e conhecer os diferentes actores dos diversos meios de comunicação social e as suas competências. Finalmente, um outro objectivo desta Mesa Redonda foi mobilizar os dirigentes associativos para a participação numa futura acção de formação sobre o tema das competências necessárias para a concepção, implementação e avaliação de estratégias de comunicação junto dos meios de comunicação social.

7.4.4. Outros Seminários

1º Encontro Nacional sobre Mediação Socio-Cultural *Olhares sobre a Mediação.*

No dia 15 de Fevereiro de 2006, o ACIME e a Associação Mediar co-organizaram esta conferência no IPJ em Lisboa. O encontro contou com a presença de vários especialistas na matéria e pretendeu abordar as várias experiências e boas práticas ao nível da mediação sócio-cultural.

1ª Tertúlia do Projecto EQUAL Vamos Utopiar subordinada ao tema *Legalização e Cidadania.*

No dia 17 de Fevereiro o ACIME, através do GATAIME, organizou a primeira Tertúlia de um Ciclo de Tertúlias previstas. Esta 1ª tertúlia destinou-se a todos os dirigentes associativos de associações de imigrantes. Entre os aspectos a debater, encontram-se os seguintes:

- direitos consagrados na lei que não são cumpridos, por desconhecimento das entidades competentes;
- aspectos que não estão consagrados na lei e representam factores de exclusão para os imigrantes;
- o papel e a responsabilidade das associações nestas questões.



2ª Tertúlia do Projecto EQUAL Vamos Utopiar subordinada ao tema *Participação Política dos Imigrantes.*

No dia 29 de Abril o ACIME, através do GATAIME, co-organizou esta 2ª tertúlia tendo sido debatidos os seguintes temas:

- Responsabilidade das Associações de Imigrantes no que respeita à luta pelos direitos políticos dos imigrantes;
- O direito de voto dos imigrantes;
- A participação política dos imigrantes junto do poder local.

A Força da Diversidade nas Empresas.

A 17 de Maio de 2006, o ACIME organizou com a UNESCO, este Workshop no âmbito das actividades da *Semana da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento.*

Conferência sobre O Barefoot College e a aquisição de competências para as tecnologias sustentáveis.

No dia 31 de Maio de 2006, o ACIME, em parceria com o Gabinete de Gestão da Iniciativa Comunitária da EQUAL, promoveu a realização de uma conferência de Sanjit Bunker Roy sobre a experiência do *Barefoot College*. A intervenção desta Escola é um exemplo maior de *empowerment*, de desenvolvimento rural, de empreendedorismo, de valorização de saberes tradicionais, de aplicação das novas tecnologias, de utilização de energias alternativas, de sentido ecológico, de trabalho em equipa.

Seminário sobre Produtos e Serviços Bancários para Imigrantes.

Ciente de que o acesso aos diferenciados serviços e produtos bancários consubstancia uma verdadeira manifestação de cidadania, tem o ACIME vindo a desenvolver uma crescente preocupação com as dificuldades sentidas pelos cidadãos estrangeiros nesta matéria. Apesar dos imigrantes corresponderem a um grupo a que determinadas entidades bancárias começaram a prestar especial atenção, o certo é que ao crescente número de cidadãos estrangeiros em Portugal nem sempre tem correspondido uma adaptação e flexibilização por parte dos bancos. Por essa razão o ACIME decidiu fazer do tema *Produtos e Serviços Bancários para Imigrantes*, o centro de uma reflexão e análise no seminário, no dia 21 de Junho no Centro Cultural de Belém.



Seminário de apresentação do relatório Internacional da OCDE *International Migration Outlook* (SOPEMI 2006).

No sentido de promover um melhor conhecimento acerca das tendências migratórias Internacionais e das experiências de outros países de acolhimento em matéria de políticas de integração de imigrantes, o ACIME promoveu, no dia 2 de Novembro de 2006, a apresentação do relatório Internacional da OCDE acerca das principais tendências migratórias internacionais. Este seminário contou com a presença de Jean-Pierre Garson, Head of Non-Member Economies and International Migration Division da OCDE.

4ª Tertúlia do Projecto EQUAL Vamos Utopiar subordinada ao tema Empreendedorismo Imigrante.

No dia 11 de Novembro de 2006 o ACIME co-organizou esta 4ª tertúlia, tendo sido debatidos os seguintes temas:

- Especificidades jurídicas do empreendedorismo imigrante;
- Financiamento às iniciativas empresariais dos imigrantes;
- Papel do associativismo empresarial português no apoio à criação de oportunidades a imigrantes;
- Perspectivas futuras da estrutura empresarial imigrante em Portugal.

7.4.5. Participação em Conferências, Colóquios, Seminários.

Procurando trocar experiências e aprender com outras entidades, o ACIME participou em vários seminários, colóquios e conferências:

- Apresentação da comunicação “Educação Inclusiva/Comunidades de Prática” no 4º Encontro Transnacional do Projecto *Compractice / Socrates-Comenius: Comunidades de Prática na Escola*, realizado na Universidade de Manchester entre os dias 17 e 19 de Novembro de 2005.
- Participação na Reunião Transnacional do Projecto INTI *Success Through Migration* entre 28 de Abril e 3 de Maio de 2006 em Roma.
- Participação na *Second Peer Review Exchanges Workshop* do projecto *LAP & RAP: Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion*, entre 3 e 6 de Maio de 2006, Roma.



- Participação, desde Maio de 2006, nas reuniões da *Informal Experts' Workshop on Gaining from Migration*, organizado pelo Development Centre – OCDE, Paris, França.
- Apresentação da comunicação “Comunidades de Prática para uma Escola de Qualidade para Todos” no 5º Encontro Transnacional do Projecto *Compractice / Socrates-Comenius*, realizado na Universidade de Burgos no dia 7 de Maio de 2006.
- Participação a 10 de Maio de 2006, em Bruxelas, na reunião da Rede da Comissão Europeia sobre *Ethnic Minority Entrepreneurs*. O ACIME coordena esta rede europeia desde 2004.
- Apresentação da comunicação “*Defining and Gauging Integration*” no Painel I sobre “*What is meant by Integration in Today's World?*”, do *Intersessional Workshop on Migrants and the Host Society: Partnerships for success, International Dialogue on Migration*, organizado pela OIM, que teve lugar entre 12 e 13 de Julho em Genebra.
- Participação na *Brainstorming Meeting on Heath and Migrations in the EU* de preparação à Presidência Portuguesa da União Europeia para o 2º Semestre de 2007 sobre *Heath and Migrations in the European Union*, entre 17 e 18 de Julho de 2006, em Lisboa.
- Participação no Encontro Ibero-Americano sobre Migrações, que teve lugar em Madrid entre 18 e 19 de Julho.
- Apresentação de comunicação no Painel “*Europe: Multicultural or Fortress?*” do *Seminário Internacional Young Women against Racism and Xenophobia for Inclusion, Diversity & Peace*, que teve lugar entre 16 e 22 de Julho de 2006, em Coimbra.
- Entre 7 e 8 de Setembro, participação na *European Conference on Active Participation of Ethnic Minority youth in society*, que teve lugar em Copenhaga – Dinamarca. Esta conferência foi organizada pelo Ministério de Imigração e Integração da Holanda e o Ministério de Refugiados, Imigração e Integração da Dinamarca.
- Apresentação de comunicação no Workshop 3 *Successful Migration and Integration do First Forum on Europe's Demographic Future*, organizado pela Comissão Europeia, que teve lugar entre 30 e 31 de Outubro de 2006 em Bruxelas.



- Entre Outubro de 2005 e Setembro de 2006, o ACIME participou nos Workshops Transnacionais do projecto INTI - I3: Indicadores de Integração de Imigrantes de Países Terceiros (em Haia, Berlim e Madrid).
- Participação na 3ª *Peer Review Exchanges Workshop do Projecto LAP & RAP – Developing a methodological framework for developing Local and Regional Plans for Social Inclusion*, que teve em Lisboa a 16 e 17 de Novembro de 2006. Reunião organizada pelo Instituto de Segurança Social.
- 22 de Novembro de 2006 em Haia, Holanda – O ACIME participou e moderou o Workshop “*Savings and Investment in the Country of Origin from a household perspective*” da *Third International Policy and Expert Meeting on Migration, Entrepreneurship and Development*, organizada pela IntEnt.
- 12 e 13 de Dezembro de 2006 em Algeciras, Espanha – O ACIME participou na *Quinta Conferencia Ministerial sobre Inmigración en el Mediterráneo Occidental*. A Conferência foi organizada pela Secretaria de Estado de Imigração e Emigração do Ministério de Trabalho e Assuntos Sociais de Espanha.
- Apresentação de comunicação e moderação de Workshop sobre os factores protectores de situações de marginalidade no Colóquio Olho Clínico e não só!, organizado pela Comissão da Protecção de Menores/Centro Saúde Óbidos, realizado no dia 6 de Janeiro de 2006.
- Apresentação de comunicação acerca da formação intercultural e materiais pedagógicos no Painel A Educação no Contexto Multicultural, organizado pela DGIDC-ME. Este encontro realizou-se no espaço Noesis no dia 16 de Março de 2006.
- Apresentação de comunicação numa mesa sobre “Políticas de Intervenção em Contexto Escolar”, no Seminário Diálogos sobre o Preconceito, Imigração e integração, organizado pelo ISCTE no dia 3 de Maio de 2006.
- Participação no 1º Encontro Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras sobre A cidade é educadora, realizado na Câmara Municipal de Vila Real nos dias 18 e 19 de Maio de 2006.
- Apresentação da comunicação “Desistir da escola, porquê?: o abandono escolar precoce, suas causas e efeitos nos projectos de futuro dos jovens”, no Encontro Motivação, Inclusão, Inovação, organizado pelo Centro de Formação de Professores de Almada no dia 24 de Maio de 2006.



- Participação no seminário “Fintar a Exclusão: painel sobre as experiências no terreno”, que teve lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação em Lisboa, no dia 29 de Maio de 2006.
- Entre Maio e Dezembro de 2006, o ACIME participou nas sessões de trabalho dos Workshops realizados no âmbito das actividades do Fórum Imigração, organizados pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este processo de debate teve como objectivo a formulação de linhas de orientação e recomendações sobre as várias componentes de uma política de imigração no plano internacional e no plano nacional. Os resultados terão a sua apresentação formal na conferência internacional “Imigração: oportunidade ou ameaça”, que se realizará em Lisboa a 6 e 7 de Março de 2007.
- Apresentação da comunicação “Valorização da cultura e da língua materna” no 1º Colóquio Internacional sobre a cultura e a língua Fula em Portugal e na Europa, organizado pela Associação Polar, realizado no dia 16 de Setembro de 2006.
- Participação no Seminário organizado pelo CES – Universidade de Coimbra, realizado a 9 de Outubro de 2006: *Intercultural Competence for Professional Mobility*.
- “Perspectivas sobre acolhimento em contexto educativo”: Apresentação de material pedagógico, realizado na Escola Superior de Educação de Lisboa a 24 de Outubro de 2006.
- Apresentação da comunicação “Acolher e Integrar: repensar contributos” no Workshop A Problemática da Integração dos Descendentes Cabo-verdianos na Diáspora, promovido pelo Instituto das Comunidades de Cavo Verde, realizado no dia 27 de Outubro de 2006.
- Painel *Contributos da Sociedade Civil para a Saúde II: Migrações e Saúde*, moderado pelo Alto-Comissário, realizado no âmbito do Fórum Nacional de Saúde, que decorreu no dia 3 de Novembro de 2006.
- Apresentação da comunicação «Educação intercultural: um percurso revisitado» na Conferência Artigo 13º - *Encontro sobre Migrações*, organizado pela Câmara Municipal de Loures a 16 de Novembro de 2006.



7.5. Grupos de Trabalho Temáticos ACIME

7.5.1. Grupos de Trabalho Estudantes Estrangeiros Universitários

O número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal tem vindo a aumentar nos últimos anos. Entre os anos lectivos de 1999/2000 e 2004/2005 registou-se um crescimento de 65,7% do número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino Politécnico e Universitário, público e privado (de 10.616 para 17.594). A maioria desses estudantes estrangeiros chega de países CPLP, principalmente de Angola (24,2% do número total de estrangeiros inscritos no último ano lectivo), Cabo Verde (21,8% em igual período) e Brasil (10,2%).

Com o intuito de promover a melhor integração destes imigrantes em Portugal de forma a garantir o seu sucesso académico, o ACIME dinamizou durante o último ano um grupo de trabalho com várias entidades:

- ACIME;
- IPAD;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Fundação Cidade de Lisboa;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- ISU: Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária;
- Centro de Apoio Escolar S. Pedro Claver dos Leigos para o Desenvolvimento;
- Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa;
- AGUIPA;
- Associação Bolonha;
- Associação de Apoio ao Estudante Africano.

Este grupo reuniu-se 3 vezes nas instalações do ACIME nas seguintes datas: 20 de Janeiro, 11 de Maio e 6 de Julho. Os principais resultados das actividades deste grupo de trabalho foram:

Brochura:

Com o intuito de informar os estudantes estrangeiros acerca dos seus direitos e deveres na sociedade portuguesa, o ACIME produziu e publicou, em Julho de 2006, uma brochura intitulada *Queres Estudar em Portugal?* com informação útil e necessária para o acolhimento e integração dos estudantes universitários recém-chegados (vd. capítulo 2.2.).



Em articulação com o IPAD, o Instituto de Solidariedade Universitária (ISU) e os Leigos para o desenvolvimento, parceiros deste grupo de trabalho, a brochura foi distribuída nos países dos PALOP durante o mês de Agosto e Setembro.

Dia de Acolhimento do Estudante Universitário Estrangeiro:

Na sequência do compromisso assumido no Grupo de Trabalho ACIME sobre Estudantes Estrangeiros do Ensino Superior, o ACIME organizou o Dia de Acolhimento do Estudante Universitário Estrangeiro no dia 24 de Outubro de 2006.

Esse foi um dia especialmente dedicado ao acolhimento de todos os estudantes universitários estrangeiros em Portugal. No Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa foram promovidas várias iniciativas:

- (1) o Gabinete de Educação dedicou o dia especialmente ao atendimento dos estudantes universitários;
- (2) o ACIME ofereceu a todos os estudantes que vieram ao CNAI um Kit de Boas-Vindas;
- (3) às 17:30 teve lugar um Magusto com espectáculo musical. Esta festa pretendeu promover essencialmente o convívio e o conhecimento mútuo por parte dos estudantes.

Para divulgar este evento o ACIME produziu e distribuiu um postal através dos canais do postal free, situados em locais de lazer (bares, discotecas e cafés) e em universidades e politécnicos.



7.5.2. Grupos de Trabalho Saúde e Imigração

A proporção e diversidade dos fluxos imigratórios para Portugal têm vindo a apresentar novos desafios ao sistema de saúde português. Neste âmbito, e atendendo ao facto de que as migrações têm importantes implicações na saúde individual dos migrantes e na saúde pública das populações de acolhimento, o ACIME decidiu criar um grupo de trabalho sobre saúde e imigração, com especial enfoque aos doentes estrangeiros presentes em Portugal com uma junta médica.

O direito à saúde constitui um direito humano fundamental, independentemente da nacionalidade, língua, religião ou convicções políticas. A protecção da saúde de todas as pessoas é sinal distintivo de um estado civilizacional superior. Neste contexto, o ACIME criou em Dezembro de 2005 um grupo de trabalho, com uma rede de parceiros, com o intuito de promover o direito e o dever de protecção da saúde de todos os imigrantes.

As entidades envolvidas neste grupo de trabalho são:

- Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável (AJPAS)
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)
- Gab. de Saúde da C.M. Loures
- Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS)
- C. Sagrados Corações
- Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM)
- Alto Comissariado da Saúde
- Médicos do Mundo - Dpto. Ajuda Humanitária
- As. Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural (PROSAUDESC)
- Serviço de Acolhimento de Doentes dos Açores (SADEL)
- Cáritas Portuguesa
- OIM: Organização Internacional para as Migrações
- Centro Padre Alves Correia -CEPAC
- Instituto dos Irmãos São João de Deus
- Embaixada de São Tomé e Príncipe
- Embaixada de Cabo Verde
- Embaixada da Guiné-Bissau
- Embaixada de Moçambique
- Embaixada de Angola
- Dir. Geral de Saúde



- Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural (APPPT)
- Associação Beneficência Luso-Alemã (ABLA)
- Associação de Pais e Doentes com Hemoglobinopatias (APPDH)
- Associação Caboverdeana
- Sub Região da Saúde de Lisboa
- Gab. de Saúde do CNAI

Este grupo reuniu-se 2 vezes nas instalações do ACIME nas seguintes datas: 26 de Janeiro de 2006 e 22 de Maio de 2006.

Os principais resultados das actividades deste grupo de trabalho foram:

Projecto de Centro de alojamento de Doentes Deslocados

Na sequência de várias reuniões do grupo de Trabalho sobre Saúde e Imigração, onde foram identificadas as grandes dificuldades sentidas por doentes evacuados (com junta médica) ao abrigo dos Acordos de Cooperação e os PALOP no domínio da saúde em Portugal, o ACIME sentiu a necessidade de criar soluções alternativas às que existentes para ajudar a resolver o problema do alojamento destes doentes em regime ambulatorio.

Assim sendo, o ACIME tem estado a dinamizar parcerias com o intuito de ser criado um centro de alojamento para doentes imigrantes que necessitam de permanecer em Lisboa por períodos de tempo correspondentes à prestação dos cuidados de saúde, previstos na cooperação estabelecida entre Portugal e os PALOP (para mais detalhes acerca desta iniciativa vd. capítulo 6.9.2).

7.5.3. Integração no Mercado de Trabalho

O ACIME criou este grupo de trabalho em Abril de 2006 com o intuito de:

- Promover a reflexão acerca dos desafios que se colocam à integração dos imigrantes no mercado de trabalho português;
- Recensear e divulgar exemplos de boas práticas;
- Recensear recomendações para promover a integração dos imigrantes no mercado de trabalho português;
- Acompanhar e monitorizar actividades que promovem a integração laboral dos imigrantes (e.g. Redes UNIVA/ACIME em bairros vulneráveis, Centro de Empreendedorismo Imigrante);



- Promover o debate e acções com recurso aos meios de comunicação (e.g. organização de Conferência Nacional sobre a Integração dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Português em 2007 – no âmbito do Ano da Igualdade de Oportunidades);
- Colaborar na realização do relatório português para a OCDE (Directorate for Employment, Labour and Social Affairs) sobre a integração dos imigrantes no mercado de trabalho português.

Este grupo reuniu-se 4 vezes nas instalações do ACIME nas seguintes datas: 12 de Abril, 23 de Maio, 25 de Setembro e 2 de Novembro. Os principais resultados das actividades deste grupo de trabalho em 2006 foram:

The Integration of immigrants into the labour market: the case of Portugal

Reconhecendo a importância de uma avaliação externa acerca dos desafios que se colocam à integração dos imigrantes no mercado de trabalho português, o ACIME está a apoiar a realização do estudo da OCDE acerca de Portugal.

Este estudo promovido pela OCDE - *Directorate for Employment, Labour and Social Affairs – DELSA*, surge na sequência de outros relatórios, também produzidos por esta entidade, acerca da integração de imigrantes no mercado de trabalho de vários países (e.g. Suécia, Austrália, Alemanha, Dinamarca, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Reino Unido).

Procurando promover o debate e aprofundar o conhecimento acerca deste tema, o ACIME promoveu, a 2 de Outubro de 2006, a primeira reunião de trabalho entre os responsáveis pela realização do estudo – Jean-Pierre Garson e Georges Lemaitre – e especialistas e representantes de instituições nacionais:

- ACIME, Alto-Comissário;
- Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Dra. Mafalda Durão Ferreira;
- INE, Dra. Cláudia Pina;
- UGT, Dr. José Cordeiro;
- DGEEP, Dra. Joana Figueiredo;
- Confederação da Indústria Portuguesa, Dra. Sofia Baião Horta;
- Direcção Geral dos Assuntos Multilaterais, Dra. Ana Trincão;
- SOPEMI Portugal, Professor Jorge Malheiros;
- Professor João Peixoto, SOCIUS – ISEG;
- Gabinete de Estudos, Estatísticas e Relações Internacionais - ACIME, Dra. Catarina Reis Oliveira;
- Dr. Lourenço Xavier Carvalho, investigador.



7.5.4. Grupo de Trabalho Habitação

O acesso à habitação é uma das necessidades fundamentais para qualquer imigrante no seu processo de integração. Neste contexto, o ACIME considerou prioritário criar um grupo de trabalho dedicado ao aprofundamento, debate e desenvolvimento de estratégias tendentes à resolução de problemas dos imigrantes relacionados com o acesso à habitação.

Foram definidos como parceiros centrais deste grupo de trabalho as seguintes instituições:

- Instituto Nacional de Habitação (INH);
- Secretaria de Estado do Ordenamento do Território;
- Segurança Social;
- Autarquias de Amadora, Cascais e Loures;
- Associação Unidos de Cabo Verde
- Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira
- Centro Social do Bairro 6 de Maio
- Associação Solidariedade Imigrante

Em 2006 o Grupo de trabalho centrou-se em três áreas distintas de intervenção e preocupação:

Definição de uma proposta de programa de apoio à procura de habitação (PAHAB):

O ACIME promoveu a constituição de um grupo de trabalho, que na vertente da habitação estudasse a questão dos desalojamentos efectuados no âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER). Das reuniões deste grupo de trabalho resultou a criação de um Programa de Apoio à Procura de Habitação (PAPHAB) feito a pensar em todos os imigrantes que foram deixados fora do âmbito de aplicação do PER.

Uma das formas de intervenção do PAPHAB implica o apoio social e técnico ao imigrante na procura de habitação e no financiamento parcial da renda. Neste contexto foi constituído o Gabinete de Apoio à Habitação, a funcionar no CNAI de Lisboa.

Programa de incentivo ao arrendamento jovem (IAJ):

No que concerne à evolução de admissão de candidaturas ao IAJ (Incentivo ao Arrendamento Jovem), por parte de cidadãos estrangeiros, e na sequência de reuniões com a equipa jurídica da direcção do INH, foi criado um



memorando que seguiu para esta entidade, em que se chegou a uma definição jurídica do cidadão estrangeiro, destinatário do IAJ.

Preparação e envio de um parecer às várias Câmaras acerca do acesso dos imigrantes às habitações sociais:

Foi estudada a possibilidade dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal acederem aos concursos para atribuição de habitações sociais, tendo sido enviado um parecer jurídico acerca desta temática às várias Câmaras Municipais.

Ressalta-se ainda a assinatura de um protocolo entre o ACIME e o INH, com vista à divulgação do papel deste Instituto, que contribua para a informação dos utentes acerca dos programas e apoios na área da habitação, através do funcionamento do GAH (Gabinete de Apoio à habitação).

7.5.5. Grupo de Trabalho Descendentes de imigrantes

A integração dos descendentes de imigrantes tem vindo a definir-se em diferentes sociedades de acolhimento como uma das principais dificuldades. O ACIME reconhece que este aspecto merece uma atenção prioritária, pois aí se revela um dos maiores insucessos da integração das famílias imigrantes.

No final de 2005, um acontecimento amplamente divulgado nos meios de comunicação social como o “fenómeno do arrastão de Carcavelos” lesou a imagem deste segmento da população, e tornou premente a necessidade de auscultar o mesmo e promover um conjunto de iniciativas que, concebidas em articulação com os próprios descendentes, pudessem construir uma imagem positiva dos mesmos na sociedade portuguesa. Em resultado, foi criado em 2005 o Grupo de Trabalho para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes, com o objectivo de promover um espaço de partilha de experiências e informação, de identificação de problemas, criação de soluções conjuntas e de organização de actividades.

Este grupo, de carácter informal, integra um conjunto de 15 jovens descendentes de imigrantes, com perfis de liderança comunitária e experiência de participação cívica e associativa, provenientes de vários territórios localizados na área metropolitana de Lisboa onde a população imigrante assume expressão significativa.

Entre Outubro de 2005 e Dezembro de 2006 o grupo realizou 8 reuniões, com uma regularidade aproximadamente bimestral, onde foram debatidas questões como:

- a imagem pública dos descendentes de imigrantes;
- a relação com as forças de segurança;



- os constrangimentos no acesso ao trabalho;
- a integração escolar;
- o acesso à prática desportiva;
- o acesso à nacionalidade portuguesa;
- as relações entre os bairros de residência onde a vulnerabilidade social converge com uma presença expressiva dos jovens descendentes de imigrantes.

A primeira iniciativa deste grupo realizou-se, como já foi referido anteriormente, no dia 24 de Maio de 2006, no Auditório da Assembleia da República e consistiu num seminário dedicado ao tema “Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa”. Com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para o reconhecimento da diversidade, da capacidade de integração e de construção de percursos de sucesso, o seminário teve como conferencistas os próprios descendentes de imigrantes, que puderam dar os seus testemunhos, opiniões e reivindicações, em áreas fundamentais de integração na sociedade portuguesa tais como a escola, o trabalho, a cultura e a participação cívica.

O Seminário contou ainda com a presença do Ministro da Presidência e de vários Deputados da Assembleia da República, em representação dos diferentes Grupos Parlamentares.

A auscultação dos jovens descendentes de imigrantes através deste Grupo de Trabalho capitalizou-se também, por parte do ACIME, em medidas concretas de promoção da inclusão, na formulação de documentos como o Plano para a Integração dos Imigrantes.

Em torno das questões assinaladas nas reuniões realizadas, e com o objectivo de fomentar o trabalho de parceria, o espírito de grupo e o reconhecimento mútuo entre as organizações e os jovens residentes nos diferentes bairros, têm-se vindo a esboçar um conjunto de outras iniciativas a concretizar futuramente, que incluem:

- um torneio de futebol inter-bairros;
- uma compilação de projectos musicais;
- um programa de formação de capacitação para a intervenção, envolvendo os jovens participantes no grupo;
- um seminário realizado em parceria com a Polícia de Segurança Pública, intitulado “Construindo Relações de Proximidade: Policiamento e Participação Cívica de Imigrantes e seus Descendentes”, visando construir e incentivar relações de confiança e cooperação entre as forças policiais e os descendentes de imigrantes, e que se realizará no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no dia 22 de Janeiro de 2007.



7.5.6. Grupo de Trabalho Investigadores que trabalham sobre imigração e minorias étnicas

Seguindo uma vez mais a filosofia de conhecer mais para agir melhor, o ACIME, através do Observatório de Imigração, decidiu promover algumas actividades para estimular o diálogo entre a comunidade científica, divulgando os seus trabalhos:

Reunião com Jovens Investigadores

A 18 de Maio de 2006, o ACIME promoveu uma reunião com jovens investigadores (privilegiadamente com mestrado) que trabalham sobre imigração e minorias étnicas em Portugal. Neste encontro foram apresentadas algumas iniciativas integradas no plano de estudos do Observatório da Imigração.

Ficha do Investigador:

Em Maio de 2006 foi disponibilizado no sítio www.oi.acime.gov.pt um formulário de registo de investigadores para a divulgação dos trabalhos realizados.⁶

7.5.7. Grupo de Trabalho sobre o Ensino do Português para estrangeiros

Sendo o conhecimento e domínio da língua portuguesa uma ferramenta fundamental no processo de acolhimento e integração de imigrantes na sociedade portuguesa, o ACIME criou um Grupo de Trabalho sobre aprendizagem do Português.

Através deste grupo o ACIME pretende:

- Incentivar e dinamizar iniciativas que facilitem o acesso à aprendizagem do Português como língua estrangeira;
- Reflectir sobre a didáctica específica do Português como língua não materna, no quadro de políticas públicas integradas de educação intercultural;
- Ajudar na elaboração de novos manuais para o Ensino do Português adequados aos estrangeiros que se encontram em Portugal;
- Criar uma plataforma de diálogo entre as instituições que oferecem cursos de português para estrangeiros, divulgando as suas actividades.

6. Ficha disponível em <http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=Teses>



Encontra-se em preparação um protocolo de cooperação entre o Instituto Camões e o ACIME, com o intuito de facilitar o acesso à plataforma de aprendizagem em linha do Instituto Camões para as actividades de formação e ensino à distância. Em contrapartida, o ACIME colaborará com o Instituto Camões na promoção de iniciativas que favoreçam a utilização da cultura e língua portuguesas.

Em Janeiro de 2007, em colaboração com a rede de parceiros deste Grupo de Trabalho, o ACIME irá dar início aos cursos de Português para Estrangeiros nas instalações do CNAI e dos CLAIS.

7.5.8. Grupo de Trabalho sobre Mediadores sócio-culturais

Reconhecendo o papel fundamental que os mediadores sócio-culturais têm nos processos de integração dos imigrantes, o ACIME criou um grupo de trabalho com o intuito de construir referenciais de formação e estudo do perfil e funções dos mediadores sócio-culturais em Portugal.

Este grupo de trabalho, coordenado pelo ACIME, tem por objectivo:

- promover a reflexão e discussão acerca da heterogeneidade das habilitações literárias dos mediadores e do enquadramento profissional dos mesmos. Nesse contexto o Grupo de Trabalho defende a necessidade de serem criadas estruturas que garantam uma formação contínua e mais consistente dos mediadores.
- reflectir sobre os eixos comuns relativos ao conceito de mediação sócio-cultural.

Foram definidos como parceiros centrais deste grupo de trabalho as seguintes instituições:

- Associação Cultural Moinho da Juventude;
- Conselho Português para os Refugiados;
- Instituto de Apoio à Criança – Projecto Rua;
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Direcção Regional de Educação de Lisboa;
- Associação Mediar.

Com o intuito de aprofundar o trabalho em torno das propostas de referenciais de formação técnico profissionais elaboradas pelo ACIME e a Associação Mediar, realizaram-se sete reuniões de discussão e trabalho conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional - Direcção de Serviços de Desenvolvimento Curricular.



Também no âmbito deste grupo de trabalho ao longo de 2006 desenvolveram-se as seguintes actividades:

- Colaboração com várias associações e instituições públicas na construção do perfil e das competências do mediador sócio-cultural.
- Participação num grupo de trabalho com o IEFP para a construção dos referenciais de certificação dos mediadores.
- Colaboração na organização do encontro “Olhares sobre a mediação”, em parceria com a Associação Mediar, com o objectivo de sensibilizar e divulgar a temática da mediação, partilhando experiências com diversas associações de terreno e criando, assim, um espaço de discussão e reflexão.

7.6. Participação em Grupos de Trabalho Externos

7.6.1. Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Imigração e Demografia - INE

Dando continuidade aos trabalhos do mandato anterior, entre Setembro e Dezembro de 2005, o ACIME participou nas actividades do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Imigração e Demografia, promovido pelo Conselho Superior de Estatística do Instituto Nacional de Estatística.

No âmbito deste Grupo de Trabalho foi produzido um Relatório na área das estatísticas das Migrações Internas e Internacionais e apresentado um conjunto relevante de recomendações dirigidas a diversas entidades, entre as quais o ACIME, com o intuito de ser alargada a cobertura e aperfeiçoada a qualidade da informação actualmente disponibilizada para caracterizar as migrações internacionais e internas.

Dando continuidade aos trabalhos deste grupo, o ACIME, em parceria com o INE, tem vindo a conceder máxima atenção às recomendações a si dirigidas no âmbito das Migrações Internacionais, na componente da imigração e população estrangeira. Em particular, o ACIME tem vindo a proceder à identificação das dimensões associadas ao fenómeno imigratório e respectivos indicadores, com vista ao aprofundamento do conhecimento e avaliação desta realidade.

7.6.2. Gaining from Migration - OCDE

A OCDE promoveu em 2006 a criação de um grupo de trabalho acerca dos ganhos das migrações. Para o devido efeito foram convidados vários especialistas internacionais da área da imigração, entre eles, o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. O ACIME participou nas duas reuniões de especialistas que tiveram lugar na sede da OCDE, Paris.



7.6.3. Grupo de Trabalho de Preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia sobre Saúde e Migrações

Tendo em conta a área temática privilegiada – saúde e migração – para a próxima presidência portuguesa da União Europeia, a decorrer no segundo semestre de 2007, o ACIME foi convidado a participar no grupo de trabalho de preparação das actividades.

A 18 de Julho o ACIME participou na primeira reunião de trabalho internacional acerca de *Health and Migration in the European Union*, promovida pelo Alto Comissariado para a Saúde.

7.6.4. Fórum Gulbenkian Imigração

No âmbito do Cinquentenário da Fundação Calouste Gulbenkian, o seu Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano decidiu organizar, entre Junho de 2006 e Março de 2007, o Fórum Imigração como uma das suas iniciativas prioritárias. O ACIME foi convidado para parceiro na planificação e preparação desta iniciativa que contempla uma série de eventos: seminários, workshops, conferências e um programa de artes e de cultura artística.

7.6.5. Grupo de Trabalho de Preparação do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural

A Comissão Europeia declarou 2008 como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, que assentará na riqueza e na diversidade de uma série de projectos concretos a realizar através de programas e de outras acções comunitárias onde os domínios da cultura, da educação e da cidadania serão pontos chave. Pretende-se que o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural” constitua, para além do seu efeito multiplicador, um instrumento único de sensibilização dos cidadãos e, nomeadamente, dos jovens, para esta problemática.

Perante esta proposta, durante 2006, o ACIME integrou um grupo de trabalho com organismos do Ministério da Cultura.



7.7. Centro de Documentação do ACIME

O Centro de Documentação do ACIME, com a coordenação do Gabinete de Estudos e Estatísticas, tem como principais objectivos:

- Recolher e disponibilizar informação, geral e especializada, sobre as temáticas da Imigração, Minorias Étnicas e Inter/Multiculturalidade, produzida em Portugal e no estrangeiro, sobre a realidade portuguesa.
- Apoiar todos aqueles que trabalham ou se interessam pelas questões relacionadas com a Imigração, Minorias Étnicas e Interculturalidade.

7.7.1. Horário e localização

Este espaço, partilhado com o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas (GATAIME), funciona terças e quintas-feiras, das 13h00 às 16h30, com marcação prévia. Nos outros dias e horários, a área de trabalho reservada ao público, destina-se às associações de imigrantes.

O Centro de Documentação situa-se no primeiro andar do edifício ACIME/CNAI, permitindo, logo na primeira visita dos seus utilizadores, uma interacção entre os clientes do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) e aqueles que procuram conhecer melhor o fenómeno da imigração e das minorias em Portugal.

7.7.2. Utilizadores

O público alvo do Centro de Documentação é sobretudo os investigadores, nacionais e estrangeiros, os professores, de todos os graus de ensino, os alunos do secundário, os estudantes do ensino superior, licenciandos, pós-graduandos, mestrandos e doutorandos, de todas as áreas, assim como os técnicos de todos os serviços que trabalham, directa ou indirectamente, com as pessoas imigrantes.

7.7.3. Acervo do Centro de Documentação

As publicações estão ordenadas pelos seguintes temas:

- migrações, minorias, direitos humanos, educação intercultural e diversidade cultural; combate à discriminação, racismo e xenofobia; exclusão, integração e mediação social e cultural; etnia cigana; estatísticas e publicações em série.



Todas as publicações e materiais editados pelo ACIME podem ser consultados neste espaço.

As temáticas com mais procura estão relacionadas com a integração dos imigrantes, dos seus filhos, netos e bisnetos, com ou sem nacionalidade portuguesa, com a saúde dos imigrantes, a sua educação, a sua estadia em Portugal, situação regular ou irregular, a sua participação a nível de emprego e economia portuguesa, as estatísticas, sobre todas as comunidades representadas em Portugal e a educação intercultural. Nota-se um aumento significativo da procura de alunos do Programa Erasmus e investigadores estrangeiros.

7.7.4. Objectivos

Na lógica dos princípios gerais, definidos pelo ACIME, o Centro de Documentação tenta sensibilizar para as barreiras que impedem uma integração plena dos cidadãos estrangeiros, para aqueles que a desejam, na sociedade portuguesa.

Ao facilitar o acesso aos trabalhos desenvolvidos pelos investigadores científicos, pelos centros e institutos de investigação ou pelos estudantes universitários, procuramos incentivar sempre novas abordagens, alargar os temas possíveis de estudo e ainda aprofundar outros.

O Centro de Documentação pretende ser sobretudo um espaço de trabalho que oferece informação, sob uma orientação atenta às necessidades dos utentes, mas onde o estudioso tem liberdade de acção e reflexão.

7.7.5. Atendimento

Para poder pesquisar e trabalhar no Centro de Recursos do ACIME, o visitante necessita de fazer uma marcação, tratando-se de um espaço com dupla função: espaço para as associações de imigrantes e para um público específico.

Este espaço dispõe ainda de um computador que permite consultar os sites do ACIME e do Observatório da Imigração.

No entanto, todas as publicações têm de ser consultados no local, muitas delas existindo apenas num único exemplar.



7.7.6. Atendimento não presencial

O Centro de Documentação atende ainda aos pedidos dos utentes por correio electrónico, telefone, fax e carta, para que a informação pretendida chegue da forma mais rápida e eficaz.

Esta é ainda outra forma do público especializado adquirir os materiais publicados e editados pelo ACIME.

7.7.7. Visitas de estudo

Este Centro, através do Gabinete de Estudos e Estatísticas, propõe ainda visitas de estudo guiadas ao ACIME. Estas visitas têm por objectivo aproximar todos os interessados do trabalho desenvolvido por esta casa, na sua constante procura de melhorar o serviço prestado às populações imigrantes e aos interessados nas questões relacionadas com as migrações.

Estas visitas são organizadas por um elemento do Gabinete, em parceria com a instituição que a solicitou, e têm normalmente a duração de uma manhã ou tarde.

7.7.8. Estágios

Durante este segundo mandato, o ACIME acolheu e acompanhou alguns estudantes universitários em estágios no Gabinete de Estudos e Estatísticas.

Estes estágios curriculares têm como função providenciar uma experiência profissional, onde o estudante acompanha, no terreno, algumas das temáticas relacionadas com a imigração em Portugal. Eles incluem a observação não participativa nalguns gabinetes do CNAI do trabalho dos mediadores sócio-culturais, mas centram-se sobretudo nas actividades regulares do Gabinete de Estudos e Estatísticas.

7.7.9. Distribuição e disseminação das publicações do ACIME

As várias colecções do ACIME estão todas disponíveis on-line, procurando-se desta forma facilitar a sua consulta.

No entanto, o ACIME tem procurado disponibilizar também todas as suas edições, ao público interessado, em locais estratégicos, como bibliotecas de universidades que dispõem de centros e institutos de investigação nas



áreas da imigração e das minorias, ou onde investigadores especializados leccionam.

O Gabinete de Estudos e Estatísticas envia ainda com regularidade as suas publicações aos especialistas, consoante o seu domínio de pesquisa ou investigação.

O Centro de Documentação, na sua função transversal com os diversos serviços do CNAI e os vários Gabinetes do ACIME, é um pólo da circulação de informação no edifício, através da distribuição do Boletim Informativo, de todos os folhetos e brochuras editadas pelo ACIME e de algumas publicações.







CAPÍTULO 8.

PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE







8.1. Gabinete de Educação e Formação (Entreculturas)

A partir de Setembro 2005 a equipa do Gabinete de Educação e Formação do ACIME passou a ser constituída por cinco pessoas: três técnicas do Ministério da Educação, uma professora e uma mediadora sócio-cultural.

Dando sequência ao trabalho desenvolvido anteriormente, este gabinete estruturou as suas actividades com base em três preocupações fundamentais:

(1) Aprofundar e inovar o trabalho do Gabinete. Com esse objectivo foram definidas as seguintes actividades:

- Criar novas linhas de intervenção, diversificando-as (em relação a temáticas, destinatários e parceiros);
- Aprofundar e sistematizar propostas teórico-metodológicas na formação para a intervenção em contextos de diversidade cultural;
- Qualificar novos formadores nas temáticas da Imigração e Interculturalidade;
- Lançar contributos para a temática do Diálogo entre culturas e civilizações;
- Sensibilizar a opinião pública para o Acolhimento e a Integração;
- Construir e fundamentar a intervenção na área da Mediação Sócio-cultural.

(2) Alargar a oferta formativa. Investiu-se na:

- construção do projecto Bolsa de Formadores que permitiu sistematizar uma base de dados alargada de instituições e pessoas potencialmente interessadas em formação nas temáticas de imigração e nas questões da aprendizagem intercultural;
- gerir e dinamizar os pedidos de formação que chegam ao Gabinete e encaminhá-los para a Bolsa de Formadores;
- disponibilizar de forma sistemática e orientada a formadores e instituições, materiais e recursos de suporte ao trabalho nas áreas da imigração e da interculturalidade.

(3) Disseminar de forma sistemática e continuada, projectos e actividades realizadas. Neste âmbito:

- editaram-se relatos de boas práticas, textos de fundamentação teóricos e materiais pedagógicos de apoio à formação;
- produziram-se materiais de suporte à actividade pedagógica intercultural;



- produziram-se pareceres, recomendações e guiões de orientação;
- promoveram-se iniciativas e encontros de partilha e reflexão nos domínios da gestão da diversidade, da interculturalidade e do apoio à integração de imigrantes.

8.2. Bolsa de Formadores

8.2.1. Enquadramento

O ACIME iniciou, no início de 2006, uma nova etapa no acolhimento e na integração dos imigrantes, numa perspectiva de estruturação e solidificação desse acolhimento. O projecto da criação de uma Bolsa de Formadores, na altura denominada equipa móvel de formação para o acolhimento e integração de imigrantes, surge no âmbito do Plano de Actividades do ACIME para 2006-2008, constituindo-se com uma das sete novas iniciativas estruturantes. Este projecto foi desenvolvido em parceria com uma instituição externa de formação – a Inducar.

8.2.2. Objectivos

Este projecto, que visa descentralizar o esforço de sensibilização e mobilização para a causa do acolhimento e integração, teve como principal objectivo, numa primeira fase, qualificar uma bolsa de técnicos especializados – cerca de 25 pessoas.

Estes formadores pretendem ser agentes de formação que intervém junto das mais diversas instituições que, em Portugal, são, directa ou indirectamente, implicados no processo de acolhimento e integração dos imigrantes – escolas, associações, hospitais, tribunais e organismos públicos e privados em geral.

8.2.3. Plano de Formação

O Curso de Formação de Formadores na área da Imigração, que capacitou os formadores de um conhecimento técnico e reflexivo sobre a imigração em Portugal, centrou-se em três grandes áreas: (1) Enquadramento Legal, (2) Acolhimento e Integração dos Imigrantes e (3) Educação Intercultural.



O seguinte quadro ilustra as etapas desse plano de formação.

Seminário 1	de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2006
Formação Observada no Terreno	de 4 a 15 de Fevereiro de 2006
Seminário 2	de 16 a 23 de Fevereiro de 2006
Formação Acompanhada no Terreno	de Março a Julho de 2006
Seminário 3	de 10 a 12 de Julho de 2006
Sessão de Balanço	30 de Outubro de 2006
Sessão de Encerramento	15 de Janeiro de 2007

A metodologia adoptada nesta formação baseou-se na motivação intrínseca do formando, sendo não-hierárquica por natureza. A formação foi concebida como um espaço de aprendizagem mútua, onde os participantes puderam experimentar e comparar diferentes abordagens à problemática da interculturalidade e da imigração em geral. Utilizaram-se um conjunto diversificado de métodos de aprendizagem – da intervenção plenária aos jogos e simulações, passando por trabalhos em pequenos grupos – e os participantes foram motivados a fazer uso do seu potencial criativo e de uma atitude crítica e reflexiva sobre a sua própria experiência pessoal.

8.3. Acções de Formação

8.3.1. No âmbito da Bolsa de Formadores do ACIME

Depois da capacitação de 23 formadores, em Março de 2006, a Bolsa de Formadores do ACIME tem vindo a realizar acções de formação em várias áreas, em diferentes regiões do país, e em parceria com diversas instituições - Autarquias, Escolas, Empresas, Associações, etc. Estas acções têm se centrado nos seguintes temas:

(1) *Acolhimento e Serviços Sociais*

Dar a conhecer o papel e o contexto de intervenção do ACIME ao nível das políticas públicas sobre acolhimento e integração de imigrantes em Portugal: O que já se faz? Como se faz? Quem envolver? Como podemos fazer parte deste processo?

(2) *Mitos e Factos*

Visa estimular a reflexão sobre “mitos e factos” associados à temática da Imigração. Centrando-se num conjunto de dados e informações sobre as questões socialmente mais sensíveis, pretende levantar a discussão sobre os estereótipos e preconceitos que envolvem esta temática.



(3) Lei da Nacionalidade

Visa apresentar o regime jurídico da nova lei da nacionalidade.

(4) Educação Intercultural

O objectivo é proporcionar uma reflexão sobre o processo de aprendizagem intercultural, visando discutir os desafios que se colocam perante a diversidade.

Ao longo de 9 meses de trabalho esta equipa realizou 186 acções de formação, num total de 438 horas, envolvendo 16215 participantes. O quadro seguinte sintetiza, em termos quantitativos, as acções de formação realizadas em 2006:

	Nº de formações	Nº de horas	Nº de participantes envolvidos
Mitos e Factos	56	120	6.336
Lei da Nacionalidade	40	100	3.196
Acolhimento e Serviços Sociais	29	61	2.218
Educação Intercultural	61	157	4.465
TOTAL	186	438	16.215

8.3.2. Acções de Formação dinamizadas pelo Gabinete de Educação e Formação

Ao longo do último ano, a equipa do Gabinete de Educação e Formação deu continuidade à sua participação em diversos tipos de actividades: acções de formação (longa e curta duração); apresentação de materiais pedagógicos e de formação que vão sendo publicados; participação em debates e apresentação de comunicações em seminários e conferências; acompanhamento de visitas de estudo ao CNAI; actividades de acompanhamento de projectos (discussão de trabalhos, levantamento e apresentação de diagnósticos, etc.) e formação contínua. O quadro em baixo apresenta, a distribuição dessas actividades:



ACÇÕES	N.º
Acções de Formação	23
Apresentações de materiais	6
Comunicações / Debates	18
Visitas de estudo	6
Acompanhamento de projectos	12
Formação Contínua	7

As grelhas a seguir apresentam e sintetizam a distribuição das acções por temática e por entidades onde foram realizadas.

Temáticas das Intervenções e perfil de participantes

ENTIDADES/TEMAS	Educação Intercultural	Educação Inclusiva / Comunidades de Prática	Apresentação de Materiais Pedagógicos	Tutorias – Elaboração de portfolio	Gestão da Diversidade	Mediação sociocultural	Português como 2ª língua
Escolas / Centros de Formação	*	*	*			*	
Universidades / Centros de Investigação	*	*	*	*	*	*	
Instituições Nacionais	*	*				*	*
Instituições Internacionais	*						
Câmaras Municipais	*					*	
Projectos	*						
ACIME	*		*				*



ENTIDADES/PERFIS	Investigadores	Professores/Educadores/ Formadores	Alunos	Público em geral	Técnicos	Responsáveis Políticos Europeus	Bolsa de Formadores	Mediadores CNAI	Associações	Instituições/Autarquias
Escolas / Centros de Formação	*	*	*		*		*			*
Universidades / Centros de Investigação	*	*	*		*		*			
Instituições Nacionais	*	*			*				*	
Instituições Internacionais		*								
Câmaras Municipais		*			*					*
Projectos		*	*		*	*				
ACIME	*	*	*	*			*	*	*	*

Coordenação e acompanhamento de estágios

Estes estágios inserem-se num processo de colaboração do Entreculturas com o Gabinete de Estágios do ISCTE, iniciado em 1998, tendo em vista proporcionar aos alunos oportunidades de contacto e intervenção acompanhada em contextos de trabalho, que, por seu lado, possam traduzir-se em mais valias para a instituição.

8.3.3. Acções de formação de longa duração

Curso pós-graduação Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática (e-learning) - PROGRAMA ESCOLHAS

Este curso, promovido em colaboração com o Departamento de História do ISCTE, decorreu através de uma plataforma de e-learning e incluiu cinco encontros presenciais – nacionais e/ou regionais -, combinando a aquisição de um quadro de referências fundamentado com uma formação baseada na reflexão e reformulação das práticas.

**Objectivos:**

- Desenvolver conhecimentos e competências para a intervenção local, maximizando as potencialidades oferecidas pela Internet e TIC;
- Construir redes e comunidades de agentes de desenvolvimento local, induzindo dinâmicas de participação e empowerment;
- Promover iniciativas que contribuam para reforçar a igualdade de oportunidades, bem como os princípios de coesão social.

Promotores:

- Parceria com o Programa ESCOLHAS, ISCTE, Associação EDUCOM e Associação Mediar.

Participantes:

- 87 técnicos de projectos de intervenção local – coordenadores de projectos aprovados no âmbito do Programa ESCOLHAS.

Duração:

- Formação: Novembro 2004 – Outubro 2005
- Processo de avaliação: conclusão em Abril 2006

Tipo de certificação atribuída:

- Curso de pós-graduação – 46 participantes
- Curso de especialização – 6 participantes

Características do curso:

Curso experimental, articulando formação a distância (e-learning) com seminários presenciais, partindo da dimensão social da aprendizagem e troca de experiências e valorizando metodologias activas de aprendizagem e reflexão sobre a prática.

A coordenação do curso na plataforma *Moodle* compreendeu:

- Dinamização de fóruns e esclarecimentos aos participantes e, em articulação com a Coordenação Científica do curso, definição de orientações e sugestões para a elaboração dos trabalhos finais, critérios e parâmetros para a avaliação
- Acompanhamento da formação e coordenação da equipa de facilitadores
- Concepção e organização dos encontros presenciais



- Acompanhamento à construção dos portefólios
- Articulação com a coordenação científica do ISCTE – planeamento, gestão e coordenação do processo de avaliação final dos trabalhos dos formandos
- Colaboração na avaliação de trabalhos finais (monografias -10)
- Acompanhamento e apoio a situações pontuais dos formandos
- Reuniões de coordenação com o responsável do Programa ESCOLHAS
- Elaboração de novo protocolo com a Associação EDUCOM
- Organização e participação na sessão de encerramento do curso e entrega de diplomas, no ISCTE .

Curso pós-graduação EQUAL Gerir Projectos em Parceria – ISCTE – Departamento de Sociologia (3ª edição) 2005/2006 – 19 participantes

Dando continuidade à colaboração entre o Gabinete de Educação e Formação do ACIME, o Departamento de Sociologia do ISCTE e o Programa EQUAL, decorreu, entre Dezembro de 2005 e Julho de 2006, a 3ª edição deste curso de pós-graduação.

O curso funcionou em regime presencial, misto – horário laboral e pós-laboral – com 19 participantes, técnicos de projectos EQUAL, tendo em vista a aquisição e/ou o reforço de competências transversais necessárias às práticas e à reflexão sobre projectos de intervenção local, contribuindo para a continuidade e auto-sustentação do trabalho desenvolvido no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL.

A equipa do ACIME assegurou:

- Concepção do 3º módulo de formação, Parceria, Cooperação e Comunidades de Prática
- Dinamização de sessões sobre Aprendizagem e Construção do *portfolio*
- Sessões de tutoria – orientação e acompanhamento à construção dos portefólios de aprendizagem
- Participação na sessão de avaliação geral com o Gabinete de Gestão EQUAL e as universidades envolvidas na organização dos cursos
- Colaboração na avaliação dos formandos (portefólios de aprendizagem).



8.4. Visitas de Estudo

A integração dos Descendentes de Imigrantes através das práticas educativas

No âmbito das actividades Pré-conferência, da 11th Conferência Internacional Metropolis, que decorreu em Setembro de 2006, realizou-se uma visita de estudo de um dia. Esta visita incluiu a visita às seguintes instituições: Escola EB 1 da Cova da Moura; Escola EB 2, 3 Prof. Pedro D'Orey da Cunha; Centro Social do Bairro 6 de Maio; Instituto de Apoio à Criança – Projecto Rua; Associação de Jardins-Escola João de Deus – Projecto Ludotecas João de Deus.

Esta iniciativa teve como objectivos principais proporcionar uma oportunidade para observar o contexto em que vivem as crianças de origem imigrante residentes nos Bairros 6 de Maio e Cova da Moura e promover o debate sobre as estratégias e as políticas locais adoptadas (ex. estratégias de acolhimento dos recém-chegados, relações entre os pais e a Escola, empenhamento dos alunos, criação de pontes entre comunidades).

Laps & Raps – O papel da Educação na promoção da inclusão a nível local

Visita de estudo no Bairro das Olaias, integrada no seminário do projecto transnacional Lap's & Rap's, da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, que incluiu uma visita à Associação Mediar e ao Projecto da Casa da Juventude, apoiado pelo Programa ESCOLHAS. Esta visita foi concluída com um workshop na EB 2,3 das Olaias, tendo em vista a reflexão sobre os projectos locais para a inclusão – 22 participantes (professores, técnicos e responsáveis políticos de vários países da Europa).

Visita ao CNAI para estudantes de Erasmus

Um grupo de estudantes universitários europeus e dos EUA a frequentar a Universidade Aberta, no âmbito do Programa ERASMUS, integrados num seminário pós-graduado sobre Interculturalidade, solicitaram uma visita ao ACIME. A visita foi seguida de um workshop sobre o papel da Educação Intercultural no processo de acolhimento e integração dos imigrantes e na construção de competências para a comunicação e cooperação intercultural – 16 participantes.



8.5. Projectos Europeus

8.5.1. Projecto Compractice – Programa Socrates/Comenius

Participação nas actividades de coordenação e desenvolvimento do projecto europeu «Compractice: Comunidades de Prática para o Desenvolvimento de Escolas de qualidade para todos».

Acompanhamento e facilitação da comunidade de prática “Aprender em colaboração na Escola” com a participação de professores e investigadores portugueses, que foram envolvidos pelo Gabinete de Educação e Formação do ACIME. Esta comunidade elaborou o estudo de caso “A Escola Verde” sobre a inclusão e participação dos alunos na EB 2, 3 Luís de Sttau Monteiro, Loures e uma recolha de imagens para a produção de um DVD sobre esta experiência (em preparação). Este DVD é promovido pelo projecto em parceria com o ACIME.

Participação em dois encontros transnacionais, na Roménia e em Espanha, e na elaboração de linhas orientadoras para a criação de um curso europeu sobre «Comunidades de Prática e o Desenvolvimento de Escolas de Qualidade para Todos».

8.5.2. Immigrant Pupils with SEN: Cultural Diversity and Special Needs Education (European Agency for Development in Special Needs Education)

Colaboração com a Direcção Geral para a Inovação e Desenvolvimento Curricular na elaboração de questionários para a identificação de descendentes de imigrantes portadores de deficiências, ao nível do sistema educativo. Participação em dois encontros organizados pela Agência Europeia, em Bruxelas, com vista à preparação e ao lançamento do projecto.

8.5.3. Projecto ICOPROMO - *Intercultural Competences for Professional Development* (Programa Leonardo da Vinci)

Participação neste projecto, que envolve cinco centros de investigação europeus (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal, Universidade de Göttingen - Alemanha, Universidade de Linz - Austria, Universidade de Jaén - Espanha, e Universidade de Cambridge - Inglaterra) através: da avaliação e testagem dos módulos de formação, da participação e debate em workshops e da apresentação da experiência desenvolvida no ACIME.



8.5.4. Rede Europeia das Cidades Educadoras

Participação no encontro em Vila Real, a convite da Câmara M. Lisboa, sobre Cidades Educadoras, com a apresentação da experiência de mediação sócio-cultural na EB 2,3 Pedro da Cunha, na Damaia.

8.6. Produção e divulgação de materiais

8.6.1. «Um livro... uma história... interculturais»

Este material pedagógico sugere que as histórias, através de universos de ficção, possam ser instrumentos de reflexão intercultural em si, partindo, por exemplo do seguinte conjunto de temáticas: «encontro com o outro», «aceitação das diferenças», «solidariedade, partilha e cooperação», «pensamento divergente» e «resolução de conflitos». Para além das sugestões de exploração, contém ainda uma lista de histórias, publicadas em Portugal, que podem servir esse fim.



8.6.2. Coleção «Percurso... em Nós»



A colecção «Percurso em... Nós» é composta por três DVD's e respectivos guias. Cada um contém um conjunto de peças do espólio do programa televisivo «Nós». São histórias, narrativas, fragmentos, alguns contados na primeira pessoa, outros constituem-se como experiências de inserção mais abrangentes. As sugestões de exploração do guia que acompanha cada um dos DVD's inserem-se numa perspectiva de aprendizagem cooperativa do «saber viver com».

Narrativas de Vida

A primeira parte desta colecção de DVD's engloba estórias das histórias de vida que são pequenos excertos, fragmentos narrados, contados na primeira pessoa, de experiências pessoais de mobilidade e inserção. As narrativas seleccionadas ilustram o dinamismo das inserções pessoais destes imigrantes, ou seja, num processo de troca, explicitam imagens representativas de acções de integração, acolhimento e gestão identitária: de si para si; de si para os outros e dos outros para si.



Celebração da Diversidade

À semelhança do primeiro conjunto de materiais desta colecção, este segundo, Celebração da Diversidade, tem como suporte histórias das histórias de vida de imigrantes ou seus descendentes, introduzindo, ainda, algumas experiências e vivências em famílias e organizações da sociedade de acolhimento.

As narrativas que aqui se propõem são formas de celebração da diversidade porque ilustram modos de integração social que permitem explorar, de forma positiva, o exercício da interculturalidade como forma de vida e de intervenção nas sociedades multiculturais.

Acolhimento

Neste volume sobre Acolhimento, damos voz a novas experiências. São relatos de quem foi acolhido no nosso país mas, sobretudo, são testemunhos de pessoas – imigrantes ou não - e de organizações e instituições do Estado envolvidas em projectos de acolhimento e inclusão. (...) A decisão de dedicar um DVD «Percurso... em Nós» às diferentes estratégias e relatos de boas práticas dos modos como o acolhimento se vem processando no nosso país, corresponde à necessidade de suscitar uma reflexão sobre a participação para a construção de uma cidadania plena. Neste sentido, a abordagem de Educação Intercultural adoptada nesta colecção baseia-se na compreensão das dinâmicas de envolvimento de cada um, enquanto elemento activo, participativo e reflexivo na sociedade.

8.6.3. Colecção «Estudos e Práticas»

A colecção «Estudos e Práticas» que pretende dar visibilidade a estudos de investigação-acção / relatos de boas práticas (de projectos, principalmente), com ilustração audio-visual, que demonstrem formas de gerir a diversidade na escola.

- «Cooperação Família-Escola – Um Estudo de Situações de Famílias Imigrantes na sua relação com a Escola»

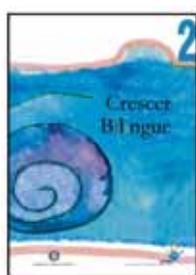
Este estudo apresenta o resultado de uma pequena prospecção de campo, realizada a partir da escola, em função da qual se apresenta uma série de propostas de medidas de acção facilitadoras da relação família-escola.





Os principais objectivos desse trabalho foram: analisar as formas de cooperação família-escola em escolas do ensino básico de população multicultural e as expectativas, representações e dificuldades das famílias de imigrantes na relação com as escolas que os seus filhos / educandos frequentam. Com base nessa análise, este trabalho considera um conjunto de propostas de medidas políticas a adoptar.

- «*Crescer Bilingue*»



Esta publicação constitui o relato dos resultados do Projecto «Nursery Policy and Practice Within a Bilingual Context» (1998 – 2000), sob a égide do Secretariado Entreculturas, na perspectiva de dar conta do trabalho feito (fundamentação, conclusões) e servir como ponto de partida para futuras aplicações noutros jardins de infância.

Constitui-se ainda como uma proposta de trabalho que visa criar uma cultura de multilinguismo no Jardim de Infância (desenvolvimento de atitudes de valorização das línguas, elaboração de materiais de apoio; sensibilização aos pais, etc).







CAPÍTULO 9.

QUESTÕES DE GÉNERO







Em contextos migratórios verifica-se que as mulheres imigrantes sofrem de uma dupla desvantagem: a desvantagem de ser mulher em relação ao homem, por um lado, e a desvantagem de ser imigrante em vez de autóctone.

Estas desigualdades podem ser reforçadas a montante pelo contexto do país de origem que, em alguns casos, define diferenças de género que constroem o acesso das mulheres a níveis de instrução e formação profissionais mais diferenciados. Neste contexto, as mulheres migrantes enfrentam limitações acrescidas no acesso a níveis de instrução e de formação profissional mais diferenciados e no acesso ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego é proporcionalmente mais alta nas mulheres migrantes que nos homens migrantes e as oportunidades de emprego para as mulheres migrantes estão muitas vezes limitadas aos segmentos menos qualificados e mal pagos (e.g. trabalho doméstico, limpezas).

Colocam-se neste domínio associado ao género alguns desafios que se prendem com a plena integração das mulheres em Portugal. Em resultado, o ACIME decidiu neste mandato promover algumas actividades neste âmbito:

9.1. Parcerias e Grupos de trabalho

9.1.1. Conselho para as Questões da Igualdade

Na área de Igualdade de Género, o ACIME tem participado nas reuniões do Conselho para as Questões da Igualdade, integrando a Equipa Interdepartamental da Presidência do Conselho de Ministros, que inclui também alguns membros da Secretaria Geral da PCM, do INE e do IPJ.

O tema principal da 1ª reunião, a 26 de Janeiro de 2006, foi a preparação do Plano Sectorial para a Igualdade da P.C.M., cuja agenda teve por base a análise das medidas estruturantes que constam no II Plano Nacional para a Igualdade 2003/2006 (PNI) e o “Estatuto e Funções das/os Conselheiros para a Igualdade”. A preocupação da ordem de trabalhos foi a identificação de medidas que possam vir a ser desenvolvidas no Plano Sectorial tendo em conta as áreas de maior impacto e de maior carência, e a aplicação da perspectiva de género no âmbito das competências de cada serviço.



Tendo cada instituição ficado de definir um Plano de Acção que integrasse as questões de “género” nas respectivas actividades, o ACIME propôs-se a:

- Inserir no sitio www.acime.gov.pt as questões de género, abordando situações específicas das mulheres imigrantes.
- Rever o proposto no ponto 3.3 Mulheres Migrantes e de Minorias Étnicas e Culturais das Medidas por Grandes Áreas de Intervenção (ver II PNI).
- Incluir o Programa Escolhas nas Medidas Estruturantes introduzindo a medida de género e nas Medidas por Grandes Áreas de Intervenção, no ponto 3.2 Pobreza e Inclusão Social (ver II PNI).
- Incluir o Projecto CAIM nas Medidas por Grandes áreas de Intervenção no ponto 3.4.2 (ver II PNI).

9.1.2. Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é já um fenómeno de grande dimensão ao nível do conhecimento e da intervenção em muitos países da União Europeia. Embora, em Portugal, ainda seja pouco visível esta problemática social, sabe-se da existência de situações que podem indiciar situações de tráfico: casos de mulheres submetidas a diferentes formas de coacção: ameaças, privação de liberdade, e/ou violência.

Em resultado, foi lançado o Plano de Acção de Combate ao Tráfico de Mulheres através do Projecto CAIM – Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão. Este projecto-piloto na área da Prostituição e Tráfico de Mulheres em Portugal, é financiado pela iniciativa Comunitária Equal e é alicerçado no II PNI – Plano Nacional para a Igualdade.

Coordenando as componentes de investigação, combate e controlo relativamente a este crime, e as componentes de apoio e protecção das vítimas, este projecto está a estudar as características e as dinâmicas do fenómeno do tráfico de mulheres e simultaneamente a desenvolver intervenções diversificadas, equacionando as respostas e os recursos para combater este fenómeno.

Parceiros: O Projecto CAIM exigiu a constituição de uma parceria múltipla dadas as diversas dimensões do problema. Em resultado, trata-se de um trabalho integrado, desenvolvido por diferentes Ministérios:

- Presidência do Conselho de Ministros, através da CIDM - entidade interlocutora do Gabinete de Gestão Equal – responsável pela realização de um estudo acerca do tema;
- Presidência do Conselho de Ministros, através do ACIME – entidade que contribuiu com o Serviço da Linha SOS Imigrante;



- Ministério da Justiça, responsável pelo levantamento comparativo da legislação europeia nestas matérias;
- Ministério da Administração Interna, responsável pela criação do Observatório Permanente de Segurança.

São também entidades parceiras:

- A Organização Internacional para as Migrações (OIM), responsável pela organização de campanhas de sensibilização e a organização de um seminário internacional sobre tráfico (a realizar em 2007, em Lisboa);
- A Associação para o Planeamento da Família (APF), através do Espaço Pessoa – Centro de Apoio a prostitutas e prostitutas da cidade do Porto – responsável pela organização de diversas acções de formação sobre o tráfico de mulheres, a criação de uma Casa de Acolhimento e a dinamização de uma Equipa Multidisciplinar de apoio a mulheres traficadas.

Período de execução do Projecto: Agosto/05 - Julho/07.

Actividades da responsabilidade do ACIME: No âmbito deste projecto o ACIME tem vindo a desenvolver várias iniciativas:

- Acções de Formação: 2 acções de formação sobre tráfico de seres humanos (em Lisboa e no Porto) a mediadores da Bolsa de Formadores do ACIME; 3 acções a técnicos de acção social de instituições públicas e privadas; 1 acção aos mediadores da linha SOS Imigrante;
- A Linha SOS Imigrante (ver capítulo 2.3) alargou o seu horário de atendimento até às 24h. A linha desempenha um papel muito importante, como serviço de emergência e de informação imediata, e encaminhamento adequado. O suporte deste serviço telefónico é assegurado por mediadores que falam diversos idiomas e que já receberam uma formação específica sobre as questões do tráfico;
- O ACIME está a preparar um folheto de divulgação que será traduzido em Francês, Inglês, Espanhol Russo, Ucraniano, Romeno e Chinês;
- No que respeita à identificação/sinalização das mulheres que se prostituem como potenciais vítimas de tráfico, os CNAI's e as Associações de Imigrantes, terão um papel preponderante. Neste âmbito, estão a ser preparadas, para o primeiro trimestre de 2007, acções de sensibilização/formação para mediadores.



Transnacionalidade do Projecto: levantamento e análise de documentos e estudos desenvolvidos, ao nível de cada país sobre as diferentes formas de tráfico humano. Uma leitura comparada sobre a legislação nos diferentes países que compõe a Parceria Transnacional, bem como um mapeamento de boas práticas existentes nesses países. Neste âmbito está também em desenvolvimento uma actividade que permite avaliar os sistemas monitorização sobre o fenómeno, não só nos países que fazem parte da Parceria Transnacional como noutros países fora deste âmbito.

Os países que integram a Parceria Transnacional são Itália através da “Associazione On the Road”, a Alemanha através da “IOM Deutschland”, a Polónia através da “La Strada Fundacja Przeciwko Handlowi Kobietami”, a Estónia através do “National Institute for Health Development e a Lituânia através do “Missing Persons’ families Support Center”.

9.2. Publicações

Folheto “Vítimas de Violência Doméstica – Mulheres Migrantes”

O ACIME publicou o folheto – “Vítimas sobre Violência Doméstica – Mulheres Migrantes” – produzido pela CIDM, conforme apresentado no capítulo 2.2 deste relatório.

Este folheto foi lançado no dia 22 de Setembro no bairro 6 de Maio, na Amadora, no âmbito da iniciativa “ACIME Junto das Comunidades”, contando com a presença do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros Dr. Jorge Lacão, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, do Dr. Rui Marques, e da Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Dra. Elza Pais.

O ACIME já tinha estado presente, no dia 20 de Setembro, na Associação NACH STIL (o Nosso Estilo), numa apresentação deste folheto promovida pela CIDM.

9.3. Participação em Seminários e Conferências

Seminário “As Mulheres Migrantes: Trajectórias e Vivências”

No âmbito das comemorações do Dia Municipal da Comunidade Migrante, o ACIME participou num Seminário subordinado ao tema “As Mulheres Migrantes: Trajectórias e Vivências” promovido, no dia 28 de Setembro, pela Câmara Municipal do Seixal.



Este Seminário foi o culminar de um conjunto de iniciativas que decorreram, com o objectivo de promover o encontro de culturas, “dando a conhecer a Tradição e a História de diversos Países”, através da música, da dança, do artesanato, da gastronomia, dos jogos e dos cantares tradicionais dos países representados. “A iniciativa surge inserida no âmbito do projecto de Cidadania para o Município do Seixal, com o qual a autarquia tem levado a cabo um conjunto de iniciativas com o objectivo de facilitar a integração de imigrantes e a boa convivência entre culturas”.

O Seminário contou com a presença de diversos especialistas na área das imigração, integrando a apresentação do Estudo “*Uma visão da migração feminina em Portugal*”, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas (ISL-UL) e do trabalho “*Estigma da Mulher Brasileira*” - Dr. Ailton, da Associação Casa Grande do Brasil.

Conferência Internacional Metropolis

No âmbito da Conferência Internacional Metropolis, o ACIME participou no Workshop nº12, organizado pela CIDM e, subordinado ao tema “Género e Migrações”.

Apresentação do Relatório das Nações Unidas “A Situação da População Mundial 2006 – Passagem para a Esperança: Mulheres e Migrações Internacionais”

O relatório, designado “A situação da população mundial 2006, “Passagem para a esperança - mulheres e migrações internacionais”, foi lançado no dia 6 de Setembro em todas as capitais mundiais. Publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o documento analisa o impacto do trabalho das mulheres migrantes nos países de destino e os fundos enviados às famílias e comunidades de origem, além de debater questões relacionadas com o tráfico e exploração de mulheres.

Em Portugal este relatório foi apresentado no Ministério dos Negócios Estrangeiros pela Associação para o Planeamento da Família (APF) e pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

A sessão de apresentação contou com a presença do ministro da Saúde, Correia de Campos, do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho e do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Dr. Rui Marques.







CAPÍTULO 10.

COMUNIDADE CIGANA







10.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas - GACI

Em Setembro de 2006 o ACIME criou o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), que se propõe a realização de um conjunto de actividades em articulação com outras entidades que, directa ou indirectamente, têm responsabilidades nesta área: entidades públicas (Autarquias, Escolas e outras) e instituições privadas (ONG's, Associações Representativas das Comunidades Ciganas, Parcerias de projectos).

Os principais objectivos deste Gabinete são:

- Promover a inserção social e cultural das populações ciganas portuguesas nos domínios do acesso à Educação, Saúde, Emprego/formação e Habitação;
- Disseminar informação qualitativa no sentido da promoção social e do reconhecimento institucional das comunidades ciganas;
- Acompanhar e dinamizar redes de parceiros e de projectos de intervenção social, no sentido da optimização dos recursos existentes;
- Incrementar, junto das populações ciganas, a cidadania activa, a responsabilidade social e a capacitação para o associativismo.

Para 2007 o GACI propõe-se a desenvolver o “Programa Cigadania”, que se estrutura em dois eixos centrais:

(1) Eixo de Intervenção e Capacitação, centrado nas seguintes actividades:

- Projecto Mediadores Municipais;
- Acompanhamento de Projectos do Programa Escolhas;
- Projecto Cooperação Escola-Família;
- Formação de Professores, técnicos de intervenção social e Mediadores;
- Capacitação de Associações e dirigentes associativos.

(2) Eixo de Informação e Comunicação, com as seguintes actividades:

- Criação do site “CIGA-NOS!” (com link no sitio www.acime.gov.pt);
- Criação de uma Base de Dados de programas, projectos e entidades que trabalha com e para os ciganos;



- Definição do Dossier Ciganos;
- Realização e Publicação de Estudos no âmbito da Colecção Olhares (colecção de estudos científicos acerca dos ciganos);
- Estudo de caracterização socio-demográfica;
- Lançamento da Campanha “anti-preconceito”;
- Relançamento do grupo de trabalho interministerial acerca dos ciganos.

10.2. Associações da Comunidade Cigana: Acompanhamento ao Associativismo

No âmbito do acompanhamento às comunidades ciganas, e dando continuidade ao trabalho anterior, o GATAIME promoveu reuniões com membros e dirigentes de Associações da Comunidade Cigana. Nessas reuniões participou sempre o mediador do Projecto Roma EDEM).

Procurou-se trabalhar com os dirigentes em torno de actividades concretas, no sentido de se identificar formas de participação, de organização interna, de partilha e tomada de decisões. Nesse âmbito foi utilizada a seguinte metodologia:

- Marcação de reuniões com os membros das Associações e dirigentes. As reuniões tiveram lugar nos espaços em que as associações realizam as suas actividades;
- Foram organizados e dinamizados debates em torno do movimento associativo representativo das comunidades ciganas, identificando os pontos fortes e os pontos fracos das Associações existentes;
- Procurou-se trabalhar numa lógica de projecto, em torno dos aspectos em que as associações podem melhorar o seu trabalho. No sentido de apoiar e estimular as associações a darem passos concretos para uma maior representatividade da comunidade, procurou-se:
 - Identificar formas de participação, organização interna, partilha e tomada de decisões;
 - Criar Assembleias-gerais, actas e cumprimento do cronograma de actividades;
 - Estimular a construção de projectos (dependendo da dinâmica interna das Associações).

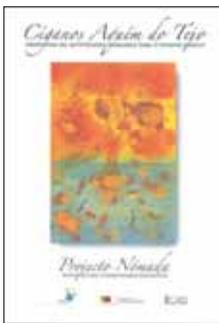
No âmbito dessas actividades, foram visitadas as seguintes Associações:

- Associação Cigana de Coimbra;
- Associação Cigana de Leiria;



- AMUCIP – Associação das Mulheres Ciganas Portuguesas / Projecto Equal “Pelo Sonho é que Vamos”;
- Associação Raízes de Calé;
- APODEC – Associação para o Desenvolvimento da Etnia Cigana;
- ACAJUCI – Associação Cristã de Apoio à Juventude Cigana;
- Jovens ciganos da Ajuda – Lisboa;
- Associação Cigana Vontade de Viver;
- Associação Ciganos de Hoje;
- Igreja Evangélica Cigana de Filadélfia (encontros com os dirigentes).

10.3. Publicações



Prosseguindo a sua política editorial, o ACIME iniciou as suas publicações na área da cultura cigana com “Ciganos aquém do Tejo”. Este livro é um trabalho conjunto de professores e animadores ligados ao Projecto Nómada, que criaram um material pedagógico adaptado às necessidades, interesses e motivações das crianças e jovens ciganos.

A par dos materiais pedagógicos foram publicados também artigos, reportagens e entrevistas no Boletim Informativo do ACIME.

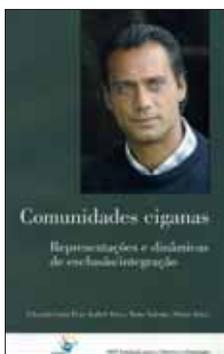
Em Fevereiro de 2005 foi aberta a colecção “Olhares”, que veio preencher uma lacuna nesta área, no domínio das ciências sociais. Trata-se de um conjunto de sete estudos que aborda a problemática cigana de vários ângulos: das representações recíprocas de ciganos e não ciganos, passando pela saúde e doença enquanto factores culturais, até à tradição da economia cigana. Desde Setembro de 2005 foram publicados os seguintes estudos:



5. Tradição e prospectiva nos meandros da economia cigana: circuitos peri-económicos na Grande Lisboa. Estudo da autoria de Alda Gonçalves, Orlando Garcia e Pedro Barreto (Janeiro, 2006). Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este estudo teve como objectivos principais “detectar as principais actividades geradoras de rendimento dentro da Comunidade Cigana, compreender as lógicas de produção e de gestão de rendimentos, bem como elaborar um conjunto de recomendações”.





6. Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão/integração. Eduardo Costa Dias, Isabel Alves, Nuno Valente e Sérgio Aires (Janeiro, 2006). Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este estudo “procura compreender a questão da exclusão social em comunidades ciganas estabelecidas em meios urbanos e semi-urbanos, através da análise de um conjunto de entrevistas realizadas tanto a pessoas das comunidades ciganas de Braga, Évora, Lisboa e Porto como a elementos de instituições que trabalham com estas comunidades”.



7. Comunidades ciganas: representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa. Estudo da autoria de Luís M. Faisca e Jorge Correia Jesuíno (Outubro, 2006). Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este estudo pretende caracterizar as imagens que os não ciganos têm dos ciganos, através da análise das suas atitudes face a quatro minorias étnicas residentes em Portugal.

10.4. Participação em actividades realizadas por outras entidades e/ou projectos que desenvolvem actividades na área da promoção social e cultural dos ciganos

Projectos Escolhas 2ª Geração E2G:

- Participação no workshop em Mira Sintra com coordenadores de projectos E2G de que desenvolvem actividades com a comunidade cigana;
- Acompanhamento das actividades do projecto E2G “Arnaró Proect”;
- Associação Fernão Mendes Pinto: Participação em workshops (com E2G) sobre a temática da integração das comunidades ciganas.



Instituto das Comunidades Educativas (ICE):

- Colaboração e participação no 1º Encontro Internacional do Projecto Nómada II;
- Apoio à publicação das Actas do 1º Encontro Internacional do Projecto Nómada II;

Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC): Acompanhamento de casos de emergência (Marinha Grande; Faro; Beja e Moura);

Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos: Realização de um protocolo de apoio; Reuniões no âmbito do projecto Roma EDEM; Acompanhamento das actividades realizadas no âmbito do protocolo de apoio;

Secretariado Diocesano de Bragança da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos: Visita às comunidades ciganas de Bragança; Reunião com entidades locais e Autarquia;

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Programa da Promoção Social dos Ciganos:

- Acompanhamento das actividades desenvolvidas pela SCML/PPSC;
- Colaboração no prefácio do relatório de actividades da SCML/PPSC;
- Identificação e integração das actividades desenvolvidas no Centro de Formação Multicultural como “Boa Prática” a disseminar no âmbito do projecto Roma EDEM;

Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) – Departamento de Antropologia: Colaboração e participação nas 1ª. Jornadas “Caminhos da Alteridade: Os Ciganos na Península Ibérica – Etnografias, Práticas e Políticas”;

Acampamento Azul (Olhão) – Acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo projecto;

Coração Delta (Campo Maior) – Acompanhamento da situação da comunidade cigana local;

Delegação de Saúde de Moura, ADC – Moura, Junta de Freguesia de Moura – Acompanhamento da situação da comunidade cigana local;

Investigadores/Estudantes e outras entidades – Acompanhamento e resposta às solicitações (entrevistas, encaminhamento a outras entidades e/ou Associações, envio de documentação...).



Câmara Municipal de Coimbra:

- Visitas de acompanhamento ao Parque de Nómadas, Projecto Equal Coimbra Cidade de Todos;
- Participação em acção de formação sobre Cultura Cigana, Associativismo e desenvolvimento de projectos com comunidades ciganas;

Câmara Municipal de Faro:

- Colaboração em workshop dos projectos e actividades com as comunidades ciganas locais;
- Acompanhamento das actividades do projecto E2G “Amaró Proect”;

Câmara Municipal de Torres Vedras: Resposta à solicitação do Presidente da Câmara em articulação com gabinete de mediação – Elaboração e envio de documento sobre Mediadores ciganos/Mediação Sociocultural;

Câmara Municipal de Bragança: Reunião com Responsáveis autárquicos e dirigentes de instituições locais para resolução de problemas relativos à integração da população cigana residente no concelho;

Câmara Municipal da Marinha Grande: Reunião com Responsáveis autárquicos e dirigentes de instituições locais para resolução de problemas relativos à integração da população cigana residente no concelho;

Câmara Municipal de Viana do Castelo: Acompanhamento na resolução de situações de conflito social em contextos de realojamento promovido pelo município;

Câmara Municipal de Paredes: Acompanhamento na resolução de situações de integração social da população cigana local;

Câmara Municipal do Seixal: Acompanhamento e colaboração com a autarquia no processo de integração das comunidades ciganas em articulação com as actividades desenvolvidas pela AMUCIP;

Junta de Freguesia da Ajuda (Lisboa): Acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo projecto “Ajuda em Casa”;

Junta de Freguesia de Trigaches (Beja): Acompanhamento na resolução de situações de integração social da população cigana local;



10.5. Projectos Europeus

10.5.1. Projecto “SASTIPEN”:

Entre 2005 e 2006 o ACIME acompanhou as actividades da parceria nacional do projecto Sastipen. Este projecto incidiu sobre a qualidade de intervenção dos técnicos e instituições de Saúde junto das populações ciganas e sobre a melhoria das condições de acesso das pessoas de etnia cigana aos serviços de saúde.

O projecto realizou um conjunto de acções de sensibilização e formação dirigidas a técnicos de saúde e publicou um guia de recursos e orientações dirigidas aos profissionais de saúde. A coordenação da rede de parceiros nacionais foi da responsabilidade da REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal).

10.5.2. Projecto ROMA EDEM (2004-2006)



O ACIME foi parceiro de outras entidades europeias no Projecto ROMA EDEM. Este projecto transnacional, integrado no Programa de Acção Comunitária de Combate à Discriminação (2001-2006), envolveu entidades de seis países europeus (Portugal, Espanha, Irlanda do Norte, República Checa, Hungria e Roménia) e centrou as suas actividades na promoção da integração das comunidades ciganas nos domínios da Educação e Emprego. A coordenação internacional esteve a cargo da *Fundación Secretariado Gitano* (Espanha).

O projecto desenvolveu uma abordagem anti-discriminatória e de estímulo ao desenvolvimento de políticas de acesso à educação e emprego. Tendo em consideração as condições de vida da generalidade das populações ciganas no espaço europeu, a parceria procurou:

- facilitar a cooperação transnacional e interinstitucional entre os parceiros envolvidos no combate à discriminação e na promoção da igualdade de oportunidades
- aumentar o envolvimento e a participação da administração local na implementação de políticas de combate à discriminação.



Neste sentido, os parceiros do projecto desenvolveram acções de informação, capacitação/formação específica de actores-chaves dos sectores público e privado, no âmbito da educação e emprego.

A nível nacional realizou-se um diagnóstico de situação das comunidades ciganas no acesso à Saúde, Educação, Justiça, Habitação, Emprego e Formação Profissional, bem como às medidas e dispositivos já existentes nestas áreas, que favoreçam o acesso à integração e igualdade de tratamento.

No primeiro ano da fase de implementação (2005) foram realizados dois Seminários Temáticos Nacionais (Educação e Emprego), um Seminário Transnacional (Madrid – Novembro 2005) sobre as actividades já desenvolvidas no âmbito da Educação e Emprego e a monitorização da legislação no combate à discriminação nestes domínios em cada um dos países parceiros. Foram ainda apresentados exemplos de boas práticas dos diferentes países parceiros, tendo para esse efeito o ACIME convidado o Instituto das Comunidades Educativas - ICE no âmbito da educação e o Programa de Promoção Social dos Ciganos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito do emprego. Estiveram ainda presentes neste seminário representantes das associações ciganas APODEC, AMUCIP e Ciganos de Hoje e ainda representantes da Rede Europeia Anti-Pobreza – REAPN, Associação Fernão Mendes Pinto e do Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral dos Ciganos. Nesse ano foi também criado um sítio na Internet sobre o projecto.

No segundo ano (2006), realizaram-se dois seminários (Moura e Bragança) no sentido de:

- identificar as barreiras à integração dos ciganos no mercado de trabalho e no acesso à educação e formação profissional;
- debater estratégias contra a segregação;
- identificar as necessidades de formação de técnicos nesta temática para, de forma articulada, mobilizar as entidades e os recursos existentes a nível local para uma acção concertada de promoção da integração das populações ciganas.

Estes seminários incidiram igualmente sobre as conclusões e os exemplos de boas práticas identificadas pelo projecto e sobre a promoção do associativismo nas comunidades ciganas/viajante, visando estimular o papel das associações da comunidade cigana no combate à discriminação no âmbito da educação e emprego.



Foram igualmente produzidos materiais de apoio e informação nas diversas línguas nacionais:

- **“Manual de Boas Práticas Roma EDEM: Combatendo a discriminação das Comunidades ciganas/Viajantes no âmbito da educação e emprego”** – documento comum de disseminação de Boas-Práticas identificadas em cada país parceiro recursos disponíveis nos domínios do Emprego e da Educação;

- **“Guia de Apoio ao associativismo nas comunidades ciganas e de recursos de combate à discriminação racial”** – Fichas formativas e informativas que possibilitam o Empowerment das Associações da comunidade cigana/viajante e a sua participação nos processos de decisão, tendo em vista a igualdade de oportunidades, das pessoas ciganas.

Colaboraram no projecto o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Programa de Promoção Social dos Ciganos, o Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral dos Ciganos, o Instituto das Comunidades Educativas e diversas Associações Representativas das Comunidades Ciganas e ONG's que desenvolvem trabalho junto destas comunidades. O Projecto Roma EDEM contou ainda com a colaboração de dois mediadores ciganos oriundos das associações AMUCIP e APODEC, tendo no segundo ano sido celebrado um acordo de colaboração com a AMUCIP para a execução de 10 acções de sensibilização/formação que serão realizaDAS em 2007 no âmbito das actividades do GACI.







CAPÍTULO 11.

CONSELHO CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS DA IMIGRAÇÃO (COCAI)







11.1. Enquadramento

O Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), criado pelo DL n.º 39/98, de 27 de Fevereiro, visa assegurar a participação e colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e combate à exclusão.

Desta forma, integrando organicamente o ACIME, garante o diálogo, a consulta e a participação da sociedade civil, em especial dos representantes das comunidades imigrantes, e de outras entidades públicas e privadas com intervenção neste domínio, que assim são chamados a contribuir de forma activa para as políticas de acolhimento e integração.

As principais competências do COCAI são (por iniciativa própria ou sempre que para tal for solicitado pelo Alto Comissário):

- pronunciar-se sobre diplomas relativos aos direitos dos imigrantes;
- participar na definição das políticas de integração social que visem a eliminação das discriminações e promovam a igualdade;
- participar na definição de medidas e acções que visem a melhoria das condições de vida dos imigrantes e acompanhar a sua execução;
- participar na defesa dos direitos dos imigrantes com respeito pela sua identidade e cultura, formulando propostas com vista à sua promoção;
- exercer outras competências que sejam atribuídas por lei.

Destaca-se ainda a importância que este órgão tem no âmbito do regime jurídico das associações de imigrantes (Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto e DL 75/2000, de 9 de Maio), ao ter que emitir um parecer prévio sobre o reconhecimento de representatividade das associações de imigrantes e seus descendentes – a apresentar ao ACIME por Associações que preencham os requisitos definidos por lei – bem como nos pedidos de apoio financeiro submetidos por estas ao ACIME.



11.2. Constituição

Passados três anos desde a constituição do COCAI, o ACIME prosseguiu os procedimentos necessários a uma nova constituição, de acordo com o estabelecido por Lei. Desta forma, em 2006 teve início uma nova tomada de posse, com a seguinte constituição (membros efectivos e suplentes):

- Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas – Rui Marques
- Um representante de cada uma das comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa:

Membros Efectivos

- Comunidade Brasileira – Heliane Gaspar Bibas
- Comunidade São Tomense – António dos Prazeres
- Comunidade Caboverdeana – Filismina Rosa Mendes
- Comunidade Angolana – Viegas de Sousa Bernardo
- Comunidade Moçambicana – Alberto Mateus Manja Magassela
- Comunidade Guineense – Augusto Mendes Pereira

Membros Suplentes

- Comunidade São Tomense – Cristiano Viegas Pinto
- Comunidade Caboverdeana – Rolando Reis Borges
- Comunidade Guineense – Malan Gomes

- Um representante de cada uma das três comunidades de imigrantes mais numerosas não incluídas na alínea anterior:

Membros Efectivos

- Comunidade Ucraniana – Galina Leonova
- Comunidade Moldava – Raisa Mchidonschi
- Comunidade Chinesa – Y Ping Chow

- Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Membro Efectivo - Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes

Membro Suplente - Fernanda Reis



- Dois representantes das instituições que trabalham com imigrantes:

Membros Efectivos

- Serviço Jesuíta aos Refugiados – Rosário Farmhouse
- Obra Católica Portuguesa de Migrações – Rui Manuel da Silva Pedro

Membro Suplente

- Obra Católica Portuguesa de Migrações – Eugénia Costa Quaresma

- Dois representantes das associações patronais:

Membro Efectivo

- Confederação do Turismo Português - António Alberto da Cunha Abrantes

Membro Suplente

- Confederação da Indústria Portuguesa - Nuno Biscaya

- Dois representantes das centrais sindicais com assento no Conselho Económico e Social:

Membros Efectivos

- UGT - União Geral dos Trabalhadores – José Manuel da Luz Cordeiro
- CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Carlos Manuel Alves Trindade

Membros Suplentes

- UGT - União Geral dos Trabalhadores – Carlos Manuel dos Anjos Alves
- CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Manuel Garcia Correia

- Dois cidadãos de reconhecido mérito:

- Eugénio José da Cruz Fonseca
- Timóteo Macedo



- Um representante do membro do Governo que tutela os assuntos relativos à emigração e comunidades portuguesas
Membro Efectivo - José Duarte Sequeira e Serpa
Membro Suplente - Henrique Pietra Torres
- Um representante do Ministro da Economia e Inovação
Membro Efectivo - Alexandra Rebelo
- Um representante do Ministro da Administração Interna
Membro Efectivo - Manuel Jarmela Palos
Membro Suplente - Francisco Alves
- Um representante do Ministro da Educação
Membro Efectivo - Mariana Vieira da Silva
- Um representante do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
Membro Efectivo - Maria Ângela Neto
Membro Suplente - Maria Alice Cunha Brandão
- Um representante do Governo Regional dos Açores
Membro Efectivo - Alzira Maria Serpa Silva
Membro Suplente - Rita Nazaré Soares Bettencourt Faria Machado Dias
- Um representante do Governo Regional da Madeira
Membro Efectivo - Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Membro Suplente - Celina Anjos Cruz
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses
Membro Efectivo - Joaquim Raposo
Membro Suplente - Maria João Lopes



11.3. Reuniões e Decisões do COCAI

Ao longo do ano de 2006 o COCAI realizou um total de 7 reuniões, que contaram com a presença de diversos membros do governo, dando contributos concretos para diferentes áreas da integração dos imigrantes em Portugal:

1. 16 de Janeiro
2. 27 de Janeiro
3. 28 de Abril
4. 22 de Junho, na presença de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, Dr. António Costa
5. 22 de Setembro, na presença de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Prof. João Ferrão
6. 31 de Outubro, na presença de Sua Excelência o Secretário de Estado da Justiça, Dr. João Tiago Silveira
7. 11 de Dezembro, na presença de Sua Excelência o Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira

Durante estas reuniões foi possível aos conselheiros pronunciarem-se sobre os seguintes assuntos:

1. Apreciação de 15 Pedidos de Reconhecimento de Associações de Imigrantes, ao abrigo da Lei 115/99, de 3 de Agosto e do DL 75/2000, de 9 de Maio, tendo-se pronunciado favoravelmente em 8 casos;
2. Apreciação de 48 Pedidos de Apoio Financeiro, dos quais 41 para o Plano Anual de Actividades e 7 para Actividades Pontuais, ao abrigo da Lei 115/99, de 3 de Agosto e do DL 75/2000, de 9 de Maio, tendo-se pronunciado favoravelmente a um apoio global de 512.990,50 Euros.
3. Apreciação de uma bateria de indicadores sobre integração de imigrantes;
4. Discussão do Anteprojecto de Proposta de Lei que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português;
5. Discussão sobre o Associativismo Imigrante, no que se refere ao Reconhecimento e Financiamento das Associações de Imigrantes;
6. Discussão dos procedimentos inerentes à Regulamentação da Nova Lei da Nacionalidade;
7. Discussão sobre o acesso à habitação por parte de cidadãos imigrantes e políticas públicas de apoio;
8. Discussão do Anteprojecto do Plano para a Integração dos Imigrantes.



11.4. O COCAI e as Leis da Imigração e da Nacionalidade

11.4.1. Lei de Imigração

O texto do Anteprojecto de Proposta de Lei da Imigração foi disponibilizado para consulta, pelo Ministério da Administração Interna (MAI), entre o período que mediou a respectiva apresentação pública (30 de Maio) e o dia 30 de Junho.

Em resultado, o texto foi apresentado no COCAI, numa reunião onde esteve presente Sua Excelência o Ministro de Estado e da Administração Interna e o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna. Nesta reunião os Senhores Conselheiros tiveram oportunidade de manifestar as suas preocupações e de solicitar alguns esclarecimentos de forma a serem esclarecidas algumas questões.

Durante o período de discussão pública do texto da proposta de Lei, a sociedade civil foi também convidada a prestar o seu contributo e a colaborar no processo legislativo em curso, tendo o MAI anunciado que só com a colaboração de todos poderia o desígnio nacional “da promoção de uma imigração sustentável e do combate firme à imigração ilegal” ser levado a bom porto.

Neste contexto, o ACIME entendeu centralizar os comentários, as observações e os contributos dos membros do COCAI e dos diversos actores da sociedade civil que participaram neste processo, e apresentou-os ao Governo de forma sistematizada, no termo do prazo concedido para discussão pública.

O ACIME convocou ainda as 96 Associações de Imigrantes por si reconhecidas para uma reunião que teve lugar no dia 21 de Junho. Nessa reunião foram recolhidos também alguns contributos das Associações para a discussão pública da lei. Também foram tidos em consideração os comentários de alguns observadores atentos, que participaram neste encontro.

11.4.2. Lei da Nacionalidade

No dia 31 de Outubro de 2006 o COCAI recebeu Sua Excelência o Secretário de Estado da Justiça, numa reunião extraordinária, acerca da nova lei da nacionalidade e respectiva regulamentação. Nesta reunião o Senhores Conselheiros tiveram oportunidade de apresentar àquele membro do Governo as suas preocupações acerca da matéria e de participar assim de forma activa no processo de preparação do texto do regulamento da Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril.

Na referida reunião o Alto Comissário teve ainda oportunidade para apresentar aos presentes o trabalho desenvolvido pelo ACIME e pelo CNAI em matéria de nacionalidade.



CAPÍTULO 12.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS







Para além das parcerias internacionais já descritas no âmbito de cada capítulo anterior, são ainda de referenciar outras iniciativas, nomeadamente no quadro da União Europeia e de outras Organizações Internacionais que tem vindo a aprofundar-se.

Sublinham-se, entre outras, a participação do ACIME no Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migrações e Desenvolvimento, em Nova Iorque, em Setembro de 2006, bem como a participação na Cimeira 5+5, em Algeiras.

12.1. Ao nível da União Europeia

12.1.1. Coordenação da Rede Europeia de Empresários Étnicos

Seguindo o método aberto de coordenação, a Comissão Europeia, promoveu nos últimos anos a criação de vários grupos de trabalho temáticos – Networks – com o objectivo de estimular a partilha de boas práticas e políticas e facilitar a convergência e coesão económica e social.

Neste âmbito, em 2003, foi criada a *Ethnic Minority Entrepreneurs Network*⁷, na dependência da *Enterprise and Industry Directorate-General* (DG ENTR) da Comissão Europeia, com o intuito de melhorar a interacção e cooperação entre Estados-membros, procurando incentivar a partilha de boas práticas em matéria de empresarialidade étnica e sensibilizar a opinião pública para os contributos positivos do empreendedorismo imigrante para o crescimento económico das sociedades europeias. Esta Rede Europeia funciona com um grupo informal que reúne parceiros interessados da administração pública dos Estados-membros, países candidatos e membros da EFTA.

O ACIME representou Portugal nesta rede europeia, tendo sido convidado a assumir a sua coordenação no final de 2004, lugar que mantém até hoje por vontade de todos os participantes.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca das iniciativas empresariais de minorias étnicas nos vários países da União Europeia, países candidatos e membros da EFTA, a rede está a promover a realização de um estudo, coordenado por uma equipa externa da Holanda com especialistas do IMES (Universidade de Amsterdão), FACET e EMN. O ACIME tem vindo a participar também na realização deste estudo, em particular, no que diz respeito aos conteúdos do caso de Portugal.

7. Mais informações disponíveis em <http://forum.europa.eu.int/Public/irc/enterprise/ethnminor/home>



12.1.2. European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC)

O Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, tem como objectivo principal munir a UE e os seus membros de informação fidedigna que permita comparar o que se vai passando na Europa em matéria de racismo, xenofobia, islamofobia e anti-semitismo, no sentido de permitir aos Estados Membros poderem intervir nesta matéria.

O EUMC foi criado em 1997 e iniciou as suas actividades em 1998. Na sequência de uma ampla consulta pública lançada em Outubro de 2004, em 30 de Junho de 2005 a Comissão Europeia propôs alargar o mandato do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia transformando-o numa verdadeira Agência dos Direitos Fundamentais. A missão deste organismo consistirá em ajudar as instituições da UE e os Estados-Membros a cumprirem as obrigações impostas pelo direito comunitário de respeitarem os direitos fundamentais em todas as políticas que aplicam. Esta Agência sediada em Viena iniciará as suas actividades em 1 Janeiro de 2007.

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia sucede juridicamente ao Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, assumindo todos os direitos e obrigações de natureza jurídica e todos os compromissos financeiros do Observatório.

O instrumento essencial do EUMC, e agora da Agência, em matéria de informação, é o RAXEN (European Information Network on Racism and Xenophobia – Rede Europeia de Informação sobre o Racismo e Xenofobia).

A missão de ponto focal da RAXEN em Portugal é assumida pelo NUMENA - Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas através do Dr. Bruno Peixe. O NUMENA constitui um dos 27 PFN (Pontos Focais Nacionais) da rede RAXEN. A sua tarefa central é a elaboração de estudos analíticos nas 4 áreas prioritárias do emprego, violência racial, educação e legislação, bem como a colaboração no relatório anual do EUMC.

Para além da RAXEN, o EUMC reúne regularmente os agentes de ligação aos governos nacionais dos Estados-Membros, função atribuída em Portugal ao ACIME, para acompanhar os desenvolvimentos verificados em cada país em matéria de combate ao racismo.

Neste âmbito o ACIME participou nas seguintes reuniões do EUMC:

30-31 de Março de 2006:

- 9ª reunião dos Agentes de Ligação Governamentais junto do EUMC. Os principais temas aborda-



dos nesta reunião foram os trabalhos realizados pelo EUMC sobre a situação das comunidades muçulmanas e sobre o racismo, os media e o discurso racista e a extensão do mandato do EUMC para Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

14-15 de Setembro de 2006:

- 10ª reunião dos Agentes de Ligação Governamentais junto do EUMC. Os principais temas abordados nesta reunião foram as medidas de acção positiva de promoção de igualdade de tratamento entre as pessoas sem distinção de “raça” ou origem étnica, novos trabalhos realizados pelo EUMC sobre a situação das comunidades muçulmanas e novos aspectos sobre a extensão do mandato do EUMC para Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

12.1.3. Grupo de Trabalho sobre a Agenda Comum para a Integração

A convite da Comissão Europeia, através da Direcção Geral Justiça Liberdade e Segurança, Portugal foi convidado a fazer parte de um Grupo de Trabalho sobre a implementação da Agenda Comum para a Integração (COM(2005) 389). Este grupo de trabalho era composto pela Comissão, a actual Presidência da União Europeia – Finlândia -, e as próximas quatro Presidências – Alemanha, Portugal, Eslovénia e Holanda.

O ACIME fez parte da Delegação Portuguesa nas duas reuniões, a primeira a 7 de Setembro, em Bruxelas, e a segunda a 27 de Outubro em Helsínquia. Com esta iniciativa a Comissão procurou promover a Agenda Comum para a Integração, enquanto instrumento privilegiado para aprofundar as políticas de integração de cidadãos imigrante e seus descendentes no seio da União Europeia.

Ligando cada vez mais as políticas de integração às políticas de imigração, percebendo que estas fazem parte de um todo, cada país teve oportunidade de partilhar com os demais as prioridades que pretende estabelecer para a sua presidência nesta área. A este nível, tornou-se clara a necessidade de criar uma continuidade nas iniciativas que se pretendem levar a cabo, mas foram ainda muito curtos os passos dados nesse sentido.

12.1.4. Preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia na vertente Saúde e Imigração

Tendo em conta que uma das prioridades escolhida para a próxima presidência portuguesa da União Europeia, a decorrer no segundo semestre de 2007, foi “Saúde e Imigração”, o ACIME foi convidado a participar num grupo de trabalho de preparação das actividades.



A 18 de Julho o ACIME participou na primeira reunião de trabalho internacional acerca de *Health and Migration in the European Union*, promovida pelo Alto Comissariado para a Saúde. No âmbito dessa reunião foi definido como prioritária a organização de uma conferência europeia acerca dos desafios que se colocam aos imigrantes nos serviços de saúde europeus.

12.1.5. Preparação do Ano do Diálogo Intercultural

A Comissão Europeia decidiu celebrar o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural” em 2008, reconhecendo a riqueza e na diversidade. Neste âmbito serão promovidos vários projectos concretos, a realizar através de programas e de outras acções comunitárias nos domínios da cultura, da educação e da cidadania. Pretende-se que o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural” constitua, para além do seu efeito multiplicador, um instrumento único de sensibilização dos cidadãos e, em particular, dos jovens.

Portugal aceitou este desafio, tendo sido criado um grupo de trabalho durante 2006 com organismos do Ministério da Cultura e o ACIME. Na sequência deste trabalho o ACIME foi designado como elemento interlocutor, junto da Comissão Europeia, para promover as actividades a realizar no Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Para esse efeito o ACIME, através do seu Gabinete de Educação e Formação, definiu uma equipa de trabalho, (a partir de 1 de Dezembro de 2006) da qual fazem parte três técnicas do Ministério da Educação.

Respondendo ao convite da Comunidade Europeia para a apresentação de candidaturas ao *call for ideas*, o ACIME apresentou duas candidaturas de projectos trans-europeus, num dos casos em colaboração com a rede de Clubes Europeus do Ministério da Educação.

As actividades de preparação do Ano do Diálogo Intercultural serão desenvolvidas em articulação com a Presidência Portuguesa da União Europeia, a decorrer no 2º semestre 2007.

12.1.6. Programas e Projectos

12.1.6.1. Programa EQUAL

Sendo a promoção da igualdade de oportunidades para todos no acesso ao mercado de trabalho e na manutenção dos postos de trabalho central na missão do Programa de Iniciativa Comunitária Equal e contando este Programa com um eixo de intervenção dedicado à prevenção de discriminações raciais e étnicas, vários foram os projectos – em sede de candidatura ou de implementação – que contactaram o ACIME, tendo em vista a sua participação nas Parcerias de Desenvolvimento criadas.



Para o ACIME, em continuidade com o que já havia acontecido nos primeiros anos da Equal, e envolvimento no Programa constitui uma oportunidade de desenvolver, tomar contacto e disseminar novas experiências, que possam constituir melhorias nas medidas e práticas desenvolvidas por si e por outras instituições. Nesse sentido, para além da participação activa nalguns projectos, privilegiou-se ainda a participação na Comissão de Acompanhamento do Programa – com competências próprias no acompanhamento e avaliação do Programa - e na Rede Temática que reuniu todas as Parcerias de Desenvolvimento que se inserem na Medida do Programa dedicada à prevenção de discriminações raciais e étnicas. Para além desta participação formal, o ACIME participou, a convite dos projectos, em actividades concretas das diferentes parcerias, relacionadas com o acolhimento e integração de imigrantes.

Desta forma, o ACIME foi parceiro formal de 5 projectos distintos, ao longo deste período: Migrações e Desenvolvimento, AIRA – Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo, Oportunidade, Vamos Utopiar e CAIM - Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão.

Nos dois primeiros casos, as Parcerias de Desenvolvimento encontraram-se em sede de Acção 3 (ainda relativa à 1ª Fase do Programa), pelo que o objectivo da acção concretizou-se ao nível da disseminação dos produtos experimentados e validados anteriormente. Em ambos os projectos a justificação para a participação do ACIME, prendeu-se com a disseminação de produtos concretos – no primeiro caso o Pacto Territorial do Seixal, no segundo a Metodologia de Intervenção Comunitária – junto dos parceiros da Rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante e de potenciais parceiros, isto é, novas autarquias que pudessem vir a entrar neste rede (ver capítulo CLAI's).

Os restantes casos encontram-se neste momento em sede da Acção 2 da 2ª Fase do Programa, isto é, experimentação e validação dos produtos, nomeadamente práticas e recursos técnico pedagógicos. Atendendo à elevada exigência burocrática e organizacional que o Programa exige às entidades, o ACIME optou por uma participação criteriosa num número limitado de projectos e com linhas de acção e participação claramente definidas e ajustadas à capacidade interna.

A participação no programa Vamos Utopiar enquadrou-se nas actividades do GATAIME e justifica-se pelo objectivo definido de mobilização e reforço da capacidade de intervenção das Associações de Imigrantes, o reforço da sua visibilidade e das práticas de trabalho em rede (ver capítulo GATAIME). A intervenção no Programa CAIM, está relacionada com o tráfico de seres humanos, tendo-se centrado a participação do ACIME na formação dos seus técnicos e na promoção do apoio à vítima através da Linha SOS Imigrante (ver capítulo Imigração e Género).



O Projecto Oportunidade, de intervenção territorializada no Casal da Boba, na Amadora, justificou a participação do ACIME, pela facto de se tratar de uma iniciativa continuada no tempo, integrada num projecto mais alargado apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Câmara Municipal da Amadora – Projecto Geração – e que pode vir a constituir um modelo de intervenção junto das crianças e jovens descendentes de imigrantes de bairros vulneráveis, no sentido de serem criadas as condições para uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho. Sendo o ACIME um organismo de âmbito nacional e sendo a acção localizada num bairro, a participação do ACIME centrou-se sobretudo na articulação das actividades do projecto com as diferentes iniciativas do ACIME e com o acompanhamento e apoio às actividades e entidades locais parceiras do projecto.

12.1.6.2. Projecto INTI I³: Indicadores de Integração de Imigrantes - JLS/2004/INTI/075

Entre Setembro de 2005 e Setembro de 2006, o ACIME foi o parceiro português do projecto europeu I3: Indicadores de Integração de Imigrantes (referência JLS/2004/INTI/075), desenvolvido ao abrigo do Programa INTI. Este projecto, promovido pela Direcção Geral de Integração de Imigrantes - Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais de Espanha, resulta de uma parceria entre instituições de seis países da União Europeia: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Holanda, Itália e Portugal.

O objectivo fundamental deste projecto foi contribuir para o acompanhamento e monitorização de políticas de integração de imigrantes, a nível europeu, através da definição de uma bateria de indicadores estatísticos possíveis de recolher à escala europeia.

O plano de trabalhos previu a:

- recolha de informação para identificação de fontes e análise da informação existente em cada Estado-membro sobre a integração dos imigrantes de países terceiros;
- criação de um sitio onde estão disponíveis todas as informações acerca deste projecto:
<http://www.inti.mtas.es>
- elaboração de relatórios nacionais ;
- organização de *workshops* com imigrantes;

- validação dos indicadores seleccionados junto de informadores privilegiados (políticos e académicos);
- organização de 2 encontros transnacionais entre parceiros e beneficiários;
- elaboração de um relatório final com proposta de Indicadores Europeus de Integração de Imigrantes e num guia de recomendações.

8. Relatórios Nacionais disponíveis em <http://www.inti.mtas.es/php/bibliotecavirtual/resultados.php>



Para a elaboração do relatório português o ACIME definiu uma parceria de colaboração com a Númena, tendo sido para o efeito destacados dois investigadores.

12.1.6.3. Projecto INTI *Success through Migration*

Em Dezembro de 2005 o ACIME foi convidado a participar no Steering Committee Português do projecto INTI Success through Migration, promovido em Portugal pela Câmara Municipal de Lisboa.

Este projecto tem como objectivo a comparação de procedimentos para a integração de nacionais de países terceiros altamente qualificados e identificação de modelos de sucesso no contexto da União Europeia.

12.1.6.4. Projecto LAPs and RAPs – *Developing a methodological framework for developing Local and Regional Plans*

LAPs & RAPs é um projecto transnacional, co-financiado pela Comissão Europeia, que tem como objectivo desenvolver uma estrutura e metodologia para elaborar Planos Regionais/Locais de Acção para a Inclusão.

O parceiro português deste projecto é a Equipa Técnica de Apoio à Coordenação do PNAI. Cada parceiro deste projecto definiu um Grupo de Desenvolvimento Local. Neste contexto, o Instituto de Segurança Social convidou o ACIME a participar neste projecto.

De acordo com uma das prioridades políticas definidas pela Comissão Europeia no contexto dos Planos de Acção para a Inclusão Social, o parceiro português decidiu centralizar o seu plano regional sobre a redução da pobreza e da exclusão social dos imigrantes e minorias étnicas. Neste âmbito, desde Janeiro de 2006 que a participação no ACIME se tornou fundamental.



12.2. Ao nível do Conselho da Europa

12.2.1. European Commission Against Racism and Intolerance

A 7 de Abril de 2006, o ACIME recebeu a delegação do ECRI (European Commission Against Racism and Intolerance) – Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância) – órgão principal do CdE em matéria de combate ao racismo – que visitou Portugal entre 3 e 7 de Abril no sentido de recolher elementos para a elaboração de seu Relatório sobre a situação no nosso país neste domínio.

Compunham a delegação dois relatores, os senhores Marc Leyenberger e Gilberto Felici, respectivamente membros da ECRI França e São Marino, acompanhados da senhora Claudia Lam, do secretariado da ECRI.

A delegação teve ocasião de visitar o CNAI de Lisboa e do Porto e de reunir com o Gabinete do ACIME para esclarecimentos sobre a actividade desenvolvida por este organismo.

Ainda no âmbito da ECRI, e a pedido do MNE, o ACIME respondeu ao inquérito «*Questionnaire on the legislative framework, ethnical principles and practices relating to 'ethnic' data collection in Council of Europe Member Countries*» relativo a Portugal.

12.2.2. Programa Pestalozzi do Conselho da Europa- Formação de Formadores em Educação Intercultural

Participação num Projecto-piloto de formação de formadores do Programa Pestalozzi – Programa de Formação do Conselho da Europa para Profissionais de Educação – Módulo de Educação Intercultural, realizado em Estrasburgo – 24 participantes. Com este módulo pretende-se que os formandos conheçam os princípios, metodologias e projectos de acção do Conselho da Europa na área da Educação Intercultural. Espera-se que nesta acção os participantes assumam um papel de multiplicadores e desenvolvam uma unidade de formação, testando-a e responsabilizando-se pela sua disseminação. Prevê-se que o desenvolvimento deste projecto se faça a partir da cooperação entre os participantes, com apoio de facilitadores, através de um grupo on-line, que proporcione um suporte à reflexão e monitorização das acções. No encontro, cada participante fez a apresentação de uma actividade de formação, desenvolvida no seu país.



12.3. Ao nível da OCDE

12.3.1. Grupo de Trabalho *Gaining from Migration*

A OCDE promoveu em 2006 a criação de um grupo de trabalho acerca dos ganhos das migrações. Para o devido efeito foram convidados vários especialistas internacionais da área da imigração, entre eles, o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. O ACIME participou nas duas reuniões de especialistas que tiveram lugar na sede da OCDE, Paris.

12.3.2. Relatório da OCDE *The Integration of immigrants into the labour market: the case of Portugal*

Reconhecendo a importância de uma avaliação externa acerca dos desafios que se colocam à integração dos imigrantes no mercado de trabalho português, o ACIME está a apoiar a realização do estudo da OCDE acerca de Portugal.

Este estudo promovido pela OCDE - Directorate for Employment, Labour and Social Affairs – DELSA, surge na sequência de outros relatórios, também produzidos por esta entidade, acerca da integração de imigrantes no mercado de trabalho de vários países (e.g. Suécia, Austrália, Alemanha, Dinamarca, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Reino Unido).

12.4. Relações Bilaterais

12.4.1. Comissão Conjunta Portugal - Cabo Verde para a Integração dos Imigrantes

Atendendo que a comunidade cabo-verdiana é uma das mais antigas e uma das mais representativas em Portugal e que há laços históricos e culturais entre Cabo Verde e Portugal foi decidido pelos dois países criar um grupo de trabalho conjunto sobre migrações.

Tendo sido reconhecido por ambos os países que a imigração cabo-verdiana enfrenta desafios e problemas que exigem de Cabo Verde, enquanto país de origem, e de Portugal, enquanto país de destino, a adopção de medidas e a institucionalização de mecanismos com vista a rectificar alguns aspectos negativos desse fenómeno, foi definida uma comissão consultiva conjunta com os seguintes objectivos:

- estimular a integração da comunidade cabo-verdiana na sociedade portuguesa;
- trabalhar para a gestão conjunta dos fluxos migratórios;



- criar mecanismos de concertação para o controle do fluxo migratório e o combate à emigração/imi-gração clandestina;
- definir acções de protecção consular, reinserção social e repatriamento de reclusos;
- aprofundar as parcerias bilaterais no âmbito da cooperação e desenvolvimento.

O ACIME é uma das instituições que participa na delegação portuguesa. A primeira reunião desta comissão teve lugar na cidade da Praia, Cabo Verde, no dia 19 de Abril de 2006.

12.4.2. Protocolo de Cooperação e Assistência Técnica em matéria laboral entre Portugal e Espanha

No âmbito do Protocolo de Cooperação e Assistência Técnica em matéria Laboral e Assuntos Sociais assinado em 2005, entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal e o Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais de Espanha, realizou-se em Madrid, no dia 14 de Julho uma reunião bilateral sobre políticas de acolhimento e integração de imigrantes e combate à discriminação racial.

A pedido do MTSS, o ACIME participou quer na preparação do encontro, quer na reunião conjunta entre os dois países. Mostrando-se de extrema utilidade, o encontro permitiu ao ACIME tomar contacto com os principais projectos em desenvolvimento em Espanha, partilhar a experiência portuguesa - em especial no que concerne aos principais projectos de informação e atendimento de imigrantes e as propostas legislativas formuladas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial sobre políticas de combate à discriminação racial, bem como conhecer os interlocutores espanhóis para a área da integração, que ao contrário de Portugal, se encontram na tutela do Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

Dado o interesse do encontro para ambos os países, ficou uma porta aberta para futuras colaborações, que possam significar uma troca de experiências e um enriquecimento comum, numa área que tem constituído um verdadeiro desafio para ambos os países e que se tem vindo a impor dentro da própria União Europeia.

12.5. Outras Parcerias Internacionais

17 de Abril de 2006 - O ACIME acolheu no CNAI de Lisboa uma delegação do governo da República da Sérvia, em visita de estudo ao nosso país para troca de experiências no âmbito de trabalhos preparatórios para elaboração de legislação sobre combate à discriminação na República da Sérvia.



15 e 18 de Junho de 2006 – O ACIME participou na Reunião Anual da Coligação de Cidades Contra o Racismo que se realizou em Madrid tendo sido convidado para realizar a conferência de encerramento sobre o tema «Da União Europeia à Administração Local: um compromisso partilhado».

12 de Setembro de 2006 - A pedido do MNE, o ACIME representou Portugal na reunião com o Comité Consultivo da Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais, que se realizou em Estrasburgo, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a aplicação no nosso país da respectiva Convenção que Portugal subscreveu.

5 e 6 de Dezembro de 2006 – O ACIME participou no Seminário de apresentação pública da Proposta de Lei de Combate à Discriminação na República da Sérvia, que se realizou em Belgrado, na qualidade de observador convidado representante de Estado-Membro da União Europeia.







PROGRAMA ESCOLHAS







1. O Programa Escolhas 2ª Geração

O Programa Escolhas foi criado em 2001 através da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001 de 9 de Janeiro, tendo sido renovado em Maio de 2004 na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 60/2004, passando a designar-se Programa Escolhas 2ª Geração (E2G). Esta renovação foi resultado de uma substancial reestruturação que ocorreu em três eixos essenciais:

1. Transformação de um Programa de prevenção da criminalidade para um Programa de promoção da inclusão;
2. De um Programa centralista e de “cima para baixo” para um Programa por projectos, de “baixo para cima”;
3. De um Programa sem prioridades para um Programa que estabeleceu como prioridade as crianças e jovens das 2ª e 3ª gerações de imigrantes.

Segundo estes princípios reformadores foi lançado um processo de candidaturas com o apelo à participação das estruturas comunitárias, a partir das necessidades definidas nos diagnósticos locais e com propostas concretas de acção consubstanciadas nos planos de actividades. Para este processo de candidaturas foi estabelecido o Regulamento do Apoio Técnico e Financeiro aos Projectos a submeter ao Programa Escolhas - Despacho nº.15 111/2004 (2ª. Série).

1.1. Objectivos

A Resolução de Conselho de Ministros 60/2004 identifica, no seu preâmbulo, os objectivos do Programa Escolhas 2ª Geração, visando nomeadamente “apoiar a integração das crianças e jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavorecidos e problemáticos, numa perspectiva de maior equidade, e prossegue os seguintes objectivos prioritários:

- a) A promoção da integração social das crianças e dos jovens dos bairros mais vulneráveis, incluindo daqueles que estiverem sujeitos a medidas de promoção e protecção ou a medidas tutelares educativas;
- b) A formação pessoal e social, escolar e profissional e parental, com a criação de condições para o acesso a estes valores das crianças e jovens;



c) O desenvolvimento nas crianças e nos jovens filhos ou familiares de imigrantes de um sentido de pertença e filiação à sociedade de acolhimento para que estes, sem terem que abdicar do essencial da cultura e das tradições da sua família, se desenvolvam em igualdade de circunstâncias com qualquer outra criança ou jovem pertencente à comunidade portuguesa.”

Tendo em conta os objectivos definidos, o Programa estruturou-se em quatro grandes medidas, que remeteram e orientaram os projectos para as áreas em que poderiam intervir, de forma a atingir os objectivos inicialmente identificados. São elas:

Medida I

Relaciona-se com iniciativas destinadas à inclusão escolar e formação profissional. Abrange iniciativas de prevenção do abandono escolar, de promoção do sucesso escolar e de formação profissional; medidas de educação e formação para crianças e jovens em situação de abandono escolar e iniciativas para desenvolvimento de competências pessoais e sociais. As respostas de inserção poderão incluir iniciativas ligadas a empresas (e outras entidades) e famílias.

Medida II

Prende-se com o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres, nomeadamente através da dinamização de espaços específicos, tendo em vista o desenvolvimento de competências que facilitem a integração social das crianças e jovens envolvidos.

Medida III

Visa contribuir para a plena integração na sociedade através da resolução de problemas de integração associados à situação pessoal dos destinatários; promoção da sua participação social; valorização da língua, valores, tradições, cultura e história das sociedades de origem e de acolhimento e iniciativas de aproximação às instituições do Estado.

Medida IV

De carácter transversal e cumulativa a uma ou mais das medidas anteriormente referidas, visa apoiar a inclusão digital das crianças e jovens provenientes de contextos sociais vulneráveis e a formação e enquadramento



dos técnicos envolvidos em projectos do E2G. A medida assenta, essencialmente, na criação de Centros de Inclusão Digital. O seu funcionamento será apresentado posteriormente neste documento, de forma mais detalhada no ponto 15.1.4.

1.2. Projectos Aprovados com Financiamento

O Modelo de Avaliação das Candidaturas adoptado, teve por base o disposto no Regulamento do Programa Escolhas. A resposta, após o período de candidaturas que decorreu entre 28 de Julho a 30 de Setembro de 2004, ultrapassou todas as expectativas: 520 candidaturas de 215 concelhos de todo o país, envolvendo 2200 instituições.

Assim, e em termos de balanço do processo de avaliação das candidaturas, importa referir que das 520 propostas apresentadas a nível nacional, foram, após rigoroso processo de avaliação, aprovadas com financiamento 87 candidaturas, 322 candidaturas foram aprovadas sem financiamento e 111 candidaturas foram excluídas por incumprimento dos requisitos formais estabelecidos no Regulamento. O quadro seguinte traduz este balanço final em cada zona do E2G.

Candidaturas aprovadas e excluídas

Zona	Candidaturas Aprobadas c/ financiamento	Candidaturas Aprobadas s/ financiamento	Candidaturas Excluídas	Total
Norte	33	131	57	221
Centro	29	120	30	179
Sul/Ilhas	25	71	24	120
Total	87	322	111	520

1.3. Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e avaliação dos projectos financiados ao abrigo do E2G encontram-se definidos no artigo 32º do Regulamento do Programa Escolhas 2ª Geração. Tal como consta nesse artigo, o acompanhamento e avaliação previstos para os projectos constituem um elemento fundamental e estruturante do modelo de intervenção preconizado pelo E2G. O acompanhamento e avaliação a efectuar compreenderam uma avaliação técnica sob a responsabilidade de cada equipa técnica de Zona e uma avaliação de execução financeira da



responsabilidade do Coordenador Administrativo e Financeiro. Transversalmente foi ainda efectuada uma avaliação específica para a Medida IV da responsabilidade do gestor Nacional da Medida IV.

Tendo em conta as especificidades e características inerentes aos 87 projectos aprovados para todo o território nacional, procurou-se uniformizar procedimentos e definir um modelo de acompanhamento e avaliação comum a todos os projectos embora flexível e adaptado às necessidades de cada projecto. Deste modo, a equipa técnica do PE dividida pelas três Zonas, definiu em conjunto com os Consultores Científicos, Prof. Dra. Maria João Freitas e Prof. Dr. Jorge Macaísta Malheiros, uma metodologia de acompanhamento e avaliação baseada em diferentes níveis de análise.

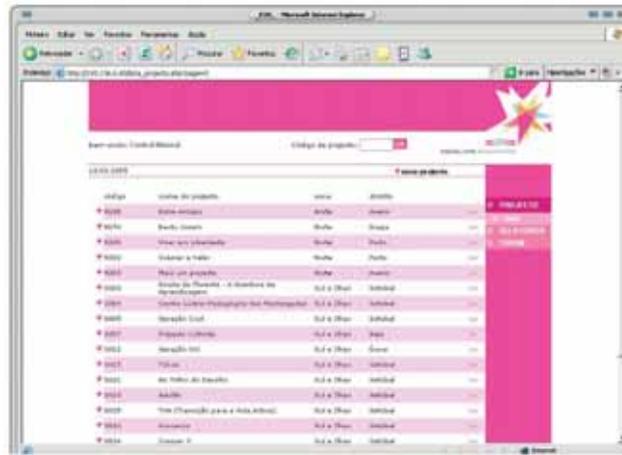
O princípio geral, consubstanciado neste novo modelo do Programa Escolhas, aponta para a co-responsabilização das instituições e consórcios locais, pelo que se pretendeu desde o início estabelecer uma relação de confiança com os projectos e consórcios. Neste sentido, as equipas E2G estabeleceram o princípio da confiança no trabalho desenvolvido pelos projectos, garantindo-se, simultaneamente, um conjunto de estratégias de acompanhamento e monitorização, de forma a salvaguardar que quaisquer desvios aos procedimentos considerados adequados, bem como aos compromissos assumidos em candidatura, pudessem ser de imediato corrigidos.

Outro dos princípios estruturantes na definição da metodologia de acompanhamento das equipas E2G foi a presença efectiva das equipas no terreno. Estabeleceu-se como fundamental os contactos presenciais nos locais de implementação dos projectos, com uma periodicidade não inferior a trimestral.

No sentido de uniformizar a informação de todos os projectos, foi criada uma Aplicação de Gestão da Informação Local (AGIL) que incorporou os modelos de relatórios que os consórcios elaboraram periodicamente. Esta ferramenta informática funcionou como uma base de dados de todos os projectos e possibilitou, não só o registo de todas as actividades e respectivas presenças, como também o registo individual de cada criança e jovem e o registo do seu projecto de vida. A AGIL permitiu, através da introdução da informação de cada projecto retirar um conjunto alargado de outputs (ex: relatórios quadrimestrais dos projectos), bem como uma avaliação on-going e em tempo real de cada projecto.



Aplicação para a Gestão da Informação Local



1.4. Centros de Inclusão Digital

As actividades desenvolvidas com recurso às novas tecnologias da informação e comunicação despertam quase sempre o maior interesse e adesão no público-alvo e, à sua escala, obtêm resultados bastante positivos e encorajadores. Foi baseado nesta ideia que com a renovação do Programa e através da candidatura à Medida IV, se perspectivou a possibilidade de uma extensão desta oportunidade a todos os projectos a apoiar pelo Escolhas, tendo em vista o apoio à instalação e funcionamento de uma rede de Centros de Inclusão Digital (CID@NET).

Particularmente inovadora, esta Medida IV, apoiada pelo POS-C (Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento) e pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, permitiu numa acção transversal, dotar 79 dos 87 projectos com Centros de Inclusão Digital (CID@NET); espaços livres e gratuitos de acesso às novas tecnologias e especificamente vocacionados para o “combate” à infoexclusão.

De uma forma geral, com a criação destes centros de actividades ligadas às novas tecnologias, pretendeu-se promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, com o objectivo de as dotar de saberes e competências pessoais, sociais e profissionais, utilizando para tal todas as potencialidades relacionadas com as novas tecnologias da informação e comunicação (Informática/ Internet), de forma a potenciar a redução de desvantagens competitivas e a aumentar a sua auto-estima. A inclusão social pela inclusão digital.



Tendo por base a especificidade do projecto de intervenção a desenvolver e as condições existentes para a sua prossecução, os consórcios candidatos puderam optar por uma das seguintes tipologias:

Tipologias CID@NET	
Tipo I	Tipo II
4 – 6 Computadores	8 – 10 Computadores
1 Impressora	2 Impressoras
1 LAN	1 LAN
1 Scanner	2 Scanners
2 Webcams	2 Webcams
1 Máquina Fotográfica Digital	1 Máquina Fotográfica Digital
Software	Software
Acesso à Internet em BL	Acesso à Internet em BL
Mobiliário	Mobiliário
Consumíveis	Consumíveis
1 Monitor disponível 20 h/semana	1 Monitor disponível 35 h/semana

Ao todo, foi financiada a instalação em áreas de maior vulnerabilidade social, 511 novos computadores pessoais.

Na sequência da implementação dos Centros de Inclusão Digital, uma das primeiras preocupações do E2G prendeu-se directamente com a necessidade de ministrar aos monitores que dinamizariam os CID@NET uma acção de formação na área da informática. Da responsabilidade da empresa Rumos, Formação e Comunicação S.A., a acção de formação foi dirigida a 71 monitores do CID@NET e decorreu ao mesmo tempo em Lisboa e no Porto. Ao abrigo do protocolo estabelecido com a Microsoft Portugal, foi ainda realizada uma nova acção de formação para aprofundamento de conteúdos e adequação ao currículo “Unlimited Potential” disponibilizado por protocolo pela Microsoft Portugal.



Currículo “Unlimited Potential”



Na área da Internet, e no âmbito da construção dos sites dos projectos financiados, o E2G disponibilizou não só um endereço sob o seu domínio (www.programaescolhas.pt) como um espaço de 100 MB por projecto nos seus servidores. Para os projectos com monitores CID@NET menos familiarizados com a área do webdesign, o Escolhas disponibilizou ainda uma plataforma de templates para construção de sites.

No âmbito do já referido currículo “Unlimited Potential”, 60 projectos implementaram o referido currículo de 8 módulos (computador pessoal, media digital, Internet, webdesign, processadores de texto, apresentação, base de dados e folha de cálculo) dando origem à emissão de 2363 certificados modulares referentes a 1372 destinatários dos projectos financiados pelo Escolhas.

1.5. Actividades Globais

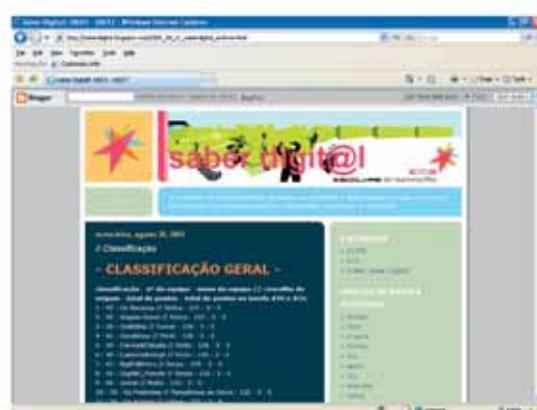
De forma a complementar os planos de actividades detalhados de cada projecto, e assumindo uma postura proactiva na disponibilização de recursos e iniciativas aos projectos locais, o E2G procurou desenvolver um conjunto de actividades globais que foram sendo postas à consideração de cada projecto. Neste sentido são de salientar três iniciativas do E2G que permitiram a mobilização de crianças e jovens, nomeadamente durante os períodos de pausas lectivas:



- S@ber Digital

O I Torneio de Conhecimento “Saber Digit@l”, desenvolvido nos meses de Julho e Agosto de 2005, foi uma competição baseada na resolução de um conjunto de tarefas temáticas que foram sendo lançadas on-line através do blog: <http://saberdigital.blogspot.com>. Através da pesquisa na Internet e da resposta por e-mail, 276 jovens organizados por 138 equipas de todo o país, puderam nesse Verão desenvolver competências em TIC alargando a sua cultura geral.

Blogue S@ber Digital



- Olh@r Digital

Em Dezembro de 2005 ocorreu o I Torneio de Fotografia “Um Olhar Digit@l”, concurso de fotografia temática que visava por último a criação de portfolios digitais subordinados aos temas entretanto lançados no blogue <http://umolhardigital.blogspot.com>. Foram envolvidas 344 crianças e jovens de todo o país.

Blogue Olh@r Digital





- Comboio Escolhas



Entre 30 de Julho a 6 de Agosto o Comboio Escolhas, uma iniciativa do Programa Escolhas – 2ª Geração em parceria com a Associação Juvemedia e com o apoio da CP, percorreu o país de norte a sul, proporcionando muita diversão e convívio saudável aos participantes. O Comboio, com 120 jovens, partiu em viagem e descobriu Portugal passando por: Lisboa, Aveiro, Porto, Amarante, Guarda, Tomar, Beja, Faro e Zambujeira do Mar

Para a selecção dos jovens que participaram foram definidos os seguintes critérios:

- idade entre os 16 e 24 anos;
- facilidade de relacionamento interpessoal;
- autonomia e espírito de iniciativa.

Os jovens seleccionados tiveram o papel de “embaixador(a)” e viram recompensada a sua trajectória durante o ano lectivo. Deste modo assumiram a responsabilidade de representaram da melhor forma o seu projecto, bem como a sua área de residência. Através da sensibilização dos participantes para temáticas como a cidadania, emprego, educação, gastronomia, entre outras, jovens de diferentes contextos puderam contactar realidades diferentes e, desse modo, vivenciar novas experiências.

Das 150 vagas, 86 foram jovens indicados pelos projectos financiados e acompanhados pelo Programa Escolhas 2ª Geração.



1.6. Parcerias

Procurando articular-se com outros programas e iniciativas da administração central e local, o E2G estabeleceu, entre outras, um conjunto de parcerias formais e informais com as seguintes organizações: Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), Instituto Português da Juventude (IPJ), Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCR), Iniciativa Bairros Críticos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), Microsoft (Medida IV).

1.7. Avaliação Externa

De acordo com o Regulamento do Programa Escolhas 2ª Geração, a avaliação externa faz parte integrante do desenvolvimento do Programa devendo ser implementada por uma instituição independente que avalie o Programa na sua totalidade. De forma a atingir este objectivo o Centro de Estudos Territoriais (CET) tem vindo a implementar a avaliação do E2G, que terminará apenas em 2007 com a avaliação do impacte do E2G.

A equipa coordenada pela Prof. Isabel Duarte tem vindo a acompanhar de perto a implementação do Programa, recorrendo a um conjunto diversificado de estratégias. Para além da recolha e análise documental regular, o CET procedeu a estudos de caso, workshops e focus-groups, entre outros, possibilitando uma avaliação integrada e externa do Programa e dos projectos que o mesmo financia e acompanha.



2. Orçamento e Indicadores de Execução E2G

2.1. Total de Destinatários e de Sessões de Trabalho

Durante a implementação do E2G foram envolvidos nas actividades dos 87 projectos financiados pelo Escolhas 43.199 indivíduos em 175.061 sessões de trabalho.

Total e Tipo de Destinatários

Tipo	Total
Crianças e Jovens	34.580
Familiares	5.056
Outros	3.563
TOTAL	43.199

2.2. Destinatários por Medida

Relativamente à distribuição por medidas, salientam-se as actividades de carácter escolar e formativo (23116 participantes), seguidas das actividades de ocupação dos tempos livres (20255) e das actividades no âmbito dos Centros de Inclusão Digital (17008). Com menor expressão surgem as actividades no âmbito da medida III, exclusiva para descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

Destinatários por medida

Medida	Total
Medida I	23.116
Medida II	20.255
Medida III	6.584
Medida IV	17.008



2.3. Destinatários por Grupo Etário

A distribuição por idades demonstra um predomínio do grupo alvo prioritário para o E2G (6 aos 18 anos), com maior incidência nos grupos etários dos 14-18 anos e dos 11-13 anos.

Destinatários por Grupo Etário

Grupo Etário	Total
menos que 6	126
6-10 anos	8.673
11-13 anos	10.233
14-18 anos	11.971
19-24 anos	3.471
mais que 24	8.725
TOTAL	43.199

2.4. Destinatários por Nível de Escolaridade

Quanto à distribuição dos destinatários por níveis de escolaridade, e quando comparado com o quadro anterior, verifica-se um claro desfasamento entre as idades e os níveis de habilitações que lhes deveriam corresponder. Efectivamente há um claro predomínio do 1º ciclo como habilitação completa, quando as idades são, em média, superiores a este nível de escolaridade.

Destinatários por Nível de Escolaridade

Habilitações	Total
Sem Habilitações	1.625
1º Ciclo	22.109
2º Ciclo	8.938
3º Ciclo	6.643
Secundária	2.047
Bacharelato/Licenciatura	1729
Desconhecido	108
TOTAL	43.199



2.5. Destinatários por Sexo

Ao nível da distribuição por sexos nota-se um equilíbrio, com ligeiro predomínio do sexo masculino.

Destinatários por Sexo

Sexo	Total
Masculino	21.789
Feminino	21.410
TOTAL	43.199

2.6. Execução Financeira

O E2G financiou 87 projectos que terminaram em Outubro de 2006, e que representaram um investimento inicial previsto de 12.114.113,07 € durante os dois anos de implementação, sendo 9.724.544,51 € referentes à Medida I, II e III e 2.389.568,56 € referentes à Medida IV.

A repartição dos orçamentos por Zona foi a seguinte:

Orçamentos por Zona

Zona Centro (29 Projectos)	€ 4.057.195,22
Zona Norte (33 Projectos)	€ 4.667.045,66
Zona Sul e Ilhas (25 Projectos)	€ 3.389.872,19
Total (87 Projectos)	€ 12.114.113,07

O Programa Escolhas 2ª Geração foi financiado através do Instituto da Segurança Social, I.P. com 5.750.000,00 por ano. As verbas destinadas à Medida IV que levaram à implementação de 79 Centros de Inclusão Digital foram financiadas integralmente através de Contrato Programa efectuado com o POS-C - Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento.

Dado os projectos terem terminado a 31 de Outubro de 2006 e estando ainda a decorrer os acertos finais de contas, poderemos apenas avançar com segurança que a média de execução rondará os 90 %, face aos orçamentos aprovados e executados.







3. Formação Contínua

3.1. Pós-Graduação “Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática”



Inaugurado em Novembro de 2004, o Curso de Pós-Graduação assente na plataforma de e-learning (<http://web.educom.pt/acime/>), denominado “Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática”, destinou-se aos coordenadores de projectos aprovados no âmbito do E2G. O curso foi promovido em parceria pelo ACIME/E2G, EDUCOM, MEDIAR e ISCTE e foi coordenado pela equipa Entreculturas.

Este curso, respondendo à necessidade de formação contínua prevista no Regulamento do E2G, destinou-se a qualificar os técnicos de intervenção local e procurou contribuir para a emergência de respostas formativas adequadas aos contextos de intervenção. Revestiu-se, por isso mesmo, de particular relevância para o desenvolvimento dos projectos.

Com a entrega e avaliação dos portfolios individuais e das monografias, o curso terminou em Janeiro de 2006. Em termos de balanço geral, estes são os principais resultados das avaliações efectuadas pelo ISCTE:

- Dos 77 inscritos inicialmente, 52 conseguiram completar o curso com sucesso;
- Dos 52 que completaram o curso com sucesso, 45 conseguiram o Grau de Pós-graduação e sete conseguiram o Grau de Especialização;



Plataforma e-learning



No dia 31 de Outubro de 2006, decorreu a sessão de encerramento do Curso, com a entrega dos certificados. A sessão aconteceu no grande auditório do ISCTE e o balanço final em termos de resultados foi muito positivo. O esforço compensou, a comunidade de prática foi consolidada e os intercâmbios que se foram estabelecendo entre os diferentes projectos serviram para reforçar a pertinência desta partilha e aprendizagem conjunta.

3.2. Encontros Regionais e Nacional

Procurando promover espaços de partilha e reflexão conjunta entre os 87 projectos financiados pelo E2G, decorreram ao longo dos dois últimos anos momentos de encontro entre todos os projectos, nomeadamente os Encontros Regionais e o Encontro Nacional do Programa Escolhas.

Nos Encontros Regionais, realizados em cada Zona, foi possível fazer a apresentação temática dos projectos e partilhar a sua experiência no terreno, centrando-se na análise dos factores de sucesso, mas também dos factores de risco e constrangimentos sentidos durante os primeiros meses de execução dos projectos financiados pelo E2G. Os Encontros realizaram-se nas seguintes datas e locais:

- Zona Sul e Ilhas – 31 de Maio a 3 de Junho de 2005, em Mértola
- Zona Centro – 5 a 8 de Junho de 2005, em Peniche
- Zona Norte – 14 a 17 de Junho de 2005, na Anadia



Encontros Regionais



Em 1 e 2 de Fevereiro de 2006, no Centro de Reuniões da Feira Internacional de Lisboa – FIL, realizou-se o Encontro Nacional do Programa Escolhas 2ª Geração. Participaram neste evento o Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, o Coordenador do E2G, Dr. Rui Marques, o Presidente do Instituto de Segurança Social, Dr. Edmundo Martinho, representantes dos 87 projectos espalhados por Portugal continental e ilhas, os coordenadores e técnicos de zona, entre outros participantes que enriqueceram o Encontro com intervenções, como as do Prof. Dr. Jorge Malheiros (Centro de Estudos Geográficos, UL), do Dr. Armando Leandro (Presidente da CNPCJR), do Eng. Roberto Carneiro (UCP) e do Prof. Dr. Luís Magalhães (UMIC).

“Ocupar para Integrar”, “A Educação na Inclusão Social de Crianças e Jovens”, o “Combate à Exclusão Digital” e a “Inclusão Social de Descendentes de Imigrantes” foram algumas das temáticas debatidas neste Encontro, através da exposição do trabalho realizado por alguns dos projectos, com recurso a texto, imagens e vídeo.

Encontro Nacional



3.3. Outras Acções

Pontualmente o E2G organizou algumas acções complementares, consoante necessidades específicas de formação detectadas. Salientam-se neste domínio acções acerca da nova Lei da Nacionalidade, sobre serviços e recursos disponíveis no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, sobre Sustentabilidade de Projectos de Intervenção Social e, ainda, um workshop sobre culturas juvenis urbanas (*Hip Hop*).



4. Produção e Divulgação de Materiais

O Programa Escolhas 2ª Geração reforçou um conjunto de mecanismos de comunicação que possibilitaram a sua divulgação e reconhecimento no contexto da sociedade portuguesa. É de reforçar que foi seguida, de forma genérica, em todas as ferramentas, uma linguagem que procurou dar uma imagem positiva dos destinatários e contextos de implementação, baseada nas potencialidades dos territórios e não das suas carências, sobejamente conhecidas e publicitadas.

4.1. Site do E2G

O site do Programa Escolhas (www.programaescolhas.pt) foi criado durante a primeira fase do Programa (2001-2003) e, profundamente reformulado aquando a implementação do Programa Escolhas 2ª Geração (Junho de 2004).



Nessa fase, o site constituiu-se como uma importante ferramenta de apoio ao processo de candidaturas, disponibilizando toda a informação e documentação necessárias para a constituição de uma proposta de projecto. Esta situação repetiu-se, na presente fase de candidaturas. Até Novembro de 2004 (início do Programa Escolhas 2ª Geração), o site divulgou ainda as actividades desenvolvidas no contexto do primeiro modelo do Programa, com especial destaque para as iniciativas de verão (com um carácter essencialmente lúdico).



Com o início do funcionamento dos projectos, o site foi preparado para um conjunto de outras funcionalidades, das quais destacamos:

- 1 – Apresentação genérica do Programa Escolhas (“O que é?”; “Enquadramento”; “Equipa” e “Contactos”);
- 2 – Apresentação resumida dos projectos acompanhados (nome; local de implementação, instituição promotora; parceiros, destinatários, medidas enquadradas, contactos e, um pequeno sumário executivo);
- 3 – Apresentação das actividades desenvolvidas no contexto do Programa, em formato “Agenda”;
- 4 – Disponibilização para consulta e download das Revistas Escolhas, em formato PDF;
- 5 – Galeria de fotos relativas aos projectos;
- 6 – Dois blocos centrais de notícias, de informações genéricas e de publicitação das actividades desenvolvidas;
- 7 – Um bloco de apresentação detalhada de projectos, denominado “Projecto da Semana” (inclui uma entrevista com a coordenação do projecto e fotos de actividades);
- 8 – Um bloco denominado de “Observatório”, com apresentação de relatórios, estudos, publicações e outras iniciativas directa ou indirectamente relacionados com o Programa Escolhas;
- 9 – Directório de ligações, com apresentação de sites de entidades relacionadas, directa ou indirectamente, com o Programa Escolhas.

De forma resumida, o site constitui-se, no essencial, como uma plataforma de apresentação do Programa, como um todo, ao exterior. Parte dos conteúdos é da responsabilidade directa dos projectos e respectivos destinatários.

4.2. Revista Escolhas

Se o site se constitui como a principal fonte de informação para quem procura, por sua iniciativa, obter informações sobre o Programa, a revista Escolhas serviu sobretudo o propósito de divulgar o Programa no seio da sociedade portuguesa em geral, sendo a sua distribuição feita de forma gratuita, através de um jornal diário de tiragem significativa (são produzidos cerca de 90000 exemplares de cada revista).

Este meio de divulgação, sendo dirigido a um público mais vasto e genérico, assume uma linguagem mais jornalística e recorre a uma apresentação gráfica atractiva (com um conjunto significativo de imagens de actividades). Os projectos e os destinatários são frequentemente chamados a participar nos conteúdos produzidos.



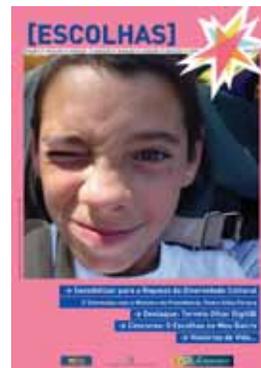
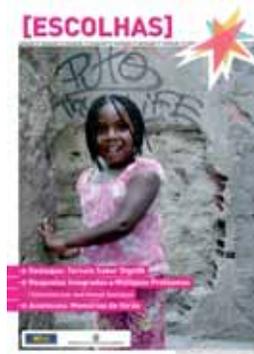
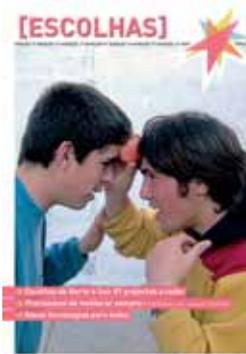
A revista Escolhas estrutura-se da seguinte forma:

- 1 – Informações genéricas sobre iniciativas de interesse, desenvolvidas pelos projectos ou da responsabilidade directa do próprio Programa (por exemplo, o Comboio Escolhas);
- 2 - Informações genéricas sobre temáticas relacionadas com a área de intervenção do Programa (por exemplo, Lei na Nacionalidade);
- 3 – Uma entrevista de fundo (três páginas) a personalidades significativas dentro da área de intervenção do Programa (Joaquim Azevedo; José Manuel Henriques; Pedro Silva Pereira e Edmundo Martinho, até ao momento);
- 4 – Artigos de opinião por parte da equipa central do Programa;
- 5 – Apresentação detalhada dos projectos acompanhados;
- 6 – Apresentação de iniciativas desenvolvidas no contexto dos espaços CID@Net;
- 7 – Espaço de opinião de personalidades directa ou indirectamente relacionadas com o Programa (Consultores Científicos, Entreculturas, Directora do CNAI);
- 8 – Espaço de concursos diversos (nomeadamente fotografia), com participação directa dos destinatários do Programa.

A revista assume assim uma vertente institucional, mas organizada de forma atractiva relativamente aos leitores. A distribuição a nível nacional garantiu níveis significativos de divulgação do Programa. O facto de se dar grande destaque aos projectos e aos destinatários garantiu o reconhecimento do trabalho desenvolvido. Foi alvo de avaliação positiva por parte dos projectos.

Até ao momento foram lançados quatro números da revista Escolhas.

Capas das Revistas Escolhas



4.3. Escolhas: Diversidade em Acção

Na fase de avaliação do primeiro ano de implementação do Programa Escolhas 2ª Geração considerou-se fundamental dar a conhecer o trabalho desenvolvido. Desta forma, e aproveitando o primeiro Encontro Nacional do Programa, foi feita uma compilação dos textos de apresentação dos projectos, presentes na Revista Escolhas. Foi produzido um livro, “Escolhas: Diversidade em Acção” que, genericamente, enquadra o Programa, faz um balanço dos principais resultados relativos ao primeiro ano de implementação e apresenta os 87 projectos.

A sua distribuição seguiu uma lógica essencialmente institucional. Este documento constituiu-se como uma importante forma de apresentação do Programa.

4.4. Vídeos

Seguindo a lógica do livro “Escolhas: Diversidade em Acção”, foram criados diversos vídeos, que se constituíram como importantes documentos representativos da história destes dois anos de Programa. Foram eles:

1 - Escolhas: Diversidade em Acção – Um Ano em Movimento. Este vídeo complementou o livro “Escolhas: Diversidade em Acção” e foi apresentado no contexto do Encontro Nacional. Apresenta de forma resumida o programa, no que respeita ao seu enquadramento teórico e às principais actividades desenvolvidas. Foi distribuído em contexto institucional;

2 – Foi produzido um outro vídeo, relativo à iniciativa Comboio Escolhas. O vídeo constitui-se como um diário desta actividade, com apresentação do dia-a-dia no comboio, relatado pelos destinatários participantes.

3 – Foram produzidos dois outros vídeos, utilizados em apresentações públicas do Programa, relativos especificamente à Medida IV (um que faz um enquadramento geral, um outro específico à iniciativa “Saber Digital”).

Estes vídeos foram apresentados no programa Nós.

DVD Comboio Escolhas





5 – A Nova Versão do Programa Escolhas 2006-2009

A renovação do Programa Escolhas é fundamentada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 80/2006, de 26 de Junho, efectivando-se, desta forma, a sua continuidade para o período de 2006 a 2009.

5.1. - Objectivos

O Programa Escolhas, tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Pretende-se, assim, consolidar o modelo anterior, investindo no desenvolvimento de actividades no âmbito do apoio à educação formal e não formal, de orientação e encaminhamento para a formação profissional, de desenvolvimento de competências e saberes facilitadores da integração social e profissional, bem como de envolvimento dos familiares no processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens.

Assim, são destinatários prioritários do PE crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, residentes em territórios com maior índice de exclusão e insuficientes respostas institucionais; jovens em abandono escolar precoce, sem a escolaridade mínima obrigatória; descendentes de imigrantes e minorias étnicas e jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e a medidas de promoção e protecção. Considera-se ainda como potenciais destinatários, os familiares das crianças e jovens integrados nos projectos, segundo uma lógica de co-responsabilização nos respectivos processos de desenvolvimento pessoal e social.

Os projectos são dinamizados por um consórcio de instituições (mínimo de três), de forma a rentabilizar e potenciar os recursos das diferentes entidades parceiras. Os projectos têm a duração mínima de um ano e máxima de três anos, sendo que os que se propõem a uma duração superior a um ano, são renovados anualmente apenas mediante parecer positivo do Coordenador do Programa Escolhas.

O Programa estrutura-se em quatro áreas estratégicas de intervenção:

- a) Inclusão Escolar e Educação Não Formal – Medida I
- b) Formação Profissional e Empregabilidade – Medida II
- c) Participação Cívica e Comunitária – Medida III
- d) Inclusão Digital – Medida IV



A Medida I abrange:

- a) Actividades de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso escolar;
- b) Medidas de educação que facilitem a reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola ou dela estejam ausentes, a partir dos 12 anos dinamizadas dentro ou fora do espaço escolar;
- c) Acções de educação não formal que favoreçam a aquisição de competências pessoais e sociais, promovendo o sucesso educativo;
- d) Co-responsabilização das famílias no processo de desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, através da mediação familiar e formação parental.

A Medida II tem por base:

- a) Actividades que favoreçam o acesso à formação profissional e ou emprego;
- b) Capacitação dos destinatários com competências e saberes que constituam vantagens competitivas para a sua integração social e profissional;
- c) Promoção da responsabilidade social de empresas e outras entidades, mobilizando oportunidades para a inserção na vida activa (estágios profissionais, promoção do primeiro emprego, etc.).

A Medida III promove:

- a) Desenvolvimento de espaços criativos e inovadores, que permitam dinamizar actividades ocupacionais facilitadoras da integração comunitária e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- b) Promoção da participação social, através das dinâmicas associativas (formais e informais);
- c) Desenvolvimento de um espírito de cidadania activa no sentido de valorizar a presença das crianças e jovens na sociedade;
- d) Descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades imigrantes;
- e) Aproximação às instituições do Estado;
- f) Co-responsabilização dos familiares no processo de desenvolvimento pessoal, social, escolar e profissional;
- g) Iniciativas de serviço à comunidade;
- h) Promoção de espaços de informação e aconselhamento especialmente destinados à divulgação de informação e serviços de Estado dirigidos aos jovens;
- i) Promoção da mobilidade juvenil dentro e fora do território nacional.



A Medida IV contempla acções:

- a) Lúdico Pedagógicas;
- b) Específicas de âmbito formativo em Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- c) De apoio à inclusão escolar.

5.2 - Processo de Candidaturas

O período de Candidaturas decorreu desde a publicação do Regulamento do Programa Escolhas em Diário da República, a 10 de Agosto de 2006, até 2 de Outubro de 2006. As candidaturas, acompanhadas do Parecer da Rede Social (excepto nos casos em que o Conselho Local de Acção Social não esteja constituído) foram apresentadas em formulários próprios (em formato digital), disponíveis nos serviços do Programa Escolhas e no site.

Os formulários requeriam informação de carácter obrigatório, como: diagnóstico de necessidade e recursos; objectivos e resultados intercalares e finais, caracterização dos destinatários do projecto; plano de actividades; processo de auto-avaliação; orçamento desagregado por rubricas e ano civil, recursos humanos afectos ao projecto e serviços de apoio; síntese dos aspectos inovadores; complementaridade com outras iniciativas ou projectos congéneres; roteiro de sustentabilidade.

5.3 - Divulgação

Tendo em conta o período estipulado para o processo de candidaturas, o objectivo global da divulgação foi o de informar o maior número de instituições em todo o território nacional. Para atingir o objectivo supra referido, foram tidas em conta as seguintes formas de divulgação, nomeadamente:

- a) Adequação do *site* do Programa Escolhas (www.programaescolhas.pt), de forma a funcionar como um meio privilegiado de apoio ao processo de candidatura;
- b) Preparação de sessões de divulgação do processo de candidatura do Programa Escolhas a nível nacional (continente);
 - b.1) Pedido de colaboração a um conjunto de instituições da Administração Central, Regional e Local, para a divulgação das sessões de divulgação do processo de candidatura ao PE, junto de diversas instituições;
 - b.2) Divulgação pelos meios de comunicação nacionais (continente e regiões autónomas dos Açores e da Madeira);



c) Criação de um núcleo de apoio às candidaturas, constituído pelos membros da equipa do Programa Escolhas, com um serviço (telefónico, por e-mail e via postal) de esclarecimento sobre o processo de candidatura.

O site do Programa Escolhas serviu para apoiar o processo de candidaturas e promover a divulgação do novo modelo de intervenção. Tendo em conta os níveis de consulta verificados, podemos concluir que o site do Programa assumiu um papel muito relevante na divulgação do processo de candidatura, permitindo um acesso fácil e descentralizado a toda a informação/documentação necessárias.

Paralelamente à divulgação efectuada no site do Programa Escolhas, iniciou-se a preparação e realização das sessões de divulgação do processo de candidatura a nível nacional. A realização destas sessões foi protagonizada pelas equipas de Zona do Programa Escolhas. As sessões de esclarecimento decorreram nas Delegações Regionais do Instituto Português da Juventude.

De forma a maximizar o processo de candidatura e paralelamente à preparação das sessões de esclarecimento do Programa Escolhas, contactou-se com um conjunto alargado de instituições da Administração Central, Regional e Local no sentido destas colaborarem na divulgação das sessões de esclarecimento junto das instituições (vacionadas para uma intervenção no âmbito do PE) das suas áreas, sempre com o objectivo de chegar ao maior número de entidades possível. Desta forma, o pedido de apoio na divulgação das sessões distritais sobre a candidatura ao Programa Escolhas foi realizado às seguintes instituições:

- Centros Distritais de Segurança Social;
- Governos Cívicos;
- Direcções Regionais de Educação;
- Câmaras Municipais;
- Instituições parceiras do Programa Escolhas promotoras dos projectos E2G

Para além deste pedido de apoio às instituições, foi também solicitado o apoio aos meios de comunicação, no sentido de divulgarem a abertura de candidaturas ao Programa Escolhas, com informação sobre o seu enquadramento e processo normativo.

No que se refere às sessões de esclarecimento, o número de inscrições por sessão teve apenas em consideração o número de lugares disponíveis nos espaços cedidos pelas Delegações Regionais do Instituto Português da Juventude. Contudo, solicitou-se a comparência de apenas um representante por instituição, para que tivessem acesso a estas sessões o maior número de instituições. Verificou-se, em alguns distritos, a necessidade



de aumentar o número de sessões previstas. Por haver uma grande adesão às sessões de divulgação, tiveram de ser criadas sessões adicionais para os distritos de Évora e Porto. Segue-se nos quadros abaixo, um resumo das sessões de divulgação a nível nacional.

Sessões de Divulgação na Zona Norte

Zona Norte			
Distrito	Data das Sessões	Nº total Inscrições	Nº total de Participantes
Porto	6 de Setembro	38	34
	12 de Setembro	45	48
	14 de Setembro	44	28
Braga	11 de Setembro	89	80
Guarda	7 de Setembro	27	42
Aveiro	8 de Setembro	47	47
Total: 4 distritos	6 Sessões	290 Instituições Inscritas	279 Instituições Participantes

Sessões de Divulgação na Zona Centro

Zona Centro			
Distrito	Data das Sessões	Nº total Inscrições	Nº total de Participantes
Lisboa	4 de Setembro	26	23
	5 de Setembro	30	26
	6 de Setembro	66	59
Leiria	8 de Setembro	59	60
Coimbra	7 de Setembro	38	34
	7 de Setembro	35	31
Total: 4 distritos	6 Sessões	254 Instituições Inscritas	233 Instituições Participantes



Sessões de Divulgação na Zona Sul e Ilhas

Zona Sul e Ilhas			
Distrito	Data das Sessões	Nº total Inscrições	Nº total de Participantes
Setúbal	13 de Setembro	60	51
Évora	12 de Setembro	30	36
	12 de Setembro	21	26
Faro	11 de Setembro	54	60
Total: 4 distritos	4 Sessões	165 Instituições Inscritas	173 Instituições Participantes

A nível nacional realizaram-se 16 Sessões de Divulgação, num total de 12 distritos. Verificou-se a inscrição de 699 instituições nas sessões, tendo havido a participação de 705 instituições.

Com o objectivo de prestar um serviço de esclarecimento sobre o processo de candidatura, foi criado um núcleo de apoio às candidaturas constituído pelos membros da Equipa do PE. Este serviço foi prestado essencialmente por via telefónica e por e-mail (candidaturas@programaescolhas.pt), através das delegações de Lisboa e Porto, durante o período de candidatura estipulado.

5.4. – Candidaturas Recebidas

Atendendo ao prazo limite fixado pelo Regulamento para a entrega das candidaturas (nº 4 do art. 11º) procedeu-se à elaboração de um documento referente aos procedimentos a adoptar pelo Secretariado Técnico de Avaliação das candidaturas apresentadas. Pretendeu-se, com este documento, clarificar alguns procedimentos gerais referentes, nomeadamente, à entrega/recepção de candidaturas e à sua avaliação.

As candidaturas a apresentar ao PE poderiam ser enviadas pelo correio, por carta registada com aviso de recepção ou entregues pessoalmente, por mão própria (P.M.P), nas delegações do Porto e Lisboa, até às 17.00H do dia 2 de Outubro de 2006. Todas as candidaturas tinham, ainda, de apresentar o formulário via electrónica através do site do PE, até ao dia 2 de Outubro de 2006.

A nível nacional, foram apresentadas 488 candidaturas. Analisando a sua distribuição pelas três zonas territoriais de intervenção do PE, constata-se que a Zona Norte, composta por oito distritos (Viana do Castelo, Braga,



Porto, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu e Aveiro), recebeu um total de 232 candidaturas. A Zona Centro que integra um total de quatro distritos (Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Lisboa), recepcionou 142 candidaturas e a Zona Sul e Ilhas, que abrange os distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro, e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, recebeu um total de 114 candidaturas.

Distribuição de Candidaturas por Zona

Zona	N.º Cand.	%
Norte	232	47,5%
Centro	142	29,1%
Sul e Ilhas	114	23,4%
Total	488	100,0%

Importa salientar o elevado número de candidaturas apresentado na Zona Norte (232), representando 47,5% da totalidade das propostas recebidas, a Zona Centro recebeu 29,1% do total e a Zona Sul e Ilhas, 23,4%. No que diz respeito à distribuição das candidaturas por distrito, importa referir o facto de termos recebido candidaturas de todos os distritos e das regiões autónomas da Madeira e Açores, revelando assim uma grande mobilização e aposta por parte das estruturas das comunidades locais para a implementação de iniciativas na área da intervenção do PE.

Número de candidaturas por Distrito

Norte		Centro		Sul/Ilhas	
Distrito	Nº	Distrito	Nº	Distrito	Nº
Braga	41	Castelo Branco	10	Setúbal	30
Bragança	8	Coimbra	30	Portalegre	11
Porto	96	Leiria	18	Évora	20
Guarda	15	Lisboa	70	Beja	17
Aveiro	32	Santarém	13	Faro	19
Viseu	15	Coimbra/Porto/Braga	1	Açores	9
Viana do Castelo	15			Madeira	6
Vila Real	9			Aveiro/Portalegre	1
Porto/Braga	1			Évora/Beja	1
SUB-TOTAL	232	SUB-TOTAL	142	SUB-TOTAL	114
TOTAL		488			



Os distritos que mais candidaturas receberam foram Porto e Lisboa, com 96 e 70 candidaturas, respectivamente. Se analisarmos a distribuição de candidaturas por concelho, verifica-se que dos 308 concelhos que compõem o território nacional, 219 (71%) concorreram ao financiamento do programa PE.

Distribuição das Candidaturas por Concelho

Distrito	Total Concelhos	N.º de Concelhos c/ Projectos	%
Braga	14	14	100%
Bragança	12	5	42%
Porto	18	18	100%
Guarda	14	10	71%
Aveiro	19	14	74%
Viseu	24	13	54%
Viana do Castelo	10	9	90%
Vila Real	14	7	50%
Sub-total Norte	125	90	72%
Castelo Branco	11	6	55%
Coimbra	17	13	76%
Leiria	16	11	69%
Lisboa	16	11	69%
Santarém	21	12	57%
Sub-total Centro	81	53	65%
Setúbal	13	12	92%
Portalegre	15	9	60%
Évora	14	10	71%
Beja	14	11	79%
Faro	16	14	88%
Açores	19	4	21%
Madeira	11	6	55%
Sub-total Sul	102	76	75%
TOTAL	308	219	71%



A Zona Sul e Ilhas apresentou a maior representatividade concelhia, sendo que 75% dos concelhos deste território apresentaram candidatura ao PE. Na Zona Norte, os concelhos tiveram uma representatividade de 72%, enquanto que a Zona Centro apresentou uma menor diversidade de concelhos (65%). É ainda de referir que algumas das candidaturas apresentadas (20) abrangiam mais do que um concelho. Alguns destes casos assumem uma dimensão inter-distrital.

Em termos concelhios, há a considerar especificamente as 26 candidaturas para o concelho do Porto e as 19 para o concelho de Lisboa, as 14 para o concelho da Amadora e as 11 para o concelho de Vila Nova de Gaia. De salientar o decréscimo do nº de candidaturas para o concelho de Lisboa, face ao nº registado em 2004 (34). Por outro lado, o concelho do Porto recebeu mais candidaturas do que durante o processo anterior (16).

Relativamente às instituições candidatas, e de forma a facilitar o tratamento estatístico dos dados tendo em vista a grande diversidade das instituições candidatas, foi estabelecida uma tipologia que passamos a analisar em detalhe.

Candidaturas por tipologia de instituições

Tipo de Instituições	Recebi- das	%
Escolas/Agrupamentos	573	18,9%
Centros de Formação	52	1,7%
Associações Juvenis	83	2,7%
Associações de Imigrantes	41	1,4%
Associações Desportivas e Culturais	188	6,2%
IPSS	530	17,5%
Associações de Desenvolvimento Local	73	2,4%
IRS	30	1,0%
ISSS	43	1,4%
CPCJ	169	5,6%
PETI	22	0,7%
Saúde	74	2,4%
Centros de Emprego	15	0,5%
Direcção de Educação	120	4,0%



Municípios	398	13,2%
Juntas de Freguesia	202	6,7%
Institutos e Fundações	42	1,4%
Empresas Públicas	64	2,1%
Empresas Privadas	49	1,6%
Entidades Religiosas	8	0,3%
ONG	17	0,6%
Policías	6	0,2%
Outras	225	7,4%
Total	3024	100,0%

Após análise das candidaturas recebidas a nível nacional, e recorrendo aos valores totais apresentados (disponíveis no quadro em cima), constatou-se que as instituições de ensino foram as entidades que mais concorreram ao financiamento do PE, com um total de 573 estabelecimentos de ensino e/ou agrupamentos de escolas, integrados nos projectos candidatos. As IPSS estiveram de igual modo, amplamente representadas (530). De salientar ainda a participação das autarquias, através da presença dos Municípios (398) e das Juntas de Freguesias (202).

Por último, a análise destes números permite-nos constatar uma crescente mobilização por parte das instituições a nível nacional para concorrerem a projectos PE, conforme é espelhado no expressivo número de instituições candidatas, 3024, sendo que em 2004 estiveram envolvidas 2215 entidades.

Relativamente aos destinatários a abranger, de acordo com as propostas das candidaturas, foram indicados na totalidade 181257 indivíduos, dos quais 117062 dizem respeito a crianças/jovens (64,5%) (Quadro 16).

Destinatários directos, por faixas etárias e outros destinatários

Destinatários por faixa etária	Nº	%
6-10 anos	30.448	16,8%
11-13 anos	30.616	16,9%
14-18 anos	41.925	23,1%
19-24 anos	14.073	7,8%
Familiares	45.947	25,3%
Outros	18.248	10,1%
Total	181.257	100%



Os jovens dos 14 aos 18 anos são apresentados como o principal grupo alvo das intervenções dos projectos (23,1%), enquanto que a faixa etária seguinte (18-24 anos) é a menos referenciada (7,8%). É de destacar, ainda, que os familiares das crianças/jovens começam a ter um papel de destaque nas intervenções dos projectos de carácter social, sendo que este grupo corresponde já a cerca de _ da população alvo dos projectos.

Por último, é de referir que cerca de 10,4% dos destinatários a envolver são identificados como descendentes de imigrantes e minorias étnicas. As propostas de intervenção a esta população são bastante abrangentes e incidem de forma bastante equilibrada nas diferentes faixas etárias. A Zona Norte regista, ainda, um n.º pouco significativo de projectos dirigidos a este tipo de população, facto explicado pela menor concentração de população imigrante nesta região.

N.º de descendentes/minorias étnicas, por faixas etárias

Descendentes/Minorias Étnicas	N.º	%
6-10 anos	4.602	24,4%
11-13 anos	4.120	21,8%
14-18 anos	4.566	24,2%
19-24 anos	3.738	19,8%
Familiares	1.857	9,8%
Outros	10	0,1%
Total	18.893	100%

5.5 Avaliação das Candidaturas

O Modelo de Avaliação das Candidaturas adoptado teve por base o disposto no Regulamento do Programa Escolhas. O n.º 1 do artigo 13.º do referido Regulamento determina que “as candidaturas apresentadas no âmbito do PE são aprovadas pelo Coordenador do PE, ouvido o parecer de um Júri constituído por cinco membros, tendo um Presidente e quatro vogais”. No n.º 3 do mesmo artigo é enquadrada a figura do Secretariado Técnico, como estrutura de apoio ao Júri, à qual caberá “a avaliação inicial das candidaturas, com verificação dos requisitos e análise técnica e financeira das candidaturas e, quando necessário, visitas complementares de avaliação.” No n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento refere-se ainda que “a análise das candidaturas, nas suas componentes técnica e financeira, tem por base uma matriz que incorpora, designadamente, os critérios e prioridades definidos nos números anteriores e cuja aplicação determina a hierarquização das mesmas”.



Assim, o processo de avaliação das candidaturas contemplou diversas fases, designadamente: a constituição do Júri e da Equipa de Secretariado Técnico; a reformulação da Matriz de Avaliação das candidaturas; a avaliação técnica e financeira das candidaturas pelo Secretariado Técnico (com recurso à referida Matriz); a apreciação das candidaturas pelos elementos do Júri, resultando desta análise a apresentação da proposta dos projectos a aprovar e a submeter à tutela do Programa.

As várias fases do processo de avaliação das candidaturas obedeceram a uma calendarização rigorosa, no sentido de cumprir os prazos fixados para a apresentação dos resultados (Cf. n.º 5 do artigo 13º do Regulamento do Programa Escolhas):

- Mês de Setembro

Consolidação da constituição da equipa do Secretariado Técnico, reformulação da matriz de avaliação das candidaturas;

- De 2 a 23 de Outubro

Análise das propostas pelo Secretariado Técnico; apresentação dos pareceres técnicos e financeiros; realização de reuniões de consolidação entre as equipas responsáveis pela área técnica, financeira e pela Medida IV;

- 27, 28 e 29 de Outubro

Reunião do Júri com o Secretariado Técnico e consultores; elaboração de proposta de projectos a aprovar e a submeter à Tutela;

- 30 de Outubro

Publicitação dos resultados. Convocatória dos Consórcios para assinatura dos Protocolos.

O processo de avaliação das candidaturas iniciou-se com a constituição do Secretariado Técnico. Esta equipa integrou os três Coordenadores de Zona; os quatro elementos das Equipas Técnicas da Zona Norte, Centro e Sul e Ilhas; o Gestor Nacional da Medida IV; o Coordenador Administrativo e Financeiro; um elemento de apoio jurídico; um elemento de apoio à análise financeira e quatro elementos de apoio à análise técnica. O Secretariado Técnico era, assim, composto por uma equipa multidisciplinar, que se encontrava subdividida em três áreas específicas de análise: análise técnica (com três equipas – Norte, Centro e Sul/Ilhas), análise financeira e análise da Medida IV. Tal como determinado no Regulamento do Programa Escolhas, a função do Secretariado Técnico era auxiliar o Júri na avaliação inicial das candidaturas, nomeadamente através da verificação dos requisitos formais e das condições de acesso, bem como através da análise técnica e financeira



das candidaturas. A apreciação das candidaturas efectuada pela equipa do Secretariado Técnico pautou-se por critérios de rigor e isenção.

Em relação ao Júri responsável pela análise das candidaturas, e cumprindo o determinado no n.º 1 do artigo 13º do Regulamento, este era “constituído por cinco membros, tendo um Presidente e quatro vogais”. Ainda de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo “Os membros do Júri são convidados pelo Coordenador do PE, tendo em conta o seu mérito nas áreas de actuação do PE”.

Assim, em termos da sua composição, o Júri era presidido pelo Prof. Dr. Júlio Domingos Pedrosa da Luz Jesus, pela Dr.ª Alice Veras Lopes enquanto Técnica Superior, do Instituto da Segurança Social, pela Dr.ª Cristina Ribeiro, na qualidade da Coordenadora de Núcleo no Departamento de Emprego do Instituto de Segurança Social, que representava o Instituto do Emprego e Formação Profissional, pelo Dr. Paulo Fonseca na qualidade de Técnico Superior da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação e pelo Dr. Rui Manuel Dinis, Gestor Nacional dos Centros de Inclusão Digital do Escolhas Segunda Geração.

Após a constituição do Secretariado Técnico, procedeu-se à revisão da Matriz de avaliação referida no n.º 5 do artigo 12º do Regulamento, que havia sido elaborada com base nos critérios e prioridades de apreciação das candidaturas enunciados nos pontos 1, 2, 3 e 4 do n.º 5 do artigo 13º do Regulamento do E2G e apoiada pelos Consultores Científicos do E2G, Prof. Maria João Freitas e Prof. Jorge Malheiros.

O referido documento estrutura-se em três partes distintas. A primeira corresponde a uma análise inicial da candidatura, onde é feita uma identificação genérica do Projecto (Zona; N.º de Ordem; Denominação do Projecto; Nível de Implementação; Medidas a que se candidata; Duração e Orçamento) e a verificação dos requisitos formais e condições de acesso determinadas pelo Regulamento. Esta primeira análise poderia, desde logo, determinar a não apreciação da candidatura caso se verificasse o incumprimento dos requisitos formais estipulados no ponto 1 do artigo 12º. A segunda parte da candidatura destina-se à verificação do preenchimento da informação obrigatória estipulada no ponto 2 do artigo 12º do Regulamento, referente à apresentação das candidaturas. A terceira parte da Matriz incide na avaliação técnica da candidatura. O esquema de Matriz concretizado visava possibilitar a avaliação, através de uma escala quantitativa, dos critérios e prioridades de apreciação das candidaturas definidos nos n.os 2, 3 e 4 do artigo 12º. Cada bloco de questões correspondia a um ou mais quadros do formulário de candidatura, sendo que se procurou definir para cada um dos critérios um conjunto de indicadores (sob a forma de sub-critérios) que permitissem aferir com o máximo de rigor e objectividade a adequação da proposta apresentada face aos critérios de avaliação fixados.



Tal como já foi explicitado, a aprovação das candidaturas foi precedida por dois níveis de apreciação: uma análise inicial, de carácter técnico e financeiro, efectuada pelo Secretariado Técnico, seguindo-se a avaliação do Júri realizada com base nos pareceres emitidos pela equipa do secretariado.

Após a recepção das candidaturas, e iniciado o trabalho de verificação dos requisitos formais e de análise técnica e financeira pelo Secretariado Técnico, foi desde logo facultado aos membros do Júri toda a informação referente às candidaturas recepcionadas, nomeadamente, um relatório preliminar do processo de candidatura ao PE – com referência ao total de candidaturas apresentadas, sua distribuição por zona, distrito e concelho, tipologia das instituições candidatas, distribuição das candidaturas por Medidas e financiamentos solicitados – e cópias de todas as candidaturas recepcionadas nas três Zonas.

A análise das propostas pela equipa do secretariado, contemplando os aspectos técnicos, financeiros e os referentes à Medida IV, foi efectuada através da aplicação e preenchimento da Matriz de Avaliação. Aplicado este instrumento de avaliação, foi atribuída a cada candidatura uma pontuação entre os 0 e os 200 pontos, procedendo-se assim à ordenação dos projectos em função da classificação obtida.

O preenchimento das matrizes de avaliação, implicou uma estreita articulação entre as diversas equipas que compunham o secretariado, nomeadamente, entre a equipa responsável pela análise técnica, os elementos da área financeira e a equipa responsável pela Medida IV. Preenchidas as Matrizes de avaliação e ordenadas as candidaturas das três Zonas (Norte, Centro e Sul/Ilhas) por ordem de classificação obtida, e seguindo a metodologia de trabalho prevista, realizou-se uma reunião entre o Júri e os elementos do secretariado técnico, no sentido de apresentar e discutir de forma mais detalhada, as candidaturas para cada Zona. Seguidamente, o Júri reuniu no sentido de proceder aos ajustamentos considerados necessários, quer do ponto de vista técnico, quer financeiro, quer do ponto de vista da própria classificação atribuída aos projectos.

Desta análise conjunta entre o Júri e o Secretariado Técnico resultou uma proposta dos 120 melhores projectos, distribuídos pelas três zonas geográficas da seguinte forma:

- Zona Norte: 38 Projectos
- Zona Centro: 45 Projectos
- Zona Sul/Ilhas: 37 Projectos

Foi, igualmente, elaborada uma lista de projectos suplentes, cuja aprovação ficaria dependente da inviabilidade da implementação de algum dos projectos aprovados, bem como de eventuais aprovações de projectos após apresentação de reclamação.



Assim, e em termos de balanço final do processo de avaliação das candidaturas, importa referir que das 488 propostas apresentadas a nível nacional, foram aprovados com financiamento 120 Projectos. O quadro seguinte traduz este balanço final por zona geográfica.

Candidaturas aprovadas

Zona	Candidaturas Aprovadas c/ financiamento	Total
Norte	38	232
Centro	45	142
Sul/Ilhas	37	114
Total	120	488

5.6 Projectos Aprovados

Segue a lista de projectos aprovados por Zona:

Candidaturas aprovadas na Zona Norte

Projectos Zona Norte		
Id	Nome do Projecto	Concelho
040	PPR - Poder Para Reagir	Porto
001	Dar mais que Falar	Viana do Castelo
053	Raiz	Porto
130	METAS - Mediar Escolhas, Trabalhar Autonomias	Porto
022	Desafios	Vila Nova de Gaia
075	Pojecto_Percursos Integrados	Amarante
059	CADI - Centro de Atendimento e Desenvolvimento Integrado	Anadia
181	Escolher Ser	Armamar
197	Puerpolis	Guimarães
020	Contigo Vais Longe!	Paredes
026	Qualificar	Porto
073	Incluir	Vieira do Minho



007	Saber Viver	Porto
032	Terço em Movimento!	Porto
002	Lagarteiro e o Mundo	Porto
055	Viver em Liberdade	Valongo
133	Tu decides...	Guarda
027	Pertencer Participando	Trofa
114	Escolhe	Vila Nova de Gaia
039	Pular a Cerca (II)	Porto
177	Animóvel - Itinerários de Sucesso em Mortágua	Mortágua
224	Incentivar	Mirandela
016	Acreditar	Porto
065	Educar e Qualificar	Resende
156	Vivências Multiculturais	Espinho
171	Estrela Polar	Alijó
200	Basto Jovem	Cabeceiras de Basto
218	Aprender a escolher: tou nessa	Manteigas
188	Passo a Passo	Felgueiras
141	Asas Pro' Futuro	Águeda
024	Mais Jovem	Vila Nova de Gaia
168	Colorir(indo) a Vida	Castelo de Paiva
178	C.S.I. - Crescer Solidário e Integrado	Guimarães
051	Animar para Prevenir II	Gondomar
104	Escolhas Positivas	Matosinhos
170	Gaiato Escolhe	Penafiel
116	Crescer & Saber	Porto
211	Arte na Rua - Pintar o Futuro	Porto



Candidaturas aprovadas na Zona Centro

Projectos Zona Centro		
Id	Nome do Projecto	Concelho
003	O espaço, desafios e oportunidades	Sintra
011	Da Escola à Comunidade	Oeiras
007	Projecto Esperança	Loures
064	Ser Maior	Lisboa
016	Meg@ctivo	Sintra
022	Poder (Es)Colher	Vila Franca de Xira
057	ConTactoCultural	Lisboa
040	Projecto Sementes	Lisboa
041	Fazer a Ponte- Vale de Alcântara	Lisboa
100	Percursos Alternativos	Alcobaça
047	Afri-Cá: Asas e Raizes	Oeiras
054	Trampolim	Coimbra
037	P.I.S.C.J.A. - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador	Lisboa
008	Anos Ki Ta Manda	Amadora
032	Percursos Acompanhados	Amadora
063	Escolhas de Futuro	Góis
026	Formar para Incerir	Amadora
028	Al- Futuro	Cascais
012	escol@contigo	Figueira da Foz
013	Renovar as origens	Coimbra
065	Maré Alta II	Peniche
019	Loja Mirajovem	Amadora
127	Trilhos com-sentido	Pampilhosa da Serra
039	Interligar	Lisboa
010	Escolhas Saudáveis	Sintra
049	Projecto "Escola Mais"	Amadora
058	Sai do Bairro Cá Dentro	Loures
095	O Teu Espaço Jovem	Lousã



124	Escolha Viva	Fundão
062	Cativar	Lisboa
006	À Bolina	Loures
009	Projecto Raizes	Sintra
025	Emprega o Futuro	Lisboa
082	Nu kre bai na bu onda	Amadora
094	Boa Onda	Nazaré
048	Juntos Construimos Mais	Loures
119	Távola Redonda	Odivelas
018	Entrelaços,és capaz!	Lisboa
081	Escola com Escolhas	Marinha Grande/Leiria/Alcobaça
103	Construindo Novas Cidadanias	Loures
141	Arca de Talentos	Covilhã
027	Novos Desafios	Sintra
001	A Rodar	Amadora
017	Novos Rumos II	Ansião
114	Escolhas Múltiplas	Montemor-o-Velho

Candidaturas aprovadas na Zona Sul e Ilhas

Projectos Zona Sul e Ilhas		
Id	Nome do Projecto	Concelho
027	TASSE	Moita
030	Geração Cool	Almada
036	Projecto Rualidades	Seixal
002	Cidade Jovem	Barreiro
062	OM - Operação Mobilização	Ponte de Sor
026	Tutores de Bairro	Seixal
102	Porto Seguro	Ribeira Grande
077	Mus-e na Cruz da Picada- Um projecto de integração escolar e social pelas artes	Évora
014	Geração XXI	Estremoz



004	Centro Lúdico-Pedagógico Manteigadas	Setúbal
058	No Trilho do Desafio	Sesimbra
016	Educ@rte	Moita
061	D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte	Almada
022	Abrindo as Portas	Setúbal
010	@ventura	S. Brás de Alportel
092	Boa Onda	Loulé
048	CRIA - Centro de Recursos Itinerante do Algarve	Faro
033	Tu Kontas	Montijo
091	Escola Intercool	Serpa
021	Bairrismo	Silves
017	Experiment@RTE	Barreiro
084	"A Priori"	Sines
097	Projecto "Pedra Segura"	Vila Franca do Campo
018	AGIR	Almada
071	Ludo-Rodas	Loulé
040	Escolhas Pró-Bairro	Beja
072	Inclusão pela Arte	Beja
107	Veredas	Horta
031	Escolhas Vivas	Vila Real de Santo António
011	Alternativas	Funchal
013	Intervir.com	Santiago do Cacém
069	Outra Geração Outras Escolhas	Almada
057	Opção Escola	Setúbal
070	Envolver	Nisa
073	Encontros	Moura
034	Agora Sim!	Setúbal
029	Projecto XL	Almada





Notas:





Notas:





Notas:





Notas:





Notas:





Notas:



